

PROSA E POESIA NO MORRO

PERIFERIAS EM REDE EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

CLARICE LIBÂNIO
JOSEMEIRE ALVES
[ORGANIZADORAS]



PROSA E POESIA NO MORRO

**PERIFERIAS
EM REDE
EXPERIÊNCIAS
E PERSPECTIVAS**

**CLARICE LIBANIO
JOSEMEIRE ALVES
[ORGANIZADORAS]**



**BELO HORIZONTE
2018**

Copyright © 2018 Favela é Isso Aí

Realização

Favela é Isso Aí e Casa do Beco

Coordenação editorial e concepção

Clarice Libânio

Organização do volume

Clarice Libânio e Josemeire Alves Pereira

Capa, projeto gráfico e diagramação

Carol D'Alessandro

Catálogo da publicação (CIP)

Libânio, Clarice de Assis (org.)

P442 Periferias em rede : experiências e perspectivas / Clarice de Assis Libânio e Josemeire Alves Pereira (organizadoras) - Belo Horizonte : Favela é Isso Aí, 2018.

288 p. : il. p&b. (Prosa e Poesia no Morro)

ISBN 978-85-60740-13-0

1. Periferias – aspectos culturais 2. Periferias – visão política e social 3. Belo Horizonte, Região Metropolitana de (MG) 4. Projeto Periferias em Rede I. Pereira, Josemeire Alves II. Título III. Série

CDD: 711

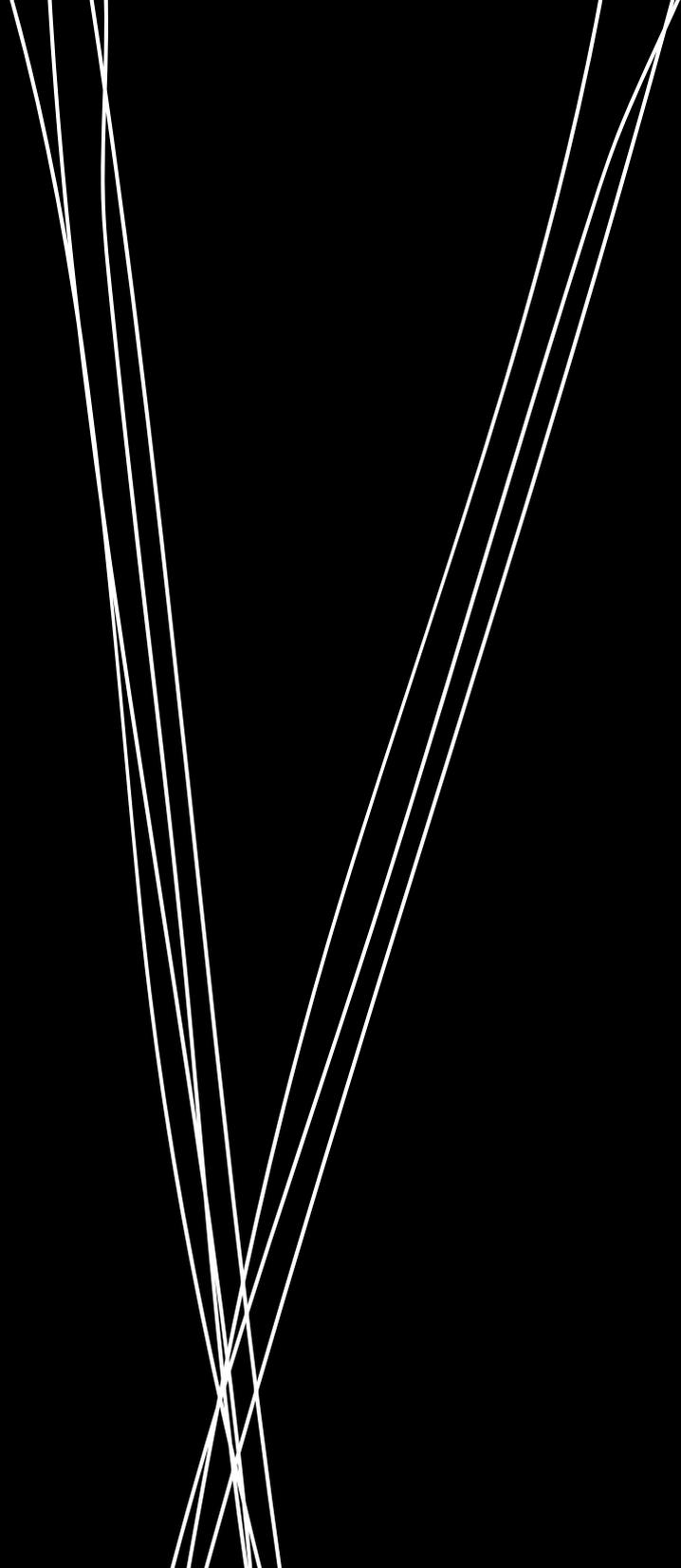
Elaboração: Cleide A. Fernandes CRB6/2334



PROSA E POESIA NO MORRO

**PERIFERIAS
EM REDE
EXPERIÊNCIAS
E PERSPECTIVAS**

**CLARICE LIBANIO
JOSEMEIRE ALVES
[ORGANIZADORAS]**



CONTEÚDO

Prefácio

Clarice Libânio e Josemeire Alves Pereira 9

Seção I – Favela, periferia, gentrificação e segregação racial no espaço urbano 12

Dos estigmas e ausências às transformações e potências: as periferias metropolitanas como campos de práticas
Bruno Márcio de Castro Reis 15

O estigma do invasor na produção do espaço urbano - O caso de Belo Horizonte
Lisandra Mara Silva e Josemeire Alves Pereira 29

Análise da segregação socioespacial no município de Ribeirão das Neves e seus impactos na identidade de seus moradores
Marcos Antônio Silva 53

A cidade das favelas
Clarice Libânio 75

Seção II – A periferia como potência: novas perspectivas sobre o direito à cidade..... 82

Cordel História da Casa de Caridade Pai Jacob do Oriente
Ricardo Evangelista 85

“Neves mil grau”. O crescimento populacional desordenado de Ribeirão das Neves (Minas Gerais, Brasil) e o impacto na produção de seu patrimônio cultural
Nayara de Amorim Salgado 95

O papel das práticas culturais nos processos de mudança social: olhando através do mapeamento das favelas de Belo Horizonte
Clarice Libânio 123

Atuação do arquiteto na produção da moradia autoconstruída pela população de baixa renda
Juliana de Faria Linhares e Denise Morado Nascimento 147

Seção III – Educação, cultura e transformação social a partir das periferias..... 168

Juventudes, educação e cultura: algumas reflexões sobre o curso de formação de agentes de projetos socioculturais
Luísa Cristina Nonato e Juliana Batista dos Reis 171

Releitura da poesia “Gritaram-me negra”: uma reflexão sobre práticas educativas significativas de combate ao racismo
Mariana Pereira de Oliveira de Freitas Gonçalves e Claudia Elizabete dos Santos Santos 189

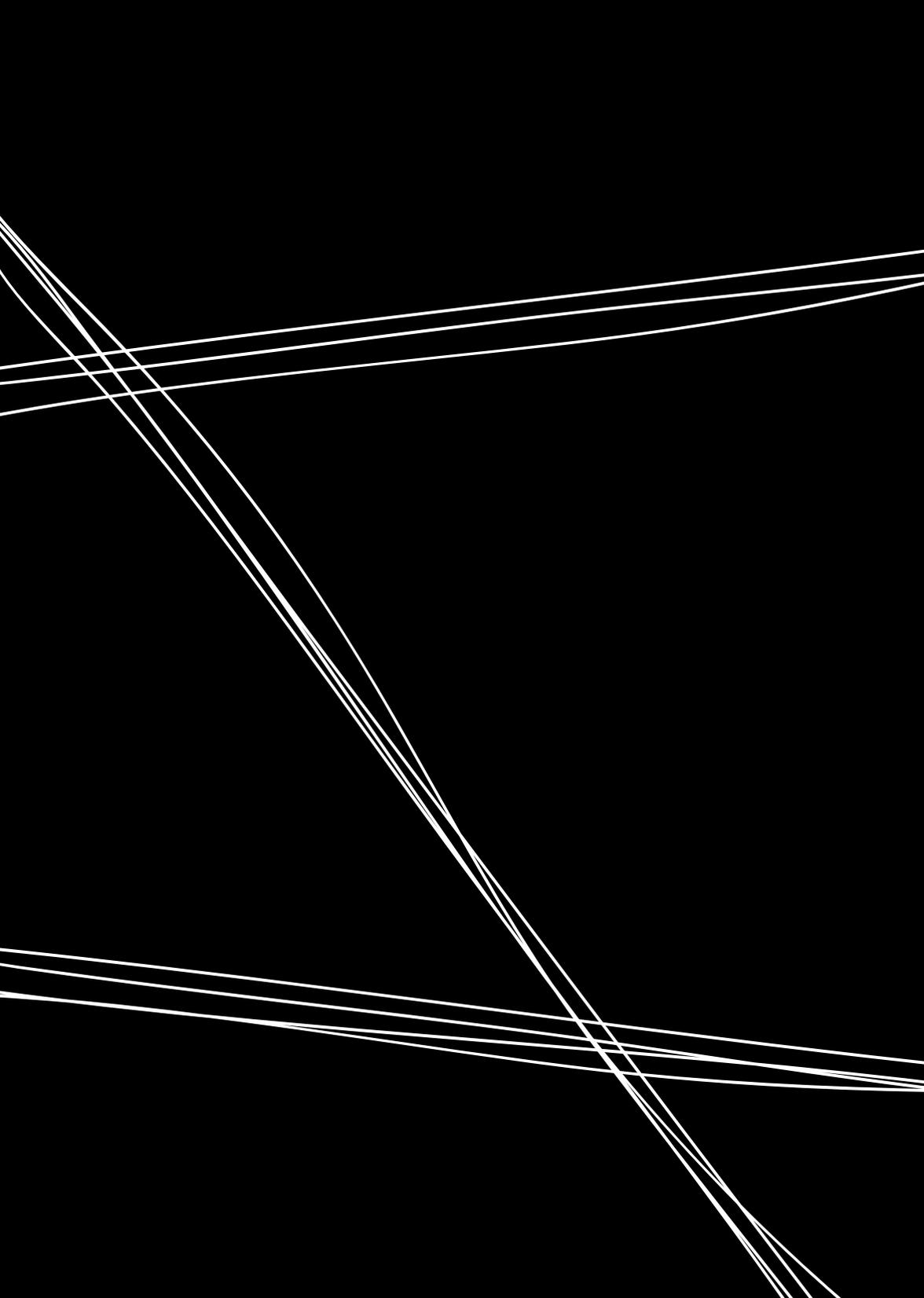
A cultura na periferia metropolitana: vida, política e engajamento em Vespasiano/MG
Bruno Márcio de Castro Reis 203

Juventude da favela - O mundo é diferente da ponte pra cá
Filipe Silva..... 215

Cultura e identidade na cidade: o hip hop na voz e no ritmo da juventude nevensense
Marcela Menezes Costa e Vanessa Camila da Silva 231

Mapeamento da identidade cultural na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a contribuição do projeto Lumes na constituição de uma cidadania metropolitana
Alessandra Rocha, Ana Lares, Júlia Lazzarini e Matheus Santos Soares 251

Créditos e equipe..... 283



PREFÁCIO: PERIFERIAS METROPOLITANAS COMO LUGAR DE POTÊNCIA

Clarice Libânio e Josemeire Alves Pereira

Neste ano em que celebramos os 10 anos da Coleção Prosa e Poesia no Morro, a Editora Favela é Isso Aí lança este volume especial que reúne reflexões em torno do tema *Periferias em Rede: experiências e perspectivas*, com foco em Belo Horizonte e sua Região Metropolitana.

A publicação ocorre no âmbito do Projeto *Periferias em Rede*, realizado pela ONG Favela é Isso Aí em parceria com a Associação Cultural Casa do Beco, em Belo Horizonte e Região Metropolitana, por meio do apoio fundamental da Lei Federal de Incentivo à Cultura e patrocínio da CEMIG.

Periferias em Rede, iniciado em 2018, visa consolidar uma rede de projetos, coletivos e entidades que atuam dentro e fora das comunidades de periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte e capital, com vistas à troca de experiências, ao compartilhamento de ações e à realização de atividades conjuntas e em parceria.

Este projeto amplia os desdobramentos de um trabalho iniciado em 2002, que consistiu em um mapeamento cultural das favelas na capital mineira, do qual resultou o Guia Cultural das Vilas e Favelas de Belo Horizonte (Libânio, 2004). O Guia, iniciativa pioneira no país, vem servindo, desde então, como fonte de referência e consulta para diversos trabalhos e instituições, públicas e privadas. Como sequência desse estudo surgiu a ONG Favela é Isso Aí, que desde 2004 desenvolve trabalhos que têm como fundamento as conexões entre arte, cultura e transformação social, contribuindo para a discussão, o fortalecimento, o apoio e a

divulgação das manifestações artísticas das comunidades de baixa renda. Dentre os diversos projetos desenvolvidos, o Favela é Isso Aí habilitou-se como editora junto à Biblioteca Nacional em 2008, realizando inicialmente a publicação da coleção Prosa e Poesia no Morro, além de publicar livros de terceiros.

O cerne conceitual que orienta as três sessões em que estão organizados os textos do presente volume é a noção de periferia como potência, tal como propõe a Carta da Maré, publicada em 2017 pelo Instituto João e Maria Aleixo (IJMA) e que se encontra em anexo: rompendo com concepções estigmatizantes sobre as periferias, a Carta aponta a centralidade destas na construção de soluções para os desafios apresentados à experiência urbana contemporânea.

Assim, a primeira sessão reúne textos de especialistas que discutem, a partir do campo das ciências humanas (Antropologia, Sociologia, História), da Arquitetura e do Urbanismo, conceitos como os de *estigma, segregação socioespacial e racismo*, indagando a partir deles sobre perspectivas de futuro das favelas e periferias metropolitanas em sua relação com as outras partes do espaço urbano em que estão inseridas e que em grande medida sustentam.

Na segunda sessão, considerando fundamentalmente a noção de periferia como potência, as reflexões partem de olhares atentos às experiências culturais – a historicidade das religiosidades de matriz africana da Pedreira Prado Lopes, a diversidade cultural das favelas de Belo Horizonte e de Ribeirão das Neves, bem como o “saber fazer” de autoconstrutores da Vila Acaba Mundo inspirando a formação de arquitetas/os – propondo perspectivas inovadoras de aprendizado e mudança social nas cidades.

A última sessão apresenta relatos de experiências de matizes diversos (incluindo as acadêmicas), que têm a cultura como eixo

que articula educação e juventudes, sugerindo caminhos de transformação social a partir das periferias.

A diversidade de abordagens, gêneros textuais, autorias e abrangência territorial é uma das marcas deste livro, que apresenta contribuições tanto para a formação e fortalecimento de uma rede metropolitana de periferias, quanto para o campo dos estudos sobre as cidades – e, em especial, sobre as periferias.

Consideramos fundamental acolher contribuições de autoras e autores que “falam” a partir de lugares e experiências diversos: tanto do campo teórico-acadêmico, quanto da empiria, muitos destes reunindo ambas as perspectivas. Assim, dentre estes, há moradores de diferentes municípios da RMBH – oriundos de bairros periféricos ou não, educadores, pesquisadores e agentes culturais, que, não raro, atuam simultaneamente nestas e em outras práticas profissionais.

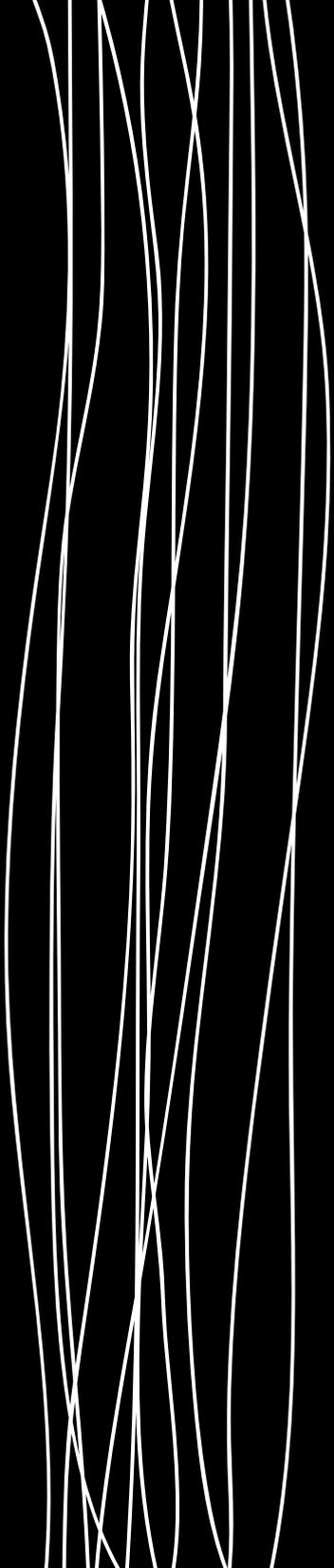
Esperamos que o conhecimento aqui compartilhado inspire novos olhares e ações transformadoras e que, uma vez mais, possamos contribuir para a necessária discussão sobre o lugar das periferias na cidade – não como estorvo ou lugar da carência e sim como o que são de fato: espaços de reinvenção do território e das relações sociais através de suas potências, de sua cultura e de sua própria criatividade.



SEÇÃO I

FAVELA, PERIFERIA, GENTRIFICAÇÃO E SEGREGAÇÃO RACIAL NO ESPAÇO URBANO





DOS ESTIGMAS E AUSÊNCIAS ÀS TRANSFORMAÇÕES E POTÊNCIAS: AS PERIFERIAS METROPOLITANAS COMO CAMPOS DE PRÁTICAS

Bruno Márcio de Castro Reis

Resumo: Este texto realiza revisão bibliográfica sobre os estudos relacionados ao conceito de periferia, dando especial atenção à sua emergência e consolidação no campo discursivo dos estudos urbanos que a instituem como espaço geográfico, mas também como um lugar social. Ao revisar a bibliografia busca-se acompanhar as mutações dos entendimentos sobre este conceito na literatura especializada, indicando também as mudanças nesses territórios no correr dos anos que colaboram para tensionar e alterar as visões homogeneizantes e estereotipadas sobre elas e sobre as cidades.

Palavras-chave: periferias; cidades; política; metrópoles; cultura urbana.

1 O que são as periferias urbanas e metropolitanas?

Sob o nome de “periferia” reúne-se uma diversidade de realidades que, sob alguns enfoques, podem apresentar similaridades, mas que por outras perspectivas revelam diversidades e mostram-se um tanto quanto distintas entre si.

Tereza Caldeira (2000) nos ajuda a entender como as periferias urbanas e metropolitanas foram se constituindo, se produzindo e sendo produzidas. Ao abordar a segregação espacial em São Paulo ao longo do século XX, a autora aponta como a cidade foi se organizando e lidando com as diferentes classes que

a compunham e se relacionavam no seu interior. Para a autora, a organização do espaço urbano se dava a partir de processos de diferenciação e segregação forjados sob regras e padrões que, variando cultural e historicamente, revelavam valores e princípios que estruturavam a vida urbana (CALDEIRA, 2000).

A regulação, a disposição e as relações entre os distintos grupos sociais nas cidades ajudam a compreender como se conformaram esses períodos. Caldeira (2000) assinala a ocorrência de três formas de segregação social no espaço urbano. Tomando como referência a realidade paulista, afirma que, em um primeiro momento, situado entre o final do século XIX e os anos 1940, aproximadamente, a cidade poderia ser entendida como “concentrada” – neste período a distinção dos grupos sociais se dava por seus tipos de moradia. Em um segundo momento, entre os anos 1940 e 1980, a diferenciação social dá-se na direção “centro-periferia”, quando as classes populares ocupam as periferias, evidenciando-se as precariedades, irregularidades e distâncias em relação às classes médias e altas ocupantes dos bairros mais centrais, com melhores equipamentos e infraestrutura (CALDEIRA, 2000).

A partir dos anos 1980, nesta análise, desenham-se modificações quanto à segregação social no espaço urbano que não mais se afirmam nas distâncias espaciais, mas sim em separações simbólicas. Mesmo que os diferentes grupos sociais estejam próximos territorialmente, encontram-se separados por não conviverem ou circularem em espaços comuns (CALDEIRA, 2000).

Vemos, portanto, que o conceito e a noção de periferia foram emergindo e se consolidando na vida social brasileira a partir de um jogo de forças econômicas, políticas, históricas e sociais que, no contexto da expansão urbana, organizando a vida e os espaços nas cidades, apontam para a segregação territorial dos distintos grupos sociais.

2 Periferias: a geografia e a política das grandes cidades brasileiras

É comum encontrarmos a referência “periferia” no âmbito dos estudos urbanos ao se fazer menção à localização geográfica do território que, em perspectiva dicotômica e relacional, se definia por opor-se geograficamente à referência de “centro” (ANDRADE, JAYME, 2011). A partir dessas dinâmicas de expansão urbana e das disposições segregacionistas dos grupos sociais pelas cidades, os pobres passaram a ocupar as margens citadinas, entendidas por periferias. Assim, juntamente à referência geográfica, a noção de periferia foi associando-se também a um caráter social. À periferia neste primeiro período se destinavam exclusivamente os pobres, sobretudo em seu início os migrantes; o que lhe conferia *status* de lugar da pobreza e de maior homogeneidade (ANDRADE, JAYME, 2011).

Inicialmente foram se constituindo nas bordas das grandes cidades, mas sem muito demorar foram se expandindo para os municípios metropolitanos, onde se desenvolveram e se consolidaram (ANDRADE; JAYME, 2011; TELLES, 2006). No entanto, dentre suas características e peculiaridades realça a escassez de postos de trabalho local, o que acarreta o deslocamento de seus moradores para os grandes centros por motivos de emprego. Vê-se na literatura esse processo de deslocamento constante e diário por vias das relações de trabalho e estudo, caracterizado como movimento pendular. Passando a habitar as periferias da cidade e mesmo os municípios metropolitanos, esses moradores continuam dependentes ou buscando integrar-se ao mercado de trabalho dos grandes centros¹.

1 Sobre expansão urbana, movimento pendular e mobilidade residencial ver: BRITO e SOUZA (2005); SOUZA e BRITO (2008); MARQUES e RODRIGUES, (2006).

Luciana Lago (2008) ao analisar as reconfigurações na periferia metropolitana carioca, frente à crise do trabalho e das desigualdades socioterritoriais a partir da década de 1990, toma o trabalho como categoria de análise. Se por muito tempo, como indica a autora, a periferia foi entendida como cidade dormitório – em que seus moradores se deslocavam para trabalhar nos grandes centros e só retornavam às suas moradias no final do dia – constata-se que há atualmente um considerável aumento de moradores das periferias que trabalham em seu próprio município, em seu próprio bairro, fazendo-se, para alguns, desnecessário o deslocamento que antes se dava por falta de emprego local.

Segundo a autora, essas são algumas das evidências de que o mercado de trabalho não apenas se expandiu nessas periferias como também recrutou mão de obra local (LAGO, 2008). Lago se interroga se essa outra configuração econômica e social nas metrópoles acenaria para a superação das ideias de periferia e centro como categorias analíticas, e assim demandaria novos esforços de compreensão para análise desses atuais contextos. Por outro lado, questiona se o que se verificaria seria apenas uma diferença de escala geográfica, em que devido à expansão do núcleo metropolitano se altera apenas a composição e distribuição espacial de algumas e novas centralidades, acarretando a diminuição da distância de deslocamento casa-trabalho (LAGO, 2008).

A despeito de apresentar alguma resposta a essa questão, o que a autora mostra é que se, por um lado, há considerável diminuição da distância casa-trabalho, por outro, essa maior proximidade não indica que houve necessariamente melhorias para os trabalhadores periféricos. Isto porque, simultaneamente a esse processo de reconfiguração espacial da distribuição e acesso aos postos de trabalho, também se verificou uma maior precarização de suas condições (LAGO, 2008).

Destaca-se que, num primeiro momento, o que se apresentava como discussão sobre as periferias em boa parte da literatura sociológica eram suas precariedades de infraestrutura urbana, escassez, inexistência ou dificuldade de acesso a alguns bens e serviços. Já a literatura mais recente sobre a periferia retrata considerável melhora em sua infraestrutura urbana, serviços públicos e crescimento do comércio local. Em que medida essas mudanças ajudam-nos a lançar novos olhares sobre esses territórios?

3 As transformações urbanas: as periferias nas metrópoles

Se, por um lado, permanecem realidades e pesquisas que discutam as extremas precariedades ainda existentes em algumas periferias, por outro lado, é importante atentar-se para a heterogeneidade desses territórios que apresentam distintas configurações. Há aquelas periferias mais bem equipadas e com melhor acesso a bens e serviços que outras e também melhores condições e acessos quando comparadas às periferias de outros tempos. Ou seja, há diferentes níveis e intensidades de precariedades e pobreza dentro do que se pode pensar como pobreza urbana². Nesse sentido, Renata Bichir, Haroldo Torres e Maria Ferreira (2004) apontam que não é mais pertinente trabalhar com a perspectiva da “periferia”, mas sim com a perspectiva das “periferias”, reconhecendo sua pluralidade. Afirmam que é preciso mais atenção, pois apesar da segregação entre áreas ricas e pobres nas metrópoles, observa-se que as áreas ricas são mais compactas em termos de indicadores sociais positivos, diferente das áreas pobres, que são um tanto diversificadas e apresentam diferentes características quanto a seus problemas urbanos (BICHIR, TORRES, FERREIRA, 2004).

2 Ver, por exemplo, MARQUES E TORRES (2001).

Na linha do reconhecimento da complexidade metropolitana, Luciana Andrade e Juliana Jayme (2011) mostram como a periferia era entendida ao mesmo tempo como espaço geograficamente distante do centro e como lugar de concentração de pobres. No entanto, é curioso observar, frente às modificações econômicas, políticas e sociais nos últimos 30 anos, que territórios que geograficamente poderiam ser considerados como periferias não são vistos e tratados assim à medida que se organizam como espaços de moradia de pessoas não pobres (ANDRADE, JAYME, 2011). Nesta perspectiva, vale perguntar: afinal, o que define uma periferia?

Andrade e Jayme (2011) oferecem como exemplo dessa situação o caso dos condomínios fechados, que nas metrópoles ocupam áreas mais distantes dos centros, mas que não se outorgam e nem lhes são conferidos a classificação de “periferia”. Por outro lado, segundo as autoras, bairros e favelas geograficamente localizados nas mediações ou bem mais próximos ao centro das cidades, por vezes são considerados como periferia por ali se concentrarem precariedades e pessoas pobres, embora geograficamente estejam localizados em áreas consideradas centrais. Nesses casos se verificaria, portanto, segundo elas, que o caráter simbólico e social se sobrepõe ao caráter geográfico para demarcação das periferias e dos periféricos nas cidades.

4 Por uma visão não dicotômica da cidade: periferias como campo de práticas

Por sua vez, Thaís Rosa (2009) discute as dicotomias produzidas e reproduzidas pelo uso do conceito de periferia. A autora mostra que periferia, assim como favela – e outros tantos conceitos e categorias utilizados nos estudos urbanos

– se sustentam sob uma perspectiva dual da cidade, que gera e reproduz polarizações que tantas vezes mais confundem e colaboram para imprecisões, generalizações e simplificações do que propriamente para uma apreensão desses espaços e realidades de forma crítica e reconhecendo o que neles é uniforme e o que neles é distinto.

Para esta autora, apreender a periferia por meio de contraposição ao centro incidiu para que muitos estudos a caracterizassem por suas faltas, por aquilo que elas não têm. Desta forma, as periferias foram e estariam sendo qualificadas por sua negação, compreendidas por aquilo que lhes é negado.

Conforme a autora, esse modelo teórico de qualificar pela falta é muito comum no pensamento social brasileiro em estudos sobre os pobres, os trabalhadores, a pobreza urbana e a cultura popular (ROSA, 2009). Ainda que tal modo de análise possa se mostrar útil, a fim de contrastar e comparar distintas realidades (ROSA, 2009) – e do ponto de vista político cumpra o objetivo de explicitar as desigualdades (ANDRADE; JAYME, 2011) – essa forma de produção discursiva pode colaborar para construção de estereótipos e simplificações (ROSA, 2009), e do ponto de vista socioantropológico se mostrar como uma definição etnocêntrica e homogeneizadora (ANDRADE; JAYME, 2011).

Segundo Rosa (2009), vários autores têm se confrontado com os limites e as dificuldades conceituais impostas pelas concepções dualistas da sociedade e da cidade e que se revelam em diversas circunstâncias como obstáculos para a compreensão das realidades como processos históricos, multifacetados e produzidos por muitos. Assim, a proposta de entendimento, análise e compreensão por comparação esbarra nos limites dos conceitos que produzem polarizações. Thaís Rosa se propõe a entender as periferias não apenas como conceito, mas como campos de práticas.

Inspirada em Michel De Certeau, Rosa (2009) busca desenvolver uma abordagem processual e histórica que tome os fenômenos sociais como processos em constantes transformações, processos esses construídos por atores sociais reais e envolvidos em múltiplas relações e sob condições e contextos variados que, por suas práticas cotidianas, negociam, disputam e inventam; inserem continuidades e promovem rupturas em suas realidades sociais (ROSA, 2009).

5 Redimensionando a discussão sobre as periferias

No sentido de redimensionar as discussões sobre as periferias contemporâneas, visto que elas muito se diferenciam daquelas que foram produzidas pela expansão urbana decorrente do processo de urbanização e industrialização brasileiras³, um número considerável de autores(as) têm se debruçado sobre a compreensão dos cenários que vêm se constituindo nesses territórios. Vera Telles (2006), Gabriel Feltran (2008) e Daniel Hirata (2010) estão entre estes autores(as).

Se, como vimos, as periferias eram vistas, e assim interpretadas, como territórios mais homogêneos, o que essa autora e esses autores têm apontado em suas pesquisas são a sua complexidade. Esta outra leitura da periferia não acontece somente porque houve consideráveis mudanças nos últimos anos em boa parte dessas áreas metropolitanas no que se refere à disponibilização de bens e serviços, mas porque, no curso dessas mudanças históricas e contextuais, foram se reconhecendo as complexidades das referências simbólicas e sociais, em alguns casos antagônicas, emergentes nestes territórios urbanos (TELLES, 2006; FELTRAN, 2008).

3 Sobre o processo de urbanização e industrialização brasileiro, ver: BRITO e SOUZA (2005)

Tais visões mostram que, ao passo que se modificou o cenário urbano nestes territórios, foram também se constituindo, simultaneamente, referências sociais e simbólicas diferentes. Há hoje distintas gerações que nelas vivem, desde aquela geração que ocupou a periferia inicialmente e a foi organizando e construindo-a as margens das políticas estatais, até outros moradores que chegaram ao longo dos anos com outras perspectivas, outros sonhos e outras histórias. Esta segunda geração impactada, afetada por circunstâncias e contextos sociais e políticos diversos, buscava e/ou se dirigia à periferia com outras demandas e aspirações. Há ainda uma geração já nascida e crescida na periferia, que vem se formando no cruzamento dessas referências simbólicas e sociais diversas, geração esta que se constitui numa experiência social já periférica e metropolitana e que também conflita e produz referências sociais e simbólicas distintas (FELTRAN, 2008).

Todas essas circunstâncias se tensionam na vida social das periferias e possibilitam a produção de sentidos diferenciados à medida que os que nela habitam constroem suas expectativas, percepções e referências no cruzamento do que Telles (2006) chama de três linhas de intensidade. São elas: linha vertical das cronologias, linha horizontal das espacialidades e linha perpendicular.

Por linha vertical das cronologias Vera Telles (2006) entende a sucessão do tempo biográfico em cadência com o tempo social-histórico, é onde também acontecem os encontros entre gerações que transmitem, reinterpretam e refazem heranças familiares conforme se coadunam com as experiências sociais vindas das negociações cotidianas dos sentidos e significados produzidos nas relações sociais (TELLES, 2006). Quanto à linha horizontal das espacialidades, conforme a autora, diz respeito às inscrições realizadas no espaço por meio de práticas urbanas que, produzidas em tempos sociais, se objetivam e ganham formas que permitem

entrecruzar-se e produzir outras referências sociais, percursos, trajetos e histórias na cidade à medida que produzem comunicações e conexões com outras referências sociais de modo transversal (TELLES, 2006). Por fim, por linha perpendicular Telles entende o transcorrer dos eventos políticos que dão forma às práticas que produzem os territórios urbanos nos espaços da cidade, eventos políticos estes que atravessam e entrelaçam os tempos e espaços da cidade (TELLES, 2006).

Os diversos autores e olhares sobre este universo dinâmico e plural impelem-nos a rever o que pensamos, dizemos e escrevemos sobre as cidades e suas margens.

6 Novos olhares e narrativas sobre a cidade

Ao se fazer um balanço sobre os estudos referentes à periferia, no âmbito das ciências sociais, percebe-se que esta literatura – às vezes conscientemente, outras vezes nem tanto – anuncia processos sociais que produzem estes territórios e as concepções sobre eles. As referências nos indicam como se produziram determinadas formas de habitação, de políticas e de modos de vida nas grandes cidades, em alguns casos por ação direta governamental⁴, em outros como efeitos dessas intervenções⁵, e em outros casos, às margens dela⁶. O modo

4 Podem ser mencionados como exemplos: Programas de remoção de favelas e renovação urbana; construção de conjuntos habitacionais para população de baixa renda e ou removidas de favelas e áreas atingidas por enchentes ou afetadas por programas de renovação urbana (NAZÁRIO; ANDRADE, 2010).

5 Podem ser mencionados como exemplos: Especulação imobiliária e aumentos progressivos dos valores de aluguéis; aumento de custo de vida, dentre outras mecanismos que expulsaram progressivamente e indiretamente os pobres de determinados espaços das cidades, levando-os a ocupar áreas mais distantes e locais precários nos quais dessem conta de se manter e arcar com os custos de vida no espaço urbano.

6 A exemplo: os loteamentos ditos clandestinos não regularizados pelo

pelo qual as metrópoles foram se expandindo e organizando-se socialmente revela processos de segregações e polarizações nas ocupações dos territórios e também das distribuições dos grupos sociais, conforme as dinâmicas das grandes cidades e conforme os interesses, ações e intervenções políticas administrativas em cada período ou época.

A mudança de contexto nos exige outros olhares, novos esforços de compreensão. Periferia é uma noção que tem seu sentido produzido socialmente. É um termo polissêmico e muitos são os campos discursivos que o produzem e disputam sua apropriação e definição. Dentro desses campos discursivos (acadêmicos; artísticos culturais; políticos e administrativos; mercadológicos, dentre outros) seu sentido se altera, modifica-se. Há sempre uma, ou algumas noções, que prevalecem sobre as outras, a depender do recorte que se faça de tempo, espaço e de quem tem a autoridade, quem detém a legitimidade do discurso daquele período ou época para aferir sua voz naquela circunstância ou contexto.

Para nós, pesquisadores e moradores das periferias metropolitanas, interessa-nos que as narrativas sobre a cidade e seus territórios dialoguem com os sujeitos reais que ocupam as cidades e seus espaços. Que as pesquisas e as narrativas construídas se disponham sempre a desenvolver olhares críticos e plurais e que considerem o caráter efêmero e contextual de cada estudo e realidade pesquisada. Que considerem os territórios em sua constante transformação. Por uma abordagem socioantropológica

Estado e localizados nas regiões limítrofes das cidades ou nos municípios metropolitanos, passaram a ser ocupados por populações pobres que deixavam as cidades em busca de lugares onde fosse possível morar e viver de acordo com suas condições econômicas e sociais. Às margens do Estado e com sua conivência, a população periférica lida com os custos e sacrifícios da permanência no espaço urbano (PANIZZI, 1989).

que reconheça as cidades e seus sujeitos, as carências e as potências urbanas, assim como a incidência política dos discursos articulados, é que trazemos para o debate estas provocações.

Referências:

ANDRADE, Luciana Teixeira de; JAYME, Juliana Gonzaga. Centro e periferia: refletindo sobre seus significados no contexto contemporâneo de grandes cidades. In: IX REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 10 a 13 de Julho de 2011, Curitiba, PR. Antropología de las periferias urbanas: transformaciones sócio-territoriales, desigualdades en la ciudad y nuevos conflictos en el espacio público. 2011. P.1-23.

BICHIR, R., TORRES, H., FERREIRA, M. Jovens no município de São Paulo: explorando as relações de vizinhança. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.6, n.2. Nov. 2004. Disponível em: < <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/116> >. Acesso: em 14 Nov. 2018.

BRITO, Fausto; SOUZA, Joseane de. Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 19, n. 4, Dez. 2005. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400003&lng=en&nrm=iso >. Acesso: em 10 Nov. 2018.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. São Paulo: três padrões de segregação espacial. In: *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: editora 34, 2000, Cap.6. P.211-255.

FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese doutorado, IFCH-Unicamp. 2008.

HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade de São Paulo. 2010.

LAGO, Luciana Corrêa. O mercado de trabalho na metrópole do Rio de Janeiro: a 'periferia' que virou 'centro'. *Anais do Encontro da ANEP*, 2008. Disponível em: < <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1890/1848> > . Acesso em: 10 Nov. 2018.

MARQUES, Denise; RODRIGUES, Letícia. Emigrantes e Imigrantes de Belo Horizonte em relação ao restante da RMBH: uma aplicação do método "Grade of Membership" (GoM). In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006. Caxambú: ABEP, 2006. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_265.pdf> . Acesso: em 15 de Nov 2012.

MARQUES, Eduardo; TORRES, H. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. R.B. Estudos Urbanos e Regionais. nº 1, maio 2001. P.49 - 70.

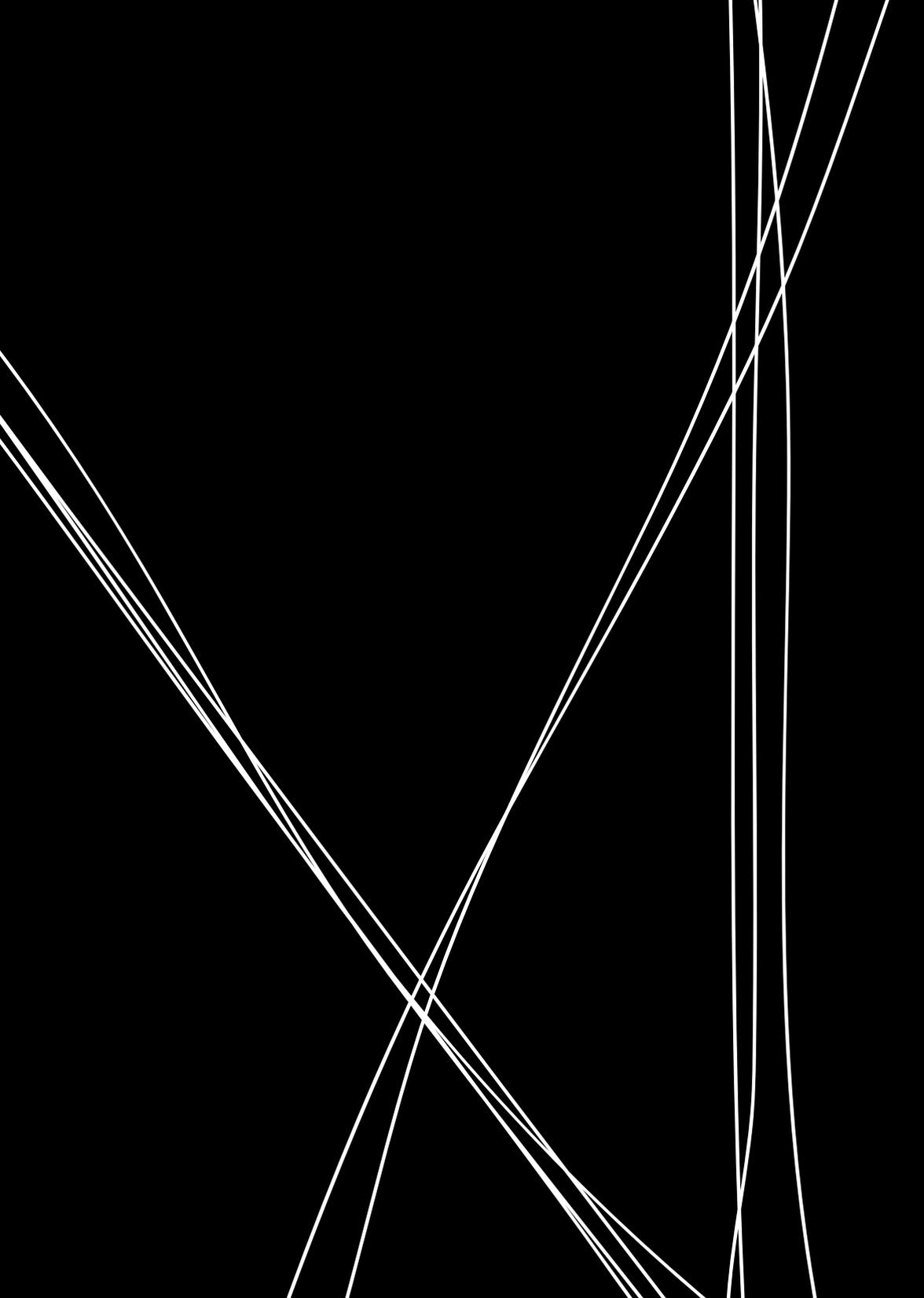
NAZÁRIO, Rejane de Oliveira; ANDRADE, Luciana Teixeira de. Da favela para o conjunto: a periferia no entorno da Cidade Administrativa de Minas Gerais. In: *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. v.17.n.21, 2ºsem.2010, P.55-71.

PANIZZI, Wrana. Entre cidade e Estado, a propriedade e seus direitos. *Espaço & Debates*, nº 26, NERU, 1989.

ROSA, Thaís Troncon. Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. In: 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26 a 30 de Outubro de 2009, Caxambu, MG. A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto. 2009.

SOUZA, Joseane; BRITO, Fausto. *A expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH: a mobilidade residencial e o processo de periferização nos anos 80 e 90*. 2008. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/a_expansao_urbana_em_bh.pdf>. Acesso em: 20 Out. 2018 .

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. (orgs.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas IRD, 2006.



O ESTIGMA DO INVASOR NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO - O CASO DE BELO HORIZONTE

Lisandra Mara Silva e Josemeire Alves Pereira

Resumo: No campo dos estudos urbanos, a cidade pode ser compreendida como um palco de disputas e também como substrato da dialética socioespacial, tal como nos propôs o geógrafo Milton Santos. A cidade capitalista, produzida por processos histórico-sociais é uma cidade social e racialmente segregada e hierarquizada; cidade que é base para as dinâmicas do espaço urbano e também as constitui. Partindo deste entendimento abordamos, neste artigo, elementos que possibilitam a reflexão de como a ideologia do racismo, tal como as questões socioeconômicas e de gênero – que não tomaremos, aqui, como objeto, devido aos limites deste texto –, traz subsídios para a compreensão da produção de um espaço citadino que perpassa práticas e dinâmicas que são alimentadas por mentalidades e ideologias urbanas específicas.

As reflexões são desenvolvidas a partir de uma perspectiva sobre a formação da cidade de Belo Horizonte em que indagamos os discursos dominantes e oficiais, de forma a suscitar discussão sobre a produção de invisibilidades de determinados sujeitos e suas agências nas narrativas que informam sobre as identidades da cidade, assim como sobre a configuração de classificações e estigmas que dizem sobre a negação do direito à cidade a estes mesmos sujeitos.

De modo específico, problematizamos o estigma do invasor da cidade, um conceito construído por processos histórico-sociais permeados pelas singularidades do racismo no Brasil, e que é dirigido especialmente às populações negras, pobres, moradoras de favelas, aos mocambos e quilombos. A tipificação dessas

populações como invasoras está associada a uma lógica excludente de ordenamento que caracteriza a cidade planejada em fins do século XIX para ser a nova Capital do Governo do Estado de Minas Gerais, e constitui uma prática que tem afetado profundamente ainda hoje as relações de poder que se estabelecem nas grandes cidades brasileiras.

Palavras-chave: segregação racial; espaço urbano; Belo Horizonte; racismo; favelas

1 A ideia de raça e as ressignificações de terra e trabalho

Pode-se entender o século XIX como ápice dos processos de alteração dos significados de terra e trabalho no processo de expansão do capitalismo global, como analisa Emília Viotti Costa (2010). Observa-se no período a consolidação do ideário liberal tal como elaborado por Locke (2006 [1689]) no ocidente e que reverbera mundo afora, das mais variadas formas. O fato é que nos discursos ideológicos já não era possível justificar o regime de terras coloniais, a escravidão e a colonização, diante de um ideário liberal que defende a propriedade, a liberdade e a vida. Cabe também destacar que, no século XIX, o surgimento do determinismo biológico de Darwin, que hierarquiza as espécies da natureza, acaba por influenciar a consolidação da ideia de raça. Denominada por alguns autores como Darwinismo social, a ideologia do racismo, afirmando a ideia de que existem raças superiores e inferiores, exerce importante influência sobre as práticas socioespaciais no século XIX.

No Brasil, são forjados, à mesma época, marcos legais que podem ser compreendidos como reverberações dos novos ideários do mundo globalizado, associados à dinâmica da experiência

escravista local. Em 1850 é promulgada a Lei de Terras⁷ e, em 1888, a Lei Áurea. Como discute Vainer (2000), em “Do corpo marcado ao território demarcado”, de proprietárias de escravos as elites brasileiras passam a ter paulatinamente garantido seu privilégio como proprietárias de terras, diante do eminente fim da escravidão – especialmente após a vigência da Lei nº 581, de 4-9-1850 (Lei Eusébio de Queiroz), que determinou o fim do tráfico de africanos em território do Império do Brasil (BRASIL, 2012, p.159-161). A abolição formal do regime escravista, retardado ao máximo possível, durante o regime monárquico⁸, pelas forças econômicas tradicionais, atendeu aos arranjos políticos forjados nas disputas entre interesses destas mesmas elites e daquelas de tendência mais liberal que se firmavam no cenário brasileiro, em fina sintonia com os interesses internacionais⁹.

Importante observar que as experiências de construção da liberdade da população negra, contudo, antecedem a abolição oficial da escravidão, pois as práticas sociais e as relações do cotidiano acabam por incidir sobre os regimes jurídicos, especialmente a partir da agência de escravizadas e escravizados. Certo é que, desde pelo menos o século XVIII, como nos deu a conhecer Silvia Hunold Lara (1988), estas pessoas recorriam à Justiça, contra o abuso do poder senhorial na administração

7 Uma importante leitura sobre os efeitos da Lei de 1850 é proposta por Ligia Osório Silva, em seu livro “Terras Devolutas e Latifúndio”. Cf. SILVA, 2008.

8 O historiador Sidney Chalhoub (2012) discute, a propósito deste assunto, a “força da escravidão” enquanto instituição social, no Brasil, considerando-se a vigência de escravidão ilegal no Império, que mantinha cativas populações africanas que foram introduzidas no país, mesmo após a Lei do Governo Feijó, de 7-11-1831, que declarava livres “todos os escravos vindos de fora do Império” (BRASIL, 2012, p.69-71).

9 Estas últimas, desde fins do século XIX, protagonizam os discursos e práticas de “desenvolvimento” e “modernização nacional” que, em Minas Gerais, repercutirão em projetos de modernização, dentre os quais o que determinou a construção de uma Nova Capital para o Estado.

de castigos físicos, por exemplo. Em Minas Gerais, a prática de alforrias por quartação, condicionadas ou por compra¹⁰ foi bastante utilizada, resultando na grande quantidade de libertas/os na Província, desde, pelo menos, o início do século XIX.

No mesmo período, é fortalecida na Europa a ideologia do branqueamento que, no Brasil, reverbera na crença de que para a construção de uma sociedade republicana fundamentada no trabalho livre é preciso constituir força de trabalho adequada – entenda-se passível de controle e branca. Assim, desde fins do século XIX, ganham força os debates veiculados nas produções intelectuais (RODRIGUES, 1932 [1903]; OLIVEIRA VIANNA, 1920, 1959; FREYRE, 1950 [1933]; PRADO, 1997 [1928]) e nas esferas de poder, em que se buscam forjar projetos de nação, nos quais a constituição racial¹¹ da população deixasse de ser “empecilho” ao desenvolvimento. Em sintonia com este pensamento, como se sabe, foi experimentado um esforço de branqueamento da população, por meio do estímulo à imigração de trabalhadores europeus¹².

É neste contexto que a Nova Capital de Minas é idealizada. No sítio do antigo Curral Del Rey, passa a ser projetada uma cidade ordenada, moderna, signo da própria República (MELLO, 1996) e branca – considerando-se que a maioria dos trabalhadores negros

10 Sheila de Castro Faria apresenta detalhada descrição dos tipos de alforria, no Brasil, enfatizando o caráter diverso e dinâmico destas práticas. Cf. FÁRIA, 2007. Ver também, estudo sobre o tema em Minas Gerais, realizado por Andréa Lisly Gonçalves. Cf. GONÇALVES, 2011.

11 Considerando dados do Censo de 1872, Sidney Chalhoub calcula que do total de 9.930.478 habitantes que compunham a população brasileira à época, 57,96% (5.756.234) eram classificados como pretos ou pardos, entre livres, libertos ou escravizados. Excluindo-se os escravizados, “chegamos a uma população livre de cor de 4.245.328 pessoas, ou seja, 42,7% dos habitantes do país eram indivíduos livres de cor, logo egressos da escravidão e seus descendentes, pretos e pardos.” (CHALHOUB, 2010, p.34-35).

12 Jair Ramos aborda as concepções da época acerca do “imigrante indesejado” e daquele ideal. Cf. em RAMOS, 1996.

que já habitavam o território e os que para ali afluíam de todos os cantos de Minas Gerais, não eram contemplados como futuros moradores nos planos da nova cidade¹³.

Com a escolha do terreno onde se assentava o Arraial como local para a construção de uma nova capital para as Minas, promoveu-se uma grande alteração no sítio e nas dinâmicas socioeconômicas existentes (SALGUEIRO, 1997; GUIMARÃES, 1996a). A capital anterior, Ouro Preto, uma cidade antiga, colonial, assentada em um sítio com características que limitam sua expansão, já não representava os interesses e ideais da elite mineira em tempos de abolição da escravidão e advento da república – que, conforme vimos, foram administrados pelas elites econômicas do país, de forma a atenderem aos novos anseios liberais de desenvolvimento e, no caso de Minas, como em outras regiões do país, ancorado no discurso da modernidade e do progresso. Assim, sobre um povoado antigo, até então pacato e, à época, com poucos moradores, foi projetada uma cidade para centralizar a economia e a política do Estado (AGUIAR, 2006).

2 A cidade chegou depois: sobre os que ali estavam...

No Anuário Estatístico de Minas Gerais, de 1911, Nelson de Senna, preocupado em aferir e atestar os índices de “brancura” da população do Estado, faz referência a um “ensaio” de recenseamento realizado na Capitania das Minas Gerais, observando, consternado, que da composição da população local, calculada em 319.769 habitantes:

13 Berenice Guimarães, dentre outros estudiosos da história de Belo Horizonte, analisa o problema da habitação (ou da ausência dela) para os operários que atuaram na construção da cidade. Cf. GUIMARÃES, 1991.

A comarca do Rio das Mortes foi a que recenseou maior número de brancos – 29.926; e a de Villa Rica a que recenseou o menor – 12.679. Mas aquela em que a proporção delas baixou ao mínimo foi a do **Rio das Velhas**, que apresentou **14.394 brancos contra 85.182 mestiços e pretos** ou apenas 14% da população total. A do Serro Frio ficou no meio com 13.665 brancos, embora fosse a menor da população (MINAS GERAIS, 1911, p.255)¹⁴.

A preponderância de população não branca nas Minas Gerais manteve-se, mesmo após o declínio da exploração aurífera, inclusive nas regiões mais fortemente povoadas em função desta atividade, no período anterior. No entorno destas regiões já haviam se formado diversos arraiais que desenvolviam a chamada economia de subsistência e que, desde o século XVIII, abasteciam os povoados onde se exercia mais fortemente a mineração (LIBBY, 1988). A composição étnica e racial destes vilarejos, pelo que indicam as fontes disponíveis, repercutia o impacto da forte presença de africanos empregados como força de trabalho, em regime de escravidão, desde o século XVII, na região. Ao final do século XIX, o Recenseamento de 1872 (BRAZIL, [1874?]) apontava que da população total – computada em 2.039.735 habitantes para a Província de Minas Geraes – , apenas 40,7% destes eram reconhecidos como brancos, sendo os demais 59,3% registrados da seguinte forma: 34,5% pardas/os, 23,14% pretas/os e 1,58% caboclas/os.

Não sendo um dos principais núcleos de exploração do ouro da época, mas constituindo-se como lugar de passagem de tropeiros, viajantes e comerciantes, o Arraial do Curral Del Rey, que integrou a Comarca do Rio das Velhas e, no século XIX, a de

Sabar¹⁵, foi formado, como várias outras cidades mineiras, a partir da instalação de famílias nas proximidades de cursos d'água, da Serra do Curral. O povoado – um entreposto de guarda e comércio de gado –, desenvolveu também uma economia baseada na produção de víveres para o abastecimento das regiões vizinhas¹⁶. Sua população, durante todo o século XIX, foi predominantemente constituída, nos termos da época, por pessoas *pardas ou mulatas*¹⁷, *pretas* e africanas de diversas nações, sendo as pardas, majoritariamente livres, tal como pode ser verificado nos quadros abaixo, em dois momentos do século – destacando-se quanto a esta condição, especialmente as mulheres pardas que, paulatinamente, conquistavam sua alforria e a dos seus.

Quadro 1 – População Curral Del Rey (1816) – Cor, Sexo e Condição

	Homens	Mulheres	Totais
Branços	1629	1607	3236
Pretos Livres	582	762	1344
Pretos Escravizados	3670	2064	5734
Mulatos Livres	3466	3838	7304
Mulatos Escravizados	360	336	696
Totais	9707	8607	18314

Fonte: Mapa da População do Termo da Villa Real do Sabará em o anno de

15 Ao longo de sua história, os limites do Curral Del Rey, tal como sua condição de Arraial ou de Distrito, bem como sua população, variaram de acordo com as mudanças políticas e administrativas de Minas Gerais e do Brasil, durante os períodos colonial e imperial.

16 Os termos de classificação da população foram mantidos tais como aparecem nas fontes.

17 Embora não se trate de termos correspondentes, “mulato” e “pardo” funcionam como categorias que informam sobre as dinâmicas de associação entre cor e condição (Cf. LARA, 2012). Trata-se de uma situação social em que as características fenotípicas são apropriadas, aproximando ou afastando a percepção social de determinado indivíduo de como livre, liberto ou escravizado.

1816 (APM)

Dados transcritos e compilados por Josemeire Alves Pereira.

Quadro 2 – População do Distrito da Paróquia do Curral Del Rey (1840) – Cor, Sexo, Condição

	Homens	Mulheres	Totais
Branços	191	188	379
Pardos Livres	542	633	1175
Pardos Escravos	38	44	82
Pretos Livres	83	105	188
Pretos Escravos	246	171	417
Totais	1100	1141	2241

Fonte: Mappa da População existente no Distrito da Parochia do Curral D' El Rei em o anno de 1840 (APM Coleção Mapas de População)

Dados transcritos e compilados por Josemeire Alves Pereira.

Do pouco que se conhece sobre essa população, a que na atualidade poderia ser denominada de negra, segundo critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sabemos que, até o advento da decisão pela mudança da Capital do Estado de Minas Gerais, vivia fundamentalmente da produção agrícola de subsistência, trabalhando possivelmente como agregada – quando livre – ou como escravizada, nas grandes propriedades da região. Congregavam-se, possivelmente, muitas/os das/os que a compunham, na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey e reuniam-se, para as celebrações, na Capela (Figura 1) de mesmo nome erguida pela mesma Irmandade, a partir de 1811¹⁸.

18 Conforme registrado no documento *Copia de um Instrumento em Publica forma com o teor da Confirmação de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario dos Pretos da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral De El-Rey Commarca de Sabará como abaixo se declara.*(sic) (APM – CMOP Cx: 82 Doc: 03).

Figura 1 - [Reprodução adaptada] Largo do Rosário



Fonte: Arquivo Público Mineiro (APM) - Fundo Secretaria da Agricultura | Série: Comissão Construtora da Nova Capital. *A antiga Capela do Rosário*, ao fundo, à esquerda. Esta é dos poucos registros conhecidos da Capela.
Fotógrafo: João Salles (1895c.)

Dentre as raras famílias mais abastadas, é possível que houvesse as que habitassem algumas das casas de alvenaria, aos moldes da arquitetura colonial, situadas nas imediações do Largo do Rosário e no entorno da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, por exemplo, ou fossem proprietárias de pequenas propriedades agrícolas na região. No entanto, provavelmente a grande maioria residia nas fazendas em que trabalhavam, ou em habitações construídas a partir de referenciais africanos de padrão arquitetônico (Figura 2) e que foram pejorativamente denominadas como “cafuas”, de acordo com a classificação das habitações à época¹⁹.

19 O termo *cafua*, para designar habitações similares, construídas por operários que atuaram na construção da Capital vigora durante as primeiras décadas do século XX, sendo encontrado em fontes administrativas que descrevem processos de remoção ou eliminação de “cafuas” das áreas centrais da cidade,

Figura 2 - [Reprodução adaptada] Rancho da Papuda



Fonte: Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) - BH.ALB.01-033
Fotógrafo: Raimundo A. Pinto (?) (1895c.)

Estas, tal como outras casas do Arraial, foram demolidas. Entretanto, ao contrário das demais, cujos proprietários foram indenizados pelo Governo do Estado, as “cafuas” foram simplesmente eliminadas para darem lugar à instalação de ruas e avenidas modernas e prédios públicos imponentes ou mesmo às casas dos altos funcionários da Administração Pública estadual, sem que haja muitos registros de atenção do mesmo Governo com seus habitantes²⁰.

ante os projetos de urbanização – estes, profundamente marcados, no período, pela concepção higienista.

20 Há referências ao “Tombamento” de cafuas, no Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital, mas quase sempre quando estas integram algum outro patrimônio de morador, a exemplo do “Processo de tombamento da casa, terreno e cafua de Anna Joaquina de Faria – Rua de Trás” ou do “Processo de tombamento da casa e cafua de Camilo Ferreira Palhares – Fazenda da Cancela”, cf. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital.

Assim como elas, foram destruídas as capelas de Santana e a do Rosário, já referida – mas, neste caso, após negociação com a Arquidiocese de Mariana. Diferente da primeira, a Capela do Rosário – que se localizava no Largo do Rosário, nas imediações da atual Av. Álvares Cabral e ruas da Bahia, Espírito Santo, e Guajajaras – foi reconstruída na confluência entre as atuais ruas São Paulo e Tamoios, com Av. Amazonas.

De seu antigo nome foram excluídas as referências à experiência da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos e a nova capela, embora denominada apenas por “Nossa Senhora do Rosário”, é popularmente conhecida como “Igrejinha de Santo Antônio” e sempre muito frequentada pela população simples, que transita pelo Centro de Belo Horizonte – quiçá herdeiras da mesma ancestralidade que fez resistirem as mulheres e os homens negros que por aqui passaram ao longo dos séculos...

3 Segregação racial e *gentrificação*

Em julho de 1897 – antes de inaugurada a Capital, portanto –, o Padre Francisco Martins Dias, vigário da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem e testemunha das transformações por que passava o antigo Curral Del Rey²¹, em função da construção de Belo Horizonte, assim registrava, a respeito da remoção da população local:

Mais de uma vez ouvimo-lo dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Bello Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando; mas se, com efeito,

21 À época, Distrito de Bello Horizonte, que depois se desvincularia da Comarca de Sabará, como Cidade de Minas e, depois, município de Belo Horizonte.

eram esses os planos e o desejo do dr. Aarão [Reis], não se realizaram, porque foram modificados e abrandados; e, como se viu e se vê ainda, grande parte dos habitantes permaneceu no arraial. Apenas 6 ou 7 famílias se retiraram para fora do distrito e o fizeram espontaneamente; todas as demais se estabeleceram, umas nas imediações da área suburbana da nova cidade, e outras conservaram-se mesmo na povoação... (DIAS, 1997 [1897], p.84)²².

No capítulo seguinte, prossegue o Padre:

Calafate e Piteiras foram o asilo da pobreza, e hoje estão quase transformados em dois arraialetes.

De um misto de sentimento e de esperança foi-nos a assistência do êxodo da antiga população para os lugares supra-indicados. Movemo-nos à compaixão por vermos as dificuldades com que lutavam os pobres, para de novo se estabelecerem, por vermo-los, muitas vezes, com as lágrimas nos olhos, se queixarem da sorte, pelas peripécias e amarguras porque iam tão bruscamente passando.

Era uma cena triste e comovedora essa da emigração da maioria dos habitantes para outras paragens mais recônditas e solitárias de seu querido Curral D'El-Rei!

...

As casas deixadas pelos seus ex-proprietários foram logo ocupadas pelas famílias dos membros da comissão construtora da nova capital (sic); e, como não havia cômodos para os demais obreiros da nova cidade mineira, iam estes se acomodando, como podiam, em barracões e cafúas, que, a cada momento, e por todos os recantos do arraial, surgiam, como cogumelos nas queimadas, em tempo de chuva.

...

Umhas centenas de cafúas e barracões que se veem

agrupados ou disseminados aqui, acolá, são tendas dos operários da nova cidade, e que são demolidos com a mesma facilidade com que são construídos, conforme as exigências do andamento dos serviços o reclamam. (DIAS, 1997 [1897], p.85-87, 105)

Alguns elementos da descrição do Padre Francisco Martins parecem ecoar na história da cidade, constituindo-se signos de um mesmo método de domínio do espaço urbano, desde o advento da construção da cidade até a atualidade: em nome do progresso ou da ordenação do espaço urbano, a ação dos poderes públicos, cada vez mais associados aos interesses de mercado, dirige-se para a remoção de populações identificadas pelos mesmos como indesejáveis. A violência desta ação incide, quase sempre, sobre as populações mais vulneráveis economicamente e que, pelo que nos indicam as fontes disponíveis, têm sido constituídas majoritariamente por não brancos.

A despeito do silêncio quase total da literatura acerca da composição etnicorracial destas populações, é importante ter presente que, tal como vimos para o século XIX, durante as primeiras décadas do século XX, há indícios documentais que atestam que era constituída por *pretos* e *mestiços*, a maioria da população de Belo Horizonte, conforme pode ser observado no Quadro 3, que apresenta dados da Santa Casa de Misericórdia.

Quadro 3 - Quadro comparativo - Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte - Doentes admitidos, 1908-1935 (Cor/Raça)²³

	1908	1910	1911	1912	1913	1914
Branços	90	321	381	616	896	859
Pretos	39	230	376	538	636	556
Mestiços	79	708	861	1165	1282	1068
Totais	208	1259	1618	2319	2814	2483

	1915	1916	1917	1918	1921	1923
Branços	764	774	756	1016	1087	1089
Pretos	615	640	848	621	771	687
Mestiços	819	825	603	1295	1405	1557
Totais	2198	2239	2207	2932	3263	3333

	1928	1929	1930	1931	1934	1935
Branços	1150	1444	2267	223	1450	1999
Pretos	1287	1222	1123	2530	1390	1383
Mestiços	2595	2781	2208	1140	2725	2675
Totais	5032	5447	5598	3893	5565	6057

Fonte: APM – Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (1908-1935)²⁴

Dados compilados por Josemeire Alves Pereira.

Dentre aquelas/es que chegavam e permaneciam na nova cidade, atraídos pelas enunciadas oportunidades de trabalho remunerado e recursos médico-hospitalares, haviam muitos

23 As expressões “Branços”, “Pretos” e “Mestiços” são as registradas nas fontes.

24 Foram analisados os Relatórios do período entre 1901 a 1935. Contudo, somente a partir de 1908 são registradas neles informações sobre cor.

trabalhadores/as egressos/as do regime escravista²⁵ e seus descendentes. Somavam-se à população africano descendente que permanecera no território do antigo Curral Del Rey. Dentre os que chegavam, em número cada vez maior, é bastante provável que se encontrassem os moradores da Favela do Leitão e do Alto da Estação, removidas em 1902 para a região da Barroca e, dali, em diversos outros momentos, para regiões cada vez mais afastadas do perímetro urbano daquela que fora pensada como uma capital republicana por excelência.

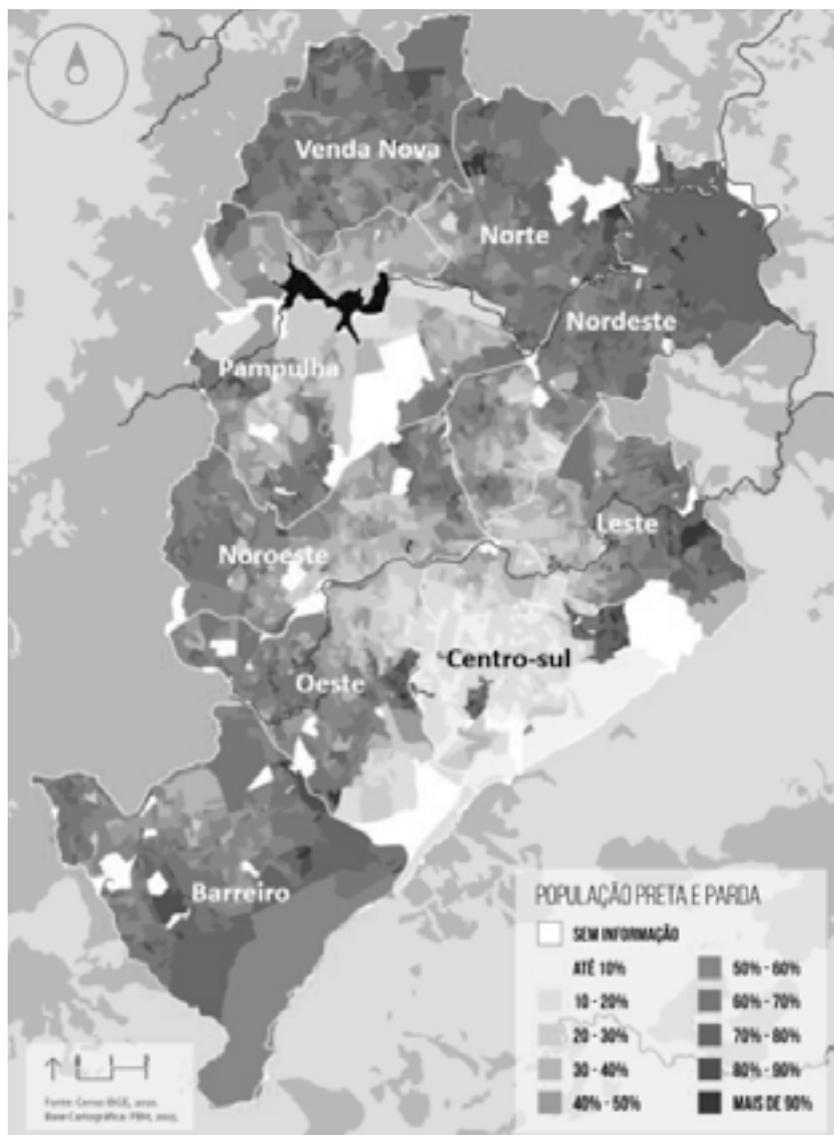
Como afirma Berenice Guimarães (1992, p.2), a partir dos anos 1930, buscando “conter a desordem urbana e promover o desenvolvimento da cidade”, a justificativa governamental para a remoção das favelas – mesmo que localizadas fora do centro da cidade – foi a necessidade de realizar obras de natureza sanitária e urbanística de interesse da coletividade.

Desta época é, também, ainda segundo Guimarães (1996b), a associação de uma imagem de periculosidade às favelas da cidade, que passaram a ser consideradas possíveis focos de epidemia e criminalidade – o ambiente onde prolifera a marginalidade. Deste novo processo de remoção escaparam apenas as ocupações localizadas em regiões mais elevadas da cidade, ou naquelas difíceis de serem urbanizadas e que, até certo momento, não apresentavam, portanto, interesses para o mercado imobiliário. Observa-se, contudo, a resistência dos moradores de alguns destes núcleos, que voltavam a ocupar o mesmo local alvo das remoções, refazendo suas comunidades, como no caso da Pedreira Prado Lopes, das Vilas Pindura-Saia, Acaba Mundo e dos Marmiteiros, que resistiram a vários processos de remoção.

25 Consideram-se, aqui, mesmo os inúmeros livres e libertos, mesmo antes de 1888.

Os dados demográficos mais recentes sobre Belo Horizonte, representados no Mapa 1, quanto ao perfil etnicorracial da população, evocam dois elementos importantes. O primeiro deles diz respeito à preponderância de população negra, apresentando-se como um traço de continuidade desde os tempos do Curral Del Rey, que se reafirma no presente: segundo o IBGE, em 2010, dos 2.375.151 habitantes de Belo Horizonte cerca de 52% autodeclaravam-se pretos ou pardos e 46,7% brancos. O segundo aspecto faz referência à atual concentração desta população nas regiões da cidade geográfica e socialmente produzidas como periféricas, o que denota uma mudança fundamental em relação ao perfil da população até os primeiros anos da história da cidade: é expressivo o resultado da segregação racial no espaço da capital de Minas Gerais, produzido, paulatina e sistematicamente durante todo o século XX e que repercute no adensamento das populações de outros municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Mapa 1 – População preta e parda em Belo Horizonte: distribuição por setor censitário do IBGE 2010



Fonte: Lisandra Mara Silva (2018)

Considerações Finais

Estudos importantes sobre as cidades têm reiterado, até bem recentemente, a ideia de “cidade partida” ou dividida entre a ocupação “formal” ou “informal” – neste caso, subsidiada pelo parâmetro da legalidade, como referência de produção e ordenamento do espaço urbano. Desta perspectiva, as populações eleitas como indesejadas ao tipo almejado de uso do território da cidade são caracterizadas como “invasoras”, “ilegais”, “não formais”.

O caso de Belo Horizonte, no entanto, nos sugere indagar sobre a possibilidade de entendimento de que o “legal” é que invade o território, por meio de “objetos técnicos” (SANTOS, 1998) eficazes aos intentos capitalistas sobre a cidade, e a partir de uma lógica urbanística atravessada por acepções sustentadas pelo que se pode denominar de racismo estrutural – marca ainda perene da formação social brasileira.

Se considerada a presença negra predominante da população do Curral Del Rey, acentuada, numericamente, pelas populações que chegavam e se fixavam à nova cidade, a perspectiva de quem “invade” o território muda: a “cidade”, enquanto representação de interesses políticos e econômicos específicos, é que foi imposta aos territórios já constituídos por populações e culturas tomadas, a partir de então, como obstáculos aos diversos projetos de modernidade e desenvolvimento articulados a partir desses mesmos interesses.

A mesma cidade, contudo, tem sido forjada por processos de aparente assimilação, mas também pelas resistências oferecidas pelas populações afetadas em seus direitos – inclusive os de propriedade, como no caso dos quilombos de Luízes e Mangueiras e de outras tantas famílias negras residentes há muitas décadas

em bairros cada vez mais gentrificados. Forjada também pela resistência dos que vivem nas vilas, favelas e bairros pobres geograficamente periféricos, alvos de projetos de “urbanização” que possibilitam a continuidade e ampliação dos projetos destinados à sua eliminação física e simbólica.

Fontes:

Arquivo Público Mineiro (APM) - *Cópia de um Instrumento em Publica forma com o teor da Confirmação de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosario dos Pretos da Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral De El-Rey Comarca de Sabará como abaixo se declara. (sic)* (CMOP Cx: 82 Doc: 03).

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) - *Processo de tombamento da casa, terreno e cafuno de Anna Joaquina de Faria - Rua de Trás*. Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital.

Processo de tombamento da casa e cafuno de Camilo Ferreira Palhares - Fazenda da Cancela. Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital.

Referências:

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. *Vastos Subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte*. 2006. 443p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BRASIL. [Império] Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typografia G. Leuzinger, [1874?].

BRASIL. 1823-1888. *A Abolição no Parlamento: 65 anos de lutas*. Brasília: Senado Federal, 2012. Volume 1.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social: Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp*. Campinas, n.19, primeiro semestre de 2010. (Dossiê Racismo: História e Historiografia), P.33-62.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 351p.

DIAS, Pe. Francisco Martins. *Traços Históricos e Descritivos de Belo Horizonte*. Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, 1997 [1897].

FARIA, Sheila de Castro. A riqueza dos libertos: os alforriados no Brasil escravista. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio. (Orgs.) *Território, Conflito e Identidade*. Belo Horizonte: Capes | Argumentum, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 6a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950 [1933].

GONÇALVES, Andréa Lisly. *As Margens da Liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte: Fapemig | Fino Traço Editora, 2011.

GUIMARÃES, Berenice. *Cafuas, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, cidade planejada – 1894-1945*. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro/RJ, 1991.

_____. *Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.7, n.2 e 3, maio/dez. 1992.

_____. *A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis*. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (Orgs). *Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996a.

_____. *As vilas e favelas em Belo Horizonte: o desafio dos números*. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz e PECHMAN, Robert (Orgs). *Cidade, povo e nação: Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996b.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da Violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

_____. *No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista*. In: XAVIER, Regina Célia Lima. (Org.). *Escravidão e Liberdade: Temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Col. 100 anos da Abolição 1888-1988).

LOCKE, Jonh. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução de Magna Lopes e Marisa Lobo da Costa. Organização de Igor César F. A. Gomes. Clube do Livro Liberal. Petrópolis: Editora Vozes, 2006 [1689]. Disponível em: http://www.xr.pro.br/if/locke-segundo_tratado_sobre_o_governo.pdf. Acesso em: jan. 2017.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira de. *A noiva do trabalho – uma capital para a República*. In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *BH – Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: Ed. C/Arte, 1996.

MINAS GERAIS. *Anuário Estatístico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: IMPRENSA OFICIAL, 1911.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Rio de Janeiro, RJ: Monteiro Lobato, 1920.

_____. *O ocaso do Império*. 3a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 19-- [1959].

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 9a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1928 [1997].

AMOS, Jair de Souza. Dos Males que Vêm com o Sangue: as Representações Raciais e a Categoria do Imigrante Indesejável nas Concepções sobre Imigração da Década de 20. In: MAIO, Marcos Chor (Org). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo, SP: Nacional, 1903 [1932].

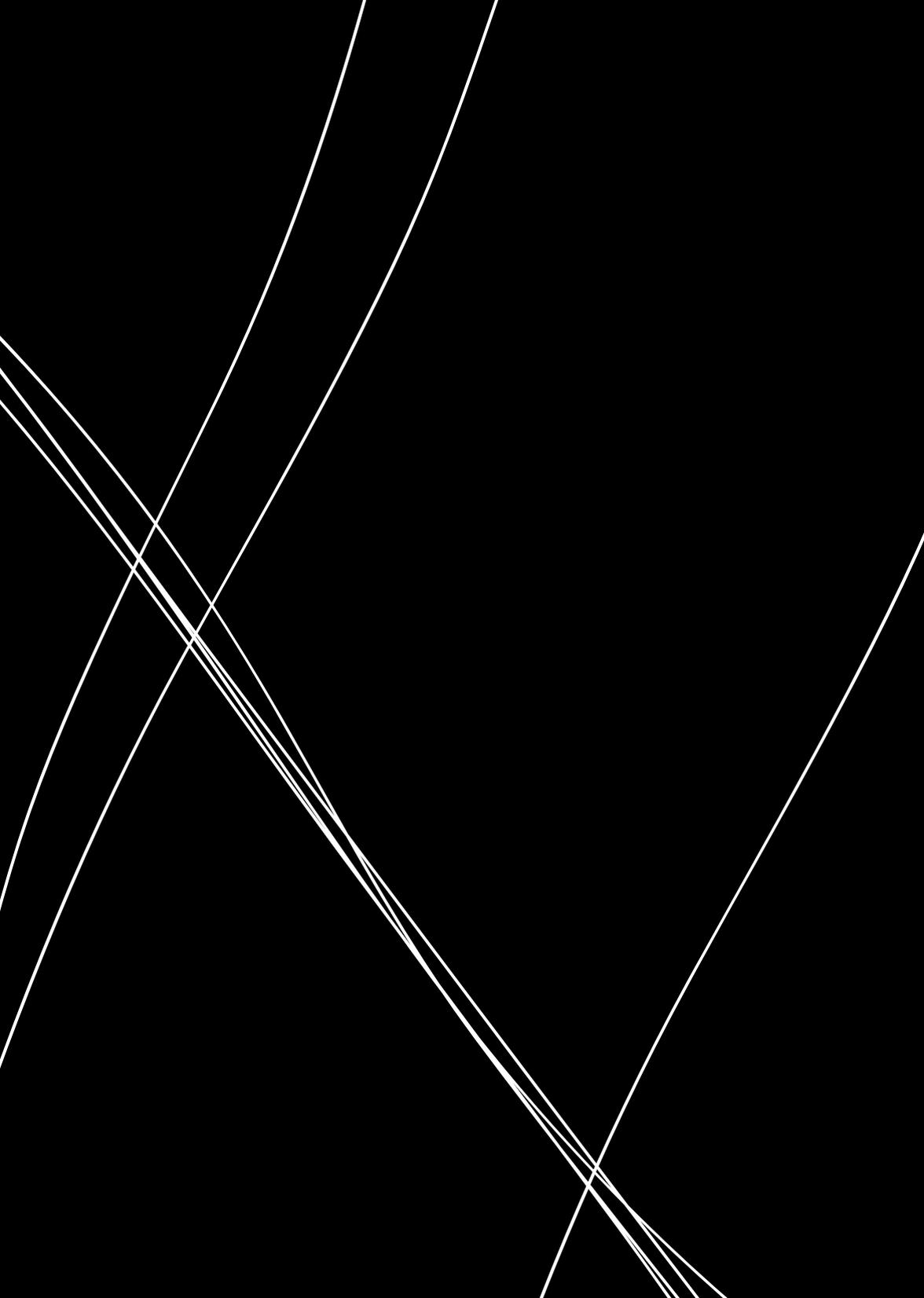
SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: O Progresso Como Missão*. Belo Horizonte: Ed. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997. (Col. Centenário).

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. 4ª edição, São Paulo: Editora Hucitec. 1998.

SILVA, Ligia Osorio. *Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850*. 2.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

SILVA, Lisandra Mara. *Propriedades, Negritude e Moradia na Produção Social da Segregação Racial da Cidade: cenário de Belo Horizonte*. 2018. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

VAINER, Carlos Bernardo. *Do corpo marcado ao território demarcado: uma leitura da transição para o trabalho livre como ponto de partida para uma história da mobilidade do trabalho no Brasil*. Cadernos de migração: São Paulo, n. 7, 2000.



ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DAS NEVES E SEUS IMPACTOS NA IDENTIDADE DE SEUS MORADORES

Marcos Antônio Silva

Resumo: O artigo busca discutir a questão identitária em Ribeirão das Neves²⁶ a partir de uma breve análise dos elementos históricos e conjunturais que favorecem a construção de estigmas sobre sua população, fato que propicia a rejeição à autoidentificação de parte significativa dos cidadãos neveses frente a sua cidade. A naturalização da pobreza e a relação com a capital, Belo Horizonte, são investigados como elementos que favorecem este processo de segregação socioespacial e estigmatização no município. Salienta, ainda, os impactos que o modelo de desenvolvimento presente em nossas cidades e a política de construção das Regiões Metropolitanas têm no processo de aprofundamento das desigualdades entre os municípios que compõem o seu território, sinalizando para a necessidade de formulação de políticas públicas que busquem diminuir as disparidades e criar possibilidade de desenvolvimento autônomo das regiões que crescem de forma “espontânea” no entorno das capitais. Assim, busca apontar como os movimentos que envolvem o intercâmbio populacional entre a capital e o município em questão colaboram para a perpetuação do abismo socioeconômico entre as duas cidades, influenciando a construção de uma identidade deteriorada dos moradores de Ribeirão das Neves.

26 Cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte, distante 36 quilômetros da capital, com cerca de 331 mil habitantes e território de 155,454 km², tem como características a concentração de unidade prisionais e grande explosão demográfica ao longo de sua história, chegando a enfrentar um crescimento populacional de 27% ao ano nas décadas de 1970 e 1980.

Palavras-chave: Ribeirão das Neves; identidade; segregação socioespacial; gentrificação.

1 O Lugar do Autor

Nasci e vivi a maioria dos dias de minha existência em Ribeirão das Neves. Não sei se cabe iniciar um artigo que se propõe científico desta forma, mesmo com a eminente superação da ideia de imparcialidade e da busca por uma verdade única sobre um fato – a qual fez e faz muito mal à ciência e ao jornalismo, principais meios de construção dos mitos de verdade da modernidade. Correndo esse risco, inicio este texto, o qual buscará discutir a questão identitária do povo nevensense, seu pertencimento e respectivamente o seu próprio autoreconhecimento como singular, pontuando claramente o lugar do enunciador, assim dizendo que sou nevensense.

Foi de fundamental importância para a minha formação como sociólogo o fato de ter nascido nesta relação de troca sempre desigual entre Belo Horizonte – a capital, centro econômico, político e intelectual do povo mineiro – e Ribeirão das Neves – cidade entendida como periférica, dormitório, carcerária e até mesmo “das Trevas”²⁷ –, fez-me perceber, na prática, o que a teoria tem a dizer sobre estigma, desigualdade, exclusão, dominação e ideologia – todos conceitos muito caros à Sociologia.

27 Em documento oficial da Secretaria de Educação de Minas Gerais a cidade foi nomeada como “Ribeirão das Trevas”. Tal ato falho por parte de um grupo de servidores públicos traz à tona o preconceito enfrentado por moradores da cidade, que pelo fato de viverem em uma periferia (social e geográfica), que concentra um grande número de unidades prisionais, são tachados com inúmeros estereótipos. Ver reportagem <https://noticias.r7.com/minas-gerais/ribeirao-das-trevas-quatro-funcionarios-sao-punidos-por-gafe-em-jornal-do-governo-11102013>.

Estar do lado de cá, de quem é auscultado, examinado e sentenciado pelas teorias sociais, estatísticas e indicadores sociais como excluído, flagelado e roubado em seu mais importante bem, que é a cidadania, e mesmo assim perceber a inércia do poder público e da sociedade em sanar estas chagas teve um papel fundamental em minha formação. Ao longo dessa dupla realidade, como pesquisador e morador de periferia, percebi que, ao contrário do que se esperava, a sociedade e o poder público, por suas ações ou ausências, alimentavam os preconceitos cotidianos contra os moradores da periferia, fazendo com que eles, as próprias vítimas da opressão, assumissem o discurso do opressor que o vitimiza, como descreve Freire (1985). Ou não é isso que acontece quando um jovem de Ribeirão das Neves que trabalha ou estuda em Belo Horizonte conta para seus colegas que mora em Venda Nova, bairro de Belo Horizonte que faz divisa com Justinópolis, distrito de Ribeirão das Neves, com medo do julgamento prévio e preconceito enfrentados pelos moradores desta cidade?

Esse cenário ajudou-me a entender, na prática, a complexidade do conhecimento produzido pelas Ciências Sociais. Matta (1993), ao comparar este com outros campos do conhecimento, afirma que os pesquisadores que estudam outros seres vivos – como, por exemplo, os biólogos – podem descrever os hábitos, costumes e instintos da espécie alvo de seus estudos, sabendo que essa jamais irá contestar o que por ele foi escrito. Esta condição permite que os profissionais que estudam espécies não humanas operem a partir da construção da dicotomia entre sujeito (que conhece ou busca conhecer) e objeto (a chamada realidade ou fenômeno sob escrutínio do cientista).

Já as Ciências Sociais, por pesquisarem os seres humanos, por mais que tentem reproduzir esse modelo em seus estudos, não desfrutam do privilégio da não contestação do seu “objeto

de pesquisa” frente às suas conclusões. Assim, permitidos pelas conjunturas e possibilidade de acesso à informação, os próprios “objetos de pesquisa”, ou seja, determinadas comunidades humanas, podem ter acesso aos estudos produzidos ao seu respeito e questionar, legitimar ou contestar as conclusões nestes defendidas.

Desta forma, este artigo constitui uma análise de um nativo sobre a conjuntura à qual está submetida sua aldeia, Ribeirão das Neves, apresentando a sua visão sobre os fatos, em busca de uma narrativa que nos aproxime do entendimento sobre o complexo fenômeno da segregação socioespacial e econômica que os moradores desta cidade sofrem, no contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte e os reflexos dessa condição na questão identitária e de pertencimento do povo nevensense.

2 Pertencimento e identidade: o que nos une também pode nos separar

A questão identitária configura-se como uma das dimensões mais importantes da constituição de um povo. A identidade coletiva permite que um grupo de pessoas se identifique como pertencente ao mesmo coletivo e passe a defender causas comuns que tenham como objetivo o benefício de todos.

Transposta para universo das cidades, a questão identitária dialoga diretamente com a noção de pertencimento, configurando-se como elemento fundamental para que determinado território classificado administrativamente como município se transforme em uma cidade. A diferença parece ser sutil, sendo estes termos, inclusive, classificados como sinônimos. Mas, simbolicamente, há um grande abismo entre eles. A cidade remete a um conceito

cultural e histórico, ligado a uma alma coletiva, e só pode existir frente à consciência de seu pertencimento. As cidades como um ser vivo nascem, crescem e podem morrer, como foi o caso do povoado de Bento Rodrigues, um embrião de cidade, situada no município administrativo de Mariana, mas com identidade própria e singular, que foi devastada pelo rompimento da barragem da Mineradora Samarco. Neste povoado a lama levou mais do que as casas e bens materiais, mas parte da própria identidade das pessoas que ali moravam. Situações similares encontramos nas inúmeras cidades atingidas direta ou indiretamente por barragens, oriundas da construção de hidroelétricas, as quais quando não destruídas fisicamente têm suas almas dilaceradas pelas mudanças estruturais impostas pela alteração da biodiversidade, do curso dos rios, etc.

A identidade das cidades pode ser condicionada por uma vocação econômica ou cultural, assim temos a identidade reforçada por uma atividade específica, onde a localidade incorpora a sua identidade a esta vocação e passa a se autodenominar, como exemplo: a cidade do café, cidade do couro, cidade do sapato e até mesmo cidades que têm sua identidade marcada por características sobrenaturais, como São Tomé das Letras – polo de peregrinação de grupos exotéricos –, ou a cidade de Varginha, conhecida mundialmente pela comunidade ufológica, devido à possível ocorrência de um contato extraterrestre na região.

Fato é que – de maneira espontânea ou motivada por políticas governamentais, via programas publicitários, ou grupo de pessoas que compõe a comunidade –, as cidades incorporam esses elementos à cultura local e passam a reproduzir a identidade construída como natural. O antropólogo Lévi Strauss (1975), em sua obra “Totemismo Hoje”, explicita de forma analítica e crítica os limites e as permanências em associar características

externas à sua natureza humana e ao comportamento de determinados grupos sociais. Seu trabalho parte da análise de estudos que, ao longo da história da antropologia, associavam os sistemas de organização social de “tribos indígenas” ao que denominavam “Totemismo”, que consiste na existência de uma relação próxima, como um parentesco, entre determinado grupo de pessoas, denominado de clã, e objetos naturais sagrados como animais e plantas. Assim, uma espécie animal representaria as características psicológicas de uma determinada tribo. Em suas análises, os antropólogos investigam como os integrantes destas tribos incorporam as características de seu totem e passam a se identificar e pautar seus comportamentos segundo as características do animal ou planta símbolo de seu povo – por exemplo, os integrantes do totem do tigre passavam a se comportar com bravura e violência e o clã da raposa de forma astuta e calculista.

Ao longo da história da humanidade, assim como acontece hoje com relação às identificações das cidades, características externas compõem a identidade coletiva de grupos humanos e passam a pautar a forma como estes grupos se autoidentificam e se relacionam, frente às outras comunidades que os rodeiam.

Entretanto, nem sempre uma característica que singulariza uma cidade e compõe a sua constituição identitária se configura como elemento de pertencimento positivo. Bons exemplos destes casos, no Estado de Minas Gerais, são as cidades de Barbacena – que, por abrigar ao longo de vários anos uma grande colônia de doentes mentais, passou a ser considerada a “cidade dos doidos” – e Ribeirão das Neves, foco da presente análise, que, por possuir em seu território um grande número de unidades prisionais, passou a ser considerada a cidade das cadeias. Nos dois casos podemos identificar as características do que Goffman (1993) classificou

de estigmas, denotando um sentido negativo ao sentimento de pertencimento dos moradores destas localidades.

A acepção da palavra estigma possui origem no grego e está ligada à marca de um corte ou uma queimadura no corpo e significava algo de mal para a convivência social, pois distinguia os homens livres dos escravos e criminosos. Portanto, era considerado um símbolo de desonra, no contexto particular e, principalmente, nas relações institucionais de caráter público. Na atualidade, segundo Goffman (1993), a palavra “estigma” representa algo de mal, que deve ser evitado, uma ameaça à sociedade, isto é, uma identidade deteriorada por uma ação social.

Segundo esta análise, as sociedades estabelecem modelos de categorização, no intuito de catalogar as pessoas conforme os atributos considerados “comuns” e “naturais” pelos membros dos grupos sociais dos quais participam. Estabelecem também categorias a que as pessoas devem pertencer, bem como os seus atributos. Isto significa que a sociedade determina um padrão externo ao indivíduo e grupos sociais aos quais pertencem, que permite prever a categoria e os atributos, a identidade social e as relações com o meio – em última instância, estabelecem conceitos prévios, ou preconceitos, os quais mesmo sendo em grande parte infundados e arbitrários regulam as relações da sociedade frente a estas pessoas ou grupos.

Portanto, ao associarmos uma determinada característica que singulariza uma cidade como estigma, a exemplo de Ribeirão das Neves com relação ao sistema prisional, estamos afirmando que essa característica causa uma degradação da identidade local.

3 Ribeirão das Neves e o estigma de cidade carcerária

No caso específico de Ribeirão das Neves, não podemos deixar de citar o contraponto a essa perspectiva que classifica a relação com as unidades prisionais como estigma. Opiniões dentro e fora do município sustentam a ideia de que essa relação tão próxima com o Sistema Prisional de Minas Gerais não se configura necessariamente um ônus, pois, além de gerar empregos, o sistema penitenciário constitui um elemento fundante da identidade do município como cidade. Como nos informa Andrade (2006), durante as primeiras décadas de existência a presença de uma unidade prisional na cidade não representava e não se atrelava a um estigma para a população residente, ou melhor, a figura da penitenciária era de uma instituição estreitamente vinculada e integrada à comunidade.

A relação de Ribeirão das Neves com o sistema prisional de Minas Gerais remonta a um histórico que antecede à própria fundação do município, já que a primeira unidade prisional, a Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), foi inaugurada no ano de 1938 pelo então presidente Getúlio Vargas, que se deslocou do estado da Guanabara até a então fazenda de Neves para participar da inauguração do complexo prisional, sendo que somente no ano de 1951 a localidade emancipou-se do município de Pedro Leopoldo. Durante vários anos, este complexo prisional apresentou-se como referência mundial na recuperação de detentos, pois representava um modelo de unidade prisional bem sucedido, com resultados promissores na prática de ressocialização dos presos, na medida em que permitia alternativas de penas que lhes propiciavam a possibilidade de adquirir um novo ofício.

Por vários anos, a dinâmica da cidade, que até os anos 50 do século XX possuía uma população que não passava de três mil

habitantes, girou em torno dessa unidade prisional. O conjunto arquitetônico que compõe a PAN, que hoje se configura como patrimônio cultural da cidade, era composto não somente pelo prédio que abriga os detentos, mas ainda por uma vila de casas em estilo neoclássico, construída com a finalidade de servir de moradia aos funcionários da penitenciária, os quais na época da inauguração do presídio vieram de outras localidades para trabalhar na unidade. Outro aspecto que chamava a atenção no projeto original da PAN era o enorme campo de futebol, em frente às instalações carcerárias, que durante vários anos reunia, aos finais de semana, centenas de pessoas que assistiam às partidas que uniam detentos e moradores da cidade, dentre os quais destacava-se o futuro jogador do Cruzeiro e da seleção Brasileira, Wilson da Silva Piazza. Outro célebre nevensense que teve sua história intimamente ligada a esta unidade prisional foi o cartunista Henrique de Souza Filho, o Henfil, que era filho de um funcionário desta unidade e nasceu dentro da própria vila da esplanada da PAN, na casa 21, ainda hoje preservada e abrigando a família de um funcionário da penitenciária.

Todo esse histórico permitiu que, ao longo das décadas, o governo de Minas Gerais transformasse Ribeirão das Neves em um espaço especializado dentro da Região Metropolitana de Belo Horizonte, destinado a receber empreendimentos para essa finalidade, já que os mesmos não eram bem aceitos por moradores dentro da capital e cidades vizinhas, pois suas populações temiam fugas e rebeliões de detentos e a própria desvalorização de seus imóveis.

Atualmente, segundo dados da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDES/MG), Ribeirão das Neves abriga seis unidades prisionais. São elas: Centro de Apoio Médico e Pericial, Penitenciária José Maria Alkimin (Antiga PAN), Presídio

Antônio Dutra Ladeira, Presídio Feminino José Abranches Gonçalves, Presídio Inspetor José Martinho Drumond e Complexo Penitenciário Parceria Público-Privada (CPPP). Essa última unidade configura-se uma parceria público-privada que consiste em uma concessão do governo do Estado a empresas privadas para construir e gerir recursos destinados a essa unidade prisional, inspirando-se no modelo carcerário norte-americano.

A construção do CPPP, no início dos anos 2000, enfrentou forte oposição da população local, que realizou uma série de mobilizações contra a instalação de mais uma unidade prisional no município, formulando um manifesto intitulado “Nós Amamos Neves”, o qual consistia em uma nota de repúdio à construção de novas prisões e ao descaso das autoridades com o povo de Ribeirão das Neves. Esta nota cobrava dos órgãos competentes uma consulta à população local sobre a construção do Complexo Penitenciário – o qual abrigaria cerca de três mil novos detentos –, e condicionava o início das obras a um plebiscito municipal, que permitisse que a própria população decidisse acerca da construção deste empreendimento na cidade. Toda essa mobilização foi ignorada e a construção da unidade prisional concluiu-se no ano de 2013, a contragosto da população, que criticava, inclusive, a filosofia de funcionamento desta nova unidade, à qual transformava a privação de liberdade no estado de Minas Gerais em um negócio lucrativo para um grupo de empresários que receberia cerca de R\$2.200,00 / mês por detento abrigado.

Com a implementação dessa nova unidade, Ribeirão das Neves passou a oferecer mais três mil vagas para o sistema prisional do estado de Minas Gerais, as quais se somaram às cinco mil já vagas existentes no Município – o que equivale a mais de 15% do total de presos de Minas Gerais, sendo que em seu território abriga pouco mais de 1,5% da população do Estado. Chama atenção, nos

dados apresentados pela SEDES/MG, o fato de que Ribeirão das Neves, mesmo não possuindo demanda dentro do município para tantas vagas no sistema prisional (pois configura uma cidade de médio porte), ser o município de Minas Gerais que concentra o maior número de unidades prisionais em seu território.

A constante tentativa do poder público local, com o apoio da população, de desativar a Penitenciária José Maria Alkimim (antiga PAN) – que fica no centro da cidade, transformando-a em um complexo cultural, repartições públicas e ou uma possível Unidade de Ensino Superior do Governo do Estado – dá pistas de como a população se relaciona com o estigma de ser considerada como cidade carcerária. Além disto, mostra como o fato de viver em uma cidade que abriga a maior população carcerária do estado de Minas Gerais produz impacto na identidade da população local e em sua relação de pertencimento com a mesma, provocando distanciamento dos munícipes quanto a esta identidade e até mesmo a negação de sua origem como morador da mesma cidade.

4 Segregação socioespacial, estigma de cidade dormitório e periférica

A influência na forma como os habitantes de Ribeirão das Neves relacionam-se com a cidade também é impactada pelos estigmas de cidade dormitório e periférica. A forma como Ribeirão das Neves se inscreve dentro do contexto da Região Metropolitana de Belo Horizonte reflete a hierarquização do espaço e o modo como foi construído o município espelha esta hierarquização social vigente. Segundo Costa e Flores (2003), o processo de formação e crescimento da região metropolitana de Belo Horizonte deu-se de três formas distintas. A primeira parte da iniciativa que buscava

descentralizar a produção industrial, com a criação do Distrito Industrial, em Contagem, na década de 1960, e a instalação da fábrica da FIAT, em Betim, na década de 1970. Nestas localidades, observou-se um crescimento populacional, que ocorreu a partir das oportunidades geradas por esses empreendimentos. A segunda forma de expansão do núcleo populacional, vivenciada pela Região Metropolitana de Belo Horizonte, não foi acompanhada por um desenvolvimento econômico e industrial, e tinha como propósito abrigar a população de baixa renda e escolaridade, a qual serviria como mão de obra de baixo custo para atender às demandas de indústria, comércio e serviços da capital. Dois destes municípios (Ribeirão das Neves e Ibirité), segundo Costa e Flores (2003), foram as principais fronteiras da periferização da região metropolitana, a partir da década de 1970.

O último eixo de expansão da região metropolitana é representado pelo vetor Sul, especialmente a cidade de Nova Lima, que apresentou um crescimento populacional constante nas décadas em que ocorreu a expansão do núcleo urbano de Belo Horizonte, e tem como característica de sua própria expansão o fato de receber condomínios destinados a famílias de alta renda.

Neste arranjo urbano, que teve como resultado o surgimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a capital mineira se configura como centro onde orbitam as outras cidades. Por abrigar o centro de decisões, onde está instalada a elite política e econômica, continua sendo prestigiada pela maior parte das ações de fomento, nas mais diversas áreas como indústria, comércio, cultura, lazer e esporte, tanto na ótica do setor público quanto do privado.

Assim, reproduz-se uma lógica de desenvolvimento econômico onde temos um grande centro e uma série de cidades que existem apenas para abrigar a mão de obra para suprir a sua demanda nos setores de serviços, indústria e comércio. Esta

dinâmica traz como consequência uma infinidade de problemas que ligam intimamente a capital e as demais cidades de sua região metropolitana como: o trânsito caótico; a saturação dos serviços públicos oferecidos; a supervalorização imobiliária na capital; e o abandono das cidades periféricas, por parte do poder público em todas as suas instâncias, devido à sua pouca representatividade política e econômica.

Na época de sua criação, na década de 1950, o município de Ribeirão das Neves contava com uma pequena população, cerca de 2.624 habitantes, que, como já tratamos neste artigo, estava ligada economicamente a uma unidade prisional instalada no local. Na década de 1960 iniciou-se nesta localidade um processo de urbanização que se notabilizou pela velocidade de expansão e por suas características – pouca estruturação dos loteamentos, precariedade dos serviços públicos e de transporte, baixo preço dos lotes, etc. Segundo o Anuário Estatístico de Minas Gerais (1993-1994), no início da década 1970 o município contava com uma população de 5.547 pessoas, número este que já era de 61.760 habitantes nos primeiros anos da década de 1980, experimentando, no período decorrido entre 1970 a 1980, uma taxa anual de crescimento populacional de 27,3% ao ano. Este crescimento populacional teve seu ritmo diminuído ao longo das décadas de 1980 e 1990, mas continuou muito elevado, com o município chegando ao ano 2000 com uma população de 245.143 habitantes. Nas últimas duas décadas se observa na cidade um novo ciclo de crescimento demográfico, com o processo de verticalização e a instalação de condôminos populares, o que levou o município a atingir, no ano de 2018, a marca de 331.040 habitantes (IBGE, 2018).

O fato é que, devido ao perfil dos loteamentos criados na cidade nas décadas de 1970 a 2000, com precária infraestrutura

e, conseqüentemente, de baixo custo, foi atraída para o município uma população de baixa renda, oriunda das áreas periféricas de Belo Horizonte, cidades do interior de Minas e regiões carentes de outros estados do país (SOUZA, 2008). Processo esse que resultou na formação de bairros que não dispunham de condições mínimas como escolas, postos de saúde, saneamento básico, água, luz, linhas de transporte próximas e asfalto.

Com a dificuldade desta população de arcar com os pagamentos dos impostos cobrados pela administração local, Ribeirão das Neves passou a apresentar um alto índice de inadimplência dos tributos municipais, o que contribuiu, juntamente com o baixo nível de industrialização e o débil comércio local, para a conseqüente falência dos serviços públicos prestados pela Prefeitura. Atualmente, mesmo como todas essas dificuldades enfrentadas pelo município o processo de expansão desordenada do município continua, devido à especulação imobiliária e demais pressões dos vários segmentos que obtiveram lucros com este processo.

A análise de todo este panorama é de vital importância para entendermos o processo de estigmatização vivido pelos moradores da cidade, especialmente os jovens, pois fazem parte de um processo que aconteceu em toda América Latina. Os pais e avós destes jovens deixaram as estruturas agrárias onde moravam para migrarem para os arredores dos grandes centros urbanos. Como desdobramento deste processo, as gerações seguintes, os filhos desta nova ordem sociocultural, tenderam a sofrer de forma mais intensa as privações causadas pelas conseqüentes exclusões.

5 Processo de gentrificação de Belo Horizonte e seus impactos em Ribeirão das Neves e demais cidades pobres da Região Metropolitana

A permanência desta relação entre capital e periferia nas últimas décadas ganha novo formato com as políticas de urbanização de vilas e favelas que, na realidade, expulsam parte destas populações “indesejadas” de Belo Horizonte para cidades pobres da região Metropolitana, em favor da atração de grupos sociais de alta renda para estas localidades, em um processo denominado pela socióloga Ruth Glass (1964) como Gentrificação. Este fenômeno consiste na alteração das dinâmicas da composição de comunidades instaladas nos grandes centros urbanos, tal como novos pontos comerciais ou construções de novos edifícios, valorizando a região onde residem populações de baixa renda. A esta valorização segue-se um aumento expressivo de custos de vida, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada.

Assim, o processo de gentrificação busca, por meio de procedimentos denominados de “revitalização do espaço urbano”, afastar de perto dos grandes centros urbanos as populações em situação de vulnerabilidade social, obrigando-as a se instalarem em periferias geográficas situadas nas cidades pertencentes as regiões metropolitanas. Desta forma, as populações que viviam em periferias sociais nos grandes centros urbanos passam a viver, agora, em zonas de exclusão social, ou seja, vilas e favelas em regiões distantes destes centros urbanos. Este processo já foi amplamente estudado nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

No caso do Rio de Janeiro, percebe-se, com a urbanização de vilas e favelas e a instalação de Unidade de Polícia Pacificadora

(UPP's), o deslocamento de grandes contingentes populacionais para cidades de sua região metropolitana, devido às pressões ligadas a políticas públicas de “revitalização” e do setor imobiliário, que os fizeram migraram para cidades distantes até 60 km da capital, mesmo possuindo vínculo empregatício na cidade do Rio de Janeiro. Isto acarreta significativo impacto na qualidade de vida dessas populações, na medida em que, por viverem distantes de seus postos de trabalho, passam a gastar grande parte do seu dia no deslocamento casa-trabalho, além dos impactos sobre os custos das passagens.

No caso específico de Ribeirão das Neves e sua relação com a capital, Belo Horizonte, temos como consequência a constituição de um fluxo migratório que contribui para expansão das desigualdades entre periferia e capital, estimulando um processo que naturaliza as desigualdades, onde a cidade perde população de alta renda e alta escolaridade para a capital e recebe em troca a população oriunda de suas vilas de favelas, periferias sociais. Assim, devido ao perfil que as duas cidades configuraram, a partir de incentivos e ausências do poder público, constitui-se um ciclo populacional que favorece amplamente o desenvolvimento da capital, atrelado ao empobrecimento da periferia.

A primeira engrenagem deste processo consiste na atração que a cidade de Belo Horizonte exerce frente à população de moradores de Ribeirão das Neves, assim como as demais cidades da região metropolitana, principalmente os jovens que tiveram acesso à educação e apresentaram um significativo ganho em suas rendas. Devido à falta de oportunidade de postos de emprego compatíveis com sua colocação no mercado, à distância e ao consequente problema de custos em deslocamento até a capital onde estes postos existem, além da escassez de opções de lazer e cultura na cidade em que residem, os jovens moradores de

Ribeirão das Neves – formados em cursos superiores ou técnicos com alta qualificação profissional, como jornalismo, publicidade, administração de empresas, sociologia, direito, *personal trainer*, engenheiros, etc. – acabam por migrarem para residências mais próximas de seus postos de trabalho na capital e assim alcançarem mais qualidade de vida e melhores oportunidades de emprego. Neste sentido, do fluxo entre periferia e capital, a cidade de Ribeirão das Neves vê migrar de seu território uma possível classe média-alta, a qual iria consumir produtos, demandar serviços públicos e privados de melhor qualidade e mesmo assumir a administração da cidade.

Este processo se reproduz em grande parte das cidades que compõem a periferia da RMBH, onde jovens com alta escolaridade e um potencial de atingirem alta renda migram de suas cidades para a capital em busca de postos de trabalho que correspondam à sua qualificação. Este movimento migratório gera uma grande pressão imobiliária na capital, elevando o preço de imóveis e pressionando assim a expulsão de populações de baixa renda que residiam em áreas de periferias sociais no centro da capital para as cidades mais pobres da região Metropolitana.

Assim, o outro movimento da engrenagem que regula esta relação tão desigual entre Ribeirão das Neves e a capital Belo Horizonte é justamente o processo de segregação socioespacial que as populações, principalmente de área de vilas e favelas próximas ao centro da capital, sofrem ao serem expulsas de suas moradias pelo próprio Estado, devido às obras de reestruturação e revitalização da cidade.

A exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentam em suas dinâmicas populacionais um processo de gentrificação, constatamos em Belo Horizonte processo semelhante, pois ao realizar obras de melhoria da infraestrutura da cidade, como a

urbanização de vilas e favelas, o poder público passa a estimular a migração das populações que ali residiam com a desapropriação residências de populações de baixa renda, oferecendo-lhes indenizações que não os permitem adquirir moradias na própria capital ou elevando as moradias daquela localidade a um padrão econômico que não condiz com a realidade da classe social a qual pertencia essas pessoas. Estas medidas, acompanhadas da alteração no padrão da distribuição populacional na região metropolitana, provocam um fluxo migratório intrametropolitano, já que ao abandonarem suas residências os moradores são obrigados a migrarem para cidades próximas à capital, pois ainda estão ligados economicamente a esta.

Como exemplo para ilustrar este processo podemos citar o caso do Aglomerado da Serra, localizado próximo aos bairros mais valorizados da cidade de Belo Horizonte, que ao ser urbanizado parte significativa da população que ali residia não foi alocada nos empreendimentos realizados nesta localidade, recebendo indenizações ou sendo incorporadas ao cadastro de programas sociais do Governo Federal de promoção de moradia a populações de baixa renda.

No outro extremo desse processo, Ribeirão das Neves recebeu, na última década, uma infinidade de empreendimentos ligados ao Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, o que agrava ainda mais o problema do inchamento populacional da cidade, inclusive contribuindo para o processo de verticalização das construções de moradias, com a criação de condomínios habitacionais em seu território. O maior desses empreendimentos na cidade foi o Condomínio Jardim Alterosa, que contou com a construção de 1.640 unidades habitacionais com recurso deste Programa. O empreendimento é composto por 82 blocos de 20 apartamentos e beneficiou cerca de 6,5 mil pessoas, atendendo

famílias com renda de até R\$1.600,00, inscritas no Cadastro Único da Assistência Social.

Assim, este empreendimento passou a abrigar, em um período curto de tempo, um contingente de 6.500 pessoas de baixa renda, baixa escolaridade e com alta vulnerabilidade social. Além da própria população carente da cidade de Ribeirão das Neves, este empreendimento também recebeu famílias oriundas de vários pontos da RMBH, inclusive moradores vindos das vilas e favelas da capital Belo Horizonte, os quais foram desapropriados a partir de políticas de revitalização antes citadas. Como resultado, já em seu primeiro momento de instalação, esta população passou a sofrer problemas como falta de acesso à saúde, educação, transporte, coleta de lixo e segurança pública. Portanto, podemos perceber que Ribeirão das Neves, assim como as demais cidades da Região Metropolitana, principalmente as que possuem um histórico de expansão do núcleo populacional não acompanhado por um desenvolvimento econômico e industrial, são afetadas diretamente por esse processo de gentrificação vivenciado na última década pela cidade de Belo Horizonte, que passa a expulsar para as cidades da região sua população com baixo poder econômico que viviam em suas periferias sociais próximas ao centro da capital. Percebemos neste processo uma intensificação da segregação socioespacial com a formação de “guetos” nas cidades da RMBH que devem ser alvo de políticas públicas compensatórias dos Governos Estadual e Federal, com amplo apoio da Prefeitura de Belo Horizonte, que vise promover o desenvolvimento econômico das regiões que hoje recebem este contingente populacional, com melhorias na infraestrutura, política de geração de empregos na área de comércio e indústria, para que esta apresente um desenvolvimento autônomo e promova uma melhor qualidade de vida para seus novos e antigos habitantes.

Referências:

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS – 1993/94. Censo Demográfico de 2000.

ANDRADE, Luciana Teixeira de e MENDONÇA, Jupira Gomes de. Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 12, n. 23, P.169-188, jan/jun 2010.

COSTA, G. M.; FLORES, C. E. *A expressão sócio-econômica e espacial da dinâmica ocupacional na região metropolitana de Belo Horizonte – RMBH*. 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985. 218p.

G1, Secretaria pune 4 servidores por ‘Ribeirão das Trevas’ no Minas Gerais, disponível em:<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/10/servidores-que-publicaram-ribeirao-das-trevas-no-dom-sao-punidos.html>. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

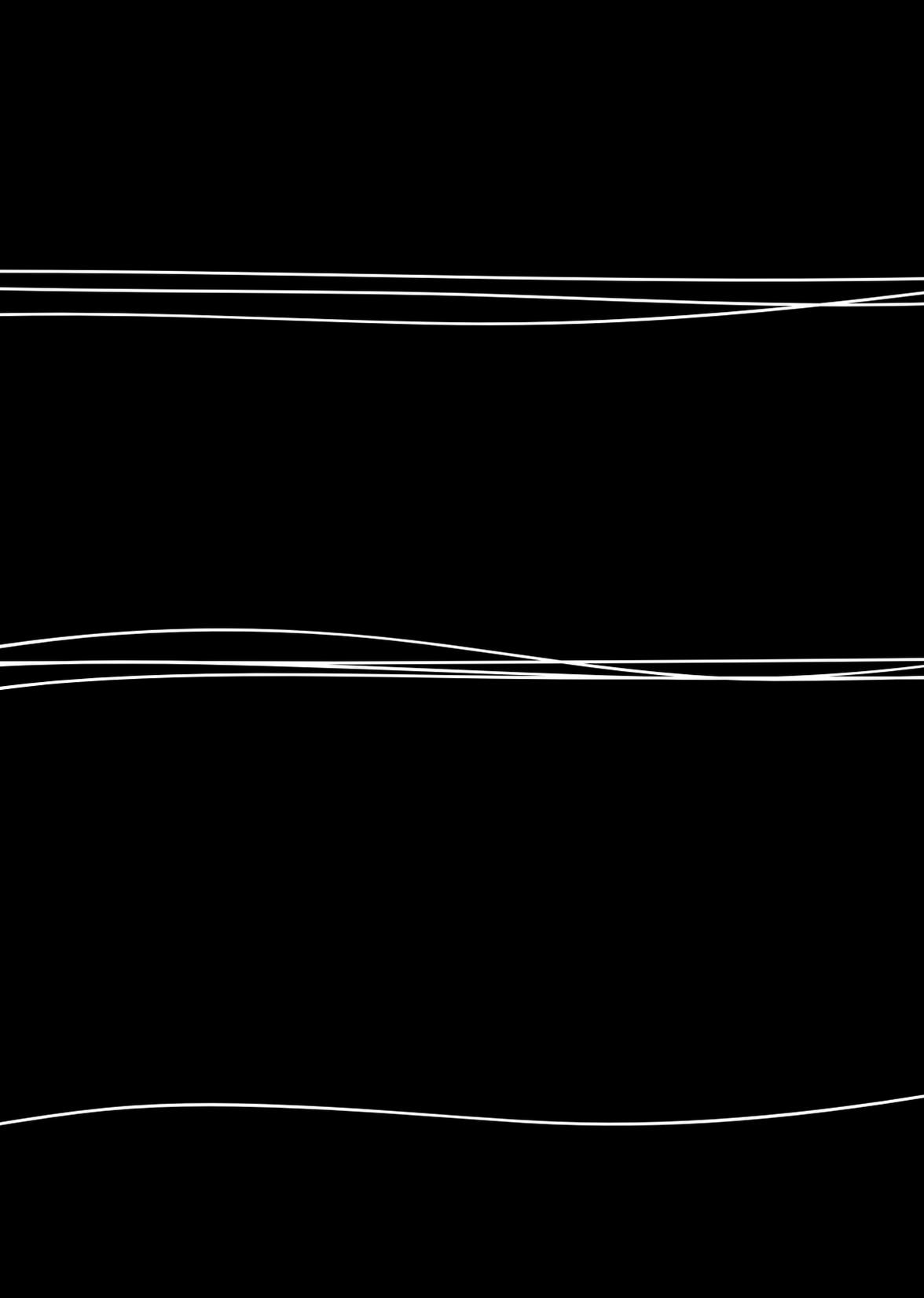
GLASS, R. London: aspects of change. Londres, MacGibbon e Kee, 1964.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: la identidad deteriorada*. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993, 172p.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo hoje*. Petrópolis, (RJ): Vozes, 1975. 111p.

MATTA, Roberto da. *Relativizando: uma introdução a antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. 246p.

SOUZA, J. de. *A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: O Caso Específico do município de Ribeirão das Neves*. Belo Horizonte, MG UFMG/CEDEPLAR, 2008.



A CIDADE DAS FAVELAS

Clarice de Assis Libânio

Para quem vive no Brasil, especialmente em seus grandes centros e regiões metropolitanas, uma cidade sem favelas²⁸ não existe. Surgidas no final do século XIX, estas novas configurações espaciais e sociais cresceram exponencialmente com o processo de urbanização, acelerado no Brasil a partir das décadas de 1960/1970.

Nos dias de hoje já fazem parte da nossa paisagem. Os números variam em função do critério que se adote para definir o que é de fato uma favela. Entretanto, os dados oficiais estimam que em 2010 havia cerca de 16 mil aglomerados subnormais no país, totalizando 3,2 milhões de residências e 11,5 milhões de habitantes (IBGE, 2010). A visão não oficial desta realidade aponta que tais números são muito maiores, talvez o dobro ou até mesmo o triplo desta conta. Em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte a estimativa é que algo entre 15% e 25% das populações vivam em favelas ou ocupações irregulares.

Ainda que marcantes em nosso cotidiano, as formas alternativas, não formais ou não regulares de moradia parecem não ser peculiares do Brasil, registrando-se semelhantes assentamentos humanos em várias partes do mundo, como nos aponta de maneira talvez um pouco alarmista Mike Davis, em seu

28 O conceito de favela tem sido alvo de grandes discussões, visto a significativa multiplicidade e diversidade de territórios urbanos que apresentam características diferenciadas da chamada “cidade formal”, seja por sua conformação físico-espacial e formas de ocupação do espaço, seja pela situação fundiária dos terrenos e mesmo pelo perfil socioeconômico de sua população. Para acompanhar tal debate, ver Observatório de Favelas do Rio de Janeiro (2009). No presente texto optou-se por utilizar o termo favela para designar aqueles locais que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE classifica como aglomerados subnormais, com suas tipicidades na conformação do território.

livro Planeta Favela. Chamadas favelas, slums, chabolas, bairros de lata, pueblos jóvenes ou outros termos, dependendo da região onde ocorram, tais áreas abrigam cerca de 33% da população urbana do mundo em desenvolvimento, de acordo com dados da ONU-Habitat para 2012²⁹.

As estimativas desta mesma fonte apontam que haverá três bilhões de pessoas em todo o mundo vivendo em favelas em 2050, caso não se adotem novas soluções para a rápida e desordenada urbanização. Será que o futuro das nossas cidades será mesmo feito de tijolo aparente, palha, plástico, lata, papelão e restos de madeira, e não de “vidro e aço”, um mundo de “miséria, excrementos e deterioração”, como nos aponta Davis (2006, p.28-29)?

À primeira vista, frente ao cenário pintado com estas cores – e exaustivamente reforçado pelos telejornais interessados na espetacularização da pobreza e da violência –, parece óbvio (não apenas para o cidadão comum, mas também para os planejadores urbanos e mesmo para estudiosos do tema) que a melhor solução para a questão urbana seria então acabar com as favelas, gerando formas mais justas e condições mais saudáveis de habitabilidade para a população de baixa renda.

Mas seria mesmo possível – no cenário mundial da superurbanização, da urbanização planetária, da globalização, do neoliberalismo e das crises do capitalismo transnacional – nesse cenário em que “agora somos todos urbanos” (FORTUNA, 2009, p.84), na vida real, seria mesmo possível uma cidade sem favelas? Ou “um dia sem mexicanos”³⁰?

Tentar pensar esta questão significa primeiro pensar o que é isto a que chamamos favela. O que a define e como tais modelos

de moradia se constituem? Quais são formas de ocupação do território? Quais suas características socioeconômicas? Como se dão seus processos, formas de relacionamento, convívio e trocas – internas e com o restante da cidade? “O que é a favela afinal?” (OBSERVATÓRIO, 2009)

Entendida como forma particular de moradia, a favela tem sido vista e pensada não apenas como o lugar da ausência, da carência, da falta, territórios onde não são garantidos os direitos básicos do cidadão. Para além destes elementos, a favela é também um local que resume “as condições desiguais da urbanização brasileira”, e, mais que isso, expressa e inscreve material e socialmente no território “a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade” (ibid, p.97).

No Brasil, ainda na década de 1980³¹, os moradores das favelas conquistaram, através dos movimentos sociais e com o apoio dos setores progressistas da igreja católica, o direito histórico da garantia de permanência e moradia em seus territórios, fortalecido pela aprovação do Estatuto da Cidade, nos anos 2000, e pelo conceito de função social da terra urbana.

Entretanto, nas três últimas décadas têm-se visto um movimento pendular, que oscila entre as políticas remocionistas – que pretendem retirar as famílias das favelas e as enviar para as periferias metropolitanas – e as políticas integracionistas – que pretendem realizar melhorias urbanas nas favelas, garantindo a permanência dos moradores no mesmo local (LIBÂNIO, 2016).

31 Exemplos são o programa Favela Bairro, no Rio de Janeiro, o PREZEIS, em Recife, e a lei do PROFAVELA, em Belo Horizonte (1983). Estes reconheceram as favelas como áreas especiais de zoneamento urbano, que deveriam ter legislações específicas de uso do solo; ser urbanizadas respeitando a tipicidade da ocupação local e receber processos de regularização fundiária, cabendo ao Estado transferir para os moradores a propriedade da terra.

Especialmente nos últimos 10 ou 15 anos, as políticas remocionistas têm se sobressaído, no contexto da cidade empreendedora, onde o protagonismo urbano tem como arma e discurso o embelezamento das cidades, a higienização e a modernização como garantias de competitividade e atração de investimentos. No país marcado pela desigualdade e por recentes retrocessos sociais e políticos, megaeventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 reforçaram ainda mais a aliança do Estado com o mercado. Estes se unem e usam a remoção de famílias para implantação de grandes obras públicas, tendo como consequências o agravamento da segregação socioespacial, da gentrificação e uma série de impactos de ordem social, urbana e econômica.

Por mais que muitas vezes a queiram invisível, a queiram expulsa e com as áreas nobres retomadas para a “cidade”, por mais que se pretenda extirpar uma parte do tecido urbano e de seus inconvenientes habitantes, a favela “cancro” teima em se manter, crescer e resistir aos avanços do mercado imobiliário.

Para além das respostas simples – ou simplistas – sobre a questão, resta-nos refletir: será o problema exatamente a favela como forma urbana? Ou esta seria uma opção de moradia para aqueles que não têm como comprá-la no mercado com os parcos rendimentos de seu (sub)emprego? No terceiro mundo, estima-se que o mercado formal de moradias atenda a apenas 20% da demanda, o que significa que a população precisa criar soluções a seu modo e dentro de seus limites.

Adotado este ponto de vista, a pergunta então não seria mais “como remover as favelas”? Ou “como seria uma cidade sem favelas”? Ao contrário, valeria perguntar: como seria uma cidade sem tanta desigualdade social e urbana? Como seria uma cidade com favelas, porém onde estas tivessem outro significado para

seus habitantes e para os demais moradores da cidade? Como seria uma cidade onde o direito à moradia fosse acompanhado de adjetivos como “digna”, “salubre”, “confortável”, etc.?

Garantida a melhoria da estrutura urbana, o acesso aos serviços e a efetiva participação na tomada de decisões, a cidade das favelas seria o oposto do mundo caótico e desigual que se pensa inicialmente quando se toca neste tema. Para mim, a cidade das favelas é a cidade onde todos têm onde morar, mesmo sem conseguir aceder ao mercado imobiliário formal e excludente. Onde o direito à moradia é alargado para significar o direito à cidade, em sua acepção mais ampla. O direito a morar perto de seu local de trabalho. O direito a manter os laços de vizinhança e parentesco que garantem a proteção social frente às dificuldades da vida. O direito à terra urbana sem o risco da expulsão, da violação de direitos e do agravamento da segregação socioespacial.

A cidade das favelas pode ser entendida como um lugar onde não existam tão grandes desigualdades socioespaciais e tão graves processos de segregação urbana. A cidade das favelas cultiva o uso dos espaços públicos e da rua como local de encontro e de convivência humana. A cidade das favelas é a também da cultura, da criatividade cotidiana, da economia popular e solidária. Enfim, ela é a possibilidade de inclusão das populações de baixa renda no tecido urbano, à sua maneira e em suas condições.

A cidade das favelas é a cidade dos tempos lentos de que nos falava Milton Santos: o espaço da contra-racionalidade, “o lugar da revolta, da rebelião, do encontro com o que parecia impossível” (SANTOS, 1994, p.53). A cidade das favelas, assim, reconhece e valoriza a potência do que ocorre nas zonas “opacas”, junto aos homens dos “tempos lentos”, aos pobres e aos migrantes, entendendo seus mecanismos como portas para um futuro diferente, “e que desafia a perversidade difundida pelos

tempos rápidos da competitividade” (ibid, p.42). Ela é, enfim, a cidade da “flexibilidade tropical”, onde os homens têm tempo para a convivência, o compartilhamento e a solidariedade, essa que ocorre todos os dias nas nossas cidades, nas áreas que nós, em nossa teoria, consideramos inadequadas para se viver.

Referências:

DAVIS, Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006: 28/29.

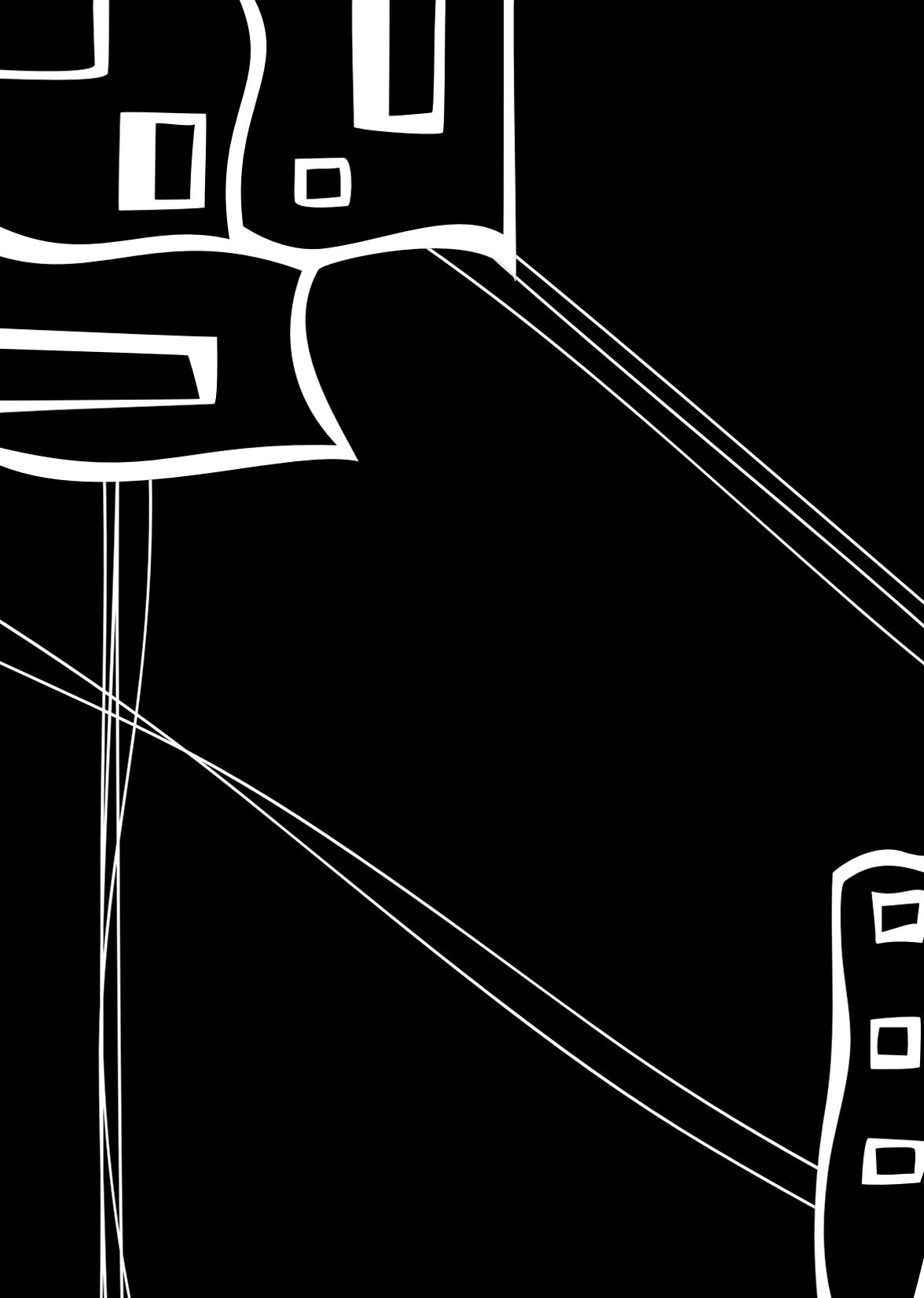
FORTUNA. Cidade e urbanidade. In Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra, setembro de 2009.

IBGE. Censo Demográfico 2000.

LIBÂNIO, Clarice. Favelas e periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência. Belo Horizonte : Favela é Isso Aí, 2016, v.1. 288p.

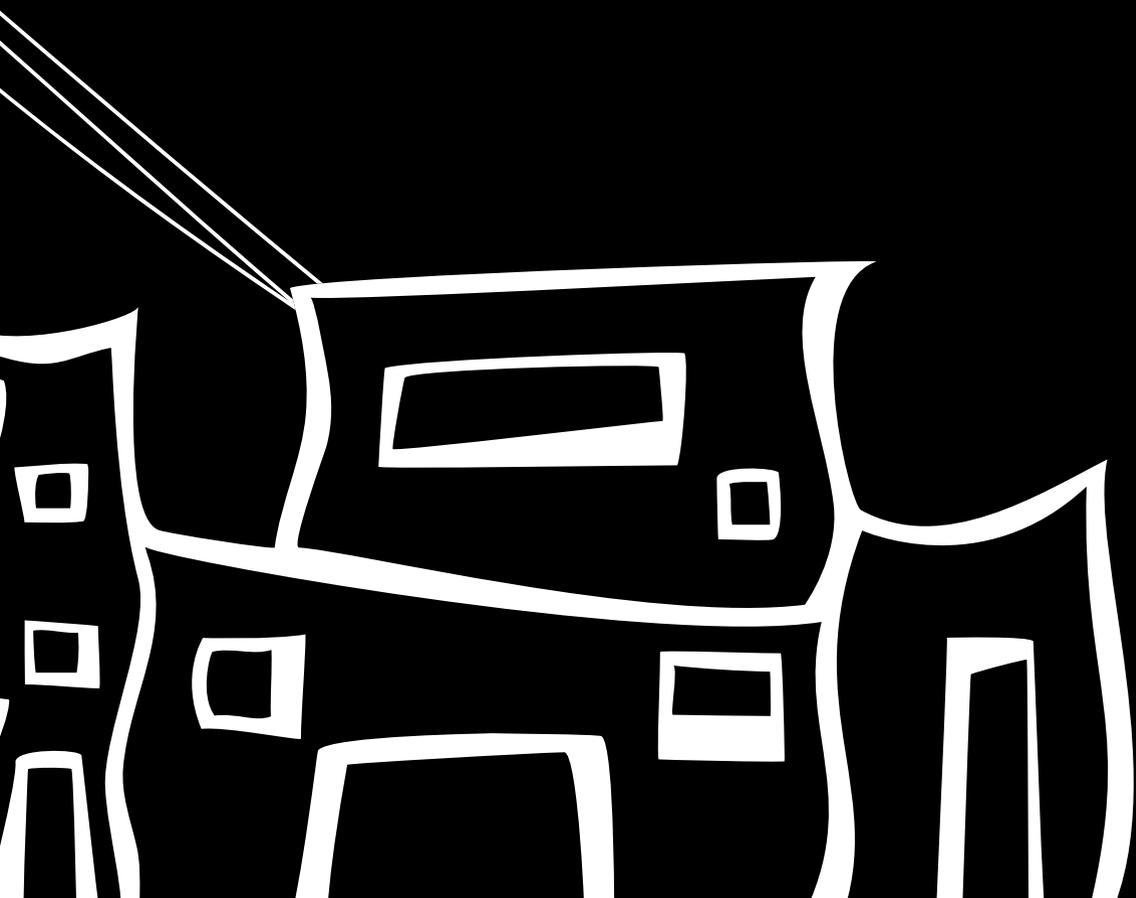
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO. Declaração O que é a Favela Afinal. Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

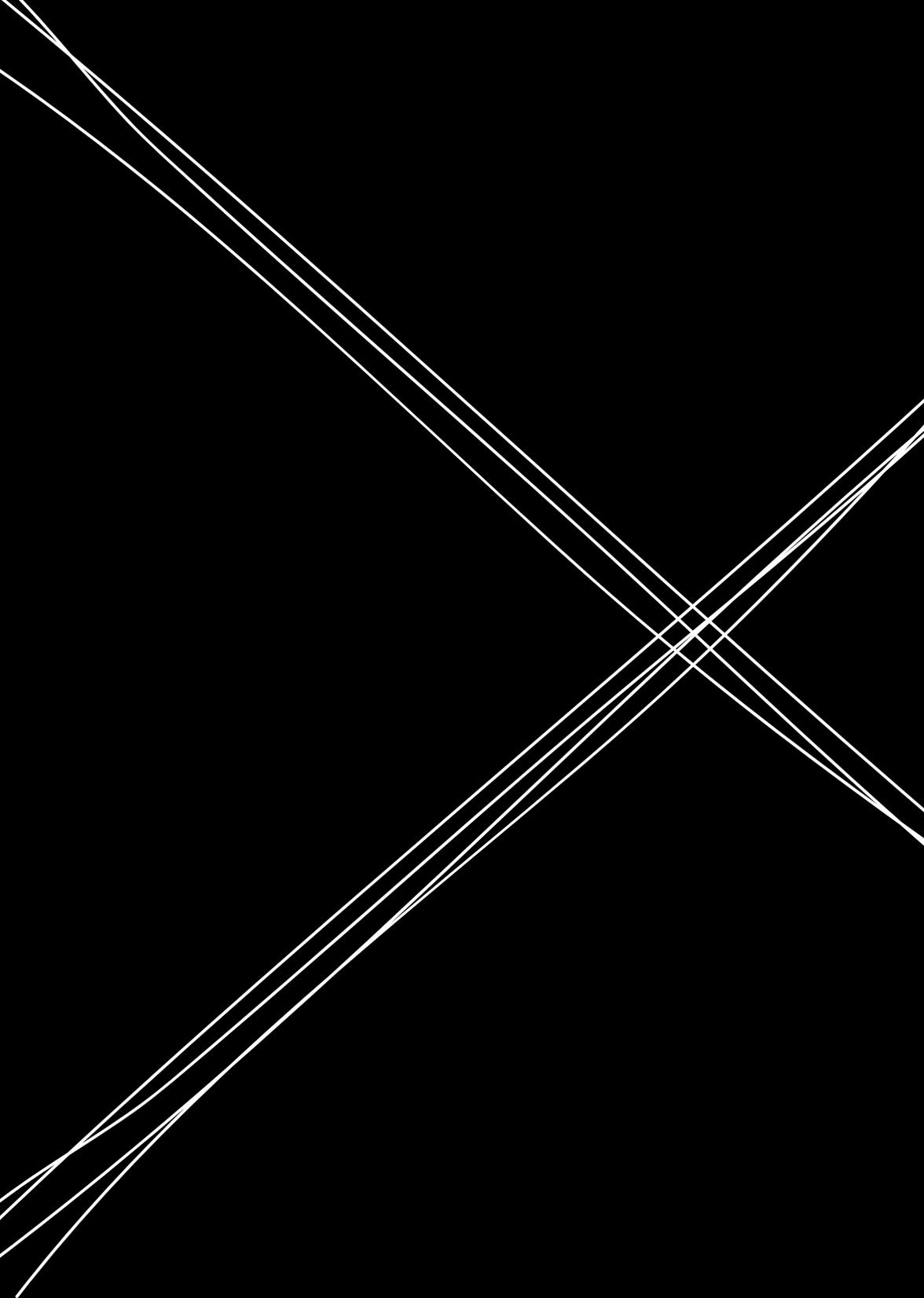
SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.



SEÇÃO II

A PERIFERIA COMO POTÊNCIA: NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE O DIREITO À CIDADE





CORDEL HISTÓRIA DA CASA DE CARIDADE PAI JACOB DO ORIENTE

Ricardo Evangelista

1

Licença nesse momento
Com permissão de Oxalá
Para contar em cordel
Sobre a Umbanda que aqui está
Feito da grande beleza
Que possui todo orixá.

2

Os negros trazidos d'África
Recriaram as novas teias
Trouxeram a cultura
Que viveram nas aldeias
Com a Umbanda muito viva
Correndo forte nas veias.

3

Religião de origem negra
Tem forma de resistência
Resignifica a umbanda
Com muita persistência
Para saber o que faz
Tem que se viver a essência.

4

A Casa de Caridade
Pai Jacob do Oriente
É um espaço de cultura
Terreiro muito potente
É situado na Pedreira
Da Lagoinha irreverente.

5

Lagoinha, berço do samba
Da capital de Minas
Que deu nome ao copo famoso
Nos botecos das esquinas
É da tradição em Beagá
Para os manos e minas.

6

A Pedreira Prado Lopes
É vila de ocupação
Mais antiga da cidade
Um berço da religião
Dos primeiros moradores
Que vieram pra construção.

7

E Beagá deve a essa gente
Força de rezas e alegria
É no Bairro Lagoinha
Que tudo se principia
Com tanta esperança e fé
Presente no seu dia a dia.

8

A Casa de Pai Jacob
Nessa grande capital
Com o Joaquim Camilo
Teve momento inaugural (1966)
Com Maria das Dores
De sabença colossal.

9

Os dois se conheceram
Nas bandas do Rio de Janeiro
Dois escravos libertos
Que pisaram no terreiro
Aprendendo todos segredos
Como faz o bom mineiro.

10

De matriz de origem bantu
É a entidade religiosa
No vinte de maio foi o dia (1977)
Da sua data tão oficiosa
Pai Jacob do Oriente
Segue em atuação gloriosa.

11

Na Vila Senhor dos Passos
Na Rua Fagundes Varela
Uma casa toda de branco
Cercada da flor mais bela
Protegida por guiné
Cuida de quem vive nela.

12

Em suas orações aos santos
Todos pedem a proteção
Canto de ancestralidades
Nos Tambores de Tradição
Refazendo em seus rituais
Festas de libertação.

13

Hoje, Ricardo de Moura
Filho de Joaquim Camilo
Herdando todas sabenças
Aprendendo tudo aquilo
Para ser um sacerdote
Com a garra e muito estilo.

14

Um líder de força e luta
Por igualdade racial
Ajudando a comunidade
Com o lado cultural
Distribui alimentos e ajuda
Cumprindo papel social.

15

Ricardo Moura é mestre
Em saberes tradicionais,
Professor especialista
Das ervas medicinais
Que aprendeu nas rezas
Dos poderes ancestrais.

16

Na cultura afro-mineira
Tem trajetória no Rosário
Rei Congo de São Jorge
Segue firme itinerário
Da matriz de origem negra
Respeitando seu ideário.

17

Tem a competência das ervas
Versando na identificação
Versa em todo esplendor
Preparo e classificação
Domina os sons do atabaque
É mestre da percussão.

18

E quando no tambor bate
A todos está chamando
Assim quando o ogã toca
Também ele está rezando
Para nossa paz e a justiça
À natureza clamando.

19

Sua casa tem tradição
Do axé da matriz Angola
Cantos, benzeções e rezas
É erguido nessa escola
Dá consulta nos búzios,
Pois todos ele consola.

20

Lá no passado o terreiro
Por demais foi perseguido
No tempo da escravidão
Era bem mais dolorido
Em meio à imposição
Do coronel atrevido.

21

A Casa Pai Jacob
Na ditadura que existia
Nos anos de chumbo
Foi de muita valentia
Combateram a violência
Ajudando quem podia.

22

Temos muitos credos
Somos da diversidade
Num convívio de todos
Que vivem na cidade
É mais do que preciso
Semear solidariedade.

23

Para quem ainda não sabe
É importante que diga
A casa de caridade
É mediadora de briga
Dá de comer os famintos
E desfaz muita intriga.

24

Jesus foi tolerante
No seu modo de viver
Respeitou a diversidade
Porque sabia entender
Temos que educar a todos
Para buscar se conviver.

25

Nós podemos discordar
Com respeito religioso
O Brasil é um país
Que o povo é fervoroso
Tem evangélico e ateu
Umbandista caridoso.

26

Num país que é laico
Nós temos que dialogar
Se você usa branco
Ou se sai com seu colar
Pare de atacar o negro
Por seu jeito de rezar.

27

Cada qual à sua maneira
Cada um com sua liturgia
Ninguém maior nem melhor
Pelo que reverencia
Ser um líder responsável
É promover harmonia.

28

Todos pedem parecido
Como a cura da doença
Se você pode ajudar
Conviver na diferença
Cada um com seu templo
Cada qual com sua crença.

29

Saudações ao povo do axé
Saudações a quem respeita
Aprender a amar o próximo
Assim que deve ser feita
Colocar tudo em prática
Pra convivência perfeita.

30

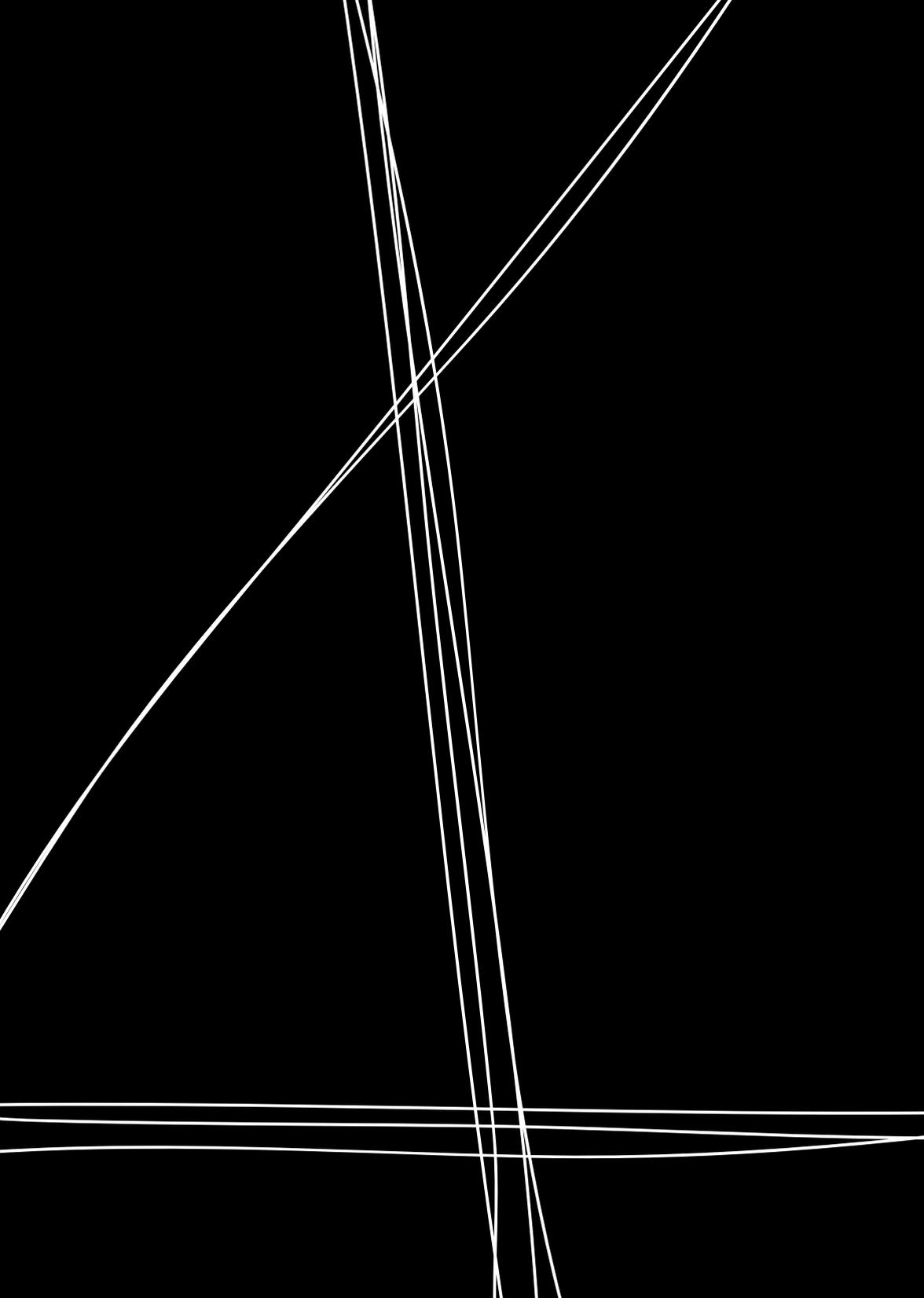
Veja que interessante
O que cada santo é:
Exu é Santo Antônio
Pra nosso povo do axé
Tem Ogum que é o Jorge
Santo que muitos têm fé.

31

Iansã é Santa Bárbara
Oxóssi é São Sebastião
Ibêji é outro orixá
Que é Cosme e Damião
Xangô é São Gerônimo
E Oxum é a Conceição.

32

É como nos diz o poeta
A fé não costuma falhar
Mesmo quem não reza
Tem fé que vai melhorar
Respeite a fé dos outros
Pra poder te respeitar.



“NEVES MIL GRAU”. O CRESCIMENTO POPULACIONAL DESORDENADO DE RIBEIRÃO DAS NEVES (MINAS GERAIS, BRASIL) E O IMPACTO NA PRODUÇÃO DE SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

Nayara de Amorim Salgado

Resumo: O artigo propõe uma análise exploratória sobre o município mineiro de Ribeirão das Neves, a partir das dinâmicas demográficas e sociais que marcaram a sua constituição ao longo do tempo, relacionando-as com a construção da identidade do lugar e seu patrimônio. Objetiva-se a diferenciação e caracterização de três fases do crescimento populacional local e a análise da conexão entre a expansão desordenada e a criação de uma identidade negativa da cidade e de seus moradores, que influencia a noção de pertencimento e o conseqüente o abandono de seu patrimônio.

Palavras-chave: Ribeirão das Neves; crescimento demográfico; segregação socioespacial; impacto sociocultural; patrimônio cultural.

A cidade de Ribeirão das Neves faz parte da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), compondo sua periferia, e chama atenção por possuir dinâmicas de crescimento populacional peculiares, o que justifica o estudo.

Objetiva-se a diferenciação e caracterização de três fases do crescimento populacional do município, que são: o primeiro momento, da época de sua fundação até a década de 1960; o segundo momento, a partir da década de 1970 – onde observa-se que o crescimento populacional acompanhou o intenso processo de parcelamento de seu solo urbano, afirmando a estruturação de uma

periferia metropolitana altamente adensada, com níveis recordes de crescimento urbano na América Latina – e o terceiro momento, onde se identifica atualmente uma nova tendência de crescimento, que data dos anos 2000 e se baseia na verticalização dos imóveis. Com isso, a ênfase passa a ser a conexão entre a sua expansão desordenada e a criação de uma identidade negativa do local e de seus moradores, que influencia a noção de pertencimento. São realizados apontamentos sobre as ausências e permanências do patrimônio cultural e as dificuldades de sua preservação.

O reconhecimento da existência do fenômeno do aumento populacional, conectado à falta de planejamento urbano, compõe um desafio para a gestão pública. O estudo do urbano e de suas dinâmicas está diretamente relacionado ao aumento da sustentabilidade das políticas públicas e intervenções sociais, já que resulta em maior conhecimento da realidade social e pode sugerir os rumos de tais ações. Esse artigo apresenta assim, resultados de um estudo de caráter exploratório e qualitativo, tendo como base dados primários e secundários e levantamento bibliográfico sobre o município de Ribeirão das Neves e sua inserção regional.

1 A formação de Ribeirão das Neves – primeira etapa de adensamento populacional

A cidade de Belo Horizonte foi planejada para abrigar a nova capital do Estado de Minas Gerais, em substituição da colonial Ouro Preto. A lógica de estruturação urbana centro-periferia da metrópole belo-horizontina, como um processo histórico, perpetua-se até hoje e a segregação aprofunda-se significativamente. Com a explosão do tecido urbano, ocorreu o processo de metropolização do território, que se inicia na primeira

metade do século XX e revela que a população trabalhadora de baixa renda foi alocada no centro e relegada às periferias, despojada da cidade. A expansão da metrópole capitalista, por agregação da periferia, mostrou-se em sua plenitude em Ribeirão das Neves, que, desde os primórdios de sua formação, integra a metropolização de Belo Horizonte e vai se caracterizar como uma das parcelas do território metropolitano onde a segregação urbana se mostrará de forma mais evidente.

As fontes historiográficas sobre a constituição do município de Ribeirão das Neves são divergentes. Conforme as pesquisas de Sousa (2002), Souza (2008) e Campos (2009), são distintos os processos de formação da região da Sede e do distrito de Justinópolis que refletem na organização da cidade até a atualidade.

Podem ser identificadas referências da história da cidade, então conhecida como “Matas de Bento Pires”, já no início do século XVIII. Os primeiros povoamentos do território teriam acontecido por volta de 1747, data da construção da Capela de Nossa Senhora das Neves, anexado ao distrito de Venda Nova. Em 1873, o território passa a fazer parte do distrito de Pindaíbas, (atual Vera Cruz de Minas, distrito do município de Pedro Leopoldo) como uma vila; em 1911 é incorporado a Contagem, sendo elevado a distrito em 1923, quando foi transferido da extinta cidade de Contagem para Betim, ao qual fica vinculado até 1943, onde o nome do distrito foi alterado de “Neves” para “Ribeirão das Neves” e então volta a pertencer ao território da nova cidade de Pedro Leopoldo. Finalmente, em 12 de dezembro de 1953, Ribeirão das Neves é elevado a município, formado pelos distritos Sede e Justinópolis.

A região da Sede da cidade foi fortemente influenciada pela construção da Penitenciária Agrícola de Neves (PAN), na região conhecida como “Fazenda das Neves” – que data do início

na década de 1920 – e foi inaugurada oficialmente em 1938. A PAN teve grande importância no cenário latino americano por ser expressão da modernização, da justiça e da recuperação dos detentos pelo trabalho. Inicialmente, mesmo sem ser anseio da população, sua implantação gerou empregos aos moradores, renda ao então incipiente comércio, promoveu a presença do Estado através da polícia e dos agentes penitenciários no território, além de impulsionar o aumento populacional. Desde então, a cidade recebe uma função metropolitana, que é ser o lugar dos presídios – um polo presidiário, função essa que foi reafirmada depois da implantação de várias penitenciárias em seu território, mesmo contra a vontade da população e que gera problemas como barateamento das terras, sobrecarga de serviços públicos como os hospitais e a Comarca, além do estigma negativo de “cidade presídio”³².

De acordo com Sousa (2002), nas primeiras décadas que se seguem à emancipação de Neves o núcleo urbano do distrito Sede se mantém restrito à área do entorno da Penitenciária. Nesta época podem ser identificados como seus eixos de estruturação espacial duas vias de acesso: a MG-6, que liga a Sede até o distrito de Venda Nova, e a estrada para o município de Pedro Leopoldo. Outro eixo viário importante da cidade é a BR-040, inaugurada na década de 1970, que atravessa o município na direção dos limites com Contagem e Esmeraldas, um eixo de expansão da cidade. A Regional Veneza, como fica conhecida, leva o nome de um de seus

32 Além da Penitenciária Agrícola de Neves, durante o início da década de 1960, a Cadeia Pública da Comarca de Belo Horizonte é transferida para Neves, que se tornou a Casa de Detenção Antônio Dutra Ladeira. Em 1982 é implantada a Penitenciária Feminina José Abranches Gonçalves, em 2006 o Presídio Regional Inspetor José Martinho Drumond e o Centro de Reeducação do Jovem Adulto, renomeado como Penitenciária José Abrantes Gonçalves. Todos estes equipamentos estão alocados na rodovia LMG-806, trecho da estrada entre o distrito Sede e Justinópolis. Já no ano de 2013, Neves recebe o primeiro Complexo Penitenciário de Parceria Público-Privada do país, localizado nas margens da BR 040, trecho entre o distrito Sede e a regional do bairro Veneza.

maiores bairros, originado a partir de loteamento popular de 1977 e constituído com cerca de 4.000 lotes. Tal regional se torna alvo de intenso processo de parcelamento e ocupação, localizada nos limites da região da Sede, mas permanece dela isolada, seja pelos condomínios fechados e chácaras de recreio que ocupam grande parte do seu território, seja pela barreira representada pela própria rodovia. Assim como ocorre com Justinópolis, mantém uma relação tênue com o núcleo urbano da sede do município, ao qual se vincula principalmente por razões de ordem administrativa.

A formação do distrito de Justinópolis³³ teve influência do processo da periferação de Belo Horizonte, através do crescimento da região de Venda Nova, zona norte da capital. O distrito de Justinópolis foi desbravado pelos agentes imobiliários e se consolidou conurbado a Venda Nova, tendo poucos laços de ligação com a Sede do município de Ribeirão das Neves, o que sugere a ausência de coesão territorial e fraca integração regional. Dessa forma, pode-se argumentar sobre a influência da expansão urbana de Belo Horizonte em direção à região norte da capital, induzido pela construção do complexo de lazer da Pampulha e da abertura da Avenida Antônio Carlos, além da formação de Venda Nova, que influencia o crescimento de Justinópolis. O processo desigual da ocupação territorial gerou relações espaciais com ligações tênues, com grandes vazios, exemplificada pela precária e desarticulada malha viária, de forma que leva a crítica de Campos (2010), onde a autora assemelha Ribeirão das Neves a um arquipélago e não a uma cidade (ver Figura 1).

33 Em 1988 e 1992 os moradores de Justinópolis tentaram a emancipação de Ribeirão das Neves através de plebiscito, mas não conseguiram por falta de quórum eleitoral (Souza, 2008).

FIGURA 1. A cidade de Ribeirão das Neves em 2006, apontando suas regionais.



Fonte: CAMPOS, 2010.

Segundo a tese de Campos (2010), até nos anos de 1960 a estrutura fundiária de Ribeirão das Neves se caracterizava pela alta concentração das terras, onde 67 latifúndios ocupavam 78% de sua área total, enquanto 276 pequenas propriedades ocupavam 13% dessa área. Nota-se uma mudança de comportamento do mercado imobiliário da cidade a partir do final dos anos de 1940, quando sua área loteada aumenta significativamente, assim como o número de lotes, aprovados ou não, que foram lançados no mercado, principalmente concentrados no distrito de Justinópolis.

Assim, a cidade em análise se caracterizou, até o final dos anos 1960, por grandes vazios demográficos e ocupação bastante lenta, devido ao processo moroso de venda dos lotes, fora o fato de que a maioria das famílias não tinha condições de pagar a prestação mensal do lote e realizar ao mesmo tempo a construção das casas, por suas restrições orçamentárias.

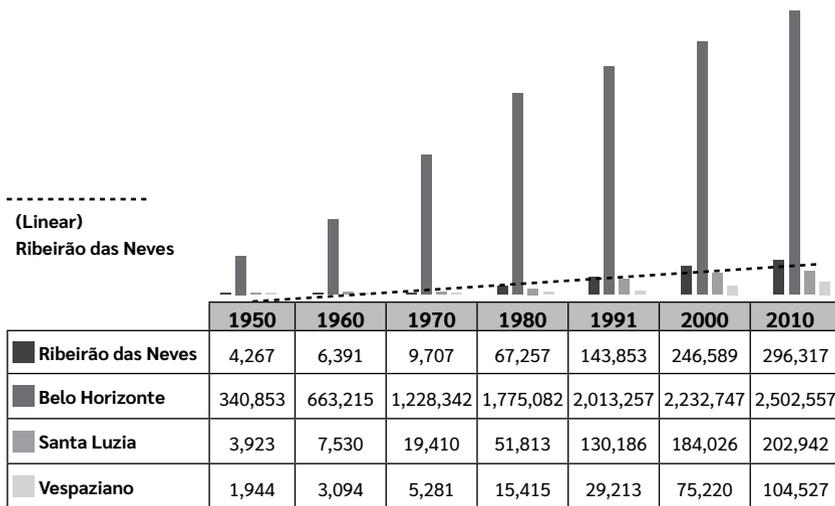
2 Neves desbravada pelos agentes imobiliários – a segunda tendência de crescimento

Como característica da expansão metropolitana de Belo Horizonte, a década de 1970 fica marcada pela produção de loteamentos. Este processo, de acordo com Andrade e Mendonça (2010), é expressão de um cenário nacional de segregação nas metrópoles brasileiras, em um momento de grande fragilidade das políticas de regulação do solo. Entre os principais sujeitos desta movimentação estão os agentes imobiliários, que atuaram indireta e diretamente sobre o município, no primeiro caso deixando grandes vazios urbanos nas áreas mais centrais dotadas de infraestrutura, como forma de valorizá-los para posterior comercialização e, no segundo caso, agindo diretamente na criação de loteamentos precários, nas periferias mais distantes, muitos deles clandestinos e sem nenhuma infraestrutura. Esse processo explica a consolidação da conurbação de Belo Horizonte em direção a Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Vespasiano. Com poucas exceções, nesta época o controle sobre o uso da terra e seu parcelamento ficaram sob responsabilidade de cada município, sem legislação de nível metropolitano (CAMPOS, 2009).

De acordo com Souza (2008), dos 96 loteamentos lançados na RMBH entre os anos de 1972 e 1976, 35 (ou 36% do total) foram implantados em Ribeirão das Neves, que ofereceu as

condições ideais para a produção de loteamentos populares, como legislação menos exigente, falta de programas e políticas de controle do parcelamento e da ocupação do solo, além de menor fiscalização, o que o tornou palco privilegiado da especulação imobiliária, como demonstram os dados do Gráfico 1.

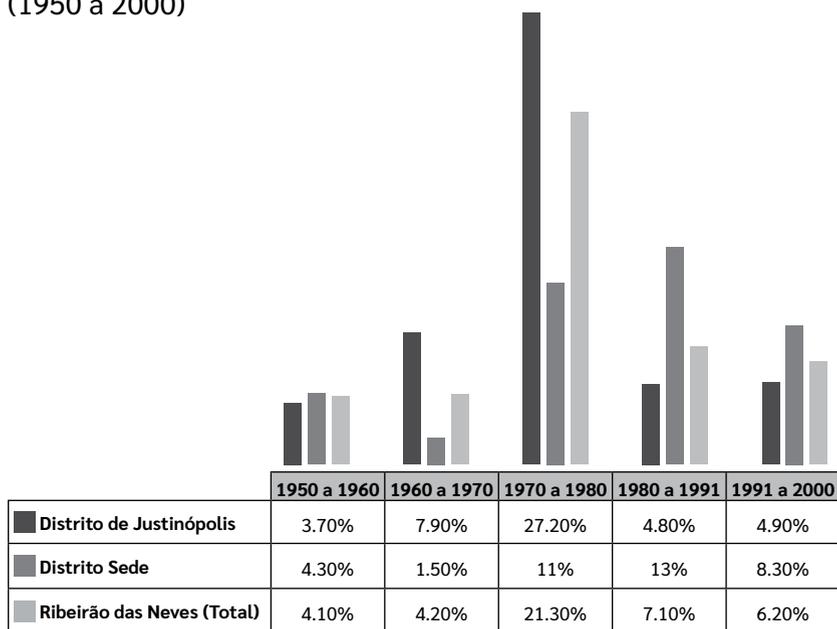
Gráfico 1 - População total em municípios do Vetor Norte da RMBH (1950 a 2010)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

De acordo com Sousa (2002) quando se compara o crescimento populacional de Belo Horizonte e de Ribeirão das Neves no período dos anos de 1950 com os anos 1970, verifica-se que o crescimento da Capital foi quase duas vezes menor que em 1950, já Ribeirão das Neves teve sua taxa populacional quintuplicada em termos totais e quase sextuplicada se considerada a área urbana, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Taxas de crescimento da cidade de Ribeirão das Neves (1950 a 2000)



Fontes: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

Dessa forma, a década de 1970 marca uma segunda fase de expansão da cidade de Ribeirão das Neves, caracterizada por um intenso crescimento demográfico, onde as elevadas taxas de crescimento variaram ao longo do tempo e também se apresentaram consideravelmente distintas entre a região Sede e Justinópolis. Segundo Sousa (2002), entre 1970 e 1979, foram abertos 80 loteamentos na cidade: 53 no distrito de Justinópolis (sendo três no subdistrito de Areias), 17 no distrito Sede e nove na região do Veneza. O que se segue é um aumento populacional com taxas recordes na região metropolitana e que caracteriza um ‘boom imobiliário’, de intenso crescimento, do qual o distrito de Justinópolis foi palco, inserido no espaço metropolitano conurbado

com Belo Horizonte. Nessa época, a população de Ribeirão das Neves apresentou a sua maior taxa de crescimento, de 21,3% ao ano, o que demonstra um grande crescimento da cidade em pouco tempo, recorde em nível nacional. O incremento populacional de Justinópolis, com taxa média de 27,2% ao ano, chama atenção; já a Sede também teve um aumento populacional alto, de 11,1% ao ano, como mostra o Gráfico 2, antes apresentado.

Nos anos de 1980, houve um arrefecimento no mercado imobiliário, sendo apenas quatro loteamentos aprovados na cidade, um no centro e três na Regional Veneza. Assim, a taxa de crescimento populacional de Neves decresce, mas ainda permanece alta para os níveis metropolitanos, com a média de 7,1% ao ano, com a população da Sede passando a crescer mais que Justinópolis. Esse distrito apresenta taxa de crescimento de 4,8% a.a. e a Sede com 13%a.a., de modo que se inicia nessa época e na década que segue uma concentração dos loteamentos nesta região, marcando a consolidação da expansão da cidade no sentido da Regional Veneza.

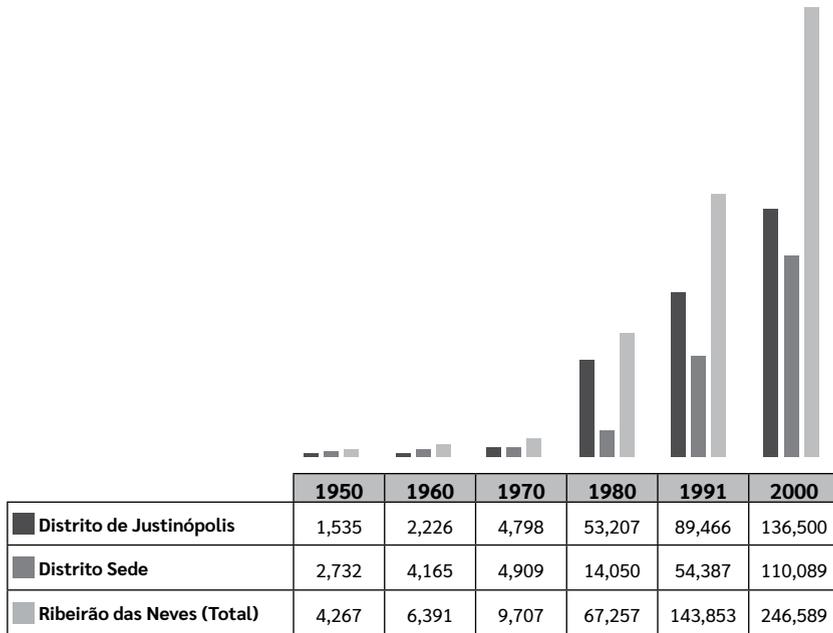
Durante a década de 1990, o setor do mercado imobiliário recrudesce, de forma que foram aprovados 33 loteamentos no município: 13 no distrito de Justinópolis e 20 no distrito Sede, (sendo 10 no centro e 10 na Regional Veneza), assim a Sede continua com maior nível de crescimento, 8,3% a.a. contra 4,9% a.a. de Justinópolis. Após os anos 2000, o processo de parcelamento das terras na cidade continua intenso. Somente entre os anos de 2000 e 2005 foram lançados cinco novos loteamentos (aprovados), além de loteamentos clandestinos.

Assim, se anteriormente na história da cidade a população da Sede do distrito foi maior que a de Justinópolis durante várias décadas, em 1970 a população de Justinópolis se iguala a da Sede e, em 1980, a situação se inverte, e Justinópolis exibe uma população quase quatro vezes superior à da Sede. Durante os anos

que se seguem, a relação entre as regionais da cidade passa a se igualar em termos populacionais, onde, a partir dos anos 2000, a população de Justinópolis passa a ser pouco maior que a Sede, como visto anteriormente no Gráfico 2. Outra característica importante da cidade, segundo Sousa (2002), é que, em relação à situação dos domicílios, em 1991 tinha-se 83,4% da população de Ribeirão das Neves residindo em áreas urbanas, já o Censo Demográfico de 2010 revelou um grau de urbanização de 99,4%.

Dessa forma, a partir do intenso processo de parcelamento do solo, durante um espaço de tempo relativamente curto, aproximadamente 40 anos, houve grande mudança na demografia de Ribeirão das Neves, fator preponderante para a construção da realidade social atual do município. De acordo com dados do IBGE, durante a década de 1950, quando ganhou sua autonomia, Neves era uma pequena cidade, com pouco mais de 4.000 habitantes e cresceu em níveis esperados até os anos de 1970, contando com 9.707 habitantes, quando então acontecem aumentos populacionais que marcam recordes no cenário nacional. Deste modo, em 1980 a cidade passa a abrigar seis vezes mais habitantes que na década anterior, contando com 67.257 pessoas. Em 1990, a população da cidade mais que dobra, chegando a 143.853 habitantes. A cidade chega aos anos 2000 com uma população, de 246.589 habitantes, demonstrando um crescimento ainda vertiginoso, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - População da cidade de Ribeirão das Neves – Distrito (1950 a 2000)



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000.

Nestas condições, uma população de baixa renda se concentrou em Ribeirão das Neves, a partir dos anos 1970, tendência esta que propaga-se até a atualidade, de modo que a produção habitacional pode ser caracterizada principalmente pela autoconstrução. Durante todo esse processo, o poder público municipal, com baixa capacidade arrecadadora e carente de recursos materiais e humanos, não ofereceu resistência à atuação dos agentes imobiliários. O crescimento populacional da cidade tendeu a estruturar uma periferia metropolitana com grandes níveis de adensamento populacional. Neves caracteriza a expressão de Cymbalista (2006, p.44 apud Andrade 2004), como “o lugar onde as pessoas chegam antes da cidade”.

De acordo com Brito (1997), a implementação de loteamentos precários serviu para atrair uma população de baixa renda que se mudou para a cidade com o objetivo de realizar o sonho da casa própria, formando um expressivo polo de atração da pobreza. Já Souza e Brito (2008) sugerem a inversão da reflexão ao afirmar que, apesar de Ribeirão das Neves ser um dos municípios mais pobres de toda a RMBH, o município atrai um grande número de indivíduos expulsos de outros municípios da região, principalmente da capital, que tem terras com alto preço. Assim, não seria Neves que atrai a população pobre, mas Belo Horizonte que a expulsa, sendo a atração exercida por Neves um reflexo do grande poder de retenção exercido por Belo Horizonte e sua região metropolitana, dada a concentração da atividade econômica nesse espaço. Por consequência, residir em Neves representa para muitos uma oportunidade, senão a única, de adquirir moradia própria, de continuar residindo nas proximidades da capital e se inserir no mercado de trabalho metropolitano.

3 Ribeirão das Neves e a verticalização: apontamentos sobre uma nova característica da expansão da cidade

Atualmente, Ribeirão das Neves permanece, no contexto da RMBH, como um dos municípios de crescimento populacional mais acelerado, chegando ao ano de 2010 com 296.317 habitantes e estimativa, segundo o IBGE de aproximadamente 322.659 habitantes, no ano de 2015. Esse ritmo elevado de crescimento que vem sendo sustentado na cidade se deve à ocupação efetiva dos loteamentos populares lançados nas décadas anteriores e à continuidade do parcelamento do solo. Pretende-se agora explorar o argumento sobre uma nova característica do crescimento da

cidade de Ribeirão das Neves que se inicia a partir dos anos 2000, em que a produção de edifícios de pequeno porte marca uma tendência de verticalização na cidade.

Segundo o IBGE, os domicílios particulares permanentes podem variar, sendo, por exemplo, casas, que são entendidas como domicílio único, localizados em edificação de um ou mais pavimentos, ou também pode ser apartamentos, localizados em edificação de dois ou mais pavimentos, com mais de um domicílio, servido por espaços de uso comum. De acordo com Campos (2009), antes dos anos de 2000, os domicílios do tipo apartamento de Ribeirão das Neves estavam localizados em Justinópolis, basicamente em três empreendimentos habitacionais executados pela indústria da construção: o Conjunto Habitacional Nova Pampulha, o Residencial Toronto e o Residencial Capela, sendo que os dois primeiros se localizam próximos a Contagem e Belo Horizonte. No distrito Sede, os prédios de apartamentos localizam-se basicamente no Bairro São Pedro, onde estão também as casas dos habitantes que recebem as mais altas rendas do município de Ribeirão das Neves (CAMPOS, 2009).

O Censo de 2010 identificou 85.135 domicílios na cidade, sendo 2.331 deles apartamentos, tendência que tem tido aumento desde os anos de 2000. Segundo dados cedidos pela Superintendência de Regulação Urbana da Prefeitura de Ribeirão das Neves, até junho de 2016 foram registrados 8.559 apartamentos, sendo que não entram nesses números as construções irregulares. Esses dados corroboram a hipótese do estudo sobre o crescimento vertical de Neves, pois apontam que o número de apartamentos quase quadruplicou em seis anos.

Assim, a tipologia das edificações que estão sendo aprovadas no município é, predominantemente, de conjuntos verticais com até quatro pavimentos e área de aproximadamente 45m² por

unidade. Outra tipologia impulsionada no município constitui-se em condomínios horizontais, com casas geminadas, destinadas à população cuja renda está entre três e seis salários mínimos (CAMPOS, 2009).

Podemos analisar o exemplo do Bairro Jardim Alterosa, localizado na regional Veneza, onde foi construído em 2013 o conjunto habitacional Residencial Alterosa, com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, e que possui 82 blocos de 20 apartamentos, totalizando 1.640 unidades. Contudo, seus moradores sofrem com variados problemas, entre eles a ausência de equipamentos públicos, como posto de saúde, escolas e creches, além de falta de transporte público e do recolhimento do lixo, que gera grave situação de insalubridade e risco à saúde.

Não se pode ignorar ainda que o vetor norte de Belo Horizonte tem passado por um intenso processo de reestruturação econômica e socioespacial, que teve início a partir do ano de 2004, com um conjunto de projetos de investimentos públicos e privados na região. Assim, Ribeirão das Neves parece acompanhar o que está acontecendo nas outras partes do espaço metropolitano, ainda que em menor grau, de forma que o preço de suas terras tem tido aumento significativo, fato que influencia na construção e venda de apartamentos, que são relativamente mais baratos que a compra de lotes e a construção da moradia, mesmo que através da autoconstrução.

4 A expansão desordenada e as consequências negativas para a cidade

A partir de agora serão levantados os principais problemas gerados pela expansão desordenada de Ribeirão das Neves para, posteriormente, relacioná-los com a realidade do patrimônio cultural da cidade.

A literatura da área demonstra as sérias consequências do processo de segregação espacial centro-periferia, que na cidade de Ribeirão das Neves se mostra claramente. Sua população em 2010, segundo dados do IBGE, apresentava grande porcentagem negra, com equilíbrio de gêneros, e poderia ser considerada jovem, já que mais da metade, 54% da população, encontrava-se na faixa etária entre 0 e 29 anos, fato que, segundo Carmo (2011), gera a necessidade de atenção e investimentos nas áreas da educação, lazer, inserção profissional e outras ligadas à infância e juventude.

A população de Neves apresenta-se homogênea quanto aos indicadores sociais, caracterizando-se predominantemente por grupos de baixa renda. A população tem claro perfil de operariado, com ocupações predominantes em atividades de prestação de serviços pessoais e na indústria tradicional. Os dados do Censo Demográfico de 2010 indicam que o valor do rendimento nominal médio mensal da maioria dos domicílios não chega a três salários mínimos. Cerca de 40% da população vive com até dois salários mínimos e mais da metade da população vive com renda de até cinco salários mínimos. Pouco mais de 0,1% da população tem renda maior que dez salários mínimos, predominantemente brancos, ou seja, Ribeirão das Neves tem pouquíssimos ricos, fato que sugere que a cidade expulsa essa camada da população, que ao obter melhorias econômicas evade da cidade.

O município convive com baixos índices educacionais, o que indica uma reprodução da pobreza. O percentual de pessoas com mais de 25 anos analfabetas é de 12 %. A rede de ensino – ainda que tenha havido aumento das escolas privadas depois dos anos de 2000 – continua predominantemente pública, o que demonstra a importância do atendimento público estadual no município e incita à reflexão sobre a qualidade do ensino oferecido por tais instituições, com grandes impactos na vida dos jovens (CARMO, 2011).

A distância entre o local de residência e o local de trabalho e estudo leva seus moradores a deslocarem-se diariamente para outro município, o que faz com que muitos caracterizem Ribeirão das Neves como uma “cidade dormitório”. O significativo movimento pendular é de alto custo, pois os valores dos transportes públicos para o deslocamento entre Ribeirão das Neves e Belo Horizonte são elevados, além do que o sistema público de transporte metropolitano apresenta baixa qualidade no atendimento. Como exemplo vê-se que as linhas de ônibus possuem quadro de horários limitados, demandando dos usuários um longo tempo de espera e que, muitas vezes, permaneçam em pé por todo o trajeto, com desconforto. A necessidade de deslocamento acaba por depreciar ainda mais a renda familiar e se transforma em um limitador naqueles casos em que o empregador não arca com os custos do transporte. Outra consequência desse processo é que a cidade acaba não sendo usada para a realização do consumo, do lazer e da cultura de seus moradores.

É importante citar ainda que Ribeirão das Neves apresenta altos níveis de violência e criminalidade, o que contribui para a formação do estigma negativo da cidade, muito explorado pela mídia. O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) de 2006, divulgado pelo Observatório das Favelas, foi de 5% para a cidade, o que coloca o município como o 20º município mais perigoso para

jovens de 12 a 18 anos do Brasil. De acordo com o Mapa da Violência de 2007, a taxa média foi de 58 homicídios por 100 mil habitantes, o que o colocou na 97ª posição num conjunto de 556 municípios brasileiros. A mesma pesquisa aponta que dentre os territórios municipais mais violentos da RMBH, Ribeirão das Neves destaca-se por taxas médias mais elevadas, ocupando a terceira posição, depois de Betim (63,7/1.000) e de Contagem (58,4/1.000). Já no Mapa da Violência do ano de 2013, Ribeirão das Neves ficou entre as 300 cidades mais violentas do país, ocupando o 163º lugar e 8ª. colocada no ranking estadual, com 156 assassinatos. No Mapa da Violência no Brasil do ano de 2015, dos 100 municípios com as maiores taxas médias de homicídio (por 100 mil) de adolescentes de 16 e 17 anos de idade durante 2011 e 2013, Neves apresenta média de 11 em 2011, 7 em 2012 e 8 em 2013, ocupando a posição de número 34 no ranking. Destaca-se que o número de jovens vítimas de homicídio por armas de fogo é alto, contando com média de 79,1% de tentativas e 79,5% dos homicídios consumados no período 2010/2012. Assim, como várias pesquisas mostram, o cenário da cidade é de grande criminalidade violenta e que atinge principalmente a população jovem e negra da cidade, marcada ainda pelo uso de arma de fogo.

Neves enfrenta ainda muitas carências relacionadas aos serviços e equipamentos públicos, como a assistência à saúde e assistência social, por exemplo, que é insuficiente para atender às necessidades mais básicas dos moradores. Estes, por sua vez, têm que se deslocar para Belo Horizonte e outras cidades próximas em busca de atendimento.

A cidade apresenta déficit habitacional de mais 16.400 unidades habitacionais, sendo que 41% do total dos domicílios encontram-se em assentamentos precários, além de 46 loteamentos irregulares (Sousa, 2002). Além disso, quase 5000

domicílios estão alocados em aglomerados subnormais, contando assim com a existência de 65 vilas e favelas, como a Bispo de Moura, Braúnas, Rosaneves, Grotas, Landi, Vila Felicidade e a Vila Henrique Saporì. As favelas pouco se distinguem dos bairros originados a partir dos loteamentos populares aprovados, de modo que os espaços centrais e periféricos apresentam composição social semelhante. O próprio aspecto físico deteriorado da cidade, resultado da falta de infraestrutura, grande número de ruas sem asfalto, esgoto a céu aberto, casas sem finalização, etc. contribui para fortalecer representações negativas da cidade.

De acordo com Andrade e Mendonça (2010), a forte homogeneidade da sua população e de seu território leva à hipótese de que a falta de convivência próxima e cotidiana com pessoas em situações mais vantajosas, seja profissional, educacional ou culturalmente, entre outros aspectos, não gera condições para que se vençam as dificuldades do contexto, assim como não propicia efeitos concretos, como indicação para trabalho ou possibilidades de continuidade dos estudos. Assim, a homogeneidade da cidade implicaria em perdas no seu capital social, já que ele existe nas relações sociais e é uma construção de coletividades institucionalizadas, por exemplo, onde as informações e o conhecimento são formadas e transferidas.

Para Araújo (1997), o espaço, da mesma forma que agrega e une as pessoas, é um fator de distinção, impondo diferenças e qualificando os sujeitos. Os sujeitos, no seu cotidiano, alteram e manipulam os sentidos e significados dos lugares, criando estruturas afetivas, cognitivas e individuais. Cada espaço da cidade, uma edificação, uma rua ou um bairro é, sobretudo, um mundo especial e pleno de sensações, cuja identidade, assim como a identidade dos sujeitos, é uma construção histórica realizada a partir da experiência cotidiana.

O cenário descrito gera, então, a estigmatização do território em análise, tal como é entendido por Goffman (1983), que deriva de uma etiquetagem social, entendida como uma forma de classificação que, avivando as suas identidades negativas, lança no descrédito determinadas categorias sociais consideradas como anormais face aos padrões dominantes. Se o estigma vinculado ao comportamento de um indivíduo tende a abarcá-lo como um todo, da mesma forma entende-se que o estigma de um território estigmatiza a todos que ali residem.

De acordo com Becker (2009), o indivíduo marcado como desviante tem importantes consequências para a participação social mais ampla e para sua autoimagem, sendo que a mais importante é uma mudança drástica em sua identidade pública. É rotulado e seu status de desviante, neste caso, passa a ser seu status principal. Assim os estigmas de “cidade-presídio”, “cidade violenta”, “cidade pobre” gera consequências perversas para todos os moradores de Ribeirão das Neves, estando intimamente ligada à falta de um sentimento de pertencimento à cidade, que por sua vez, impacta diretamente na manutenção de seu patrimônio.

Por outro lado, afirma-se a existência de uma riqueza cultural da cidade, que precisa de identificação e valorização. Uma característica cultural forte que apresenta, por exemplo, é o artesanato, tendo em vista que recebeu moradores de várias regiões do país, que vieram buscar uma nova vida na capital mineira. Assim o artesanato local se mostra presente em várias vertentes, confeccionadas com matérias primas variadas, como linhas, tecidos, madeiras, vidros, barbantes, papéis e muitos materiais destinados ao descarte. A culinária é outra característica forte, além dos destaques nas artes cênicas, contando com vários estúdios de dança. Dentre os movimentos culturais, merecem destaque o balé, rock, funk, entre outros. A capoeira também tem

representação nos guetos, nos espaços públicos da Prefeitura, assim como o Congado e outras manifestações religiosas.

5 As dificuldades com o patrimônio cultural em Ribeirão das Neves

A cidade pode ser pensada como uma totalidade em que suas materialidades plurais trazem referências importantes tanto para se pensar na expansão comum às metrópoles como nos territórios específicos oriundos de cada localidade urbana. Em tal perspectiva, o urbano, “traz as marcas de seus atores, o fluxo das interações descontínuas e das sociabilidades conflitivas” (BARREIRA. 2007, p.166).

Pode-se entender a cultura como uma forma de manifestação ligada a várias esferas da vida social como as artes, a moral, leis, costumes, hábitos e qualquer outra manifestação que expresse as formas de vida de um povo. Devido a sua importância, durante o século XX acontece um movimento político mundial que objetiva a preservação do patrimônio cultural, e conseqüentemente, das identidades tradicionais, reforçando que essa é uma função do Estado e um dever de toda a sociedade. Assim, a função social da cidade somente é implementada quando efetuada junto com a proteção ao meio ambiente e à cultura, garantindo de fato e por completo o bem-estar dos cidadãos (MARRA, 2011).

O desenvolvimento dessa ideia de patrimônio, seja ambiental ou cultural, surge com a finalidade de garantia da qualidade de vida para essas e futuras gerações, pois o patrimônio cultural é constitutivo da identidade e da diversidade cultural de um povo, além de ser um importante fator de desenvolvimento sustentável, de promoção do bem-estar social, de participação

e de cidadania. Para que não aconteça a degradação do meio ambiente urbano é necessário cuidado com os recursos naturais ou bens culturais, que estão diretamente ligados ao bem-estar social (MARRA, 2011).

Gonçalves (2005) salienta o papel fundamental que desempenha a categoria do patrimônio cultural no processo de formação de subjetividades individuais e coletivas, pois entre o patrimônio e as formas de autoconsciência individual ou coletiva existe uma relação orgânica e interna e não apenas uma relação externa e emblemática. Dessa maneira, o reconhecimento do patrimônio cultural faz parte da construção da identidade individual e coletiva de um povo.

Em Neves, a negatização e o desconhecimento do patrimônio cultural contribuem para a formação de uma identidade negativa do seu território, ao qual os moradores não querem ser ligados e que tem por consequência a sua desvalorização. Os processos sociais, políticos e urbanísticos pelos quais Ribeirão das Neves passou convergiram para a degradação social e cultural, de forma que a construção da identidade de seus moradores é tão negativada que eles a repudiam, o que impede esforços ligados à construção e ao conhecimento do que é seu patrimônio cultural.

Não há como falar em patrimônio sem falar de sua dimensão material (GONÇALVES, 2005), o que reforça a importância do fortalecimento das legislações, instituições e órgãos governamentais que têm função de preservar de tais elementos, como o Conselho Municipal de Cultura de Ribeirão das Neves, que tem realizado ações de reconhecimento e salvaguarda de elementos do patrimônio cultural da cidade, ainda que de forma lenta e pontual. Contudo, o patrimônio também não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado, precisa encontrar representatividade junto aos moradores da cidade.

Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público. O conceito de ressonância se refere ao “poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (GONÇALVES, 2005, p.19). Assim, para que o patrimônio seja protegido, é necessário que os indivíduos se mobilizem em prol de sua proteção.

Em Ribeirão das Neves tanto o reconhecimento quanto a proteção do patrimônio não parecem ser preocupações para a maioria de seus moradores e governantes. Os moradores, por não se identificarem com o lugar de moradia, não se reconhecem e não se sentem representados pelo seu patrimônio, o que inviabiliza os cuidados com tal.

Nos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter “construído” ou “inventado”, pois cada grupo social constrói no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória. Assim, a busca pela reconstrução da memória da cidade e a preservação de seu patrimônio cultural deve ser incentivada, de forma a fortalecer a construção social da identidade da cidade. Tal perspectiva aponta para a necessidade da efetivação de função social da cidade que possibilite a preservação do patrimônio cultural regional, por meio dos planos diretores municipais e metropolitanos, que incluam por exemplo, a participação popular.

Para que o patrimônio cultural existente no meio urbano seja efetivamente preservado, o Plano Diretor de um município, assim como as leis que tratam do uso e da ocupação do solo, devem observar as agressões e impactos causados aos patrimônios locais, de forma a garantir o acesso à cultura e impedir sua destruição, a

evasão e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural. A noção de patrimônio cultural tem ligação com a estrutura social e seu sistema simbólico, com isso é preciso trazer essas reflexões sobre Ribeirão das Neves, o que se mostra como um desafio, dada condição de vulnerabilidade social de seu território.

6 Considerações finais

Esse estudo buscou apresentar como situação-problema a vulnerabilidade social da cidade de Ribeirão das Neves e sua ligação com a falta de proteção do patrimônio cultural, que se constitui como uma questão importante a ser enfrentada pelo poder público local. O estudo sugere demandas da população pela melhoria da qualidade de vida, nelas incluindo o esporte, o lazer, a valorização da identidade e autoestima da população.

A situação da estrutura urbanística de Ribeirão das Neves desencadeia uma questão grave e complexa para o planejamento urbano, que é a proteção de seu patrimônio cultural. A partir do reconhecimento da realidade social local torna-se possível aprimorar as intervenções públicas e sociais de que o município carece, incluindo a necessidade de planejamento e reestruturação urbanística que promova o funcionamento adequado da atividade produtiva, proporcione qualidade de vida a seus moradores e conserve o seu patrimônio ambiental e natural.

Para Guimarães (2004), a forma de proteção ideal possui três dimensões fundamentais, que são a criação, a difusão e a conservação da cultura. A criação da cultura é um processo que se manifesta em diversas formas, cabendo ao Estado favorecer a realização dessas manifestações através de incentivos diretos

e indiretos; a sua difusão corresponde ao acesso desta produção cultural no meio social, o que tem importância crucial para informação e a educação da sociedade; já a conservação tem ligação com a proteção dos bens e sua manutenção. Esses são caminhos que podem ser seguidos na reflexão sobre o patrimônio cultural da cidade de Neves.

Conclui-se sobre a grande necessidade de políticas públicas municipais e outras iniciativas que promovam a utilização e ocupação do solo de forma mais apropriada, sem tantos prejuízos a seu patrimônio cultural, tendo como consequência também a melhoria da qualidade de vida da população nevensense. A análise aqui apresentada é parcial, principalmente no que se refere aos dados, mas tem relevância no sentido de apresentar algumas reflexões iniciais sobre a realidade local que precisam ser aprofundadas, tendo em vista a carência e necessidade de entendimento da dinâmica do planejamento urbano na cidade.

Referências:

ARAÚJO, Maria Marta de. “A vida nos subúrbios: Memórias de uma outra Belo Horizonte.” *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v. 2, n.3, P.50-56, 1997.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v.12, n.23, P.169-188, 2010.

BARREIRA, Irllys Alencar F. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. In: *Análise Social*, vol. XLII, P.163-180, 2007.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2009.

BRITO, Fausto. Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da região metropolitana de Belo Horizonte. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1996, Caxambu. Anais. Belo Horizonte, 1997. P.771-788.

CAMPOS, P. R. O Município de Ribeirão das Neves: um bairro popular em um centro metropolitano. 2009. 188p. Dissertação, UFMG, Minas Gerais.

CAMPOS, Paola Rogêdo. “O Arquipélago De Ribeirão Das Neves: A Velha Segregação Na Metrópole Belo-Horizontina.” Anais do XIV Seminário sobre a Economia Mineira. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

CARMO, Helen Cristina do. As repercussões do Programa popança Jovem nas Experiências Escolares de Jovens Egressos do Ensino Médio de Ribeirão das Neves. Belo Horizonte 2011.

CYMBALISTA, R. Política urbana e regulação urbanística no Brasil—conquistas e desafios de um modelo em construção. Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006. P.279-300.

GUIMARÃES, Nathália Arruda. A proteção do patrimônio cultural Revista Jus Navigandi, 04/2004. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/5372/a-protecao-do-patrimonio-cultural> Acesso em 18/06/2016.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. Revista Horizontes Antropológicos. Vol.11 n°.23. P.15-36. Porto Alegre, Jan./Jun 2005.

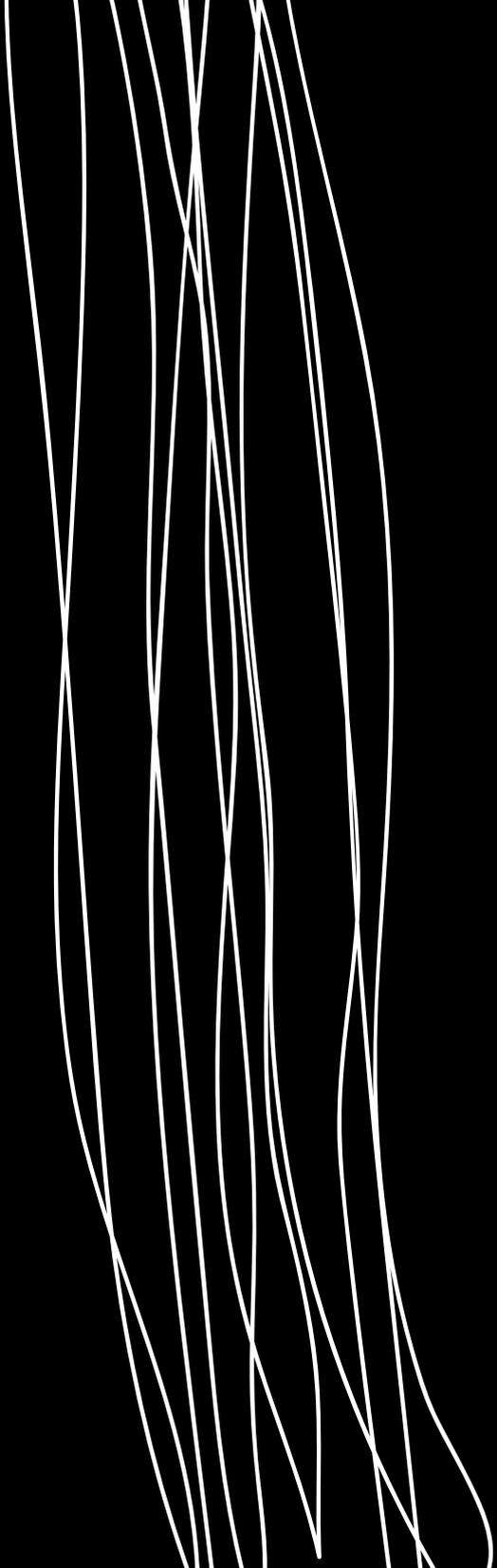
MARRA, Natalia Cardoso. “A Proteção do Patrimônio Cultural na Gestão das Metrôpoles: um estudo da Região Metropolitana de Belo Horizonte.” Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Florianópolis, SC. 2011.

SOUSA, E. A. Alternativas públicas não estatais para a provisão de habitação popular: o caso do Bairro Metropolitano. 2002. Dissertação, PUC - MG.

SOUZA, Joseane. A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: O Caso Específico do município de Ribeirão das Neves. Tese de doutorado, 2008. Cedeplar/UFMG.

SOUZA, Joseane; BRITO, Fausto Reynaldo Alves. A expansão urbana de Belo Horizonte e da RMBH em direção ao Vetor Norte Central, nos períodos 1986-1991 e 1995-2000. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, Brasil; 2008.

Portal da Prefeitura de Ribeirão das Neves. Disponível em <<http://ribeiraodasneves.mg.gov.br/prefeitura/>> Acesso em 18/06/2016.



O PAPEL DAS PRÁTICAS CULTURAIS NOS PROCESSOS DE MUDANÇA SOCIAL: OLHANDO ATRAVÉS DO MAPEAMENTO DAS FAVELAS DE BELO HORIZONTE³⁴

Clarice de Assis Libânio

Resumo: A cidade de Belo Horizonte possui 220 favelas, onde vivem 500 mil pessoas. Através da ONG Favela é Isso Aí, desenvolvemos iniciativas de mapeamento cultural em todos estes territórios, e encontramos mais de 15.000 artistas e grupos culturais em atuação, proporcionando uma grande diversidade de todos os tipos de artes. Além disso, vimos que o envolvimento de seus moradores em movimentos artísticos e culturais tem contribuído para a transformação local nos níveis pessoal, social e político. Fundamentado nessas experiências, e de uma perspectiva politicamente engajada dos mapeamentos culturais, o texto discute os papéis das práticas culturais na mudança social, especialmente para grupos vulneráveis que vivem em áreas metropolitanas, vendo a cultura como recurso, ponte e ação. Busca ainda discutir sobre a importância do mapeamento cultural para essas comunidades, seus impactos e contribuições.

Palavras-chave: Belo Horizonte; favelas; mapeamento cultural.

34 Publicado originalmente em inglês em Duxbury, Garrett-Petts and Longley (2019).

1 Introdução

O presente artigo apresenta as experiências de mapeamento cultural realizadas entre os anos de 2002 e 2015 nas favelas³⁵ de Belo Horizonte, Brasil, pela organização não governamental Favela é Isso Aí, em parceria com associações e moradores dos territórios.

Entende os processos de mapeamento – desde que comprometidos com as causas locais e com participação efetiva dos moradores – como ferramentas para o conhecimento das múltiplas e complexas realidades culturais e simbólicas das comunidades, mas também, e principalmente, para constituição e reconstrução de identidades, resgate da autoestima e posicionamento político frente aos recorrentes processos de exclusão e desqualificação a que estão sujeitas tais populações.

Defende a tese de que através do mapeamento das favelas – e de sua difusão em larga escala –, foram potencializadas transformações nas comunidades que perpassam várias dimensões: pessoais, sociais e políticas. Mesmo após o encerramento dos projetos relatados, seus impactos se mantiveram e se ampliaram, contribuindo para constituir o que hoje na cidade se configura como um processo contínuo de busca de mudança do tecido social e urbano através das práticas e do ativismo cultural.

Desde a década de 1980, quando se fez o redesenho do mapa oficial de Belo Horizonte, incluindo o arruamento das favelas (antes áreas vazias no mapa) até o mapeamento e a divulgação de sua produção cultural, em meados dos anos 2000, as favelas da cidade foram ganhando visibilidade e reconhecimento, por seus

35 Sobre o conceito de favela ver o rodapé do artigo A cidade das favelas, neste mesmo volume.

aspectos positivos e não pelos estigmas sempre disseminados pelas vozes oficiais e pelos meios de comunicação.

Neste percurso algumas perguntas se colocam e serão tangenciadas nas próximas páginas: Qual é o papel e a importância do mapeamento cultural para as comunidades? Como envolver os moradores do território no mapeamento e como podem se beneficiar de seus resultados? Quais são os impactos dos projetos de mapeamento cultural nas favelas, tangíveis ou intangíveis?

Em resumo, busca-se explorar as possibilidades de transformação social, simbólica e espacial através dos processos de mapeamento cultural, das práticas artísticas e de sua interseção com a mobilização comunitária e o ativismo nas favelas de Belo Horizonte, avançando na constituição de novas formas de micropolítica e engajamento, principalmente entre os jovens.

Por fim, destaca-se que o texto tangencia as metodologias de mapeamento cultural e seus instrumentos, mas foca na narrativa de uma experiência particular e singular, para, a partir dela, compreender como os processos de envolvimento com as práticas culturais em geral – e com a experiência do mapeamento em si – podem contribuir ou contribuíram, no contexto estudado, para transformações no âmbito dos sujeitos e das comunidades das favelas em Belo Horizonte.

Afinal, é possível mudar as cidades através da cultura e suas manifestações?

2 As experiências de mapeamento cultural nas favelas de Belo Horizonte

Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, conta com cerca de 2,5 milhões de habitantes³⁶, a sexta em população do país. Em sua Região Metropolitana residem 5,5 milhões de pessoas, a terceira maior do país. Foi a primeira cidade planejada do Brasil, inspirada no urbanismo hausmaniano, higienista e sanitarista. Desde sua fundação, em 1897, contou com uma visão elitista, segregadora e excludente, não tendo previsto em seu planejamento espaços para moradia dos operários responsáveis por sua construção. Nasceram aí as favelas, junto com a cidade planejada.

Nos dias atuais, a Capital conta com mais de 450 mil pessoas vivendo nas favelas, em mais de 200 áreas de ocupação irregular³⁷. Além disso, seu pequeno território transborda para os outros 33 municípios metropolitanos, já que não tem mais zonas de expansão ou terrenos a baixo custo para habitação popular, criando e adensando cidades dormitório em seu entorno, formadas por populações pobres.

Nesse pouco mais de um século de existência das favelas, as políticas públicas têm oscilado entre dois polos: de um lado, concepções que têm como foco e prioridade a expulsão das famílias para áreas menos valorizadas e mais distantes; de outro, projetos de melhorias urbanas e sociais das comunidades, garantida sua permanência no local. Até 1980, com uma política governamental focada na remoção das famílias, as favelas sequer apareciam no mapa da cidade, ficando em seu lugar espaços em branco, sem reconhecimento das populações aí residentes e seus direitos.

36 Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE - Censo 2010 e Contagem da População 2015.

37 Ver www.favelaeissoai.com.br.

A década de 1980 traz outra visão para o planejamento urbano nas favelas. Com o apoio de setores progressistas da Igreja Católica, os movimentos populares, em sua maioria de base local, se organizaram para reivindicar a participação na tomada de decisões e melhoria das condições de vida nas comunidades. Momento importante nesse processo foi a invasão do prédio da municipalidade em 1981, com a reivindicação de que as favelas fossem “reconhecidas no mapa”, ou seja, recebessem a atenção e a ação do Estado, para garantia dos direitos mínimos de cidadania e de habitabilidade.

Como resultado, criou-se a Lei do Programa Municipal de Regularização de Favelas – PROFAVELA, regulamentada em 1985. Tal instrumento reconhecia as favelas implantadas até 1980 como áreas especiais de zoneamento – o Setor Especial 4 (SE-4) –, que deveriam ter legislação específica, ser urbanizadas respeitando a tipicidade da ocupação e receber a regularização fundiária, cabendo ao governo transferir para os moradores a propriedade da terra.

Tal reconhecimento trouxe grandes mudanças para essas comunidades, no sentido da implantação de serviços públicos, infraestrutura e saneamento básico, contribuindo para a ampliação do acesso à cidade no que se refere às condições de moradia. As mudanças se fizeram sentir também no campo das representações. Lançadas as favelas oficialmente no mapa da cidade, seus moradores passaram a ter um endereço para receber cartas, conseguir um emprego e ser reconhecidos como cidadãos, não mais como invasores de terras, à margem da legalidade.

Estar no mapa significou também a possibilidade de ser ouvido pelo governo, com o acesso das lideranças e associações às instâncias de poder e decisões relativas às comunidades, ou seja, ter direito a voz. Nessa perspectiva, considera-se que o primeiro mapeamento das favelas – exclusivamente urbanístico e realizado

pela municipalidade – desvela para toda a cidade, já na década de 1980, a presença (considerada incômoda) de um grande número de pessoas que também teria direito à voz e aos serviços urbanos.

Defende-se aqui a tese de que o segundo momento fundamental para a mudança de visão sobre as favelas se deu em meados da década de 2000, com o mapeamento e divulgação de sua produção cultural. Até então, era possível sentir que havia nas comunidades uma movimentação importante, uma “rede invisível da cultura”, que, entretanto, era desconhecida da população e da própria municipalidade. Ademais, os raros casos visíveis eram desvalorizados e taxados como arte menor, expressão de baixa qualidade estética ou com papel puramente lúdico ou terapêutico.

Em busca do conhecimento e compreensão da arte produzida nas comunidades, serão apresentadas duas experiências de mapeamento cultural realizadas em Minas Gerais: a do Guia Cultural das Vilas e Favelas e a do Banco da Memória Favela é Isso Aí. Cada qual com seu perfil, metodologias e experiências particulares, ambas contribuíram para os territórios onde estiveram presentes, como se discutirá nas próximas páginas.

3 Guia Cultural das Vilas e Favelas: estar no mapa, estar no mundo

Em 2002/2003 foi realizado um amplo mapeamento cultural nas favelas de Belo Horizonte, que culminou na publicação do Guia Cultural de Vilas e Favelas (LIBÂNIO, 2004) e na fundação da ONG Favela é Isso Aí. Este foi o primeiro mapeamento feito nas favelas na cidade – ainda que já existisse um mapeamento geral do Estado, sem, entretanto, contemplar tais territórios.

O projeto realizou o cadastramento em campo de todas as manifestações culturais em desenvolvimento nas 232 favelas que existiam em Belo Horizonte àquela época. Para proceder ao levantamento dos dados, consideraram-se as seguintes modalidades: música, teatro, dança, artes plásticas, artes visuais, literatura, artesanato, folclore e religiosidade, escolas de samba e blocos carnavalescos e outras (atividades que não se enquadravam nas demais categorias).

Delimitado o universo de trabalho, em diálogo com as instâncias oficiais e através do mapa fornecido pela Prefeitura, partiu-se para a realização de entrevistas em profundidade com lideranças comunitárias, a partir das quais se iniciou a busca de artistas e grupos culturais, formando uma rede de informantes. O mapeamento em rede permitiu identificar e cadastrar um número relevante de artistas em atividade, nas diversas modalidades.

Foram levantadas informações sobre o contexto urbano e social das comunidades – aspectos de saúde, educação, saneamento, segurança pública, emprego e renda. Levantaram-se ainda os equipamentos culturais, meios de comunicação locais e festas em cada comunidade. Por fim, o cadastro dos artistas buscou conhecer de perto sua atuação, principais demandas e realizações.

Os resultados obtidos foram significativos. Primeiro, devido à extensão dos dados quantitativos, que indicaram sete mil pessoas e 740 grupos culturais em atividade, incluindo artistas profissionais e em processo de formação. Em segundo, realça a surpresa revelada pelos dados qualitativos: àquela época, o Guia encontrou um perfil cultural muito diverso, desvelando uma realidade que era desconhecida e sequer imaginada no restante da cidade. Apesar de intensa, diversificada e rica, a produção cultural de tais localidades não se dava a conhecer, ficando restrita a seu local de produção.

Predominavam os grupos e artistas ligados à área de música (39%), nos mais diversos estilos, seguidos daqueles que trabalhavam com artesanato (24%), artes plásticas e dança (13% cada).

Do ponto de vista dos espaços para as práticas culturais, 53% das favelas não possuía nenhum equipamento cultural, tendo sido mapeados, nas demais, 145 locais para as práticas culturais: bibliotecas, centros comunitários, centros culturais e espaços adaptados. A falta de locais para a produção, exibição e comercialização dos trabalhos artísticos foi um dos principais problemas identificados.

A grande maioria das favelas contava com festas populares tradicionais, em geral realizadas na rua – festas juninas, festas religiosas, natal, réveillon comunitário e dia das crianças. Também havia vários meios de comunicação local: rádios comunitárias, jornais, fanzines e outros.

Vê-se que a produção artística das favelas tem entrado nas agendas da sociedade nos últimos anos, recebendo apoio, governamental ou não, para sua ampliação e fortalecimento. Vem também conquistando espaços na mídia, mesmo que com um olhar que ainda considera essas manifestações como inferiores ou exóticas. Por outro lado, a produção cultural, como apontou o Guia, pouco contribui efetivamente para a geração de renda entre os artistas, visto que apenas 20% deles tinham algum rendimento com essa atividade, continuando a desenvolver outros trabalhos para sobreviver.

Entende-se que o Guia contribuiu para essa organização dos grupos e permitiu alterar, de alguma maneira, a visão das favelas e seus moradores. Ademais, gerou reconhecimento por seus aspectos positivos – riqueza cultural, movimentação criativa da juventude – e não por aquilo que ela não tem (favela = ausência de infraestrutura, de serviços etc.) ou teria de negativo (favela = violência, crime, pobreza).

Entretanto, era necessário avançar para além do reconhecimento da importância cultural desses territórios. Viu-se que era fundamental trabalhar outros processos que de fato incluíssem a população na produção de conhecimento sobre si mesma, gerando novas metodologias de trabalho participativo e introduzindo novos atores e outros valores na construção do olhar sobre as favelas.

4 Banco da Memória: novas vozes no mapeamento cultural

Começou-se a buscar, então, outras metodologias para inverter as “relações de poder/saber entre os tradicionais detentores dos meios de produção cartográfica e grupos sociais envolvidos nas realidades representadas” (SANTOS, 2012, p.1). Nesse sentido, iniciou-se um novo mapeamento, não mais “incluindo os pobres no mapa”, olhando a favela de fora para dentro, de cima para baixo, mas construindo junto com os moradores, de dentro para fora, sua própria percepção a respeito de sua cultura, vida cotidiana e possibilidades de transformação social.

Em 2005 teve início um projeto permanente do Favela é Isso Aí, ponto de partida para todas as outras ações desenvolvidas pela ONG nas comunidades. Foi chamado “Banco da Memória”, pela necessidade de registrar e preservar a cultura e a memória das comunidades que sofriam processos de expulsão e gentrificação.

Em 10 anos de existência³⁸ o projeto atuou em favelas em Belo Horizonte e comunidades nas cidades de Sabará, Sete Lagoas e Governador Valadares, entre outras do interior de Minas Gerais.

38 O projeto foi vencedor da 3ª edição do Prêmio Cultura Viva 2010, do Ministério da Cultura, selecionado entre 1.700 iniciativas de todo o país. Infelizmente, desde 2015 teve seu financiamento encerrado e encontra-se atualmente paralisado.

Ainda que com perfis diferenciados, em geral são comunidades de baixa renda, favelas e periferias urbanas.

O pressuposto foi que era necessário romper os conceitos prévios e compreender esses territórios em sua totalidade, particularidade e dinâmica própria, entendendo que a construção do conhecimento passa pelo trabalho coletivo com os atores locais, envolvendo as comunidades nos projetos e incentivando as conexões entre elas.

Para tal, foram propostas metodologias participativas de pesquisa, mapeamento cultural, diagnóstico e produção de conteúdos pelos próprios moradores. Em seguida, todo o material foi processado e difundido em vários meios, como forma de contribuir para a disseminação do conhecimento produzido e o reconhecimento dos valores culturais, artísticos e simbólicos de cada favela.

Em suma, o projeto tinha uma etapa de mapeamento – o Banco da Memória – e outra de divulgação das informações – através da Agência de Notícias Favela é Isso Aí, com as seguintes ações:

- **Ações de Mapeamento – Banco da Memória:** Identificação / delimitação do território; Contato com lideranças, entidades, ongs presentes no território; Estabelecimento de parcerias locais; Seleção de bolsistas da comunidade / montagem do grupo de trabalho; Instrumentalização para pesquisa de campo, coleta de depoimentos, foto e vídeo (práticas e oficinas de produção de conteúdo, jornal, videoclipe, documentário, animação); Mapeamento em rede / Coleta dos dados – moradores mais antigos, cadastro de entidades e serviços públicos, histórico, cadastro de artistas; Processamento dos dados.

- **Ações de Divulgação - Agência de notícias:** Reunião de pauta com bolsistas; Produção de textos sobre as comunidades e seus artistas; Divulgação dentro e fora da comunidade, das informações levantadas: jornais impressos, site, programas de rádio, documentários; Distribuição dos jornais nas comunidades e fora delas (formadores de opinião e imprensa); Gravação de programas de rádio, semanais, incluindo músicas, poesias e receitas de artistas das comunidades; Produção de releases, fotos e assessoria de imprensa para os grupos artísticos das favelas, com envio de material para os principais veículos de comunicação; Produção semanal de boletim eletrônico, com notícias das comunidades; Publicação e lançamento de livros da Editora Favela é Isso Aí; Veiculação dos vídeos no Festival Audiovisual Imagens da Cultura Popular Urbana.

Considerando as dificuldades de envolvimento dos artistas na feitura dos mapeamentos, visto que trabalham em outras profissões durante o dia, acabou-se envolvendo os moradores mais jovens, além das lideranças locais. Assim, em cada comunidade foram selecionados dois ou três bolsistas, adolescentes e jovens, que foram capacitados em ações de pesquisa de campo, fotografia, produção de texto e videodocumentário. Moradores das comunidades mapeadas, os bolsistas tinham idades entre 14 e 25 anos e atuação prévia em ações socioculturais. Junto com a equipe da ONG realizaram entrevistas com os artistas e produção de conteúdos posteriormente divulgados através dos veículos de comunicação. Todas as ações focavam a produção colaborativa e coletiva de conteúdos, incluindo a produção de textos e pauta para os jornais, site, programas de rádio e documentários sobre as comunidades.

Ao longo dos trabalhos, utilizaram-se várias formas de divulgação das informações coletadas nos mapeamentos, dentro e fora das comunidades. Uma das mais importantes, por sua capilaridade e amplitude, é o site www.favelaeissoai.com.br. Nele, cada comunidade tem sua página, com dados sobre sua história; informações demográficas e perfil socioeconômico; atendimento dos serviços públicos e infraestrutura; dados dos artistas e do mapeamento cultural em si; festas e eventos locais; espaços públicos, principais pontos de encontro, cultura e lazer da comunidade; entidades e instituições do território, entre outras informações.

Os públicos envolvidos nos trabalhos foram diversos, participando em maior ou menor grau, dependendo da mobilização e do perfil local, sendo os principais: **Lideranças:** principal referência para o trabalho na comunidade, indicam os bolsistas, são entrevistados, indicam os artistas, acompanham o mapeamento em campo, distribuem os materiais produzidos; **Moradores:** são entrevistados para compor o Banco da Memória, indicam grupos e artistas locais, além de enviar também materiais e sugestões de conteúdo; **Jovens bolsistas:** realizam o mapeamento em campo, produzem textos, fotos e vídeos. Após o registro, produção de conteúdos e finalização e distribuição dos produtos, permanecem, se tiverem interesse, como correspondentes da Agência de Notícias em sua comunidade, mantendo um canal de comunicação permanente; **Artistas:** são procurados e cadastrados pelos bolsistas na pesquisa de campo ou enviam diretamente seu material para o projeto, músicas para o programa de rádio, etc.; **Público em geral:** estudantes, jornalistas, pesquisadores, técnicos do poder público e moradores de outros locais – têm acesso gratuito através da distribuição e veiculação de todas as informações (site, programa de rádio, jornais, boletins), além de enviar também sugestões de conteúdo.

Quanto aos resultados quantitativos do projeto nos 10 anos avaliados realçam:

- **Atividades desenvolvidas e pessoas envolvidas:** Mapeamento cultural de 50 favelas em Belo Horizonte e outras 50 comunidades no interior de Minas Gerais; 200 jovens bolsistas envolvidos; 250 alunos capacitados nas oficinas de audiovisual; Cadastrados e divulgados mais de 15 mil artistas e grupos culturais; Produzidos 260 programas de rádio semanais, durante cinco anos; Lançados 16 jornais bimestrais e mais de 200 boletins eletrônicos semanais; Gravados e divulgados 30 documentários dos artistas e das favelas; Lançados 14 livros pela Editora Favela é Isso Aí /Coleção Prosa e Poesia no Morro; Realizadas quatro edições do Festival Imagens da Cultura Popular Urbana.
- **Público atingido com as ações de comunicação:** Site – média de 100 acessos por dia – 365 mil acessos em 10 anos; Programa de rádio – audiência semanal de nove mil pessoas durante cinco anos; Jornais – tiragem de três mil exemplares por edição – média cinco leitores por unidade – total 15 mil pessoas por edição; Boletim eletrônico – mailing de quatro mil nomes – envio semanal – total 216 mil leitores por ano.

Em relação aos resultados qualitativos, são intangíveis e de difícil avaliação. Entretanto, através de relatos de bolsistas, artistas e lideranças é possível refletir sobre as contribuições dos mapeamentos culturais – tanto o Guia quanto as experiências do Banco da Memória – para a transformação da posição das favelas no contexto da cidade. É este o tema da próxima seção.

5 Como os mapeamentos culturais podem contribuir para a mudança na cidade?

Nas duas experiências relatadas buscava-se garantir o devido reconhecimento aos moradores das periferias e favelas, em especial às suas manifestações artístico-culturais e produção simbólica. Buscava-se, ainda, fortalecer a diversidade cultural nas comunidades e oferecer aos artistas oportunidades de acesso aos meios de produção, formação e divulgação. Ao final, tinha-se a pretensão de contribuir, de alguma maneira, para a redução das distâncias sociais, a quebra dos preconceitos e o resgate do compartilhamento e da convivência sociocultural no espaço urbano.

A bibliografia que trata experiências semelhantes aponta que os mapeamentos culturais têm trazido resultados que em geral são características da chamada cartografia social: “fazer mapas pode ser uma atividade essencial na luta por direitos, permitindo às populações locais (...) lavrarem por escrito (...) os seus direitos sobre as terras que ocupam” (OLIVEIRA, 2013, p.13).

Desde o lançamento do Guia é possível afirmar que as favelas e seus moradores começaram a ser vistos de maneira diferente na cidade. A tese aqui defendida é que o mapeamento cultural alterou o lugar das favelas na cidade e nas políticas públicas, mudou a visão interna e externa e com isso contribuiu para transformar, gerando ações, fazendo pontes. O mapeamento virou recurso, deu subsídios para a ação e amplificou as vozes das comunidades.

Ainda que a quebra dos paradigmas seja um processo lento e gradual, em Belo Horizonte ele foi iniciado, com seus avanços e retrocessos. De qualquer maneira, é fato que se processaram transformações em diversas direções, algumas das quais merecem destaque.

Num primeiro momento, viram-se mudanças na autoestima dos artistas e moradores das favelas, com o reconhecimento dos valores da comunidade pelos participantes do mapeamento, por seus vizinhos e também pelos que olhavam o território de fora. Foram relatados processos de empoderamento, autorreconhecimento e construção de uma nova representação. Para o morador, sua favela – território onde se produz arte e cultura –, passa a ser um local valorizado, o que também o valoriza, construindo e reconstruindo sua identidade e reafirmando sua origem.

Realça ainda a constituição de novas formas de olhar as comunidades, ou seja, um novo reconhecimento social (redução dos preconceitos?), para além de suas fronteiras. Essa mudança pode ser verificada pela quantidade e teor das matérias veiculadas nos cadernos de cultura dos jornais locais sobre a arte das favelas, a partir dos mapeamentos. Nessa perspectiva, a mídia tem sido fator determinante do reconhecimento social das favelas, olhadas de fora, pelo restante da sociedade.

A partir das ações de difusão da Agência de Notícias foi possível abrir espaços nos veículos convencionais, com a construção de pautas e fornecimento de dados sobre as favelas, mostrando um novo olhar sobre as comunidades e sua cultura, para além dos estereótipos e preconceitos habitualmente vistos no discurso convencional. A Agência exerceu, durante toda sua existência, um caráter inovador, preenchendo a lacuna de informações sobre cultura e arte na periferia e assumindo, de forma legítima, a responsabilidade de mediar a delicada relação entre as favelas e a mídia no que diz respeito à construção de imagem destes locais.

Outra possível contribuição foi a ampliação das oportunidades para os moradores das favelas. Com o exemplo do mapeamento cultural e de sua difusão, surgiram programas e

ações – governamentais³⁹ ou não – voltados para artistas e jovens em processo de formação: cursos, oficinas, eventos, atividades, convites para apresentações e trabalhos diversos.

Carvalho (2013) aponta outra dimensão dos projetos artísticos, como canais inovadores para a cidadania e participação cívica, construindo novas vozes e novos papéis dos jovens nas comunidades urbanas.

Em Belo Horizonte também foram reforçados, através dos mapeamentos, os aspectos ligados à participação e mobilização nas favelas, mediante novas formas de ação coletiva. Foi após o (re)conhecimento da existência do grande número de artistas nesses territórios que vários coletivos surgiram ou se fortaleceram, somando-se aos movimentos culturais e políticos do restante da cidade. Assim, entende-se que, mesmo com pequena parte, os mapeamentos contribuíram, à sua maneira, para a constituição de novas forças não hegemônicas, de base comunitária, para a elaboração e constituição de um novo discurso que se fortalece e se contrapõe à política pública de expulsão e eliminação das favelas do mapa da cidade.

Do ponto de vista dos jovens bolsistas, viu-se a construção de um novo olhar sobre sua comunidade, a valorização da cultura e dos saberes locais, a elevação da autoestima e o desenvolvimento de habilidades ligadas às ferramentas de pesquisa e memória. O projeto propiciou a eles também o contato e a prática com as novas tecnologias digitais, trazendo para estes jovens um novo universo. Enfim, o que se desenvolveu foi um processo educativo não formal, envolvendo os jovens, a comunidade, os artistas e o próprio território como local de pesquisa e construção de conhecimentos.

39 Realça-se que os dados do Guia e do Banco da Memória são frequentemente utilizados pelos poderes públicos para fins de planejamento de suas ações nas favelas, visto serem as únicas informações disponíveis na cidade sobre tais territórios.

Em suma, entende-se que os mapeamentos propiciaram a divulgação dos artistas das comunidades e também sua valorização, reconhecimento e fortalecimento. Contribuíram inequivocamente para o registro, a memória e a difusão da produção cultural e simbólica das favelas e para a construção de um novo olhar pelos meios de comunicação tradicionais. Por fim, deram voz aos jovens moradores das favelas para expressarem suas opiniões, anseios e propostas.

Ainda que tais experiências sejam modestas, afirma-se que o impacto que causaram foi importante na cidade, como antes mencionado. A partir de tais construções coletivas foi possível entender um pouco melhor o lugar e o papel que a favela tem na cidade e a importância de seus moradores – para além da força de trabalho – na produção do espaço e na convivência cidadã. Quem sabe a partir de então possa ser fortalecido o direito de os moradores das favelas permanecerem onde estão? Quem sabe assim conseguirão não serem expulsos dos territórios onde nasceram e construíram sua história, expulsos da cidade, alijados e expurgados mais uma vez para fora dos mapas? Ainda que ousados, tais anseios podem vir a acontecer, pelos diversos papéis que a cultura desempenha nas cidades contemporâneas.

6 Considerações sobre a prática: os papéis da cultura nas favelas

A partir desta experiência particular e dos conhecimentos produzidos nos mapeamentos culturais em Belo Horizonte, algumas questões se impõem para reflexão, relativas aos papéis da cultura e suas manifestações nas favelas e periferias urbanas.

Viu-se que nas favelas de Belo Horizonte (e situações semelhantes são narradas por grupos de outras favelas brasileiras) a cultura tem papel importante na superação dos entraves e dificuldades para que seus moradores tenham acesso à cidade e busquem a efetivação do direito a ela. Nestes territórios também se tem visto a importância da cultura como motor de transformação, a partir de fatores como o aumento da escolarização; o envolvimento – especialmente da juventude – em atividades culturais; o incremento da visão de mundo – através da educação não formal –; e o estabelecimento de relacionamentos externos, com novos grupos sociais. Em suma, o aumento dos chamados capitais cultural e social (BOURDIEU, 1997) tem ampliado o acesso dos moradores das favelas às ofertas da cidade, mesmo sem a posse do capital econômico.

Não é errôneo afirmar que, especialmente para os jovens das comunidades, a cultura tem sido instrumentalizada como oportunidade e fator de mudança. Através da cultura e suas práticas os jovens encontram novas formas de expressão pessoal, social e política. Conforme os estudos empíricos têm mostrado⁴⁰, essa transformação vai em três direções principais.

Num primeiro nível, gera mudanças na esfera pessoal, na identidade daqueles que se envolvem com as práticas culturais. Nesse âmbito – a cultura como recurso (YÚDICE, 2004) –, vê-se que a participação na produção cultural eleva a autoestima, o autoreconhecimento e, como consequência, constrói uma nova representação perante si mesmo, o outro e o grupo. O envolvimento com a arte transforma e fortalece a identidade e gera empoderamento.

Num segundo nível gera mudanças na esfera social, no grupo imediato. Nesse âmbito – a cultura como ponte – o envolvimento

com a arte e a cultura transforma as formas de sociabilidade e convivência intergruppal nas favelas. Os envolvidos passam a se relacionar com outros grupos, a formar novas redes, a ampliar seus contatos e a ter acesso a outros espaços e oportunidades. Os grupos de periferia transitam no centro da cidade, na universidade, e voltam para seus espaços transformando, ressignificando as relações. Assim também contribuem para a mudança do seu grupo social e/ou familiar, através da introdução de novos conceitos, experiências, informações, referências, vivências etc.

Por fim, no terceiro nível – a cultura como ação – é possível perceber a mudança no âmbito da micropolítica e da participação. O envolvimento com a produção artística constrói novas formas de mobilização comunitária, em contraponto à queda da participação nos espaços tradicionais, como sindicatos, associações de moradores e partidos políticos. O que se vê é a introdução de novas formas de ação coletiva, via movimentos culturais, que têm como resultado a ampliação dos direitos da cidadania e a emancipação dos sujeitos.

Resta, ainda, refletir e discutir a respeito das possibilidades de um quarto nível de mudanças possíveis: para além do âmbito individual e do grupo social imediato, a cultura pode contribuir para fazer efetivo o direito à cidade, em seus vários níveis? Pode ser potente o suficiente para contribuir para alterar os processos de segregação socioespacial? Em que perspectiva a cultura pode gerar uma mudança real nos territórios e nas relações de poder que neles se expressam? Em que perspectivas os movimentos culturais têm contribuído para a emancipação das populações pobres e para a efetivação do direito à cidade?

No atual cenário brasileiro – onde a disputa política na arena tradicional da democracia representativa sela o domínio das classes privilegiadas e a negação dos direitos e do sentido

de coletividade e nação – novos campos de disputa e novas práticas parecem surgir a cada dia como alternativas de lutas e de transformação das relações nos territórios urbanos.

Ao se voltar os olhos para as práticas sociais e culturais nas grandes cidades e regiões metropolitanas brasileiras, vê-se que novos movimentos têm se fortalecido, navegando entre a resistência e a resiliência, esta última entendida como a capacidade de encontrar novas (e próprias) formas de responder às mudanças postas pela nova realidade mundial, nacional ou local, através de formas não convencionais e tradicionais de ação e participação, onde a cultura passa então a ser arena privilegiada.

Um olhar para as periferias metropolitanas mostra que em tais territórios – onde os moradores estão “cansados de esperar que algo aconteça” – a cultura tem sido feita “no peito e na raça”, sem apoio governamental nem patrocínio privado. Através da ação colaborativa, trocas e doações, configuram-se ações autogestionárias e potentes, que em sua própria realização ensinam a construção coletiva, a resistência e a luta por direitos.

Nas favelas de Belo Horizonte é flagrante que os movimentos culturais têm mostrado uma nova cara e caminhos possíveis para a ação coletiva, hoje sementes, embriões, promessas de desdobramentos futuros⁴¹. Há relatos de que nas comunidades a cultura tem cumprido diversos papéis, em especial como forma de expressão – voz; identificação – identidade; e protesto – ação.

41 Dois seminários foram realizados pela ONG Favela é Isso Aí, discutindo o tema com representantes dos movimentos culturais, coletivos juvenis e organizações da sociedade civil: o seminário Arte, cultura e transformação social (julho/2015) e o seminário Identidade e diversidade cultural nas periferias urbanas (novembro/2016). Algumas das conclusões dos dois seminários foram base para as reflexões do artigo.

Ao cumprir seu papel de ponte, a cultura e suas práticas – lúdicas, relembando Lefebvre (2001), e que propiciam o encontro – fazem a passagem entre classes sociais e diferentes modos de vida, entre concepções de mundo aparentemente díspares, entre situações cotidianas a princípio irreconciliáveis. Nesses momentos – efêmeros, também segundo Lefebvre – o encontro, a festa, a socialização e o compartilhamento dos espaços públicos através da cultura geram impactos mais duradouros e transformadores do que o mero lazer ou fruição estética. Será que seria possível, assim, alterar as relações desiguais que se expressam no urbano, iluminadas e apoiadas pela potência da diversidade, os desafios da cultura mundo e das identidades híbridas?

Parece inegável que as práticas culturais incentivam a ação, movem, tiram da estagnação, dão ânimo, trazem alegria, esperança, energia e mostram renovadas possibilidades de uso do espaço, do tempo e do corpo nas nossas cidades. Através do vislumbre das possíveis pontes, conexões entre diferentes, suscitam o envolvimento, a participação, levam a fazer juntos e congregam. As pontes da cultura geram senso de pertencimento.

Nos olhares cotidianos para Belo Horizonte e sua região metropolitana – iluminados pelos mapeamentos culturais e comunitários –, tem-se visto que através das práticas culturais – tornadas recurso, ponte e ação – os hiatos podem ser transpostos, convergirem e divergirem, mas nunca isolarem-se por completo. As práticas culturais dotam os indivíduos de informação, constroem e fazem emergir novos conhecimentos, entre eles a consciência da solidariedade, do compartilhamento, da ocupação do espaço público, de que é junto que se consegue fazer algo, de que é preciso ajudar uns aos outros, de que é na festa, na troca, no encontro e no coletivo que se gera energia para a vida e para a superação das dificuldades do cotidiano.

Referências

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: _____. A miséria do mundo. São Paulo: Ed. Vozes, 1997. P.159-166.

CARVALHO, Cláudia. Citizenship and the artistic practice: artistic practices and their social role. In DUXBURY, Nancy. Animation of Public Space through the Arts - Toward more sustainable communities. Edições Almedina. Coimbra, 2013. P.293-315.

DUXBURY, Nancy. Animation of Public Space through the Arts - Toward more sustainable communities. Edições Almedina. Coimbra, 2013.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LIBÂNIO, Clarice A. Cultura como ponte, recurso e ação: resiliência e resistência à pseudoparticipação na busca do direito à cidade. Belo Horizonte, 2017 (versão para discussão).

LIBÂNIO, Clarice A. Favelas e periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência. 1ª ed. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2016a. V. 1. 288p.

LIBÂNIO, Clarice A. Grupo do Beco: um olhar sobre as conexões entre arte, cultura e transformação nas favelas de Belo Horizonte. In: BARROS, J. M. P. M. (Org.). As mediações da cultura: arte, processo e cidadania. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2007. v. 1, P.110-135.

LIBÂNIO, Clarice. Cultural practices and social change: changing perspectives of the slums in Belo Horizonte through cultural mapping. IN DUXBURY, Nancy; GARRETT-PETTS, W.F. e LONGLEY, Alys. Artistic approaches to cultural mapping - activating imaginaries and means of knowing. Routledge, London and New York, 2019, P.162-187.

LIBÂNIO, Clarice A. Guia Cultural das Vilas e Favelas de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2004.

LIBÂNIO, Clarice A. O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. Cadernos Metrôpole, v. 18, n. 37, P.765-784, set/dez 2016b. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

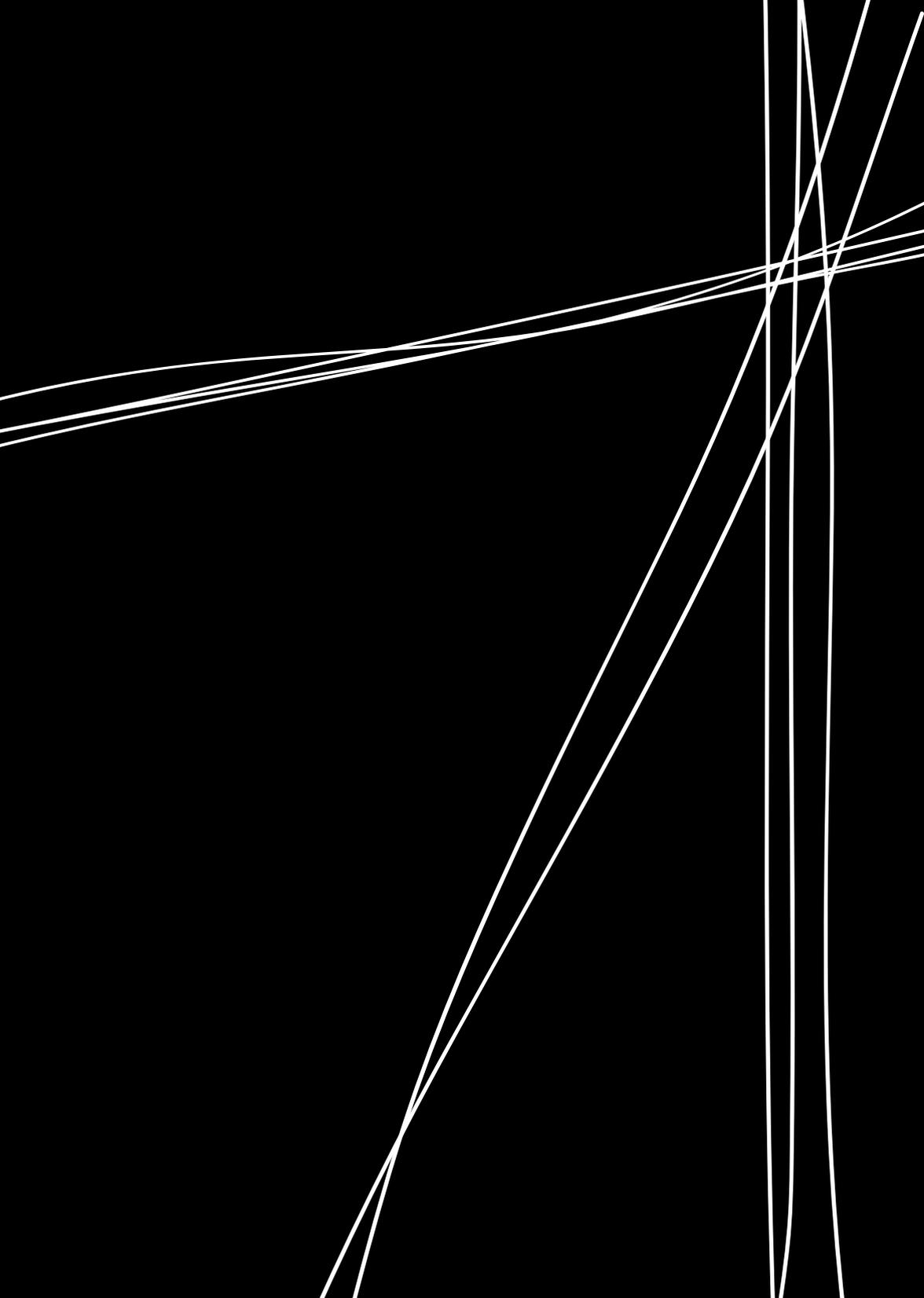
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO. O que é a favela afinal?
Rio de Janeiro: Observatório de favelas do Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco. Soberania, democracia e cidadania. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida (Orgs.). *Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social*. Manaus: UEA Edições, 2013. P.12-13.

SANTOS, Renato Emerson. Disputas cartográficas e lutas sociais: sobre representação espacial e jogos de poder. XII Colóquio de Geocrítica, Bogotá, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/16-R-Nascimento.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

VIANNA. Apresentação. In: ACSELRAD, Henri (Org.). *Cartografias sociais e território*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. P.5-7.

YÚDICE, George. A conveniência da cultura: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora da UFMG; 2004.



ATUAÇÃO DO ARQUITETO NA PRODUÇÃO DA MORADIA AUTOCONSTRUÍDA PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Juliana de Faria Linhares e Denise Morado Nascimento

Resumo: Este trabalho parte do pressuposto de que a associação entre o campo de conhecimento da arquitetura e a prática da autoconstrução, sendo essa produção da moradia por parte da população de baixa renda, pode possibilitar a produção de uma cidade socialmente mais justa. Propomos o debate em torno das possibilidades de atuação do arquiteto a partir das práticas de assessoria técnica realizadas pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG na Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte, Minas Gerais. A partir de um olhar empírico sobre a atuação dos pesquisadores/profissionais no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda, apresentamos a perspectiva do processo de projeto fundamentada pelo compartilhamento de informações técnicas com os moradores.

Palavras-chave: autoconstrução; assessoria técnica; projetos compartilhados.

1 Introdução

Neste artigo propomos refletir acerca da atuação do arquiteto no espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda, a partir do olhar empírico sobre as práticas de assessoria técnica realizadas pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG, na Vila Acaba Mundo (Belo Horizonte), inseridas no projeto de extensão *Diálogos*

e na pesquisa de mestrado de uma das autoras⁴². O pressuposto adotado foi de que a associação entre arquiteto e autoconstrutor pode promover a construção de outra cidade, socialmente mais justa, a partir do compartilhamento do processo de projeto da moradia. Para tanto, o caminho metodológico adotado passou pela investigação teórica, fomentando a adoção dos conceitos e premissas adotados; pela prática empírica, revelando entraves e benefícios da atuação através da assessoria técnica; e pela consulta de referências existentes, identificando métodos e ferramentas em práticas de assistência e/ou assessoria técnica já experienciados por outros profissionais.

Nosso incômodo parte do número estatístico da autoconstrução, isto é, da produção de moradias sem a presença de arquitetos e/ou engenheiros, estimado em 85% das reformas ou das obras realizadas pela população brasileira (CAU/BR e DATAFOLHA, 2015); necessário ressaltar que esta parcela de autoconstrutor não representa apenas pessoas de baixa renda. Embora a autoconstrução seja quase naturalmente associada à produção de moradias pela população pobre, o conceito do termo abrange aspectos para além daqueles visíveis, imagéticos ou simbólicos – ou seja, aqueles socialmente construídos pelo discurso acerca da sua significação. Contudo, visto que apenas 15% da provisão habitacional está associada aos profissionais

42 PRAXIS-EA/UFMG é um grupo de pesquisa do CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Denise Morado Nascimento, sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG) da Escola de Arquitetura da UFMG. A dissertação de mestrado da autora Juliana de Faria Linhares, intitulada “Atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda”, sob a orientação da Prof. Dra. Denise Morado Nascimento, foi apresentada ao NPGAU/UFMG em outubro de 2018. Mais informações sobre o projeto “Diálogos: a mediação da informação na produção e no uso da moradia”, ver <<http://praxis.arq.ufmg.br/blog/dialogos/dialogos.html>>. Todos os moradores assessorados autorizaram a divulgação dos processos.

da arquitetura e da engenharia, inferimos que a autoconstrução é prática em quase toda a cidade. Essa constatação justifica, de antemão, a investigação acerca das razões pelas quais o campo de conhecimento da arquitetura [e da engenharia] distancia-se da produção da moradia.

Nosso argumento é que a prática da autoconstrução, por parte da população de baixa renda, caracteriza-se como resposta possível de uma determinada classe social diante das políticas urbanas de provisão de moradias estabelecida, muitas vezes, pela urgência da sobrevivência e da necessidade de abrigo (MORADO NASCIMENTO, 2016). Nesta perspectiva, a arquitetura autoconstruída é dada como supostamente precária, tratada como problema a ser erradicado ou substituída e analisada a partir de parâmetros estanques e imagéticos vinculados à postura institucionalmente tecnocrata. Porém, sendo o espaço urbano autoconstruído historicamente resultante das estruturas sociais e econômicas, bem como do processo de morar e de habitar a cidade por parte do cidadão, a autoconstrução tem sido associada apenas à sua materialidade, distante da prática que a efetivou. Se assim é, a falta de qualidade das moradias da classe de baixa renda tem funcionado mais como discurso que alimenta o mercado de produção da habitação social do que como premissa que aproxima o arquiteto da autoconstrução.

Retomamos, então, o debate acerca do distanciamento do arquiteto da produção da moradia, especialmente restrito ou quase inexistente quando tratamos da população pobre. Com base em Ferro (2006) e Stevens (2003), afirmamos que a formação educacional do arquiteto se baseia no papel de prestador de serviços para as classes dominantes, constituindo-se como profissional a partir das demandas do capital. Neste modelo, o arquiteto, quando eventualmente desenha ou planeja habitação

social, reproduz modelos padronizados ou hegemônicos de casas, sempre em larga escala e baixos custos, mais voltadas à extração de lucros do que às necessidades habitacionais dos moradores.

O profissional arquiteto, que se forma pela reprodução do capital simbólico do campo, historicamente distante da obra, usa o desenho arquitetônico, em linguagem técnica codificada, como instrumento de poder diante dos agentes envolvidos, especialmente o morador. O desenho técnico, carregado de autoridade, de ordem de serviço e de privilégios, engendra-se em práticas impositivas e heterônomas. Desta forma, até mesmo para as classes mais altas, o campo de atuação profissional torna-se reduzido. Para a população de baixa renda, o arquiteto torna-se incompatível com o autoconstrutor, na medida em que suas decisões de projeto são tomadas concomitantemente às suas decisões de obra, sempre calçadas pelas necessidades habitacionais e pelas condições financeiras e temporais do morador para execução da obra, nem sempre incorporadas pelo arquiteto (MORADO NASCIMENTO, 2016).

Partimos, portanto, da hipótese de que a associação entre arquiteto e autoconstrutor pode transformar as condições das moradias autoconstruídas para que respondam melhor às necessidades habitacionais dos seus moradores. Porém, pressupomos que sejam necessários outros métodos, linguagens, ferramentas e proposições (e não o desenho técnico) que permitam a efetiva atuação do arquiteto na autoconstrução. Tal pressuposto foi estabelecido em razão das distintas necessidades apontadas pelos moradores nas práticas de assessoria técnica realizadas pelo grupo, desde 2010, e das definições técnicas/conceituais identificadas em outras experiências. O que é ideal, digno e de qualidade para o morador nem sempre condiz com o parâmetro de “melhoria” e a categorização de “problema”, se diferenciando de acordo com quem o define e por quem o soluciona. Sendo

assim, a problematização da autoconstrução é necessária para que a assessoria técnica não se constitua como resposta padrão, imposta de forma violenta e ordenada.

Objetivando realizar a assessoria técnica como prática sob outra lógica, propomos o arquiteto como mediador de informações entre o saber técnico e o saber dos moradores. O profissional deixa de ser quem recebe demanda ou soluciona problemas, mas aquele que abre mão do poder sobre o desenho técnico (como projeto ou ordem de serviço). Assim, passa a ser um provocador, um propositor, um assessor técnico, capaz de fornecer dados e informações importantes para a prática autoconstrutora. Adota-se, portanto, a assessoria técnica como:

mediação entre os saberes dos construtores, que visa aproximar à realidade construtiva dos autoconstrutores a ferramentas projetuais e soluções técnicas que propiciem a qualificação na tomada da decisão projetual, ou seja, que possibilite uma tomada de decisão consciente de seu potencial e suas fragilidades (TIBO, 2017, p.4).

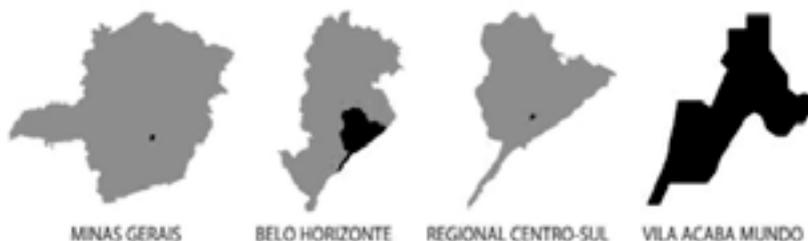
Para isto, o desenho, a linguagem e os métodos de compartilhamento da informação a serem utilizados são repensados. No horizonte, os processos de transformação social são efetivamente alterados a partir do compartilhamento dos processos de decisão entre morador e arquiteto. A assessoria técnica, nesses moldes, pretende reverter os estigmas sociais ligados à prática autoconstrutora, usualmente associada à precariedade e à má qualidade.

2 Assessoria técnica na Vila Acaba Mundo

A partir da prática dos autoconstrutores, propomos outra lógica da prática do arquiteto, ou seja, processos de projeto e de obra compartilhados por meio de ferramentas comunicacionais (linguagens, metodologias e instrumentos) apresentadas para promover o diálogo recíproco e desejado entre todos os envolvidos no processo, objetivando agregar informações técnicas ao processo de produção da moradia e fortalecer o processo de tomada de decisão.

Foram realizadas 12 práticas de assessoria técnica na Vila Acaba Mundo (Figura 1), durante o período de novembro de 2016 a março de 2018⁴³. A vila, fundada nos anos 1940, abriga atualmente cerca de 600 famílias e 500 moradias, abastecidas por rede de água e de esgoto, iluminação pública (TIBO, 2017). A área é reconhecida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Figura 1 - Localização da Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte - MG.



Fonte: PRAXIS-EA/UFGM, 2017.

As práticas de assessoria técnica realizadas foram definidas a partir da pesquisa “TOC TOC Territórios de Ocupação Coletiva”⁴⁴, desenvolvida pelo programa Pólos de Cidadania da Escola de Direito da UFMG, em parceria com o Coletivo Construtores do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNA. A pesquisa visava o processo de regularização fundiária da área e, por meio de vários instrumentos, abordou os moradores da Vila Acaba Mundo por meio de questionário com perguntas pertinentes à questão central, mas também sobre a assessoria técnica. A análise das respostas revelou grande interesse da população por reformas nas edificações (57,5%) e pela presença de profissionais da área de Arquitetura e Urbanismo (62,78%), fomentando a participação e a prática de assessoria técnica por parte da equipe do PRAXIS-EA/UFMG.

A aproximação com os moradores iniciou-se pela divulgação da pesquisa Diálogos junto ao presidente da Associação dos Moradores da Vila Acaba Mundo, Laerte Pereira, e por meio de panfletos. Esclarecemos que a assessoria técnica proposta se estabelecia quando desejada e solicitada pelos moradores, sem qualquer imposição ou obrigatoriedade. Assim, os pressupostos adotados eram antecipadamente explicados tanto aos moradores quanto ao presidente da associação, objetivando distinguir a proposição do processo compartilhado da convencional prestação de serviços.

As assessorias foram realizadas pelos pesquisadores do PRAXIS-EA/UMFG e por alunos da disciplina “Práticas de Assessoria Técnica”, sob supervisão da equipe. A disciplina foi ofertada para a Graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Design da Universidade Federal de Minas Gerais durante o segundo semestre

44 O relatório da pesquisa TOC TOC Territórios de Ocupação Coletiva ainda não foi publicado.

de 2017. Possibilitando a ampliação do atendimento das demandas por assessoria técnica, propusemos que os alunos, acompanhados pelos pesquisadores do PRAXIS-EA/UFMG, vivenciassem práticas compartilhadas de projeto com os moradores da Vila Acaba Mundo. No total de 12 práticas realizadas pelos pesquisadores e pelos alunos da disciplina proposta, uma foi coletiva (espaço público comum), uma institucional (vinculada à creche municipal) e 10 individuais (espaços residenciais).

As práticas permitiram o aprofundamento a respeito do conceito estanque e genérico da autoconstrução onde entende-se que há uma única, coesa e espessa forma de se construir (MORADO NASCIMENTO; TIBO; LINHARES, 2018, no prelo). Na Vila Acaba Mundo, assim como em outras áreas autoconstruídas, distintas práticas são caracterizadas tecnicamente e reconhecidas institucionalmente como, em geral, autoconstrução. Entretanto, os moradores autoconstrutores não são iguais e nem são movidos pelos mesmos interesses. Morena e Sheila⁴⁵, por exemplo, moram na mesma vila, mas não têm os mesmos recursos financeiros disponibilizados para as obras. Da mesma forma, não são os mesmos agentes envolvidos em cada obra, visto que Morena contrata construtores do setor da construção civil e Sheila conta com o auxílio do pai e do marido; sendo assim, as práticas construtivas não são as mesmas. O tempo destinado às obras também se diferenciam; Morena mora em um lote e constrói em outro, permitindo que sua obra se realize ao longo do tempo, enquanto Sheila urgentemente pressiona o tempo da construção porque mora em casa temporária de madeira.

Figura 2 – Moradias Sheila e Morena



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

As distintas formas de se construir dos autoconstrutores provocou-nos a decompor o conceito autoconstrução em sete camadas: renda e recursos financeiros, território, tempo, agentes, práticas construtivas, autonomia e cultura (MORADO NASCIMENTO; TIBO; LINHARES, 2018, no prelo). Quando diferentes características presentes em cada camada são associadas, uma prática da autoconstrução, de forma singular, emerge, reivindicando ferramentas comunicacionais específicas a desenharem distintas práticas de assessoria técnica.

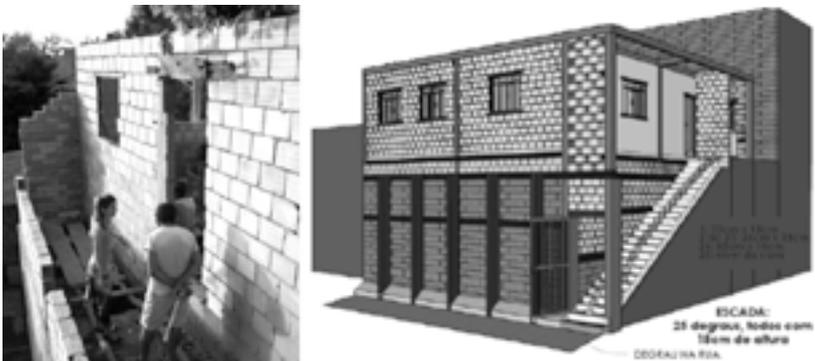
As assessorias com os moradores da Vila Acaba Mundo permitiram, então, constatar que os autoconstrutores não constroem da mesma forma e, por isso, não podem ser considerados um grupo coeso: cada morador se define por características diferentes, demandando distintas práticas de assessoria técnica. Por exemplo, ao ser apresentado ao material construtivo *dry wall* como possibilidade de material de vedação vertical, Geraldo afirmou: “vai economizar 20 centímetros. Vale a pena!”⁴⁶. No

46 Assessoria técnica realizada em setembro de 2017 pelos alunos da disciplina “Práticas em Assessoria Técnica”, EA/UFMG, ministrada pela Profa. Dra. Denise

entanto, o *dry wall* não é material construtivo amplamente aceito por todos os moradores, dada a sua aparente fragilidade frente ao tradicional tijolo cerâmico. Sendo assim, o *dry wall* não pode ser dado como material construtivo acatado por todos.

Outro tema importante pode ser destacado: as escadas, realizadas ao fim da obra, normalmente são construídas com degraus muito altos, desiguais e com piso reduzido; em alguns casos, são encontradas também escadas pré-moldadas, em formato caracol, que ocupam menor espaço em áreas comuns dos territórios. Tais soluções são mal avaliadas pelo campo de conhecimento da arquitetura que, possivelmente, planejará a substituição das mesmas em resposta às normas técnicas vigentes. Assim como no caso da moradora Beatriz, o cálculo do conforto de escadas proposto pela fórmula de Blondel (relação entre o tamanho do piso e do espelho da escada) não se mostra eficiente para vilas, bem como favelas e ocupações urbanas⁴⁷. A escada ideal é aquela que, minimizadas as condições de desconforto e insegurança, é possível para o morador.

Figura 3 - Escada adaptada ao lugar



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Assessorar tecnicamente os autoconstrutores requer, portanto, um outro olhar diante de regras, parâmetros, normas estabelecidos por manuais de arquitetura e engenharia direcionados à produção da cidade, corriqueiramente nomeada como *formal*. Se o arquiteto se mantiver acrítico diante do arcabouço regulador, a sua associação com a autoconstrutor torna-se inalcançável. Em contextos autoconstruídos, as decisões projetuais e construtivas, para condizer às necessidades, desejos, realidades e possibilidades dos moradores, baseiam-se na arquitetura do possível.

As assessorias técnicas realizadas nos mostraram que a flexibilidade deve acontecer por parte de todos os envolvidos no processo – arquiteto, autoconstrutor, morador. A assessoria técnica com a moradora Sheila reforça esse argumento. Dadas as condições de riscos geológicos do terreno onde sua casa se encontra, soluções específicas foram baseadas no argumento exclusivamente técnico – diante da responsabilidade premente dos pesquisadores – e acatadas pelo morador, de forma a garantir a sua segurança.

O desenvolvimento de métodos, instrumentos, procedimentos e linguagens que efetivem a comunicação entre arquiteto e morador é etapa intrínseca à assessoria técnica. Entendemos, assim, que as ferramentas comunicacionais acerca das decisões projetuais de cada autoconstrutor potencializam as melhores decisões construtivas. Por isso, não há método ou modelo únicos que se adequem às diversas situações ou que respondam às diferentes necessidades habitacionais. As ferramentas comunicacionais são variáveis, flexíveis e adaptáveis durante o processo de assessoria técnica.

Figura 4 - Ferramentas comunicacionais de projeto com moradores: maquete física, kit mobiliário e maquete digital.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

O kit mobiliário é um dos instrumentos mais utilizados, na medida em que facilita o diálogo entre o autoconstrutor e o arquiteto/pesquisador na experimentação de vários arranjos espaciais. A maquete física do terreno possibilita a discussão de questões técnicas referentes à topografia, à drenagem da água e à segurança estrutural da construção. A maquete digital colabora com o entendimento do espaço tridimensional e a melhor visualização das possibilidades. Ressaltamos que o computador, porém, surge como instrumento de possível convencimento, por ser um dispositivo tecnológico que reafirma hierarquias de saber na medida em que os autoconstrutores não dominam os softwares empregados.

No caso da assessoria técnica no espaço comum Beco da Mina, o projeto/desenho se afirmou como instrumento político coletivo na luta por recursos financeiros para a realização das obras. Segundo Laerte, “tudo [negociação com parceiros] depende de um papel, ainda que o projeto mude depois”⁴⁸.

Ressaltamos que a linguagem utilizada, seja através de desenhos técnicos, tridimensionais e/ou ilustrativos, deve cumprir

48 Laerte, em conversa com os pesquisadores do PRAXIS-EA/UFMG, junho de 2017.

seu papel de comunicar e de transmitir informações que façam sentido ao morador. A utilização de ferramentas comunicacionais capazes de promover o compartilhamento de informações possibilita economia no tempo de construção, na mão de obra e nos gastos com materiais. Geraldo confirma que as dinâmicas que possibilitam rearranjos em escala não-real agregam benefícios ao processo construtivo autoconstruído, justificando que “mudar de ideia na maquete é melhor do que na obra”⁴⁹. O desenho/projeto torna-se processual e não produto.

As assessorias técnicas partiram da prerrogativa da atuação técnica enquanto processo que permite a troca de saberes a partir de uma prática compartilhada com o morador, além de uma postura que transforma a relação arquiteto-cliente. Construir um processo compartilhado é diferente de prestar um serviço: qualifica-se a experiência construtiva do morador na medida em que seu arcabouço de possibilidades é transformado por informações técnicas, sem que qualquer solução seja violentamente imposta. Beatriz não acatou as propostas acordadas com os pesquisadores do PRAXIS-EA/UFMG em relação às infiltrações na parede da sua casa, gerando patologias minimizadas a partir da segunda assessoria técnica. Nesse caso, a mudança de decisão do morador só foi possível no momento que a informação compartilhada fez sentido. Os processos de mediação se configuram a partir da prática e vão se modificando em razão da mesma.

Ainda assim, os processos de compartilhamento de projetos propostos como assessoria técnica apresentam dificuldades, segundo Laerte, sendo elas: (i) os arquitetos/pesquisadores são agentes externos à vila e, muitas vezes, os moradores opinam e participam apenas em ambientes coletivos, sem a presença dos

49 Geraldo, em conversa com os pesquisadores do PRAXIS-EA/UFMG, setembro de 2017.

assessores; (ii) as pessoas estão acostumadas com a situação em que vivem e resistem às mudanças; (iii) a resistência à assessoria surge da falta de conhecimento de outras maneiras de se construir ou de outros materiais; e (iv) parcerias anteriores com universidades e/ou técnicos indicaram intervenções distantes das necessidades ou dos desejos dos moradores ou prometeram melhorias que não se cumpriram⁵⁰.

No começo, a comunidade logo assustou, não tinha conhecimento. A questão da Arquitetura mesmo que chegou... As pessoas aqui da Acaba Mundo, o quê que acontece: é distante na nossa realidade você ter um atendimento de pessoas, de arquitetos. A gente, na verdade, nem sabia o que era um arquiteto. Um arquiteto estava longe da nossa realidade, de chegar no nosso barraco, na nossa casa, de entrar e dar uma opinião. Até mesmo por causa disso, a gente via nossa casa, assim, muito, muito assim, sem jeito, sem maneiras de melhorar. Mesmo sonhando com melhorias, a gente não via expectativa, não tinha visão para nada disso. Então, aí veio o pessoal da Arquitetura introduzindo aos poucos⁵¹.

A assessoria técnica é desconhecida e, por isso, pode causar estranhamento. Há, também, o poder simbólico associado à imagem do arquiteto que não se dissolve tão facilmente. Porém, o processo compartilhado, quando construído de forma desejada e recíproca, permite a dissolução de hierarquias ao longo do tempo, como confirmado na fala de Laerte. Sabemos que o compartilhamento e a troca de saberes é um desafio. Sendo assim, as práticas não focam no controle dos resultados, mas nos processos que transformam moradores, pesquisadores e arquitetos, provocam questionamentos e ativam possibilidades.

As práticas de assessoria técnica pretendem construir outra lógica da prática arquitetônica, conferindo poder de decisão ao morador, na medida em que este efetivamente é protagonista dos processos de decisão da sua moradia. Além disso, o autoconstrutor se coloca em outro lugar dentro da cidade, no lugar da prática social, como ator social que produz o espaço urbano.

3 Eixos de reflexões

Reafirmamos que os indivíduos não são agentes passivos das transformações; eles conhecem sua realidade e seus problemas, carregando potencial latente de solução. Porém, para a transformação de sua realidade, informações livres da dominação tecnológica e científica e da ordem política são necessárias para que potencializem processos de decisão (MORADO NASCIMENTO, 2016). Sendo assim, os próprios indivíduos são capazes de agir em sua transformação social e possibilitar a construção de outra cidade, socialmente mais justa.

Assim sendo, não basta prover atuação técnica e afirmar que o projeto do arquiteto garante a qualidade de vida almejada pelo morador. Propomos um processo de atuação que dê condições ao indivíduo para que ele próprio alcance o desenvolvimento de suas condições de vida, baseado em sua prática e seu mundo. Ou seja, não bastam oportunidades de mercado para que o arquiteto trabalhe com a população de baixa renda, mas devem existir, também, possibilidades para que o arquiteto proponha metodologias e ferramentas comunicacionais de compartilhamento do processo de projetar e de construir com o morador.

O indicativo é de abertura ao diálogo entre arquiteto e autoconstrutor, sendo este, também, um exercício de sentido.

As necessidades habitacionais do morador estão imbricadas por sonhos e desejos. Da mesma forma, o ofício do arquiteto está carregado de poder, símbolos, saberes e de cientificidade.

Outras experiências de assessorias técnicas, investigadas nesse trabalho, revelam que aquelas que menos recebem investimento privado mais se aproximam do compartilhamento de processos. Apesar de desenvolverem metodologias e proporem formas de representação nas quais o morador participa das intervenções, as experiências sempre demandam investimento de recursos financeiros, seja para projeto e obra, seja para o pagamento dos profissionais. No caso das propostas provenientes de associações sem fins lucrativos, existem iniciativas nas quais o arquiteto participa como voluntário; aquelas que custeiam o serviço do profissional, usam recursos provindos de financiamentos coletivos ou de investidores privados. As propostas advindas das universidades, como são as assessorias técnicas realizadas pelo PRAXIS-EA/UFMG, não financiam o exercício profissional. Os arquitetos/pesquisadores e estudantes atuam enquanto propositores, criando práticas e metodologias e ampliando sua formação profissional.

As práticas de assessoria técnica realizadas pelo PRAXIS-EA/UFMG foram possíveis como projeto de pesquisa, de ensino e de extensão da universidade. Importante reafirmar que, inserido no âmbito acadêmico, este trabalho não objetivou restritamente a produção de conhecimento, mas, também, aproximar os estudantes à prática profissional na cidade autoconstruída pela população de baixa renda.

Quando a assessoria técnica é financiada pelo mercado privado pergunta-se: quem se beneficia do que e como? Sob a afirmativa de promoção de assessoria técnica, as iniciativas investigadas não são realizadas por meio de metodologias e

instrumentos capazes de estabelecer o efetivo diálogo com o autoconstrutor. Sob o nosso ponto de vista, entendemos que a *assessoria* técnica é aquela onde o arquiteto, propositor e mediador da informação técnica, assessora os moradores no processo de projetar e de construir, preservando o seu poder de tomada de decisão. Por outro lado, se o vínculo entre arquiteto e autoconstrutor se forma por relações mercantis, a prática torna-se *assistência* técnica, reproduzindo a prática de prestação de serviços. As duas práticas são, portanto, distintas, requerendo a necessária e justa distinção de seus objetivos.

Pode-se afirmar que a assistência técnica não garante o protagonismo do morador se o vínculo entre arquiteto e autoconstrutor acontece de forma hierárquica e impositiva. A oferta da assistência técnica para a população de baixa renda como parte do ofício de arquitetos tem emergido como novo produto ofertado por empresas privadas. Contudo, importante ressaltar que não pretendemos desqualificar tais práticas e tampouco se considera que o problema seja a cobrança pelo serviço de arquitetura do pobre. Questionamos, entretanto, a reprodução de desigualdades em razão da imposição de padrões, normas e saberes que, em grande medida, podem ampliar a crítica generalizada e superficial da autoconstrução.

Na medida em que a população de baixa renda é incorporada como consumidora do produto-arquitetura, nota-se que o discurso utilizado para justificar a contratação do arquiteto se baseia na precariedade dos espaços habitados. Enquanto discussão teórica, o termo precariedade abarca os discursos da insegurança estrutural, da inexistência de esgotamento sanitário, dos riscos geológicos, da má localização, entre outros. Mas, a partir das práticas de assessoria técnica realizadas, constatamos que a precariedade depende do olhar de quem olha e da trajetória de

vida e conquistas do morador alcançadas ao longo do tempo. Portanto, a precariedade precisa ser melhor problematizada.

Para que a assessoria técnica pressuposta neste trabalho seja viabilizada pelo poder público, defendemos a dissociação entre a precariedade genericamente atribuída às casas autoconstruídas e as reais situações enfrentadas pela população de baixa renda diante das condições sociais, econômicas e políticas na cidade. Esta dissociação perpassa pela definição do que seja moradia digna, a partir da história e do modo de vida do morador; pelo entendimento das necessidades habitacionais em cada contexto – favelas, ocupações urbanas e loteamentos periféricos; e pela premissa de que padrões “mínimos” ou “ideais” não podem ser universais. A nosso ver, as camadas tempo, renda, agentes, cultura, território, autonomia e práticas construtivas possibilitam uma melhor leitura e análise da autoconstrução e, conseqüentemente, da assessoria técnica. Propomos, assim, que precariedade esteja vinculada ao contexto socioespacial do morador e ao processo de morar e de construir, e não apenas sujeita à avaliação do produto final construído.

Reafirmamos ser necessário retomar a autoconstrução como uma prática configurada por distintos repertórios e motivações, que exigem a adoção de distintas metodologias de assessoria técnica. Ainda que os moradores estejam inseridos em uma mesma estrutura social e ordenados pelo mesmo sistema cultural, econômico e social, existem infinitas possibilidades de combinação e recombinação de aspectos que tornam a autoconstrução distinta em sua prática e que, por isso, demandam metodologias e ferramentas comunicacionais específicas.

Esclarecemos que as práticas de assessoria técnica no contexto da Vila Acaba Mundo, realizadas pela equipe do PRAXIS-EA/UFMG, pretenderam transformar socialmente os moradores,

mas cientes de que outras ações deveriam estar associadas, como, por exemplo, o financiamento da construção. Quando os moradores não podiam subsidiar a obra, os objetivos da assessoria técnica tornavam-se limitados. Nas assessorias técnicas com recursos financeiros garantidos, os seguintes benefícios foram atestados: (i) a proposição de outras possibilidades construtivas para além do arcabouço recorrente da autoconstrução; (ii) a experimentação de arranjos espaciais; e (iii) a antecipação da conformação final para contrapor-la às expectativas e demandas iniciais dos moradores. Assumimos que a economia dos recursos financeiros em razão da assessoria técnica realizada não pôde ser verificada no tempo, mas reforçamos a importância dos custos das soluções construtivas no processo de tomada de decisão do morador.

Da mesma forma que se reconheceram os benefícios da assessoria técnica, alguns entraves também foram desvelados. Os saberes técnicos dos arquitetos, adquiridos durante sua formação educacional, não garantem que sejam competentes para assumir responsabilidade técnica no que se refere às questões estruturais das moradias autoconstruídas, sempre em processo de construção e modificação. Para isto, propomos o compartilhamento da responsabilidade com o autoconstrutor junto com o auxílio do saber técnico da engenharia, de forma que legitimamos o conhecimento do mesmo sobre a lógica estrutural da sua moradia.

O compartilhamento envolve, também, o conflito. Por isto, o diálogo requer adaptações. Não existem métodos, fórmulas e modelos únicos e replicáveis a serem utilizados, de forma que as práticas se configuram a partir da prática e na prática, demandando tempo para a experimentação de possibilidades metodológicas e de ferramentas comunicacionais que colaborem e facilitem a assessoria.

Entendemos também que não basta oferecer o serviço de assistência ou assessoria técnica pressupondo apenas seus benefícios – ainda que o serviço seja gratuito. É necessário um processo de aproximação e de desconstrução do lugar simbólico que o arquiteto ocupa, bem como de seu modo de atuação. Laerte confirma o desconhecimento da população em relação ao serviço do arquiteto e/ou do sentimento de distanciamento do profissional desta realidade.

Porque o que me motivou foi primeiro eu conhecer os arquitetos e saber o que eles fazem. Que são os desenhos bacanas. Que além de fazer um projeto, não eram só as linhas. O trabalho do arquiteto não é só aquele projeto quadrado, bonitinho, cheio de números. Aí vocês conseguem por cores e isso me atraiu também. E isso, no popular, facilita a opinião das pessoas.⁵²

As práticas de assessoria técnica realizadas permitiram a identificação de premissas, métodos e ferramentas que potencializam a associação entre o arquiteto e o autoconstrutor e promovem a transformação social do morador, comprovando os benefícios desta combinação. Sustentamos que ainda não foram encontradas respostas definitivas sobre como garantir a atuação profissional a partir de práticas compartilhadas fora dos moldes da prestação de serviços remunerada pelo setor privado. Acreditamos que o financiamento da assessoria técnica perpassa as práticas pedagógicas do ensino da arquitetura, sendo necessária a conversão da formação do arquiteto para contextos autoconstruídos pela população de baixa renda.

Referências:

CAU/BR e DataFolha. 2015. *O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil*. Disponível em < <http://www.cau.br.gov.br/pesquisa2015/>>. Acesso em: 03 set. 2017.

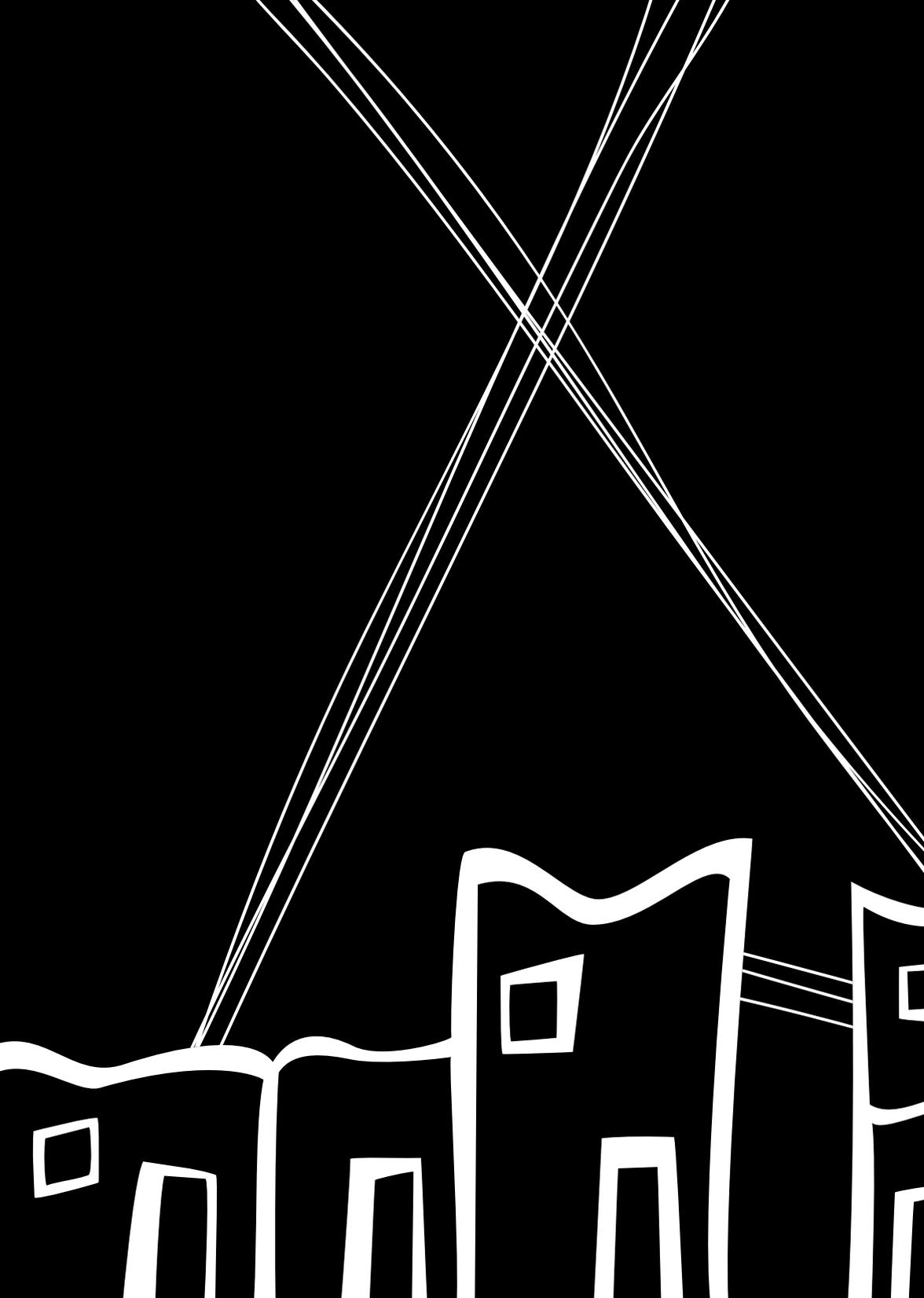
FERRO, S. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

MORADO NASCIMENTO, D. (org.) *Saberes [auto]construídos*. Belo Horizonte: Ed. AIC, 2016.

MORADO NASCIMENTO, D.; TIBO, G. L.; LINHARES, J. F. Análise da autoconstrução a partir de suas práticas. In: URBFÁVELAS, III, Salvador, 2018. *No prelo*.

STEVENS, G. *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

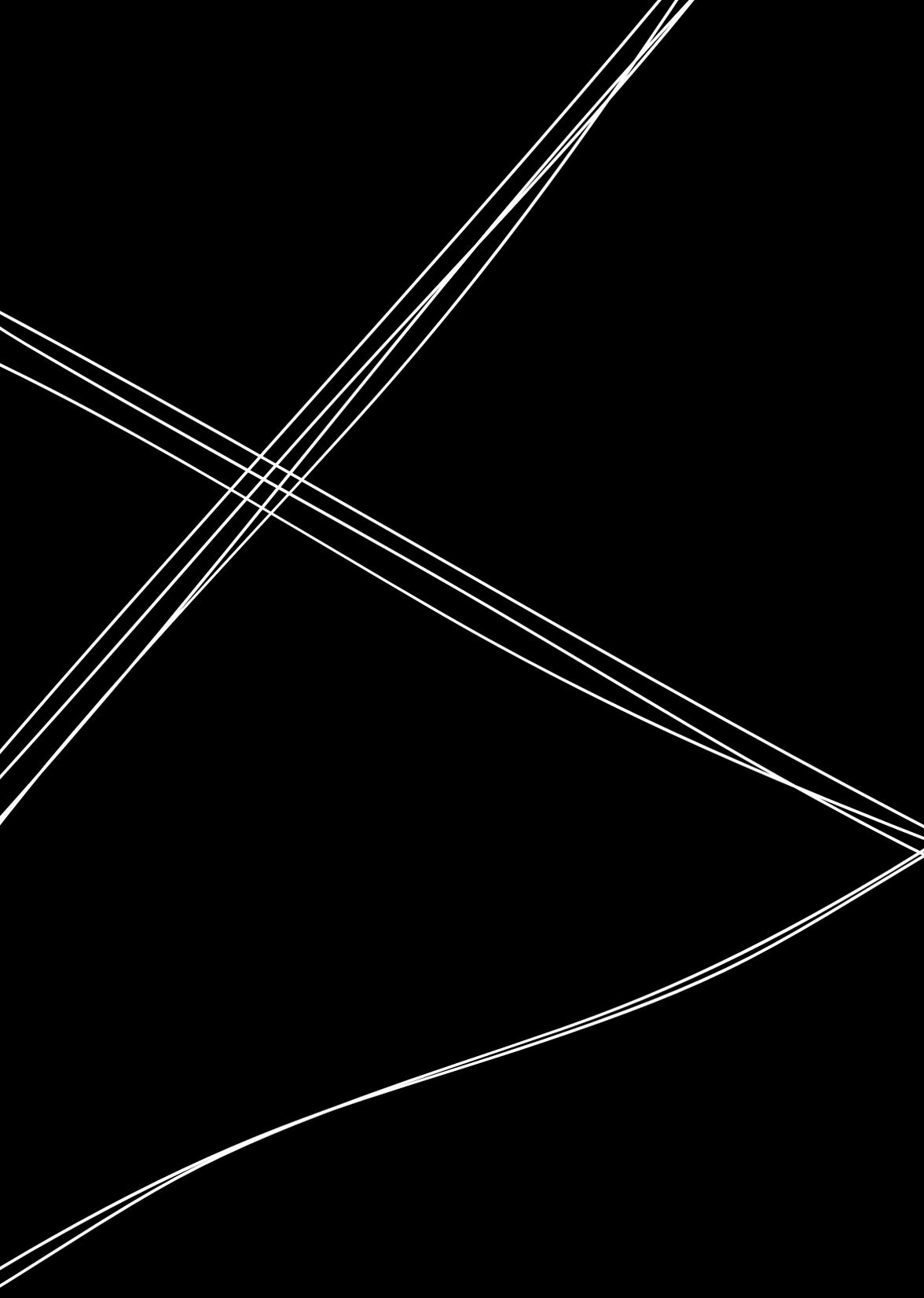
TIBO, G. L. A. Reflexões da prática da assessoria técnica: uma abordagem a partir da experiência na Vila Acaba Mundo. In: ENANPUR, XVII, 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anpur, 2017. P.1-19.



SEÇÃO III

**EDUCAÇÃO, CULTURA E
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
A PARTIR DAS PERIFERIAS**





JUVENTUDES, EDUCAÇÃO E CULTURA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES DE PROJETOS SOCIOCULTURAIS

Luísa Cristina Nonato e Juliana Batista dos Reis

Resumo: O curso de Agentes de Projetos Socioculturais foi uma ação de extensão desenvolvida entre setembro e novembro de 2017, pelo Programa de extensão, ensino e pesquisa, Observatório da Juventude (OJ) em parceria com o Centro Cultural (CC), ambos da Universidade Federal de Minas Gerais. O processo formativo que aqui destacamos envolveu 27 jovens moradores/as de periferias da Região Metropolitana de Belo Horizonte que já desenvolviam ações em suas comunidades e/ou que tivessem algum vínculo com projetos socioculturais. O objetivo principal do curso consistiu na contribuição para a formação de jovens como agentes socioculturais, subsidiando a atuação dos sujeitos a partir de reflexões sobre as realidades culturais e as possibilidades de intervenção transformadora e criativa nos grupos, movimentos e ações coletivas. As bases epistemológicas para construção dos encontros formativos envolveram debates do campo da sociologia da educação e sociologia da juventude, e o desenvolvimento da educação popular, baseada na formação humana de inspiração freiriana. Como critérios para seleção dos/as participantes, foram consideradas as plurais identidades de gênero e raciais, as diferentes trajetórias, experiências educacionais e profissionais e os territórios de moradia. O curso colaborou para a sistematização textual de seis projetos socioculturais que já eram desenvolvidos pelos/as cursistas. Nas avaliações realizadas com os/as jovens, eles/as destacaram o curso como um processo educativo marcado pelo respeito e reconhecimento das diferenças, espaço de

sociabilidade e socialização entre pares e com os/as educadores/as e o fortalecimento de processos identitários e socioculturais.

Palavras-chave: educação; cultura; juventude; projetos socioculturais.

1 Jovens e projetos formativos: perspectivas do Observatório da Juventude da UFMG

Neste texto pretendemos apresentar e tecer compreensões sobre o curso de “Formação de Agentes de Projetos Socioculturais”, um projeto desenvolvido e executado pelo Programa Observatório da Juventude da UFMG (OJ), núcleo de extensão, ensino e pesquisa, que atua no contexto de ações afirmativas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e está vinculado à Faculdade de Educação. Desde 2002, o Programa realiza pesquisas sobre as múltiplas condições juvenis e promove a extensão universitária em processos educativos, como a ação destacada neste trabalho, a formação de jovens como agentes de projetos socioculturais. Os eixos centrais que delimitam a ação institucional do OJ são: a condição juvenil; as políticas públicas e ações sociais; as práticas culturais e ações coletivas da juventude na cidade e a construção de metodologias de trabalho com jovens e para formação de educadores/as.

Para desenvolvimento de ações de pesquisa, ensino e extensão, o Programa Observatório da Juventude da UFMG privilegia um olhar cuidadoso e sensível sobre a noção de juventude. Portanto, o conceito além de indicar perspectivas reflexivas, potencializa as ações educativas do grupo que vêm sendo ou que já foram desenvolvidas pelo Programa ao longo de mais de quinze anos de trabalho.

Para Juarez Dayrell (2016), um dos fundadores do Programa, o debate sobre as especificidades da condição juvenil é relevante, pois “xs jovens, em especial xs dos setores populares, não são beneficiadxs por políticas públicas suficientes que lhes garantam o acesso a bens materiais e culturais, além de espaços e tempos onde possam vivenciar plenamente essa fase tão importante da vida” (DAYRELL, 2016, p.23). Com isso, o autor afirma que é imprescindível estarmos atentos/as às peculiaridades dessa fase da vida para enriquecer a compreensão dos/as jovens com os/as quais nos envolvemos e construímos processos formativos (DAYRELL, 2016).

Neste sentido, compreendemos que “a juventude se constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem”, pois é uma considerada uma categoria dinâmica. Dessa forma, pode-se dizer que “não há tanto uma juventude e sim jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem, e, assim, elaboram determinados modos de ser jovens.” Assim, adotamos a noção de juventudes, no plural, a fim de enfatizar a diversidade de *modos de ser jovem* (DAYRELL, 2016, p.27).

A perspectiva de compreender a diversidade dos modos de ser jovem contribui e potencializa nossas experiências formativas ao longo dos anos, visto que, em tantos anos de história, diferentes sujeitos compartilharam suas vivências e condições juvenis marcadas pela pluralidade de experiências identitárias. Não esgotar o conceito de juventude como algo genérico ou um fator apenas biológico nos possibilitou e possibilita elaborar práticas educativas levando em conta a diversidade dos sujeitos que delas participam, assim como seus plurais modos de experienciar essa fase da vida.

2 Histórico dos projetos de formação com jovens

O projeto “Formação de Agentes Culturais Juvenis” foi a primeira ação do Programa nos anos de 2002 e 2003, o qual se tornou referência para o desenvolvimento das ações educativas posteriores, como o projeto de “Formação de Educadores/as Sociais”, em 2007, o projeto “Jovens Protagonistas da Pastoral do Menor”, em 2009, o projeto “Formação de Agentes de Projetos Sociais”, em 2013, com a parceria do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e o último formato, objeto desta nossa análise, que tem também como base todas estas experiências anteriores. Uma diferença significativa em relação às experiências anteriores foi o fato do “Curso de Agentes de Projetos Socioculturais”, em 2017, ter sido realizado com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LMIC)⁵³.

Desde o primeiro processo formativo, em 2002, uma marca característica dos projetos é o perfil dos/as jovens cursistas: a maioria moradores/as de periferias e ligados a grupos de diferentes expressões culturais e artísticas. No desenvolvimento dessa primeira ação no início dos anos 2000, 35 jovens residentes em Belo Horizonte e de quatro municípios da Região Metropolitana (Contagem, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Nova Lima) participaram da formação a fim de que pudessem potencializar ações que já desenvolviam, bem como construir formas de instrumentalizar e capacitar as variadas ações culturais. Para o desenvolvimento do processo formativo, os encontros privilegiaram a troca de saberes, o acesso às

53 A LMIC, por intermédio da Fundação Municipal de Cultura, busca promover mecanismos de apoio e incentivo para a realização de projetos culturais através de editais, que pretendem fomentar com recursos financeiros ações de cunho cultural da cidade de Belo Horizonte. Saiba mais em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/cultura/lei-municipal-de-incentivo-cultura-lmic>

informações sobre o cenário cultural na RMBH, cursos de leitura, de expressão corporal, elaboração de projetos culturais, oficinas de informática, dentre outros.

Esta formação possibilitou aos/às jovens participantes a produção e participação em eventos culturais, seminários e congressos e a presença em diversos espaços culturais, dentro e fora do estado de Minas Gerais. Além disso, ao final do processo formativo, os/as jovens constituíram uma rede de agentes culturais, a rede *D.vEr-CidaDe CuLturaL*⁵⁴, que atuou de 2003 a 2006 “de forma autônoma na articulação e no desenvolvimento de ações culturais, inclusive com a juventude nos seus bairros de origem e outros bairros da periferia de Belo Horizonte” e com o apoio a assessoria do Observatório da Juventude (DAYRELL, SILVA, SOUZA, 2004, p.3).

Em 2013, o curso de “Formação de Agentes de Projetos Sociais”, desenvolveu ações educativas para/com 60 jovens e formadores/as que trabalhavam com públicos juvenis, articulado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COLTEC/UFMG). Esse curso também teve o objetivo de formar agentes para potencializar a atuação que já desenvolviam em uma variedade de projetos sociais.

O perfil dos/as participantes do curso em 2013 era bastante diverso, formado por educadores/as e agentes sociais que atuavam em escolas, projetos sociais, ações comunitárias, projetos e programas culturais e esportivos, entre outros. Assim, as experiências escolares, profissionais, e, principalmente, as áreas de atuação, eram também plurais. O trabalho desenvolvido foi configurado por grandes desafios, já que esteve vinculado a um projeto institucional de escala nacional, o PRONATEC, e uma vez

54 Saiba mais sobre esta rede em: <http://d-vercidadecultural.blogspot.com.br>.

que as estruturas metodológicas previstas pelo programa nacional eram diferenciadas das vivenciadas dentro do OJ.

Por isso diversos/as atores/atrizes foram convidadas/os para contribuir com a estruturação curricular do curso, dentre eles/as agentes culturais, ativistas, pesquisadores/as do OJ e possíveis futuros/as cursistas (GEBER *et al.*, 2016).

Segundo Geber (2016), tais encontros foram fundamentais para construir as temáticas do curso que seriam importantes para elaborar a formação dos/as agentes de projetos sociais, bem como definir quais critérios seriam relevantes para a seleção dos/as profissionais que iriam compor a equipe do curso. Além disso, tais momentos foram importantes para definir os eixos do curso, o público-alvo, equipe e, principalmente, os princípios metodológicos do curso marcados pelo exercício de “*ver, ouvir e registrar*”, inspirado nos ensinamentos do antropólogo brasileiro Roberto de Oliveira (1996). Tal perspectiva busca refletir sobre o que se vê – seja um fenômeno social ou os próprios sujeitos dos processos educativos –, como uma construção histórica e socialmente vinculada a uma realidade. Tal proposta serviu como uma possibilidade para novas interpretações e para aprimorar as relações com os/as interlocutores/as, percebendo-os/as como sujeitos ativos no processo educativo. Ao mesmo tempo, o curso possibilitou aos/às participantes espaços em que eles/as pudessem reconhecer suas práticas em seus territórios como transformadoras, principalmente, por compreenderem de forma mais sensível os problemas sociais locais e serem agentes plurais que assumiam diversos papéis, como em ações de mobilização e formação, ainda que não tivessem um reconhecimento profissional, financeiro e simbólico justo (GEBER *et alii*, 2016, p.146).

Já em nossa experiência de 2017, o curso formou 27 jovens, moradores/as das periferias urbanas de Belo Horizonte e da

Região Metropolitana. Todo o projeto foi inspirado nas diversas experiências do OJ e teve a duração de 120 horas. A turma foi composta, principalmente, por jovens de 17 a 29 anos e, mais uma vez, marcada pela heterogeneidade na sua composição. Em princípio, o processo previa a seleção de jovens que já estavam desenvolvendo ações em seus territórios, mas tendo em vista as experiências anteriores e algumas evasões, foram selecionados também adultos que, em alguma medida, estivessem vinculados a projetos de cunho sociocultural.

Estes/as cursistas eram diversos/as em suas identidades de gênero e raciais, bem como em suas diferentes trajetórias, experiências educacionais e profissionais e seus territórios de moradia.

3 Algumas questões sobre a formação de agentes socioculturais

Um grande desafio vivenciado pela juventude brasileira refere-se à sua inserção no mercado de trabalho. Os obstáculos são ainda maiores quando refletimos sobre os/as jovens das camadas populares. Por compreender a multiplicidade de possibilidades e a complexa inserção no mercado de trabalho, principalmente na área cultural, o OJ, através dos diferentes projetos educativos desenvolvidos antes citados, tem se dedicado a potencializar a formação de jovens agentes socioculturais. Tais experiências educativas, assim como refletidas e vivenciadas por Saulo Pfeffer Geber, Ivan Faria, Francisco André Silva Martins, Paulo Henrique Queiroz Nogueira, Priscilla D'Agostini, Rômulo Silva Pereira e Warley Fabiano Santos, no livro “Por uma Pedagogia das Juventudes”, no capítulo “Formação de Agentes de Projetos

Sociais”, buscam responder à “necessidade da formação de agentes sociais das mais diversas origens e vinculações sociais e institucionais para atuar junto aos sujeitos imersos nas diferentes expressões das questões sociais, o que pode significar a possibilidade de uma primeira inserção e treino no mundo do trabalho” (GEBER *et al.*, 2016. p.127).

A partir das nossas experiências, percebemos que, geralmente, os/as agentes possuem uma atuação profissional em duas grandes frentes de trabalho. A primeira consiste no desenvolvimento de práticas educativas, conhecidas como oficinas, que desenvolvem ações orientadas por diversos aprendizados que envolvem diferentes estilos de dança, música, esportes, formação profissional, reforço escolar ou mesmo o debate de temáticas sociais. A segunda atuação profissional mais frequente relaciona-se às práticas de mediação, intervenção e mobilização social, com a realização de projetos em variadas linguagens, baseado nas estratégias de mobilização de grupos, mediação cultural e trabalho com os sujeitos (GEBER *et alii*, 2016, p.127).

Entretanto, nem sempre tais experiências de intervenção e trabalho sociocultural estão configuradas em modelos de formalização e qualificação na condição profissional. Concomitantemente, como nos dizem os/as autores/as citados anteriormente,

em um primeiro momento, a inserção desses sujeitos nesse conjunto de atividades se dá como um desdobramento das condições vividas por eles/as enquanto jovens em contextos sociais específicos, nos quais as ações coletivas de caráter cultural e de mobilização social se articulam como expressão juvenil (GEBER *et alii*, 2016, p.128).

Ao longo destes anos, os processos de formação do OJ têm levado em conta a atuação transformadora desses sujeitos, principalmente em seus territórios e, por isso buscamos subsidiar e ampliar a atuação dos/as jovens como agentes socioculturais, tendo como eixo norteador a reflexão em torno das realidades culturais e da capacidade de intervenção criativa e transformadora. Sempre buscando contribuir para a capacitação, para que eles/as se reconheçam como sujeitos capazes de realizar atividades relevantes em contextos específicos, buscando continuamente para que eles/as ampliem as compreensões sociopolíticas de seus contextos e das suas possibilidades de atuação social.

Desta forma, o curso de “Agentes de Projetos Socioculturais” que aqui analisamos teve como objetivo propor espaços de reflexão das práticas, dos desafios enfrentados para o desenvolvimento de ações socioculturais, além de apresentar possibilidades de financiamento para a execução de ações. Nesse sentido, o curso também privilegiou a construção de espaços de discussão sobre as múltiplas desigualdades vivenciadas pelos sujeitos, sejam elas de gênero, raça ou territoriais. Assim, ressaltamos que este curso proporcionou diálogos importantes acerca de processos identitários dos sujeitos, do acesso desigual à cidade e seus bens culturais.

4 Perspectivas metodológicas do curso

O curso de “Agentes de Projetos Socioculturais” desenvolvido em 2017 foi construído tendo como base os princípios da Educação Popular na perspectiva freiriana, a qual compreende a relação com o outro como centro dos processos de produção do conhecimento. Partindo deste princípio, o curso priorizou o desenvolvimento de

dinâmicas e ações nas quais os sujeitos pudessem ser ouvidos, potencializando assim os espaços de escuta, diálogo, participação e a busca por reconhecimento. Compreendemos que tais princípios são “dimensões fundamentais de uma ação educativa emancipadora, seja com crianças, jovens ou qualquer outro grupo social colocado em condição de subalternidade nas relações sociais e pedagógicas” (GEBER et ii, 2016, pág.134).

O curso teve carga horária de 120 horas, sendo 3 horas por dia, nas noites de segunda, terça e quarta-feira, no Centro Cultural da UFMG, localizado no centro de Belo Horizonte⁵⁵. As discussões foram desenvolvidas por duplas de educadores/as sendo uma mulher e um homem em cada um dos dias. A paridade de gênero foi proposital por entendermos a importância de considerar a igualdade de gênero em nossos processos educativos.

Normalmente, os encontros eram iniciados com a discussão de determinados temas, com o auxílio de textos acadêmicos, notícias, letras de música e/ou vídeos para fomentar as discussões, seguido de um intervalo com lanche e, posteriormente, o aprofundamento ou construção coletiva de peças gráficas ou artísticas que dialogavam com as temáticas propostas. No primeiro encontro construímos uma dinâmica em que cada participante foi convidado/a trazer um objeto o qual lhe representasse e que pudesse oferecê-lo a outros/as participantes – o que serviu como incentivo às relações coletivas no grupo, valorizando a criatividade e a interação em todo o processo formativo. Nesse momento,

55 As inscrições para participar do curso foram realizadas através de um formulário online e divulgadas por uma rede parceira do OJ: O Fórum das Juventudes da Grande BH. Nos critérios de seleção foram considerados as plurais identidades de gênero e raciais, as diferentes trajetórias, experiências educacionais e profissionais, os territórios de moradia, bem como as idades entre 15 e 29 anos. Além disso, como critério de seleção consideramos a dimensão do desejo, já que os/as inscritos/as respondiam “Por que gostariam de participar do Curso de Agentes de Projetos Socioculturais?”

os/as jovens também foram convidados a falarem de si, de suas experiências e expectativas com o curso e de se relacionarem com os/as demais cursistas. Além disso, foi um momento importante para apresentarmos a proposta do curso com os objetivos e a equipe que estaria à frente nesta ação. Dessa forma, ressaltamos aqui a importância das relações de sociabilidade com que tecemos processos educativos de todo o Programa.

O curso foi organizado em torno de três grandes eixos temáticos, denominados: “Educação, Cultura e Sociedade”; “Projetos” e, por fim, “Linguagens”. Cada eixo foi construído por uma ementa que dialogava com as demais.

O eixo Educação, Cultura e Sociedade abarcou um conjunto de temas que problematizaram as possibilidades de atuação dos/as agentes no âmbito profissional, como também as múltiplas diferenças e desigualdades sociais, a diversidade racial e o racismo, as relações de gênero, os territórios e as identidades. Dentre as dinâmicas realizadas nos encontros deste eixo, destacamos a construção colaborativa de um mapa, como o intuito de compreensão de conceitos e ideias como ‘territórios’ e ‘desigualdades socioespaciais’, sempre em diálogo com as experiências dos/as agentes. Além disso, os encontros de formação desse eixo sempre possibilitaram a presença de convidadas e convidados, a maioria ligada a movimentos sociais, em que traziam elementos de suas experiências relacionadas com o tema proposto.

O eixo Linguagens objetivou potencializar a utilização de diferentes linguagens e o uso das tecnologias para a atuação na área sociocultural. Como exemplo, destacamos a elaboração do “Rolêzine”, um *fanzine* construído ao longo do curso que pautou a diversidade nas formas como os/as jovens vivem as cidades e as práticas culturais nos mais variados territórios em que os/as cursistas estavam inseridos/as. Este eixo também

possibilitou algumas experiências de sensibilização para a arte por meio de atividades que envolviam o corpo, as cores e a observação. Como exemplo destacamos aqui a atividade em que foi trabalhada a composição e colagem em cartolinas com cores e tamanhos distintos.

O eixo Projetos tinha como propósito refletir sobre a noção e os princípios de um projeto sociocultural, sua execução e as formas de captação de recursos, além de investir em atividades artístico-culturais para além da sala de aula, em uma variedade de espaços. Uma dessas atividades ocorreu com a visita ao Espaço Cultural Giramundo⁵⁶, no qual os/as agentes puderam conhecer sobre o funcionamento, as atividades e aspectos técnicos e estratégias de sustentabilidade, além de visita à exposição de bonecos mediada por um profissional do local. Dessa forma, podemos destacar que o curso possibilitou acesso a espaços propícios para ampliação da visão sobre o campo profissional, permitindo conhecer diferentes vivências e estruturas da realidade de um/a agente cultural.

O processo de execução do curso contou com planejamentos coletivos e reuniões semanais realizados pela a equipe formadora, servindo como um espaço educativo continuado da mesma equipe. Esse espaço consolidou-se como momento para pensar a prática, levando em conta comentários dos/as cursistas e de colegas formadores/as que permitiram repensar as propostas e reformulá-las. Como exemplo destacamos algumas situações em que refizemos algumas perguntas de uma de nossas dinâmicas, a fim de que as respostas pudessem ser retomadas por outros eixos. Dessa forma, o curso realizou a ação, refletiu sobre a prática e retomou a ação a partir de uma análise crítica do processo (GEBER *et al.*, 2016, p.136).

Uma ação metodológica desenvolvida ao longo do curso consistiu no desenvolvimento de atividades extraclasse, como visitas a espaços culturais, participação em eventos públicos, entre outros. Como exemplo destacamos a ida ao Festival de Arte Negra⁵⁷ de Belo Horizonte, realizado em outubro de 2017. A vivência coletiva no festival viabilizou relações com conceitos que vinham sendo trabalhados no curso, como as ideias de identidade e diversidade racial no Brasil.

Por fim, destacamos que o curso buscou colaborar com a sistematização textual de seis projetos socioculturais que já eram desenvolvidos por integrantes do curso e serão apresentados no próximo item.

5 Os projetos escritos

O curso de Agentes de Projetos Socioculturais possibilitou a escrita crítica de seis projetos socioculturais, os quais detalhamos neste tópico.

O projeto “Paz no C.I (Complexo Industrial)” visava trabalhar com diferentes expressões artísticas já presentes na periferia de Contagem, dentre elas, o Hip Hop (com o Rap), a Capoeira e o *Graffiti* dentro do espaço das escolas do município, a fim de contribuir para a valorização dessas artes e o reconhecimento de toda a comunidade escolar com essas práticas.

O “Combate em Família” foi um projeto que propôs levar ao espaço da Superintendência de Cultura, em Santa Luzia, um evento de hip hop, com ênfase no elemento *break*, um estilo de dança que surge com a cultura hip hop, por isso entendido como um dos elementos básicos, junto com o DJ, o MC e o *Graffiti* no

57 Saiba mais sobre o FAN em: <http://www.fanbh.com.br>

movimento. Esta proposta surgiu a partir de uma avaliação dos grupos sobre a inexistência de eventos com essas manifestações na região mais tradicional de Santa Luzia, mesmo sendo comum em outros espaços do município.

O projeto “O Único Sistema Bom é o Sistema de Som” buscou, a partir de uma imersão na comunidade onde o projeto era realizado – quatro bairros na Zona Norte de Belo Horizonte – promover, juntamente com a população local, ações socioculturais, feiras de alimentos naturais com uso de produtos reutilizados de materiais recicláveis, além de bailes *Sound System*. Com isso, o projeto visava proporcionar aos/às jovens de periferia momentos de lazer, além de fomentar a cultura *Sound System*⁵⁸ ainda pouco difundida na cidade.

O “Arteculação” foi um projeto que visava apoiar jovens do município de Ribeirão das Neves para realização de oficinas de fotografia, poesia e tematizações sobre cidadania e direitos. O intuito do projeto consistia em construir identidades positivas de jovens provenientes de bairros de maior vulnerabilidade socioeconômica para que reconhecessem suas potencialidades e construíssem outras narrativas sobre os territórios periféricos.

O “Afrô da Pele: fortalecendo a beleza periférica” foi um projeto de jovens de Nova Lima que periodicamente realizava atividades culturais e formativas que tratavam da cultura afro. Voltadas para a população periférica de Nova Lima, em especial a população negra, o projeto também pretendia construir formas de trabalhar a autoestima, além de estimular a geração de renda e a difusão das atividades na região.

58 No contexto da cultura popular jamaicana, um *sound-system* (sistema de som) é um grupo de disc-jóqueis, de coordenadores e de MCs do disco tocando a música de reggae e outros ritmos comuns no país.

O projeto SPV nas quebradas⁵⁹ se consolidou como um circuito de eventos culturais nas periferias de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Junto ao circuito, o projeto previa a realização de batalhas de MC's, *slam*⁶⁰ de poesia, apresentações musicais de rap, *Graffiti*, dança, entre outras. Além disso, contou com a participação de artistas, grupos e coletivos envolvidos com a cultura hip hop e outras culturas urbanas.

6 Resultados/considerações finais

Nas avaliações realizadas com os/as jovens participantes, eles/as destacaram o curso como um processo educativo marcado pelo respeito e reconhecimento das diferenças, espaço de sociabilidade e socialização entre pares e com os/as educadores/as, e o fortalecimento de processos identitários e socioculturais. O curso também possibilitou outros momentos de estímulo às ações em grupo. Os momentos do lanche, nas avaliações dos/as cursistas, sempre foram lembrados como momentos prazerosos de encontros e trocas, um importante espaço de descontração e de conhecimento do/a outro/a.

Consideramos que tal ação se consolidou como um espaço potente de discussões e contribuiu para o reconhecimento dos/as jovens como agentes socioculturais capazes de realizar atividades relevantes em variados contextos. Além disso, as práticas formativas colaboraram para o acesso a direitos fundamentais, como o lazer, a partir dos passeios e visita a diferentes equipamentos culturais – como a que foi feita ao Museu de Inhotim –, e a participação

59 A sigla SPV significa “Solto Por Vivência”.

60 É uma competição de poesias em que as performances são julgadas por outros membros considerados/as jurados/as.

no encontro do Grupo Fortalecedor “Cultura Viva⁶¹,” em Belo Horizonte, proposta pela Gabinetona⁶², em que os/as agentes puderam refletir sobre política cultural na cidade para além da atuação individual de cada agente.

Podemos dizer também que o curso consolidou-se como um espaço fecundo e potente de discussões contemporâneas com foco nas diferenças, nas desigualdades raciais, de gênero e do acesso à cidade, e contribuiu para que esses/as jovens compreendessem suas condições enquanto jovens e de como a atuação em rede, junto a outros/as agentes, poderia contribuir para ações mais efetivas nos seus territórios.

Referências:

DAYRELL, Juarez Tarcísio. Por uma Pedagogia das Juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG 2016, Belo Horizonte, Mazza Edições.

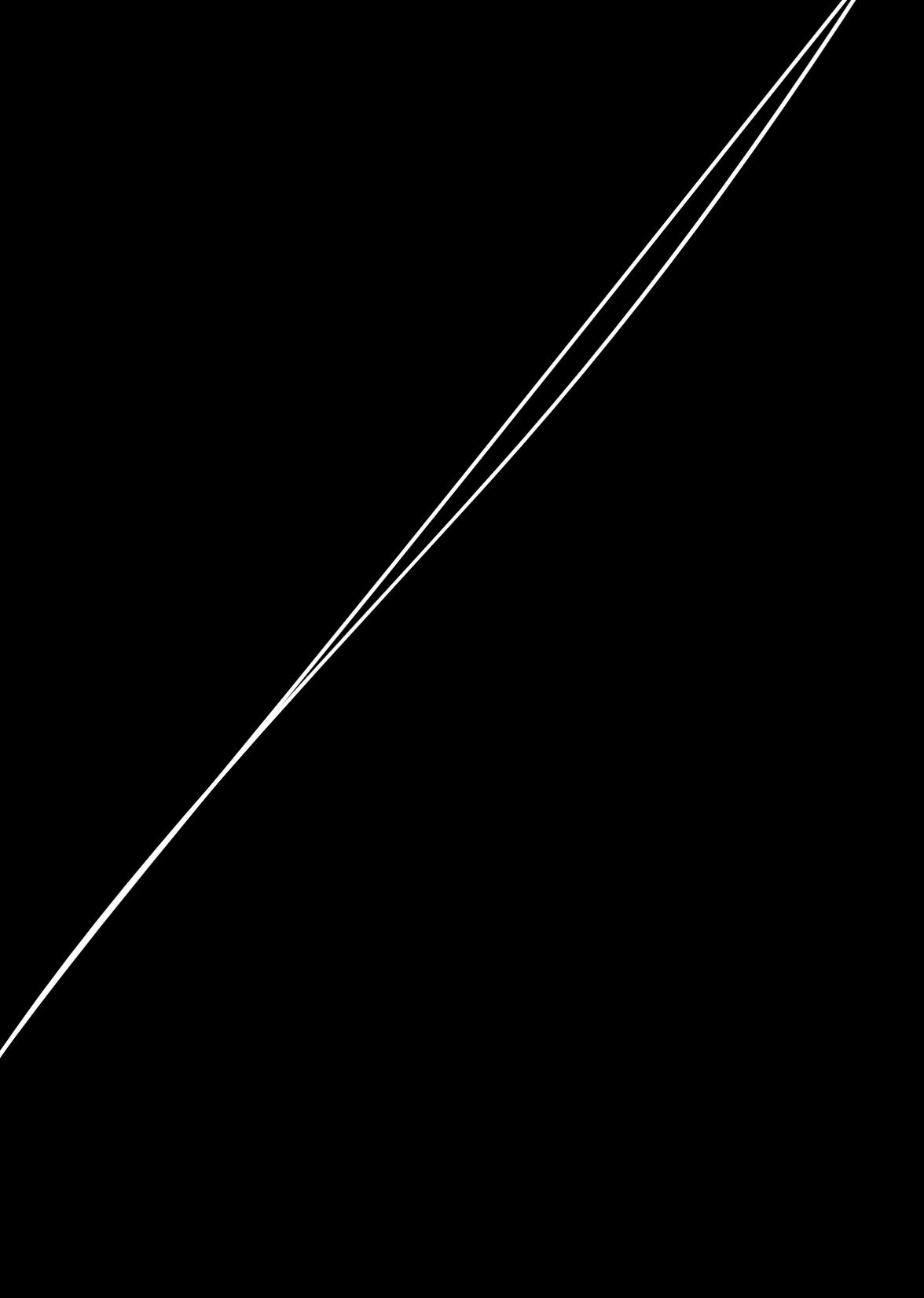
DAYRELL, Juarez Tarcísio; SILVA, Áurea Carolina de Freitas e; SOUZA, Rosana Machado de. Formação de Agentes Culturais Juvenis: Uma Experiência Sócio-Educativa. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2004

61 O Programa Cultura Viva é uma política Nacional criada em 2014 para garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural a partir do Ministério da Cultura, e em parceria com governos estaduais e municipais e por outras instituições, como escolas e universidades. Saiba mais em: <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>.

62 Saiba mais em: <http://gabinetona.org/>.

GEBER, Saulo Pfeffer; FARIA, Ivan; MARTINS, Francisco André Silva; NOGUEIRA, Paulo Henrique Queiroz; D'AGOSTINI, Priscilla; SILVA, Rômulo Pereira; SANTOS, Warley Fabiano. In: DAYRELL, Juarez Tarcísio. Por uma Pedagogia das Juventudes: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. 2016. Mazza Edições.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. São Paulo: Unesp/ Paralelo 15. 1996.



RELEITURA DA POESIA “GRITARAM-ME NEGRA”: UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS SIGNIFICATIVAS DE COMBATE AO RACISMO

*Mariana Pereira de Oliveira de Freitas Gonçalves.
e Claudia Elizabete dos Santos Santos*

Resumo: O presente texto destaca o processo de implementação da temática étnico-racial na Escola Integrada (EI) da Escola Municipal Senador Levindo Coelho, localizada no Aglomerado da Serra, município de Belo Horizonte. Objetiva socializar práticas pedagógicas antirracistas desenvolvidas com e por estudantes, famílias, monitores e professores vinculados à EI, no último triênio (2015-2017). As oficinas ligadas às linguagens, à arte, ao esporte e à cultura, disponíveis na EI, possibilitaram que a Escola Municipal Senador Levindo Coelho focasse a temática “diversidade étnico-racial”, no intuito de contribuir para a construção da identidade racial dos estudantes de forma positivada. A Arte, inquestionavelmente, é uma das melhores maneiras de o ser humano expressar seus sentimentos e emoções. A sua representação e forma lúdica (música, capoeira, dança e fotografia) possibilita o desenvolvimento de propostas pedagógicas relacionadas à história e cultura afro-brasileira e africana em nosso país. A participação dos/as monitores e professores(as) coordenadoras da EI, em formações continuadas em serviço disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED) e ministrada pelo Núcleo de Relações Étnico-Raciais, possibilitaram o empoderamento das/dos participantes e trocas com os/as estudantes. A abordagem de temas relacionados à cor, ao corpo, ao cabelo e outras características fenotípicas permitiu discussões acaloradas. A

adesão da coordenação e de monitores da EI da EM Professor Edson Pisani, escola que também é localizada no Aglomerado da Serra, fortaleceu a produção cultural “*Gritaram-me Negra*”, inspirada na obra da artista peruana Victoria Santa Cruz. A proposta metodológica resumiu-se na organização de rodas de conversa, discussões, protagonismos infanto-juvenis, apreciação da letra e clip da poesia, juntamente com a trajetória da artista. Os desdobramentos do trabalho também receberam destaque, como por exemplo, participação em mostra, apresentações culturais e exposições.

Palavras-chave: educação integral; identidade étnico-racial; arte.

1 Introdução

No triênio de 2015 a 2017 a aposta na formação continuada em serviço, focando as relações étnico-raciais, possibilitou o fortalecimento da abordagem da temática na Escola Municipal Senador Levindo Coelho. A aposta na formação de docentes e monitores da Escola Integrada (EI) foi garantida pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED) e possibilitou maior visibilidade das leis 10.639/03 e 11.645/08. Dessa forma, gestores, docentes, estudantes e famílias contribuíram para o processo de implantação do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Na escola, ao longo da última década, a educação pública do município de Belo Horizonte trabalha na perspectiva de uma cidade educadora. Tal fato legitima a qualidade da educação básica como direito social dos estudantes, direito este pautado no respeito, na valorização da diversidade e das diferenças entre os indivíduos. A Lei 11.494/07 define recursos diferenciados para as escolas que implementarem Educação em Tempo Integral

(BRASIL, 2007). Nesse cenário, a SMED teve como foco a qualidade da educação a partir da ampliação da jornada escolar, por meio da implantação do Programa Escola Integrada (PEI).

A Escola Integrada é uma política de educação integral que tem como um dos seus principais objetivos incentivar as aprendizagens para além da sala de aula, por meio de aulas-passeio, oficinas pedagógicas, culturais, esportivas e de formação cidadã, com intenção de potencializar a qualidade da educação, segundo as diretrizes nacionais para a política de Educação Integral (BELO HORIZONTE, 2015).

Gomes (2016) considera que a diversidade de práticas, tanto na oferta de oficinas, quanto de aulas-passeio, demandam ações intersetoriais que contribuem para a formação pessoal e cultural dos estudantes. Dessa forma, a EI atende em torno de 65 mil alunos de 6 a 14 anos, subdivididos nas 172 escolas do município, priorizando o atendimento aos estudantes em territórios de vulnerabilidade social. Os momentos de formação continuada – garantidos pela SMED, coordenados pelo Núcleo de Relações Étnico-raciais e oferecidos para os professores coordenadores e monitores da Escola Integrada – permitiram que os participantes ampliassem e socializassem conhecimentos e leituras que auxiliam reflexões sobre a possibilidade de se vivenciar uma sociedade contrária ao racismo.

O protagonismo dos estudantes da EI da Escola Municipal Senador Levindo Coelho (EMSLC), oportunizou que a escola atendesse às demandas destes, considerando suas múltiplas linguagens. Tal ação proporcionou aprendizagens sintonizadas com a realidade de cada educando.

Este estudo reconhece a Escola Integrada do Município de Belo Horizonte como espaço promotor de procedimentos metodológicos inovadores. Dentre eles, oficinas curriculares

ligadas às linguagens, à arte, ao esporte e à cultura. A socialização de práticas pedagógicas antirracistas desenvolvidas desde 2015, bem como o reconhecimento da contribuição da valorização da arte, com o devido destaque à fotografia, dança e capoeira na Formação Integral, auxiliou o processo de construção da identidade etnicorracial dos estudantes de maneira positivada, tanto individual como coletiva.

2 O impacto da Formação Continuada

Segundo Gatti (2008), nos últimos 10 anos cresceu geometricamente o número de iniciativas colocadas sob o grande guarda-chuva do termo “educação continuada”. No caso específico da EI, a abertura deste guarda-chuva teve um significado expressivo no processo de inserção dos monitores nas formações pedagógicas sobre a temática étnico-racial, que era muito restrita à presença de docentes dos vários níveis e modalidades de ensino.

As formações ministradas pela coordenação do Núcleo de Relações Étnico Raciais da PBH⁶³ constituíram um rico espaço de discussões e aprendizagens que fomentaram práticas pedagógicas e contribuíram para a formação integral dos estudantes. Nesse sentido, não há dúvidas de que garantir momentos de formação continuada em serviço configura-se em uma importante estratégia de política educacional de implementação de ações significativas na prática da Educação Integral. Arroyo (2012) considera que são necessárias políticas integradas orientadas por uma ética gestora e profissional de compromisso com a totalidade da condição humana. Arruda (2014) destaca que estudos e pesquisas revelam que os tratamentos dispensados às crianças negras em idade

63 Desde 2018 renomeada como Gerência das Relações étnico-raciais.

escolar ainda são piores que em relação às crianças não negras, e que alguns professores ainda demonstram descrédito sobre a capacidade intelectual dessas crianças, o que, certamente, pode resultar no comprometimento da autoestima e do avanço escolar desses alunos. Dessa forma, não há como encarar a possibilidade de docentes resistirem à abordagem de uma temática étnico-racial nas escolas públicas e privadas.

Assim, a abordagem da temática étnico-racial, garantida em formação continuada, possibilita a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 que, por meio do estudo da nossa história afro-brasileira, apresentam a possibilidade do desenvolvimento de práticas que estimulam a construção da identidade individual e coletiva dos nossos estudantes, inclusive com práticas contrárias ao racismo.

3 Gritaram-me Negra: incentivo à produção cultural em escolas públicas

A parceria entre os docentes, monitores e estudantes das duas escolas municipais envolvidas, localizadas na regional Centro Sul de Belo Horizonte, permitiu a aproximação entre grupos e mestres de cultura popular e tradicional, arte-educadores, cinemas, pontos de cultura, museus, bibliotecas e outras iniciativas culturais e, conseqüentemente, a elaboração de projetos que dialogassem com as metodologias educacionais de cada série. “Com os agentes culturais, iremos melhorar o cenário e aumentar o interesse dos envolvidos nesse ambiente, além de contribuir com a qualificação de todos, tanto dos professores, dos alunos e dos artistas que participarão”, ressalta a coordenadora de Cultura e Educação da Secretaria de Políticas Culturais do MinC, Thais Santos.

A partir das formações continuadas e de todas as discussões e reflexões acerca da temática étnico-racial, a Escola Municipal Senador Levindo Coelho, durante todo o ano de 2015 e 2016, trabalhou com questões ligadas ao tema na Escola Integrada, no intuito de contribuir para a construção da identidade individual e coletiva dos estudantes. Em 2015, de forma lúdica, por meio da fotografia, da capoeira e da dança, foram trabalhadas questões culturais relacionadas à nossa herança trazida pelos negros da África. Esse processo continuou em 2016, de forma mais direta, no intuito de criar um empoderamento nos alunos em relação à cor, ao cabelo e a tudo o relacionado à identidade do povo Brasileiro.

Dessa maneira, foi proposto pela coordenadora do PEI da EMSLC um trabalho com a poesia “Gritaram-me Negra” da poetisa, coreógrafa, folclorista e estilista peruana Victoria Santa Cruz⁶⁴, objetivando a elevação da autoestima dos estudantes e propiciando a construção, a valorização e o fortalecimento da identidade racial e cultural.

A aproximação de discentes e docentes da Escola Integrada da Escola Municipal Senador Levindo Coelho com a poesia de Victória Santa Cruz rendeu à instituição a possibilidade de estreitar uma positiva relação entre educação e cultura. A organização dos tempos escolares garantiu que estudantes e monitores da EI lessem a poesia, assistissem a vídeos com a poetisa e desenvolvessem diálogos promissores sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Desse modo, a história de vida e a obra da poetisa foi inserida no currículo dos educandos.

64 Victoria Eugenia Santa Cruz Gamarra (27 de outubro de 1922 —Lima, 30 de agosto de 2014) foi uma poeta, coreógrafa, folclorista e estilista peruana. Iniciou a carreira em 1958, integrando o grupo Cumanana, ao lado do irmão mais novo, o poeta Nicomedes Santa Cruz Gamarra.

*Tinha sete anos apenas,
apenas sete anos,
Que sete anos!
Não chegava nem a cinco!
De repente umas vozes na rua
me gritaram Negra!
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!
“Por acaso sou negra?” – me disse
SIM!
“Que coisa é ser negra?”
Negra!
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia (...)*

Logo na primeira estrofe do poema, Victoria Santa Cruz foi capaz de resumir a experiência vivenciada pela mesma, ainda criança, com um grupo de amigos. Tais experiências permitiram a ela se aproximar de discursos preconceituosos. Nesse período, ela se reconheceu como negra, e, conseqüentemente, pode aumentar sua autoestima e descobrir o prazer de viver consciente de sua negritude.

As rodas de conversa com os alunos e os ensaios para o musical e fotografias resumiram-se em momentos de encontro e de socialização da proposta pedagógica antirracista no espaço da Escola Integrada e escola regular. A produção cultural rendeu apresentações artísticas na escola, no teatro, no parque e no museu local. As seções de fotos produzidas pelas próprias estudantes e sob a orientação do monitor de fotografia⁶⁵ permitiu a cada estudante envolvido um protagonismo na medida certa. A cada ensaio, as meninas, crianças e adolescentes das duas escolas, Escola Municipal Senador Levindo Coelho e Escola Municipal Professor Edson Pisani, demonstravam que a história da poetisa dialogava com suas histórias pessoais. Ao recitarem o poema, as estudantes eram enfáticas ao se assumirem negras.

65 Rafael Freire, fotógrafo e monitor na Escola Integrada Escola Municipal Senador Levindo Coelho.

Negra!
E me senti negra,
Negra!
Como eles diziam
Negra!
E retrocedi
Negra!
Como eles queriam
Negra!
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos
e mirei apenas a minha carne tostada
E retrocedi
Negra!
E retrocedi . . .

4 Protagonismo dos estudantes e monitores

A partir do vídeo, da poesia e de toda a discussão do seu conteúdo, foi elaborado um musical por monitores⁶⁶ das duas escolas. Paralelamente, o monitor de fotografia realizou um trabalho com os estudantes na oficina de fotografia da EMSLC, uma releitura fotográfica da poesia. Todas as fotos foram tiradas pelos estudantes da Oficina de Fotografia e as modelos foram estudantes das Oficinas de Dança e de Capoeira das duas escolas. Durante todo o processo, foram realizadas rodas de conversa acerca de questões como o preconceito, a cor, o cabelo, a “cultura da violência” e a identidade do povo brasileiro.

A proposta e os frutos gerados foram extremamente relevantes, uma vez que evidenciaram o protagonismo dos monitores e estudantes pertencentes à comunidade da Serra, majoritariamente negra, criando um clima de empoderamento nos estudantes e monitores, numa perspectiva antirracista.

5 Vivências para além dos muros da escola

Segundo as Diretrizes Político-pedagógicas e Operacionais do Programa Escola Integrada de Belo Horizonte, pensar a Escola Integrada significa não só ampliar o tempo, mas também os espaços de aprendizagem.

A própria noção de cidade foi alargada e, gradativamente, os princípios que regem as cidades Educadoras foram sendo incorporados à política do PEI, que não só reconhece o potencial educativo da cidade, como implementa ações que efetivamente, exploram a urbe por meio do estabelecimento de novos pactos políticos e sociais (BELO HORIZONTE, 2014, p.21).

Neste sentido, o trabalho com a poesia “Gritaram-me Negra” possibilitou aos estudantes, monitores e professores vivências significativas que não se limitaram ao interior das escolas. A apresentação do Musical Gritaram-me Negra (2016) no SESC Palladium, teatro localizado na região central de Belo Horizonte, no Festival Anual da Escola Integrada, juntamente com a participação no Festival de Arte Negra Mirim (Fanzinho) garantiram experiências únicas aos envolvidos no processo. Os ensaios finais nos palcos da cidade, o uso dos camarins, a espera na coxia⁶⁷ foram momentos muito significativos para os participantes os quais os definiram como “únicos, inesquecíveis”.

Podem ainda ser definidos como belos momentos de culminância de todo o planejamento: a Exposição, em 2016, no Centro de Referência da Juventude (CRJ) – primeiro espaço público

67 Lugar situado dentro da caixa teatral, mas fora de cena – no palco italiano – em que o elenco aguarda sua deixa para entrar em cena em uma peça teatral. Trata-se de uma armação móvel de cenário, feita de madeira e pano, montada nas partes laterais do palco, para delimitar, em conjunto com as bambolinas, o espaço cênico.

direcionado especificamente para o segmento jovem em Minas Gerais, o qual tem como objetivo promover atividades variadas (cultura, esporte, lazer, educação e outras oportunidades) ao público jovem – a Mostra de Investigação Científica e Escolar (MICE-2017) e a Exposição no Museu das Minas e dos Metais (2017).

As ações desenvolvidas no museu merecem destaque. Os 14 dias de exposição contaram com a visitação de estudantes de escolas que se credenciaram e dos seus respectivos docentes e com a acolhida fraternal dos estudantes, monitores, professoras e coordenadoras das escolas municipais Senador Levindo Coelho e Professor Edson Pisani. Durante a Mostra fotográfica, entre os dias 14/11/2017 e 03/12/2017, foram recebidos estudantes de nove escolas e duas instituições parceiras. A visitação contava com visitas guiadas, roda de conversa, oficina de penteado afro e oficina de fotografia. Todas essas atividades foram desenvolvidas sob a coordenação da Escola Integrada da escola EMSLC, juntamente com seus monitores e estudantes.

Os visitantes assistiam à exposição fotográfica no hall do Museu. Durante esse momento foi impressionante perceber tantos olhares atentos. A roda de conversa organizada no final da visitação lançava uma pergunta aos participantes: vocês já sofreram racismo na escola? As respostas foram variadas. Dentre elas, destacamos: “Me chamam de macaca”; “Na minha casa me dizem que sou um preto safado que não devia nem ter nascido”; “kkkkkkk normal Todos os dias escutamos ‘cabelo duro...carvão’, normal”; “Me dizem que sou gordo...tiziú...”

Após a escuta, a coordenação e as estudantes mediavam a roda, dizendo que racismo é crime, que ninguém deveria aceitar ou permitir tal fato e finalizavam contando que também passaram por situações parecidas, mas que agora não aceitavam mais. Ao ouvir tais depoimentos, uma das estudantes pediu a

palavra na tentativa de contribuir com sua experiência de vida. A adolescente, de apenas 13 anos, pegou o microfone e pediu para que seus colegas não naturalizassem o racismo, e lhes pediu ainda que não achassem normal ser vítima de racismo, preconceito ou de qualquer outra discriminação. Disse, de forma enfática, que os entendia, afinal, ela também naturalizava o racismo, achava que era brincadeira, mas, atualmente, após vivenciar junto com a escola e família tantas experiências, já não era mais possível rir ou achar normais essas violações de direito. A reação da adolescente e de seus pares demonstra o quanto elas dialogam com a estrofe final do poema de Victória Santa Cruz.

Afinal
Afinal compreendi
AFINAL
Já não retrocedo
AFINAL
E avanço segura
AFINAL
Avanço e espero
AFINAL
E bendigo aos céus porque quis Deus
que negro azeviche fosse minha cor
E já compreendi
AFINAL
Já tenho a chave!
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO
NEGRO NEGRO
Negra sou!

As estudantes mostravam, ainda, com orgulho, o cabelo afro e a alegria de se sentirem lindas e empoderadas. Ao final, foi gravado um pequeno vídeo com alguns depoimentos dos visitantes,

os quais deveriam dizer em uma palavra o sentimento que tiveram após a experiência no Museu. Dessa vez, as falas foram: “alegria, negra sou, felicidade, beleza, força, chega de preconceito”.

6 Considerações finais

A Educação Integral do Município de Belo Horizonte se consolida agora como promotora de práticas educacionais significativas, que trabalham com a concepção da formação Integral do Estudante. Na medida em que promove estudos, formações e ações na temática étnico racial, torna-se responsável por implementar, de fato, as leis 10.639/03 e 11.645/08, de acordo com princípios da cidade educadora, com sua função de uma Escola Inclusiva nos espaços de aprendizagem e no compromisso com as políticas de equidade.

Em relação à releitura da poesia “Gritaram-me Negra”, constatou-se a importância de um trabalho que foque práticas educativas significativas de combate ao racismo, uma vez que os estudantes demonstraram, por meio de discursos e ações, a possibilidade de participarem com entusiasmo de propostas relacionadas às histórias de vida, as quais fazem parte da realidade deles e do território em que vivem. Refletir sobre questões étnicas e dar visibilidade a conceitos pouco explorados (preconceito, racismo e identidade cultural brasileira) foram de extrema relevância.

Referências:

ARROYO, Miguel G. O direito a tempos-espacos de junto e digno viver. In: MOLL, Jaqueline (Org.). Caminhos da educaçao integral no Brasil: direito a outros tempos e espacos educativos. Porto Alegre: Penso, 2012, P.33-45.

ARRUDA, Rosana Fátima de. Motivação e educaçao para as relaçoes étnico-raciais: paradigmas e desafios em uma escola de Cuiabá-MT. 2014. 100 páginas. Dissertaçao (Mestrado em educaçao) Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.

BELO HORIZONTE. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO. Educaçao Integral: Diretrizes Político Pedagógicas e Operacionais, 2015.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 jan. 2003. In: _____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educaçao das Relaçoes Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2005.

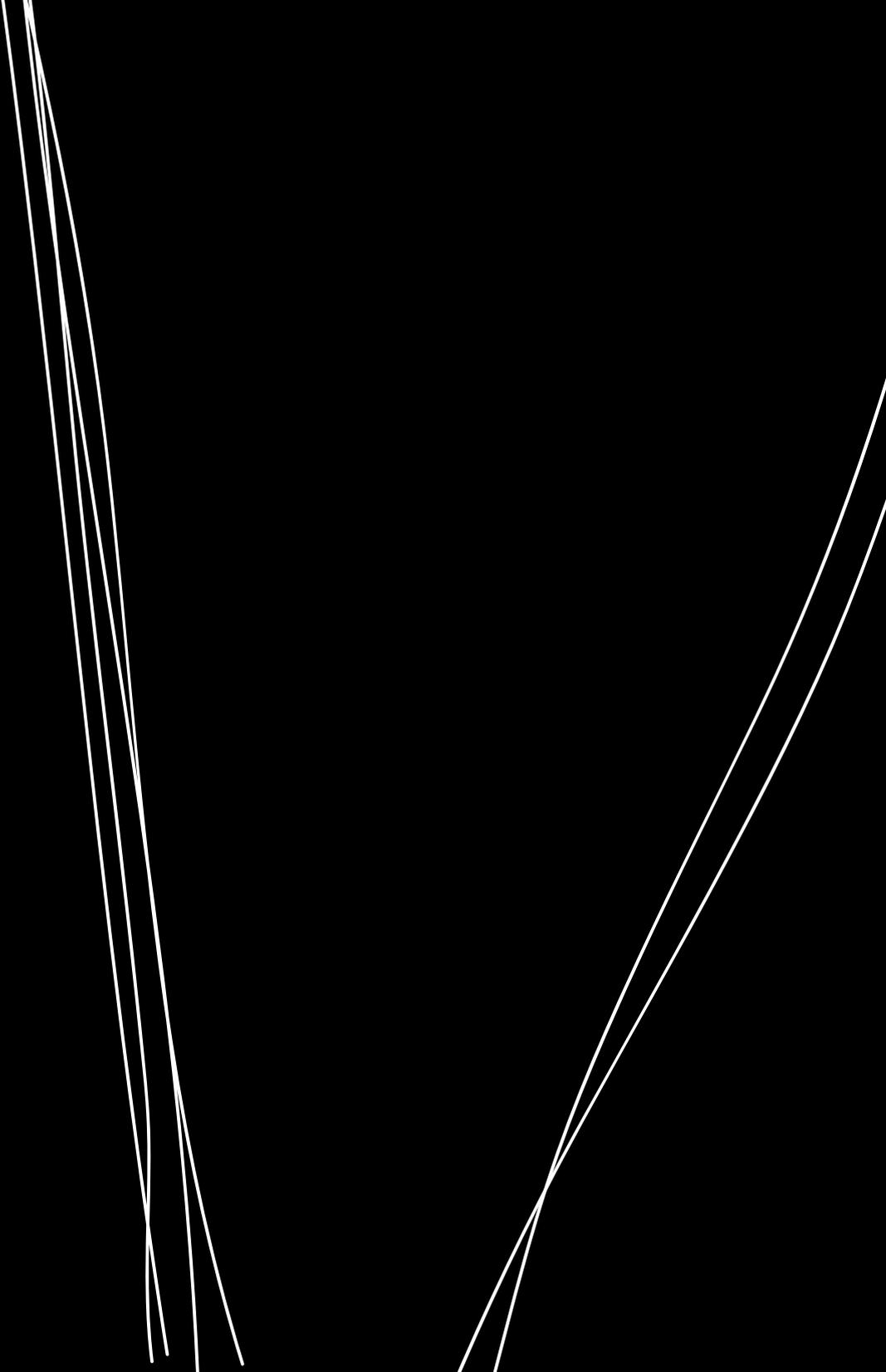
BRASIL. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Lei n.º 15.259, de 27 de julho de 2004.

BRASIL. Lei n.º 11.645 de 10 de março de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino das histórias e culturas afrobrasileira e indígena. Brasília: DOU, 11 de março de 2008.

BRASIL. Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o FUNDEB. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, DF, 21 jun. 2007. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em 14/02/2017.

GATTI, Bernardete A. Análise das políticas públicas para formaçao continuada no Brasil, na última década. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2008, vol.13, n.37, P.57-70. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782008000100006>.

GOMES, Aline Regina. SÁ, Kátia Regina de. NEIRA, Marcos Garcia. Intersetorialidade e Educaçao Integral: provocaçoes para um debate em rede. *Rev. Teoria e Prática da Educaçao*, v. 19, n.2, P.45-54, Maio/Agosto 2016.



A CULTURA NA PERIFERIA METROPOLITANA: VIDA, POLÍTICA E ENGAJAMENTO EM VESPASIANO/MG

Bruno Márcio de Castro Reis

Resumo: Este texto objetiva discutir a realidade cultural na periferia metropolitana de Belo Horizonte. Para tanto, toma por referência o município de Vespasiano, Minas Gerais. Este artigo, relato de experiência, apresenta olhares, saberes e narrativas sobre a cultura e a cidade. Aqui serão apresentadas e discutidas questões suscitadas por pesquisa de mestrado desenvolvida no município, assim como aquelas construídas a partir da minha condição de morador deste território. Outras ainda advindas do meu engajamento em gestão de equipamento público cultural na periferia da cidade, entre os anos de 2012 e 2018, e por minha trajetória de militância em grupos e coletivos culturais em Vespasiano desde o ano de 2009. Estes diferentes, e, por vezes simultâneos, pertencimentos possibilitaram construir saberes distintos, e que, ao serem articulados, podem contribuir para compreensão do perfil cultural da cidade de forma histórica, dinâmica e situacional.

Palavras-chave: Periferia; Cultura Urbana; Comunidade; Políticas Públicas.

1 Conhecendo a cidade

O município de Vespasiano está localizado na porção norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), sua população é de cerca de 125.376 habitantes. No conjunto de 853 municípios que compõem o Estado de Minas Gerais, ocuparia – quanto ao tamanho de sua população, tendo por base os dados do último Censo realizado –, a 26ª posição (IBGE, 2010). A Região conhecida por Santa Clara, formada por vários bairros, é, no município, ao lado da região do Morro Alto e da Região Central, uma das referências simbólicas da cidade, de acordo com a Fundação Israel Pinheiro (2006a). Esta região é o território onde foi realizada minha dissertação de mestrado e onde ocorre minha atuação política cultural na cidade.

O plano diretor municipal⁶⁸ foi um estudo coordenado pela Fundação Israel Pinheiro, que realizou uma leitura técnica do município e uma leitura comunitária. Em sua versão comunitária, foi solicitado às crianças estudantes da primeira à quarta série do Ensino Fundamental de algumas escolas de diferentes partes da cidade que produzissem desenhos a partir do tema: “meu bairro, minha cidade”. De forma espontânea, sem outras orientações ou correções, os desenhos foram recolhidos e analisados pelo corpo técnico da pesquisa. Esse material foi chamado de “Mapa Mental” (ver Fundação Israel Pinheiro, 2006b). A análise realizada foi de caráter qualitativo e não quantitativo. Isto quer dizer que não foram contabilizadas as ocorrências dos temas, mas sim sua relação com o contexto local.

68 Este texto faz referência ao plano diretor municipal publicado em 2006. Em 2018 o plano diretor municipal foi revisado. Em artigos futuros será possível contemplá-lo na análise do perfil municipal.

Sobre a Região do Santa Clara, os desenhos expressam as seguintes experiências e representações: sistema viário descontínuo, sinuoso e declividade; problemas com o lixo e com enchentes; problemas com rede de esgoto e qualidade de água. Passarela de pedestres, praça, quadra de esportes, escola, igrejas, pontos de ônibus e a casa foram muito presentes na representação das crianças. Elas ilustraram também lotes vagos com mato; violência; desenharam a polícia, bandidos e a presença de um helicóptero. Alguns desenhos dão conta da cidade e do bairro que já têm e outros contam do bairro e da cidade que desejam. Nestes últimos estão presentes parques, quadras, árvores, flores e pipas (FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO, 2006b).

Neste estudo considero a Região do Santa Clara composta pelos bairros: Santa Clara, São Damião, Pouso Alegre, Gávea 01 e 02, Jardim Daliana, Vila Esportiva 1ª e 2ª Seção, Parque Jardim Maria José, Bernardo de Souza, Chácara Laranjeiras, Serra Dourada 01 e 02, Jardim da Glória, São Geraldo, Santa Clara B, Vila Asa e Jardim Paraíso.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011), a região possuía 28.829 moradores, o que correspondia a dizer que concentrava 25,8% da população do município de Vespasiano neste período. Conforme tais dados, do total de 7.713 domicílios na região, 98,4% eram do tipo casa; 0,1% do tipo vila ou condomínio e 0,8% do tipo apartamento, mostrando conformação espacial majoritariamente horizontal. Desse total, 35,7% estariam sob responsabilidade de uma mulher e 64,3% teriam como responsável um homem. Do total de moradores da região, 13,5% eram jovens com idade entre 15 e 29 anos (IBGE, 2011).

2 A cidade e a cultura na visão dos jovens

Se as crianças representaram o município pelo desenho – e assim nos permitiram compreender as relações, os espaços da cidade bem como os significados circulantes entre elas – os jovens, por sua vez, nos oportunizaram, durante minha pesquisa de mestrado, compreender a cidade e a cultura por meio de entrevistas em profundidade e por compartilhar de caminhadas pelo território e participação em eventos comuns⁶⁹. No decorrer da pesquisa, realizada entre os anos de 2012 e 2014, pude conversar com muitos jovens, moradores de diferentes bairros e vilas da Região do Santa Clara.

Algo comum entre as experiências compartilhadas diziam respeito às histórias de amizades construídas na região, o uso dos espaços como quadras, ruas, praças, como espaços de lazer, circulação e convivência. Muito se falou, entre os jovens do sexo masculino, de brigas e conflitos nas escolas, de violência e mortes nos bairros e na cidade. Embora muito se falasse das brigas, das “guerras” e das mortes, os jovens não classificavam a região ou cidade como “violenta”. Diziam que a violência estava localizada entre os envolvidos com o “mundo das drogas”⁷⁰, mas não a generalizavam como risco para todos os jovens ou moradores da comunidade (REIS, 2018).

Quanto à cultura, os entrevistados fazem críticas ao governo municipal e aos políticos. Criticam também o trabalho da polícia nas periferias. Afirmam serem poucas as atividades culturais e de lazer desenvolvidas na cidade. Afirmam ser poucas as ações

69 A pesquisa desenvolvida, de inspiração etnográfica, produziu seus dados a partir da realização de entrevistas em profundidade, conversas informais, observação social com caminhadas itinerantes no território, registro de experiências das situações de campo e pesquisa em fontes secundárias.

70 Expressão utilizada para se referir aos jovens que faziam uso de drogas.

realizadas também nas periferias. E contam de situações em que a polícia agiu de forma a coibir eventos e festas, limitando a já pequena oferta sociocultural nestes territórios (MARINHO; REIS, 2013).

Os jovens, durante a pesquisa, relataram desenvolver ações como festas e bailes. No entanto, não percebem e nem classificam tais ações como culturais. São descritas como atividades desenvolvidas por lazer, *hobbie* e também para gerar renda. A cultura, na narrativa dos jovens, surge como algo a ser oferecido pelo poder público. Não se percebem as iniciativas populares e nem reconhecem seu fazer e ser no mundo como produção cultural.

3 Poder público e sociedade civil: e a cultura?

Em 2012, teve início no município de Vespasiano, no bairro Jardim Paraíso, Região do Santa Clara, a construção do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU)⁷¹. Neste ano começou, então, um processo de mobilização da comunidade, conduzido pela prefeitura de Vespasiano, em parceria com o Governo Federal, para educação popular e conscientização quanto aos benefícios, custos e objetivos do equipamento em construção.

Essa mobilização visava informar a comunidade sobre o equipamento público agora presente no território, esclarecer dúvidas, identificar lideranças locais e, ao final do processo

71 O Centro de Artes e Esportes Unificados é um equipamento público que visa reunir programas e ações culturais, esportivas, recreativas, socioassistências, de prevenção a criminalidade, dentre outros. Visa por meio de gestão compartilhada e políticas intersetoriais promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social. O CEU é uma obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), parceria entre União e município. A finalidade do CEU é promover a defesa e a garantia de direitos atendendo a comunidade em suas necessidades (ver CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS, 2018).

de mobilização, constituir um grupo gestor composto por representantes do poder público, da sociedade civil e da comunidade, para realizar gestão compartilhada do CEU.

O processo de mobilização ocorreu durante o ano de 2012/2013. No final de 2014, formou-se o grupo gestor. O mandato deste primeiro grupo gestor foi de 2014 a 2017.

Acompanhei e participei desse processo na condição de morador da comunidade, liderança comunitária e agente cultural. Fui eleito, junto a outras quatro pessoas, para representar a comunidade neste grupo gestor. Durante esse triênio (2014 – 2017), foram muitas as dificuldades para colocar o CEU em funcionamento. Inúmeras foram às reuniões entre comunidade e prefeitura.

Embora as obras do CEU tenham se iniciado em 2012, ele só foi inaugurado em outubro de 2016. Tal demora – entre início das obras, sua conclusão e sua inauguração – refletiu na mobilização da comunidade em torno do equipamento, nas ações do grupo gestor, nas expectativas e nas narrativas sobre o lugar.

Durante o ano de 2017, a partir de um trabalho popular e de base, o CEU foi gradualmente sendo ocupado pela população. Por ações de voluntários foram desenvolvidas atividades diversas, tais como: aulas de zumba, hip hop, capoeira, ballet infantil e funcional. Em parceria com organizações da sociedade civil, o CEU sediou atividades como apresentações de *stand up comedy*, eventos e oficinas de formação e orientação profissional, dentre outros. Por parte do poder público municipal, foram desenvolvidas ações como oficinas de esporte (handboll, vôlei, futsal), eventos e ações culturais, como cinema comentado, oficina de grafite, festa junina, cursos de informática e profissionalizante. Foi realizada parceria com o governo estadual por meio de programa de cumprimento de medidas socioeducativas.

Entre janeiro de 2017 e agosto de 2018, além dessas atividades coordenadas aqui citadas, o CEU foi ocupado por atividades livres, tais como: uso da pista de skate e de caminhada, uso da biblioteca, uso da quadra de esportes para as diferentes modalidades esportivas, bem como promoção de eventos comunitários. O CEU, em parceria com escolas públicas da região, sediou festas juninas e reuniões de professores. Foi também importante espaço de encontro, socialização e formação cidadã. Foi espaço para ensaios de festas populares e de valsa para festas de aniversários.

No CEU, foram realizadas inúmeras reuniões comunitárias conduzidas pelo grupo gestor, fomentando o diálogo deste coletivo com o conjunto da comunidade, da sociedade civil e de representantes do poder público, visando concretizar a gestão compartilhada almejada. Neste período, e como resultado destas reuniões, o grupo gestor realizou um seminário sobre gestão das praças CEUs. O seminário foi conduzido por integrantes do grupo gestor, lideranças populares e contou também com a presença e participação de agentes públicos. O seminário mobilizou a comunidade, tendo sido pauta, inclusive, de programa em rádio comunitária.

Completando-se pouco mais de dois anos de inauguração do CEU, pode-se dizer que sua presença no território promoveu impacto e transformação. No entanto, está aquém de sua capacidade. Não houve e ainda não há, até a escrita deste texto, ação contínua por parte da prefeitura no CEU. O equipamento é sub-utilizado e está precarizado. O espaço nele reservado para o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) segue sem ser efetivado. O CRAS nunca teve funcionamento. Falta corpo técnico para o CEU, falta material para funcionamento adequado, falta previsão e execução orçamentária, falta articulação política intersetorial para efetivação de direitos e melhor atendimento da comunidade de sua referência.

Com as devidas ressalvas, de eventos e ações específicas desenvolvidas pela prefeitura ou com seu apoio, a maior parte dos eventos e das ações realizadas no CEU foram empreendidas pela comunidade local ou por organizações da sociedade civil. Todas essas ações foram gratuitas e promovidas por voluntariado.

Se, por um lado, essa articulação merece destaque e reconhecimento pelo engajamento popular, por outro vale a reflexão sobre o envolvimento da prefeitura e sua responsabilidade na promoção deste equipamento público, na proteção e promoção dos direitos das comunidades por ele (por ela) atendidas e no enfrentamento das desigualdades sociais promovendo cultura e cidadania.

4 O que dizer?

Esse relato comunica diferentes experiências a partir da periferia de uma cidade metropolitana. Destaco que a existência de um equipamento público cultural não garante necessariamente políticas públicas e ação estratégica governamental para promoção da cultura. Por vezes, reclama-se falta de estrutura e de centros culturais nas periferias, por ora, aqui se reclama gestão, decisão política, ação estratégica governamental para potencializar e subsidiar o que já existe e ampliar a oferta cultural e de oportunidades com o que o município tem e pode oferecer.

Este texto é um convite para um olhar não generalizante sobre a periferia, a cultura e a cidade. É um convite para um olhar crítico, capaz de compreender ambiguidades e impasses, mas também a vida, a solidariedade e o desejo de transformação. Vemos vida nos desenhos e nas aspirações das crianças. Vemos vida e desejo nas experiências juvenis que nos foram narradas.

Vemos vida e solidariedade na experiência de organização popular na periferia, embora por políticas, morosidades e limites de gestão tais ações possam se diluir, enfraquecer e mesmo se perder no correr do tempo e no conjunto dos interesses da administração pública ou da vida urbana e metropolitana.

Este texto é um convite para compreender os modos de vida nas periferias, os modos de fazer e viver a cultura (as culturas) na cidade, para compreender suas contradições e limites e, mais que isso, para se solidarizar na busca por justiça, direitos e na construção do bem comum, a começar pelas margens das grandes cidades.

Referências:

CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS. Praça CEUs: o programa. 2018. Disponível em: < <http://ceus.cultura.gov.br/o-programa/> >. Acesso em 05 Nov. 2018.

FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO. Plano diretor participativo do município de Vespasiano: complementação da leitura técnica e quadro atual do município. Novembro, 2006a.

FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO. Plano diretor participativo do município de Vespasiano: relatório leitura comunitária. Agosto, 2006b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Município de Vespasiano/MG: IBGE @Cidades. 2018. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/vespasiano/panorama> >. Acesso em 05 Nov. 2018.

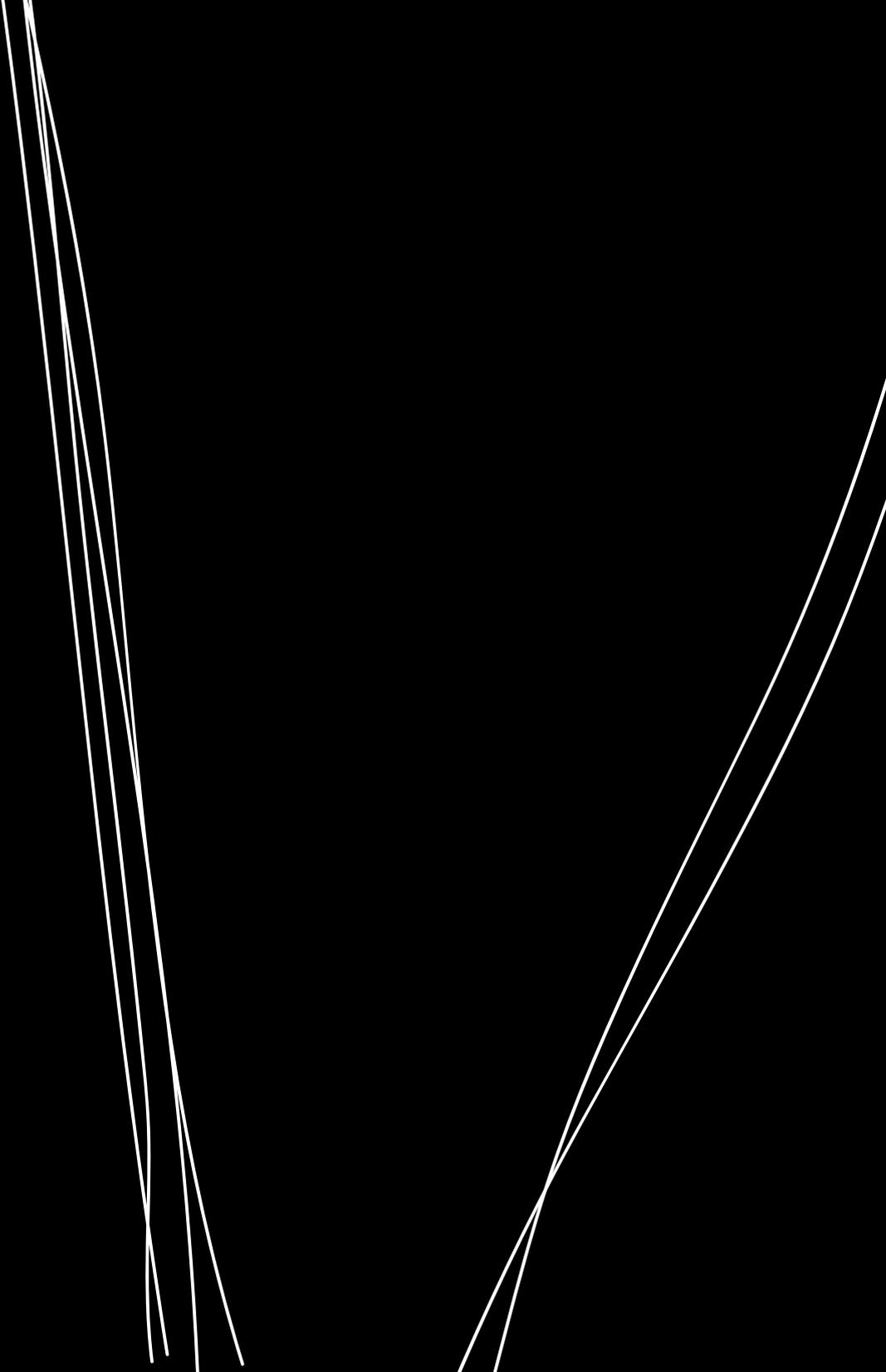
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Município de Vespasiano/MG: informações completas. 2010. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317120> >. Acesso em 25 set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados do universo por setores censitários. Rio de Janeiro, 2011.

MARINHO, Marco Antonio Couto ; REIS, Bruno Márcio de Castro. Pensando a integração e segregação social na metrópole: duas trajetórias nas fronteiras do ‘mundo do crime’ e da violência na RMBH. In: ANPOCS, 2013, Águas de Lindoia -SP. 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013. Disponível em: < <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs/st/st07/8427-pensando-a-integracao-e-a-segregacao-social-na-metropole-duas-trajetorias-na-fronteira-do-mundo-do-crime-e-da-violencia-nas-periferias-da-rmbh/file> >. Acesso em 05 de Nov. 2018.

REIS, Bruno Márcio de Castro Reis. Ser jovem na metrópole: a condição juvenil nas margens das grandes cidades. Simpósio Nacional “Aproximações com o mundo juvenil” Juventudes e ações coletivas contemporâneas / Anais do II Simpósio Nacional “Aproximações com o mundo juvenil” (2.: 2018). Belo Horizonte: FAJE, 2018. P.192-201.

REIS, Bruno Márcio de Castro. Trajetórias Juvenis e Territorialidades urbanas: um estudo com jovens residentes em uma região periférica do município de Vespasiano/MG. Dissertação (Mestrado)- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte, 2014. 189p.



JUVENTUDE DA FAVELA - O MUNDO É DIFERENTE DA PONTE PRA CÁ

Filipe Silva

Resumo: Dedicado à minha mãe Angélica e a todas as mães, plantamos uma semente e regamos um projeto de vida para a juventude das favelas brasileiras, continuando séculos de resistência popular ao genocídio negro no Brasil. Na primeira parte, o conteúdo abrange as origens e uma breve caracterização das favelas. Logo em seguida sugerimos um breve plano de ação baseado no tripé: educação, cultura e geração de renda; síntese que é fruto de experiências de trabalho popular que promovem espaços diferenciados de integração, organização e busca de direitos nas periferias brasileiras. Por fim, terminamos com um pequeno relato da experiência desenvolvida nos últimos seis anos na primeira favela de Belo Horizonte, a Pedreira Prado Lopes. Nossos Mestres e Mestras são lideranças do morro que talvez não tenham produzido livros, mas fizeram história e registraram a rica sabedoria popular nas manifestações culturais afro-indígenas-brasileiras, como mostraremos a seguir.

Palavras-chave: favela; cultura popular; juventude; Pedreira Prado Lopes.

Abre Alas

O morro não tem vez
E o que ele fez já foi demais
Mas olhem bem vocês
Quando derem vez ao morro
Toda a cidade vai cantar

Morro pede passagem
O morro quer se mostrar
Abram alas pro morro
Tamborim vai falar
(O Morro Não tem Vez, Tom Jobim, 1963)

Origens

A primeira favela conhecida por esse nome foi originada de uma luta por cidadania. Favela é uma árvore muito comum na Bahia, na região de Canudos, onde diversos escravizados lutaram com a promessa de liberdade e cidadania no retorno. Ao não ser cumprida a promessa, os ex-soldados se reuniram e aglomeraram-se no morro nas proximidades da atual Central do Brasil, no Rio de Janeiro, e ali desenvolveram sua comunidade, exigindo o reconhecimento de sua cidadania. Essa atitude dos negros e negras em busca de um lugar na sociedade da então capital do Brasil deu o nome à comunidade: Providência.

Embora tenhamos esse registro como marco histórico, o processo da Guerra do Paraguai também resultou em processos similares, cerca duas décadas antes. E ambas ações herdaram a tática de organização social dentro e através de um território com aproveitamento dos recursos locais e muitas lutas, continuando de outra maneira a experiência dos Quilombos nos séculos anteriores. Não por acaso este lugar e essas relações são alvo de criminalização e repressão por parte das elites, que projetam para a periferia o lugar social da senzala, da miséria e da violência.

Favela ainda é senzala, Jão?⁷²

Para falar da juventude periférica é preciso compreender a periferia. Hoje o conhecimento científico pode nos dizer muita coisa sobre diversos temas, mais na real fala da periferia sem *atravessar a ponte*. A própria população periférica e sua sabedoria precisam se manifestar junto a ciência para buscarmos consolidar um conhecimento real a respeito das *mil tretas* da *quebrada*.

Antes de qualquer coisa, vamos juntar o saber popular em suas manifestações culturais com o saber científico pra fugirmos dessa vala comum de quem julga “de cima e de fora”. Vamos tirar a elite do trono científico. Afinal, por essas e outras é que o ser humano já busca vida em Marte sem buscá-la pra favela ao lado. Mas é como diz Emicida: “foda-se a vida em Marte, o que tem me zuado é a morte na Terra”⁷³.

Acontece é que na subida do morro é diferente, como diz aquele⁷⁴ samba. Ao falar de periferia entramos num campo minado. Como dizem os mais velhos: muita calma nessa hora! É um terreno de muitas tensões... vish, é muita treta⁷⁵! Então o mínimo que podemos fazer na busca de alguma compreensão é ter cuidado e fazer um esforço sério para compreender a periferia evitando os preconceitos da elite. Citando a histórica música dos Racionais⁷⁶, da ponte pra cá antes de tudo é uma escola, minha meta é dez, nove e meio nem rola!

Compreender a periferia é compreender as raízes históricas da classe trabalhadora brasileira. Lá, antes de um lugar geográfico, é um lugar social dos trabalhadores e trabalhadoras, um lugar de

72 Música “Boa Esperança”, Emicida, 2015.

73 Música “E.M.I.C.I.D.A”, Emicida 2009.

74 Música “Na Subida do Morro”, Os Originais do Samba, 2001.

75 Música “Muita Treta”, Apocalipse 16, 2000.

76 Música “Da ponte pra cá”, Racionais MCs, 2002.

maioria negra e de muita história mal contada. Daí a provocação: favela ainda é senzala, Jão? E logicamente isso não é por acaso. A gênese das periferias está no processo de escravização de negros e índios, já seu parto veio da falsa abolição da escravatura. Como cantam os capoeiristas⁷⁷ de todo o mundo:

Dona Isabel que história é essa?
Dona Isabel que história é essa
Oi ai ai!
de ter feito abolição?

De ser princesa boazinha que libertou a escravidão
To cansado de conversa
to cansado de ilusão

Abolição se fez com sangue
Que inundava este país
Que o negro transformou em luta
Cansado de ser infeliz

Abolição se fez bem antes
E ainda há por se fazer agora
Com a verdade da favela
E não com a mentira da escola

Dona Isabel chegou a hora
De se acabar com essa maldade
De se ensinar aos nossos filhos
O quanto custa a liberdade

Viva Zumbi nosso rei negro
Que fez-se herói lá em Palmares
Viva a cultura desse povo
A liberdade verdadeira
Que já corria nos Quilombos
E já jogava capoeira

E com esses versos fortes afirmamos que um primeiro problema social que não foi abolido é a senzala, local produzido pela exploração secular da população escravizada aliada à exclusão da dignidade humana. Por isso, na gênese da favela se reproduz a relação de miséria, exclusão e empobrecimento pela marginalização, exploração e violência. Aliás, qual foi a reparação proposta pela Lei Áurea no Brasil, que, por sinal, foi o último país a abolir a escravidão? *Indenização? Fama de vagabundo*⁷⁸. Revoltante? Sim. Mas como diz Mestre Conga, quando revolta(va) apanha(va) do feitor⁷⁹. Ou como diz Elza Soares:

(...)

A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos
A carne mais barata do mercado é a carne negra
(...)

Que fez e faz história
Segurando esse país no braço
O cabra aqui não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
(...)

Mas mesmo assim
Ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar sutilmente por respeito
Brigar bravamente por respeito
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar
(...)
(A Carne, Marcelo Yuca / Seu Jorge / Ulisses Cappelletti)

78 Música “Boa Esperança”, Emicida, 2015.

79 Música “O Negro”, Mestre Conga.

Por isso, no calar da *senzala* ainda se esconde a resistência. Também por isso, no seu cantar se revela o caminho do *quilombo*. Com quilombo dizemos as inúmeras dinâmicas de resistência à exclusão, exploração e violação dos direitos da população periférica. Nas palavras do embaixador das favelas:

A favela, nunca foi reduto de marginal
Ela só tem gente humilde marginalizada
e essa verdade não sai no jornal
A favela é, um problema social

Sim mas eu sou favela
Posso falar de cadeira
Minha gente é trabalhadeira
(...)

Ela só vive lá
Porque para o pobre, não tem outro jeito
Apenas só tem o direito
A um salário de fome e uma vida normal
A favela é, um problema social
(Eu Sou Favela, Bezerra da Silva)

De Pedro Cabral a Sérgio Cabral⁸⁰...

Desde cedo a mãe da gente fala assim: filho por você ser preto você tem que ser duas vezes melhor. Ai passado alguns anos eu pensei, como fazer duas vezes melhor se você está pelo menos cem vezes atrasado? Pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas? Se você vai escolher, é o que estiver mais perto de você, na sua realidade. Duas vezes melhor como?
(A Vida é Desafio, Racionais MCs)

Nada melhor que retomar essa conversa com Mano Brown na introdução da versão ao vivo da música “A vida é desafio⁸¹”. Se fosse pra falar de sofrimento o espaço não dava. Mas a favela se fez e se refaz na luta. O desafio é cotidiano.

Se a verdade da favela diz que a luta pela verdadeira abolição do povo ainda persiste até hoje, um século depois, a pergunta que fica é como podemos fortalecer, evidenciar e difundir a realidade de resistência da favela para que a juventude periférica possa ter acesso ao caminho do *quilombo*? Como fugir da imposição das *senzalas*, da exploração já exposta de forma maçante pelos dados econômicos, indissociáveis da violência, do encarceramento, da criminalidade, do subemprego, do desemprego, das mortes violentas e de todo tipo de negação de direitos? E nos termos do movimento negro e popular contemporâneo, como parar o extermínio da juventude negra? Afinal...

Parece que nós só apanha
Mas no meu lugar se ponha e suponha que
No século 21, a cada 23 minutos morre um jovem negro
E você é negro que nem eu, pretin, ó
Não ficaria preocupado?

Eu sei bem o que cê pensou daí
Rezando não tava, deve ser desocupado
Mas o menó tava voltando do trampo
Disseram que o tiro só foi precipitado
(Favela Vive Parte 3, Pt. Djonga)

Enquanto isso, os homens da lei ainda são capazes de julgar o morro como sendo a origem do crime. Pra quem Bezerra diz:

81 Música A vida é Desafio, Racionais MCs, 2002.

Só combate o morro
Não combate o asfalto também
Como transportar escopeta
Fuzil AR-15 o morro não tem

Navio não sobe o morro doutor
Aeroporto no morro não tem
Lá também não tem fronteira
Estrada, barreira pra ver quem é quem

Para você
Que só sabe do morro falar mal
Fale também que somos vítimas
De uma elite selvagem e marginal

O morro pede
O fim da discriminação
Embora marginalizados
Nós também somos cidadãos
(Desabafo do Juarez da Boca do Mato, Bezerra da Silva)

A fama de vagabundo ainda é do morro... mas...

Se vocês estão a fim de prender o ladrão
Podem voltar pelo mesmo caminho
O ladrão está escondido lá embaixo
Atrás da gravata e do colarinho
O ladrão está escondido lá embaixo
Atrás da gravata e do colarinho
(Vítimas da Sociedade, Bezerra Da Silva)

Se liga juca! Favela pede paz, lazer, cultura, inteligência e não muvuca⁸²

Mudar essa realidade não é fácil e nem será de um dia pro outro. É preciso estratégia, organização, sonho, planejamento, investimento. No plano estratégico, a transformação estrutural da sociedade é indispensável. O acúmulo de forças políticas para um projeto de desenvolvimento popular e democrático de nossa nação é fundamental. Um projeto prático que articule noções de gênero, raça e classe de forma libertadora para uma sociedade que não confunda diferenças com desigualdades e que tenha o respeito como princípio.

Com a licença de dizer o óbvio, nossos desafios são enormes. Hoje a juventude é cerca de 25% da população brasileira. Aproximadamente 50 milhões de pessoas. Nas cidades, o mundo do trabalho caminha a passos largos para as relações flexíveis e em grande parte automatizadas. No campo, a economia agrária-exportadora, intensiva em tecnologia, impera sobre outras formas de produção. Isto gera bastante desemprego e subempregos. Justamente quando a população jovem é a mais numerosa da história, as oportunidades parecem se encolher de forma bastante significativa, condição agravada pela crise internacional pós 2008 e pelas injustiças seculares do Brasil.

Mas é preciso resistir. Uma primeira linha de ação é combater a criminalização da periferia. Principalmente contrariando a chamada guerra às drogas (vulgo guerra aos pobres). A lógica de guerra instaurada pelas elites brasileiras, junto a uma recomendação dos EUA de resolver com tiro e porrada as gritantes injustiças sociais brasileiras, precisa ser questionada. A rua precisa ser ocupada, a população periférica precisa ser estimulada a

82 Música “No Brooklin”, Sabotage, 2000.

se apropriar do território como meio de mostrar outro mundo possível.

Através dos fundamentos da cultura popular presentes no samba, da capoeira, do Hip Hop e outras culturas de resistência, podemos constituir um primeiro eixo de ações. A classe trabalhadora periférica tem suas formas seculares de resistir. Não é preciso construir quilombos nas periferias. É preciso somar-se a eles e multiplicá-los. De maneira simples, podemos dizer que há portas de conscientização fundamentais abertas através da cultura popular. Os fundamentos da cultura popular tem o poder de construir lugares diferenciados, promovendo conscientização e laços de força entre uma comunidade. Isso vem sendo demonstrando por experiências antigas e recentes.

Outra linha de ação absolutamente central, indissociável das outras, está no incentivo ao estudo e o cuidado com o acompanhamento escolar dos e das jovens. É que mesmo com todos os limites do ambiente escolar, ele ainda permite inserções sociais diferenciadas. Não é acaso que a maioria da população carcerária é jovem, negra e com baixíssimo nível de escolaridade. Mesmo que não seja inicialmente para todas as pessoas, esse incentivo à mudança de postura e da valorização do estudo pode mudar a vida de muitos jovens. A organização estudantil, os programas de escola integral, cursinhos populares e reforços escolares são portas importantíssimas para a atuação da militância preocupada com as abissais injustiças de nosso país.

Por fim, e de forma transversal, está a compreensão da importância da família, do emprego e da geração de renda. Não raro o jovem se submete ao tráfico e outras atividades ilegais por necessidades básicas oriundas de cinco séculos de injustiça, quatro deles sem um centavo de remuneração. É preciso criar condições para a juventude gerar renda, sustentar sua vida e a de

sua família fora de atividades criminais. Família tanto do núcleo familiar de origem quanto da família já constituída pelos jovens⁸³. Experiências baseadas em fundamentos da economia popular e solidária possuem grande potencial de melhorar a vida dessa juventude e transformar as condições de luta.

O sobrevivente age⁸⁴

Não adianta saber pra ficar sabido. O conhecimento nos traz a responsabilidade de proceder de acordo. Eu aprendi em conversas com os mais velhos que se você sabe e ainda não faz é por que não sabe. E o fato é que a realidade é dura, mas nem tudo está perdido. Então peço a licença de contar uma pequena experiência que está em curso na comunidade da Pedreira Prado Lopes. E, mais do que isso, pode ser uma fonte de força e inspiração.

Nossa contribuição no trabalho da comunidade da Pedreira começou em 2012, através de um grupo de jovens do Levante Popular da Juventude ligados ao Hip Hop, que abriu espaço para realização de oficinas variadas como *stencil*, *Grafitte* e Rima na Escola Municipal Belo Horizonte e na Escola Municipal Carlos Góis, ambas na Pedreira. Desse trabalho surgiu um Grêmio dos estudantes no Colégio Belo Horizonte e uma oficina de futebol para mulheres, a que chamamos “futebol das poderosas” e acontecia todos os sábados, onde além do futebol se tratava sobre o direito das mulheres periféricas. Neste momento, com as forças que tínhamos e as parcerias somando, lutamos para implementação de um centro cultural dentro da comunidade e ajudamos a impulsionar

83 Vale dizer que este é um fator importantíssimo para a vida da juventude periférica, as relações de originar-se e reproduzir famílias desestruturadas também são violações de direitos.

84 Música No Brooklin, Sabotage, 2000.

a retomada de um antigo espaço da Associação de Bairro Pedreira Unida que foi reformado e reativado no final do ano de 2014. Esse primeiro momento dos nossos trabalhos durou até meados de 2015.

A partir de 2015 houve uma renovação das lideranças que coordenavam o trabalho (chamamos de célula), motivo pelo qual os trabalhos quase deixaram de existir dentro da comunidade neste ano. Porém, após consolidar-se nova coordenação, voltamos o trabalho através da Capoeira e do Hip Hop no dia 20 de novembro de 2015 (Dia da Consciência Negra) e não paramos mais. Logo no início de 2015 houve a onda de ocupações nas escolas, motivo que animou nosso movimento a articular-se a um grupo de mulheres da comunidade insatisfeitas com o baixo número de vagas nas creches, sendo que havia um imóvel para este fim dentro da comunidade e que estava abandonado. Nos juntamos e fizemos uma ocupação do local neste momento de efervescência e hoje está em funcionamento a UMEI Pedro Lessa, reativada após a referida ocupação.

Ao mesmo tempo, o trabalho com a capoeira começou a se tornar constante nas praças, nas ruas e mesmo nas casas de amizades que temos na Pedreira, até que fomos convidados a realizar uma parceria com o programa Fica Vivo!, no ano de 2016, tornando a capoeira um instrumento para a prevenção de crimes e homicídios. A partir de então conhecemos uma ampla rede de parceiros que atuou em muitos momentos críticos de guerra dentro da comunidade, com caminhadas pela paz e diversas reuniões de articulação da rede comunitária.

Já no final do ano de 2016, nos inserimos em um novo movimento pela luta de moradia e no dia 7 de setembro de 2016 participamos da ocupação de um prédio e um galpão abandonados na Rua Pedro Lessa, 435 (curiosamente em frente a UMEI Pedro Lessa). E, a partir desse momento, nos empenhamos na reforma

do galpão para ativar um centro cultural e nas melhorias da organização e condições de moradia dos ocupantes do prédio (o prédio e o galpão são interligados). Ainda no final desse ano recebemos uma doação de uma máquina para serigrafia, onde passamos a produzir camisetas.

Atualmente estamos consolidando este trabalho no Galpão Pátria Livre, onde acontecem oficinas de capoeira e dança gratuitas em parceria com o Fica Vivo!. O espaço também já foi palco para shows de grupos locais e até mesmo referências nacionais, como Aline Calixto. Durante a Copa do Mundo, também foram transmitidos os jogos do Brasil com apresentações de grupos de pagode locais. Com essas e outras iniciativas, temos alimentado apoios e o galpão tem passado por reformas para efetivação de um centro cultural dentro da comunidade, com gestão popular.

Neste ano de 2018, ainda demos mais um passo com o Cursinho Popular, fruto da construção coletiva do Levante Popular da Juventude que, no ano de 2017, fez o lançamento da rede nacional de cursinhos populares *Podemos Mais*, de modo a construir uma orientação político-pedagógica para as experiências de cursinhos populares por todo o Brasil. Logo, a direção da Escola Municipal Belo Horizonte abraçou a ideia e disponibilizou a estrutura da escola para a realização das aulas. O quadro de educadores é composto por voluntários, entre estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais, da PUC Minas e da Universidade do Estado de Minas Gerais, além de profissionais formados que dedicam seu tempo para construir esta experiência.

Hoje, nestes trabalhos, temos atendido uma média de 150 pessoas por mês, sendo 24 pessoas no cursinho (entre alunos e educadores voluntários) e por volta de 120 pessoas na capoeira, samba e Hip Hop (incluindo o trabalho de rua e do galpão). Dessas pessoas, escolhemos as mais assíduas para o

trabalho na serigrafia, de acordo com a necessidade financeira e disponibilidade das pessoas envolvidas. Além é claro, da rede local de que participamos (sem a qual não existiríamos), que faz um movimento muito maior e que aqui teríamos dificuldade de quantificar com precisão, mas somente nas últimas conquistas da creche e da luta por moradia/centro cultural em andamento passa das centenas de famílias agraciadas.

Elencamos então um tripé importante, mas não excludente de ferramentas (ou armas) para a luta pelo direito à cidade a partir das periferias: a cultura popular, a educação popular e a geração de renda. Dirão os críticos: “mas isso por si só não muda nada!” Evidentemente, não estamos falando de arte pela arte, educação pelo diploma ou renda para ser rico. Estamos falando de instrumentos com alto conteúdo prático e imediato, capazes de alterar o curso da vida de milhares de pessoas e proporcionar melhores condições de luta. Hoje nosso desafio prático mais imediato não é como vencer uma suposta *batalha final* capaz de transformar toda a estrutura da sociedade. Precisamos tratar de como criar melhores condições de luta, como envolver a juventude nessa luta, como articular e fortalecer os quilombos dentro das favelas. Não existe receita de bolo, mas é preciso agir. Como diz Sabotage, somos sobreviventes, e o sobrevivente age.

Referências:

APOCALIPSE 16. Música Muita Treta. Disponível em < <https://www.letras.mus.br/apocalipse-16/64057/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

DK, Choice, Djonga, Menor do Chapa e Negra Li. Música Favela Vive 3. Disponível em < <https://www.letras.mus.br/adl-mcs/favela-vive-3-part-choice-djonga-menor-do-chapa-e-negra-li/>> Acesso em: 28 out. 2018.

EMICIDA. Música Boa Esperança. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/emicida/boa-esperanca/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

EMICIDA. Música E.M.I.C.I.D.A.. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/emicida/1488289/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

JOBIM, Tom. O Morro Não Tem Vez. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/tom-jobim/49053/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

MESTRE CONGA. Música O Negro. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=q3iN6TZ1Cic>>. Acesso em: 28 out. 2018.

MESTRE JOÃO PEQUENO DE PASTINHA. Música Dona Isabel. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=qhLYrkpX-rM&fbclid=IwAR2ptiMfJhFnoi3oy5HZSD1Y3mGhM_sYeXAhXrEjp_CISKAZ_3pyqbQ_XaE>. Acesso em: 28 out. 2018.

RACIONAIS MCs. Música Da Ponte Pra Cá. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/64144/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

RACIONAIS MCs. Música A Vida é Desafio. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/racionais-mcs/66802/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SABOTAGE. Música No Brooklin. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/sabotage/337139/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

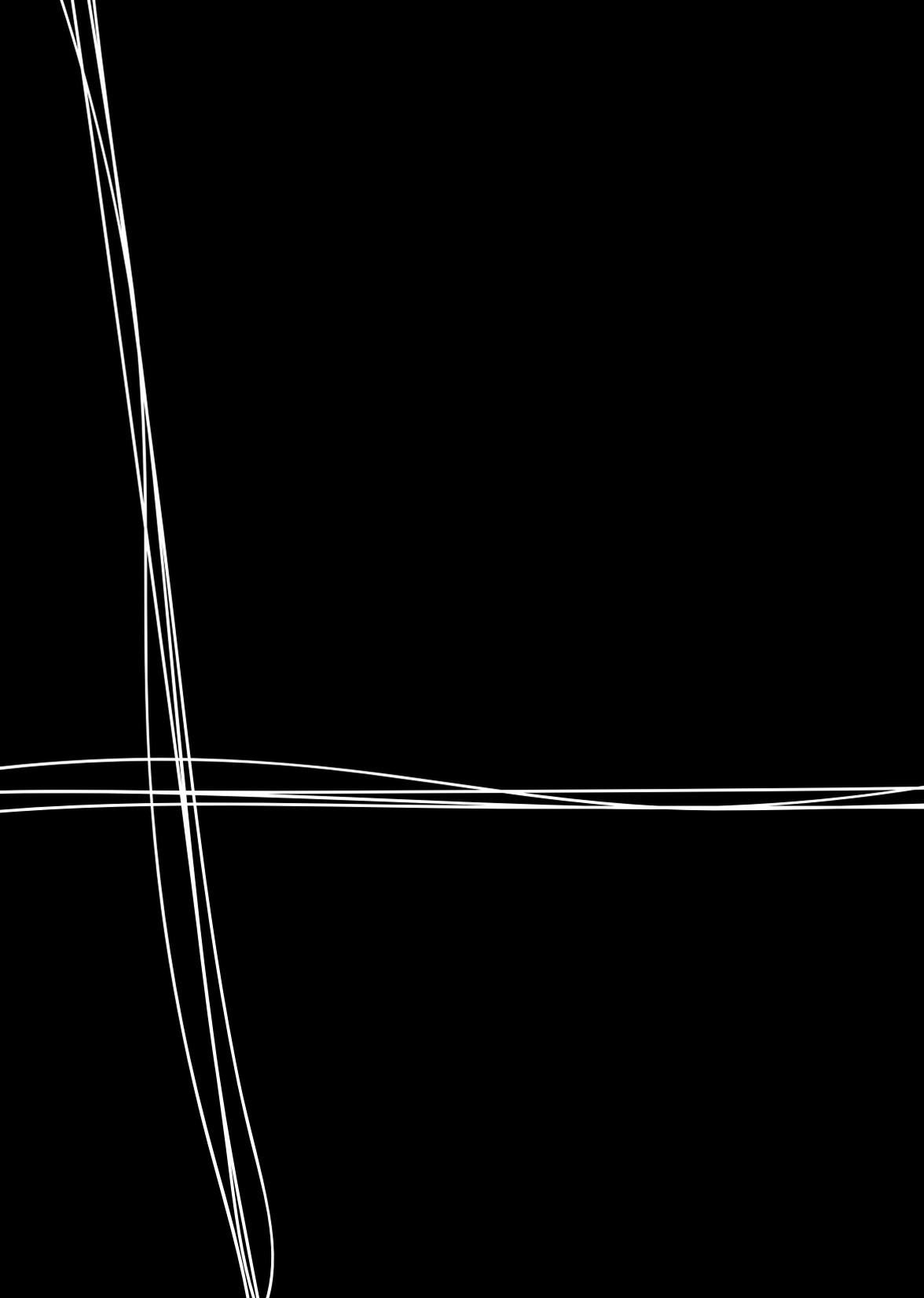
SILVA, Bezerra Da. Música Eu Sou Favela. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/bezerra-da-silva/467115/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SILVA, Bezerra. Música Desabafo do Juarez da Boca do Mato. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/bezerra-da-silva/1789620/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SILVA, Bezerra. Música Vítimas da Sociedade. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/bezerra-da-silva/205910/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SILVA, Moreira da. Música Na Subida do Morro. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/moreira-da-silva/202343/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

SOARES, Elza. Música A Carne. Disponível em < <https://www.lettras.mus.br/elza-soares/281242/>>. Acesso em: 28 out. 2018.



CULTURA E IDENTIDADE NA CIDADE: O HIP HOP NA VOZ E NO RITMO DA JUVENTUDE NEVENSE

Marcela Menezes Costa e Vanessa Camila da Silva

Resumo: Presente na vida de todas as pessoas e principalmente na dos jovens, o fazer cultural possibilita a construção de vínculos, sedimenta identidades, jeitos de viver, agir, e é uma forma de expressão que, no caso do hip hop, a partir das rimas, do ritmo, da dança, do grafite e do contexto em que é praticado, faz ecoar poesia e denúncias da falta de estrutura e do descaso social nas periferias. Por meio do hip hop, uma manifestação sociocultural urbana originária das ruas e das periferias, que envolve distintas representações artísticas de cunho contestatório, jovens da cidade de Ribeirão das Neves vêm buscando ser ouvidos e vistos. Pelo hip hop, os jovens nevenses têm mostrado que não estão alheios às desigualdades e à insuficiência e/ou ineficiência de políticas públicas. O hip hop vem sendo uma prática de fortalecimento e de afirmação da identidade juvenil em alguns locais da cidade, em que os adeptos buscam se legitimar, desconstruindo estigmas impostos a partir de uma realidade histórica, que pode ser ressignificada. Esse artigo visa refletir sobre a cidade de Ribeirão das Neves e o movimento hip hop, bem como relacionar essa cultura com as especificidades da cidade, apresentando sua prática em meio à juventude e as possibilidades de contribuição para a consolidação de uma identidade nevense – divergente da identidade consolidada pelo senso comum e veiculada pelas mídias convencionais.

Palavras-chave: identidade; cidade; hip hop; periferia.

1 Ribeirão das Neves – que cidade é essa?

Ribeirão das Neves é uma cidade da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) com especificidades marcantes que a definem, em uma primeira análise, como uma cidade carente, pobre e periférica. De fato, é uma cidade com baixa dinamicidade econômica e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio, com significativas dificuldades principalmente no que se refere à dimensão escolaridade. Sob a perspectiva histórica, a realidade da cidade sofreu consequências do processo de industrialização brasileiro, uma vez que a expansão das fronteiras agrícolas e a modernização do campo forçaram as correntes migratórias direcionadas aos grandes centros urbanos. A migração esbarra, ao chegar à capital mineira, com os altos custos das propriedades, devido ao processo de retenção de terrenos para fins especulativos e à ausência de moradias para a população de baixa renda. Dessa forma, a opção encontrada por contingentes expressivos da população migrante de baixa renda foi deslocar-se para cidades vizinhas, como Ribeirão das Neves.

Em 40 anos, de 1970 a 2010, a população nevensense teve o crescimento expressivo de 3063%. A cidade passou de 9.707 habitantes em 1970 para 297.317 em 2010, e estima-se que possua atualmente 331.045 habitantes (IBGE, 2018). Além desses aspectos econômicos e sociais, observa-se, ainda, uma questão cultural, que se suspeita comum, que é a negação de pertencimento à cidade entre os seus habitantes, fator que traz consequências negativas para o fortalecimento de uma identidade nevensense e para o desenvolvimento da cidade. Importa ressaltar que, em que pese a concretude dos problemas socioeconômicos de Ribeirão das Neves, a consolidação de uma imagem negativa da cidade – que afeta o imaginário, a visão e o cotidiano de seus

habitantes–, atualmente é um problema em si. Isso é observado nos inúmeros preconceitos noticiados e reforçados por veículos de comunicação, que, por exemplo, omitem os aspectos positivos da cidade, reforçando repetitivamente os aspectos negativos.

Outro estigma da cidade se relaciona com o fato dela concentrar parte considerável da população carcerária de Minas Gerais, sendo reduzida muitas vezes à “cidade presídio”, “cidade dos presos”, etc., o que, por si só, não seria um aspecto negativo, dado que a cidade possui muitas outras características importantes do que esse fato em si. No entanto, há uma ênfase bem grande, sob o ponto de vista pejorativo, nessa realidade.

Ribeirão das Neves é ainda, para muitos cidadãos, uma cidade dormitório, termo associado às cidades nas quais uma parcela significativa de sua população trabalha e/ou estuda em outra cidade. Numa cidade dormitório, os seus residentes não se reconhecem como cidadãos da cidade onde moram, pois na medida em que nela se encontram, só servindo de dormitório, eles não teriam compromisso efetivo (nem afetivo) com ela. A negação de se viver em Ribeirão das Neves, nesse sentido, traz algumas consequências negativas, como, por exemplo, a falta de interesse em conservar o espaço público, a falta de engajamento político, social e cultural e a baixa apropriação dos (poucos) espaços de lazer que a cidade dispõe.

Alguns movimentos, coletivos e redes da sociedade civil em Ribeirão das Neves, no entanto, têm buscando alternativas para aprimorar os mecanismos de diálogo e de participação coletiva para discutir e refletir sobre a realidade local, as suas vivências e o desejo de melhoria para o município⁸⁵. Além disso, grupos locais

85 Não entraremos, neste artigo, na descrição e discussão acerca das movimentações em Ribeirão das Neves, de forma geral, que contribuem com a consolidação de uma identidade nevensense – assunto para um próximo estudo; mas é possível dizer, a partir de nossa vivência na cidade, que estas vêm se intensificando,

também se utilizam do encontro, da festa, da “curtição” como um mecanismo de resistência à “cidade sem vida” que tentam – a articulação das dinâmicas do mercado e dos poderes públicos competentes – consolidar e impor, demonstrando a potência da periferia em resistir, criar, se reinventar. As resistências cotidianas, espontâneas ou organizadas, questionam o estigma de cidade dormitório, de cidade presídio e até mesmo o de periferia enquanto lugar da falta e da carência.

Um dos dispositivos utilizados por jovens, nesse sentido, que fortalecem os laços entre a juventude local e o município, é o hip hop, que é mais do que um simples gênero musical, mas também uma cultura popular e um estilo de vida, que reúne música, ritmo, linguagens próprias, modos de expressão e uma construção discursiva e simbólica própria, considerada como uma manifestação artística e uma expressão cultural que, sob vários aspectos, se apresenta bastante politizada. Esse dispositivo cultural vem sendo utilizado de forma a contribuir com a construção coletiva do espaço urbano e da cidade.

Dessa forma, iremos refletir sobre a relação do hip hop e as especificidades de Ribeirão das Neves, apontando a prática desta manifestação em meio à juventude e a sua contribuição para a consolidação de uma identidade nevensense. Inicialmente é feita uma contextualização sobre o hip hop e uma discussão sobre as noções de identidade e espaço, que são mobilizadas pelo movimento. Em seguida, são apontados os aspectos da prática do movimento hip hop na cidade, no que tange ao fortalecimento da identidade nevensense.

2 Hip hop: a origem do movimento

O hip hop é um movimento cultural de procedência norte-americana que teve suas origens a partir de 1970 em bairros periféricos de Nova Iorque, junto à comunidade de imigrantes latinos, jamaicanos e afro-americanos. O surgimento do hip hop está relacionado aos desdobramentos mais imediatos do capitalismo, que nesse momento foi fortemente assinalado pela miséria, desigualdade e pelo preconceito racial. Os bairros periféricos, desde aquela época, surgem marcados por sérios problemas socioeconômicos, desemprego, deslocamento da população em decorrência de obras de infraestrutura, crise hídrica, violência. A imagem desses bairros ficou arruinada, de maneira que esses passaram a ser caracterizados como locais de abrigo à marginalidade, aliadas ao preconceito, pois eram basicamente habitados por negros e hispânicos.

De acordo com Oliveira e Silva (2004, p.64), mesmo com as dificuldades de organização popular em meio ao contexto histórico atrelado à ocorrência da Guerra do Vietnã, onde a maioria dos soldados recrutados era de origem negra e latina, a população percebeu que não podia deixar de agir e precisava, de alguma forma, modificar essa conjuntura. Descontentes com a situação, na rua, dançarinos reproduziam movimentos que representavam os soldados mutilados na guerra.

Nesse contexto, nasce o movimento hip hop, como uma contestação ao modelo hegemônico imposto àquelas populações, que, de uma maneira alternativa, por meio da miscigenação e encontro de diferentes etnias, resultou em um movimento rico em diversidade cultural, com raízes no *funk*, *reggae* e *rap*, que se mesclam às danças sociais jamaicanas, norte americana e latina, presentes na periferia de Nova Iorque. Para Negraxa (2015, p.38)

a conceituação e o perfil da cultura hip hop ganham contornos visíveis no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, quando surge o *Dj Koll Herc*, um dos responsáveis pela origem e difusão do hip hop. Para o mesmo autor, a cultura hip hop se desenvolve para expressar diferentes vozes a partir dos meios que se consolidam em linguagens artísticas diversas: os grafiteiros são artistas visuais, os *MCs* são poetas e compositores, os *DJs* são músicos e os *b-boys* e *b-girls* são dançarinos.

Com essa junção, a cultura hip hop se expande, entre outros fatores, graças à sua linguagem acessível. Em sua origem e contextualização, o hip hop tem como tradução a expressão inglesa “*to hip*”- balançar, “*hop*”- quadril, composto por um conjunto de quatro elementos: o ritmo/a música, o Rap ou as letras, o *Break* e o Grafite. Souza (2011, p.15) reforça que o universo do hip hop nasce marcado pela reflexão e crítica que ele faz às desigualdades sociais e raciais por meio de sua poesia, dos gestos, das falas e dos ritmos.

O hip hop, desde que chegou ao Brasil, no final de 1980, tem-se mostrado cada vez mais diverso, pois congrega várias correntes e tendências em torno dos modos de atribuir sentidos, de ver e agir sobre a realidade. Uma dessas correntes concentra-se em atividades revestidas de caráter contestatório e propositivo, que tematiza do ponto de vista político as precárias condições de vida de grande parte da sociedade. É importante ressaltar que, conforme apontam Oliveira e Silva (2004, p.67), a partir de 1983 a divulgação do rap fez com que ele se tornasse também um negócio lucrativo, em contraste com a periferia empobrecida, assim como também ocorre com outros movimentos culturais que surgem com o caráter contestatório. A indústria cultural tenta, e em alguma medida consegue, cooptar o hip hop, convertendo-o em uma cultura que reforça o capitalismo, o consumo, a ostentação e a meritocracia. Neste sentido, o hip hop caracteriza-

se, hoje, por um movimento com diversas tendências, desde aquelas mais tradicionais de protesto, quanto as tendências mais mercantilizadas.

Souza (2011, p.72) vê “o hip hop como uma cultura de rua que revela que, para além de se caracterizar como um modo de intervenção artística, o movimento impõe um modo de viver e de se expressar”. O hip hop aglutina uma série de práticas de uso social e da linguagem urbana, e constitui uma rede de comunicação fortalecida em torno de festivais, oficinas e encontros, que envolvem a elaboração de grafites, performances, danças, músicas, produção de vídeos e a circulação de materiais, como fotos, que são veiculadas nas redes sociais e outras mídias.

Em várias capitais do país – como, por exemplo, Belo Horizonte – e suas regiões metropolitanas, como no município de Ribeirão das Neves, ao longo dos anos o movimento hip hop vem sendo protagonizado pelos jovens de modo a contribuir com a difusão da cultura local e na reafirmação da identidade juvenil, que também colabora com o rompimento das barreiras e estigmas impostos pela desigualdade social.

3 Hip hop e identidade

Não cabe aqui aprofundar nas diversas teorias sobre o conceito de identidade, mas importa apresentar uma definição que permita a reflexão a partir do hip hop. Em linhas gerais, a maioria dos autores define identidade como um “conceito de si” ou “representação de si”. Castells (1999, p.22) define identidade como um processo de construção de significados com base no atributo cultural. Na concepção do autor, a identidade é uma fonte de significados e experiências, aliadas ao sentimento de pertencimento.

E é a partir desse ponto de vista que analisamos a construção do hip hop em Ribeirão das Neves, por meio das incorporações, identificações e construções simbólicas que são desenvolvidas e incorporadas pelos jovens em sua formação, interligadas às suas experiências e vivências com a, e fora da cidade. Hall (2003 apud SOUZA, 2009, p.49) entende a cultura como um espaço de batalha por significações, que se torna a cada dia mais tenso e disputado pelas rápidas transformações que passam a sociedade. Transformações resultantes do histórico de lutas e reivindicações em torno do direito à existência, que fazem eclodir as posições ideológicas no cenário urbano, posições tão presentes nas letras do hip hop.

Os jovens, parte considerável do protagonismo no movimento hip hop, encontram-se geralmente sobre a alçada de diferentes instituições sociais, como a escola e a família, que se responsabilizam pela sua sobrevivência e formação. Instituições que influenciam seriamente os seus modos de vida, identidade, e as expectativas que esses jovens criam e têm para com a sociedade. Além das instituições família e escola, a rua é um ponto de formação desses jovens, pois ela é o ambiente de encontro e de construção e reafirmação de discursos, é o local onde os jovens compartilham suas experiências, expressam seus desejos e ainda um local que também está cercado pela indústria cultural, os meios de comunicação de massa e um vasto mercado de bens materiais e simbólicos, que, somados, influenciam na formação da identidade.

O hip hop, na relação com a consolidação da identidade juvenil, vem atrelado à sua capacidade de propor a definição de cidade como um lugar de todos e ao desejo dos jovens de irem contra as dificuldades, precariedades, falta de estrutura das cidades. Nas palavras de Pallamim (2015, p.72), a postura juvenil tem promovido “a ampliação dos modos de presença cultural e política no espaço público, configurando uma multiplicidade

de arenas de ações cujos horizontes de valores nem sempre são mutuamente compatíveis”. Por essa análise, o hip hop vivenciado em Ribeirão das Neves ressalta a presença política dos jovens no espaço da cidade.

A relação da juventude com o hip hop e a formação da identidade é apresentada por Campos, com a seguinte reflexão a respeito do conceito de juventude:

Os termos juventude e juvenil apenas são transparentes nas falas do cotidiano, que tendem à naturalização e reificação de condições e conceitos, em benefício de uma economia de comunicação. Um olhar mais atento, desvenda-nos não uma, mas muitas juventudes, que se dispuseram pelo espaço geográfico e social, confrontando-se com problemas, condições e expectativas distintas (CAMPOS, 2010, p.67).

Conforme a consideração do autor, é possível identificar que há um mito construído socialmente acerca do conceito de juventude. Nesse mesmo sentido, outro autor ressalta que:

a juventude é um mito ou quase mito que os próprios *media* ajudam a difundir e as notícias que estes veiculam a propósito da cultura juvenil ou de aspectos fragmentados dessa cultura (manifestações, modas, delinquência, etc.) encontram-se afetadas pela forma como tal cultura é socialmente definida (PAIS, 1990, p.27).

Para não contribuir com a transmissão do “mito” de juventude como um “setor” homogêneo, alguns conceitos contribuem com a reflexão específica acerca das juventudes envolvidas com a cultura hip hop, entendendo que não se esgotam as possibilidades de caracterização dessa juventude. Para Pais (2004, p.25 apud BARBIO, 2011, p.3), é possível analisar as juventudes no hip hop à luz das noções de “tribos urbanas”, “identidades dissidentes” e “estilo de vida”. Tribos urbanas define uma “comunhão do

sentido de subversão e conversão, com fortes vínculos identitários, a sensação de pertença e inclusão num coletivo de iguais”.

Assim, o conceito de identidades dissidentes, na mesma lógica, reflete identidades que apresentam contradições e contestações em relação à cultura dominante e aos modos de vida que se considera vazios em termos de significado. Porém, Pais (2004 apud Barbio, 2011, p.4) acrescenta que, embora dissidentes, essas identidades juvenis apresentam convergências em torno de identidades territoriais, visuais e musicais. Por fim, conforme verifica Campos (2010, p.63), o conceito de estilos de vida trata de empreendimentos pessoais e ao mesmo tempo coletivos, autoconscientes. A partir da mobilização desses conceitos, Barbio (2011, p.8) aponta ser possível reafirmar que os jovens no hip hop “se encontram num processo de construção identitária, processo este que se baseia não só no que eles pensam acerca deles mesmos, como das representações sociais e expectativas dos ‘outros significativos’”.

Os jovens, por meio do hip hop, fortalecem o processo de criação de vínculos de pertencimento a um grupo, em determinado espaço, seja ele físico e/ou simbólico, a partir da reflexão e ação que contrapõem as culturas dominantes excludentes. A respeito da categoria “espaço”, cabe destacar que o hip hop consiste em práticas que, desde as suas origens, estão intimamente relacionadas com o território local (bairro, cidade, rua). Espaços esses que representam, para os adeptos, um elemento agregador de identidades e sentimento de pertencimento. A rua, de maneira geral, torna-se o espaço que se transforma no ambiente desta coletividade, na sua propriedade e no símbolo da união contra a sociedade que segrega.

O bairro (a periferia, a rua...) aparece, então, como o expoente máximo, tal como a sua música, de um mecanismo de

‘inversão simbólica’, isto é, os elementos negativamente conotados pela sociedade e cultura dominante tornam-se os elementos agregadores e construtores de uma identidade positiva destas populações excluídas e que se sentem estigmatizadas (BARBIO, 2011, p.8). A reflexão sobre a construção identitária e a relação com o território, o espaço, são de suma importância para a ponderação sobre a contribuição da cultura hip hop para o fortalecimento e a (re)construção da identidade na cidade de Ribeirão das Neves.

4 Hip hop em Ribeirão das Neves

As informações acerca do movimento hip hop na cidade de Ribeirão das Neves, dispostas neste texto, são, em primeiro lugar, identificadas a partir da vivência das autoras na cidade; e, em segundo lugar, a partir de um trabalho desenvolvido de entrevistas, conversas e participação em atividades e eventos junto a grupos de hip hop neveses no ano de 2016⁸⁶. Identificamos, neste processo, que os jovens, em sua maioria negros e de baixa renda, vêm se organizando por meio da cultura hip hop e buscam (res)significar sua identidade juvenil e nevese. Soma-se a isso o desejo de mudanças na cidade quanto à ampliação do uso e da disponibilidade dos espaços públicos e sua adequação para as manifestações juvenis, sejam elas artísticas, estéticas, políticas ou contestatórias; à democratização quanto às manifestações periféricas e populares; e o respeito à diversidade cultural no município que, assim como outros lugares, em alguma medida criminaliza o hip hop e seus adeptos. Os palcos em que os jovens

86 Esse trabalho resultou, entre outras coisas, no filme “Somos quem Somos”, em parceria com Rodrigo Beetz, disponível no *youtube*: <https://youtu.be/OykscBBjQ0Q> (Acesso: 14/11/2018)

nevenses se expõem são parte do mobiliário urbano da cidade e esses, mesmo que por poucas horas, são apropriados por esta juventude, que atribui significados diversos aos espaços públicos, inclusive o de empoderamento e de pertencimento.

Na cidade, espaços – não necessariamente estruturados e apropriados – são ocupados pela juventude que, por conta própria, inicia eventos, batalhas e shows, reunindo centenas de jovens. Em que pesem todas as dificuldades enfrentadas, desde a necessidade de equipamentos de som apropriados, pontos de energia para ligar os equipamentos, iluminação pública até a própria relação com a polícia militar, os eventos de hip hop seguem acontecendo na cidade com sua potência criativa e de mobilização.

O discurso dos jovens aponta para a consciência do lugar periférico que ocupam e em que vivem mas, ao mesmo tempo, para o potencial que cada um possui de superar a situação de exclusão. Também quando questionados acerca da cidade em que vivem, apontam a proposta de reforçar a identidade desse “lugar de origem” e de pensar formas de mudá-lo para melhor. É evidente o posicionamento de que o hip hop na cidade é uma cultura originariamente da periferia, e por isso marginalizada, sendo associada a tudo aquilo que a sociedade também atribui às periferias: o crime, o vandalismo, a estética de baixa qualidade, a violência. Porém, os jovens se mostram dispostos a defender e lutar pelo hip hop, muitas vezes como uma oportunidade de se livrarem desses estigmas, mas também da violência a que estão submetidas as periferias.

Muitos afirmam “ter sido salvos” pelo hip hop, enquanto amigos e parentes “se perderam” na falta de oportunidades e no tráfico. Além disso, a juventude envolvida na cultura hip hop faz questão de demonstrar a emancipação a partir da cultura, a possibilidade de “abrir a cabeça”, de olhar o mundo e a realidade sob outra perspectiva, e também a possibilidade de falar e ser

ouvido a partir do hip hop. Muitos, ao serem questionados sobre a vivência com o hip hop afirmam “não saber falar bonito”, porém, ao mesmo tempo e contraditoriamente, foi observado que eles são capazes de produzir discursos e conteúdos de extrema complexidade por meio do rap e também da dança.

Uma característica recorrente, ainda, nos discursos apreendidos, foi a identificação de características próprias do hip hop em Ribeirão das Neves; alguns falam na “garra” e na “força de vontade” expressas nas apresentações de grupos da cidade como uma especificidade – ou seja, percebem uma identidade própria das expressões do hip hop nevensense. Em relação à inventividade e imaginação, Campos (2010, p.72) afirma que “os jovens na atualidade fundam novas matrizes de comunicação, inauguram gramáticas mais próximas da fugacidade e do presente”. Foi observado, nesse sentido, que a população de Ribeirão das Neves ainda não está aberta para dialogar com essas matrizes de comunicação. Isso se expressa em discursos de preconceito tanto da comunidade do entorno aos eventos de hip hop que acontecem (como a “batalha do coreto”, que acabou se encerrando, e o “rap do parque” que segue resistindo), quanto por parte do poder público local ou da polícia militar.

Apartir da concepção de identidade como fontes de significados e experiências, aliadas ao sentimento de pertencimento, é possível pensar a construção do hip hop por meio das incorporações, identificações e construções simbólicas que são desenvolvidas e incorporadas pelos jovens em sua formação, interligadas às suas experiências e vivências com e na cidade. Isso reforça a rua como um ponto de formação destes jovens, pois ela é ambiente de encontro, de construção e reafirmação de seus discursos.

Em Ribeirão das Neves, geralmente é colocada em pauta a demanda para que os espaços públicos da cidade sejam de fato

usufruídos pelos jovens, principalmente para atividades culturais, tendo em vista a falta de estrutura, os poucos espaços adequados de que a cidade dispõe, e ainda a criminalização, às vezes por parte do próprio aparato policial, de determinadas práticas juvenis como o hip hop. Independentemente da estrutura ou ausência de locais apropriados, percebe-se que os jovens nevenses vêm se articulando para fazer dos poucos espaços, por vezes inconcebíveis para a convivência, verdadeiros locais de encontro, para o debate político, o fazer cultural e do usufruto do tempo livre. São exemplos o Parque Ecológico, o Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAIC), o coreto da Praça de Justinópolis e a Casa de Cultura (onde atualmente não acontecem mais eventos), as praças e quadras dos bairros. Pontos de encontro onde esses jovens geralmente se apresentam, e mostram que o hip hop já é parte da cidade e tem grande potencial.

Outro aspecto a ser ressaltado é que os locais acima citados mostram a urgente necessidade de reflexão sobre o direito à cidade e à sua apropriação, pois, por exemplo, o CAIC para ser utilizado precisa de autorização da Secretaria Municipal de Educação; o Parque tem horário específico de funcionamento, que não necessariamente atende à demanda do público e dos produtores; e as praças nem sempre são locais aptos, tendo em vista o abandono, a falta de iluminação pública, entre outras questões. Ainda assim, a juventude se reúne frequentemente, colocando em prática a produção e a fruição de atividades culturais e, assim, democratizando o patrimônio público, os bens culturais e os espaços livres que Ribeirão das Neves possui.

O hip hop na afirmação da identidade juvenil pode estar atrelado à capacidade de fazer da cidade um lugar de todos, e a persistência destes jovens de superar as dificuldades, precariedades, falta de estrutura é uma busca também de superar os estigmas que

as pessoas de fora, e até mesmo da própria cidade, têm, e que as levam a dizer que Ribeirão das Neves é um município com baixa produção cultural e que os jovens não “querem saber” de cultura.

O protagonismo juvenil, por sua vez, tende a forçar uma mudança na forma de ver e viver a cidade. Diálogo ritmado, letras contestatórias e movimentos criativos põem em questão a responsabilidade política e o anseio de uma cidade melhor, e principalmente a legitimação do jovem enquanto sujeito e protagonista da construção da cidade.

É certo que o hip hop em Neves não é homogêneo e, possivelmente, nem em sua maioria apresenta pautas reivindicatórias sobre a realidade local. As contradições de conteúdo, políticas, estéticas que são inerentes à cultura, de maneira geral, também existem em meio ao hip hop nevensense e, inclusive, geram conflitos, na medida em que determinados grupos se indignam com a aproximação – ou não – de outros grupos com o poder público local ou com lideranças e pautas políticas que perpassam o hip hop na cidade. Para esses grupos críticos à aproximação do hip hop à política, essa seria uma forma de “abrir mão” da autonomia e da ideologia presente no movimento para se adequar a determinado contexto.

O argumento que seria resposta a essa crítica, ao que parece, é que a aproximação é também questão de sobrevivência, garante articulação com outros grupos e lutas do setor cultural, não compromete os valores defendidos, e pode contribuir para valorizar e fazer crescer a cultura do hip hop na cidade. Esse debate não é conclusivo e não há “respostas certas” – a partir da observação externa. Mas isso ajuda a dimensionar os possíveis conflitos entre grupos que não são próximos entre si, os de cunho contestatório e outros que são mais mercadológicos.

5 Conclusão

A realidade de Ribeirão das Neves é de uma cidade que cumpre um papel “útil” na Região Metropolitana – com a oferta de mão de obra e de espaços para políticas estaduais e metropolitanas, como as penitenciárias – sem, contudo, galgar retornos para si proporcionais à sua “utilidade”, o que gera consequências perversas desde a consolidação da identidade da cidade até a consolidação de direitos para sua população. Dado o contexto, faz sentido buscar identificar movimentos de resgate e construção dessa cidade como um lugar que possui história, vivências, conflitos, reivindicações, alternativas e identidade próprias.

A discussão em torno da vivência e da prática da cultura hip hop no município se dá, dessa maneira, com o intuito de identificar um movimento originariamente reivindicatório e agregador de grupos sociais historicamente excluídos, com potencial de fortalecer a identidade nevensense.

Destacamos, mais uma vez, que dentro do movimento hip hop há contradições entre resistência e conformismo. Nos debruçamos ao longo deste artigo, porém, sobre o hip hop que questiona a ordem vigente e transmite ideias e ideais. Certamente há diversos tipos de hip hop na cidade de Ribeirão das Neves, mas aqui se faz interessante destacar o potencial dessa vertente do hip hop que contribui para o fortalecimento de uma cidadania ativa.

Ao falar de desenvolvimento e consolidação da cidadania, Oliveira e Silva (2004, p.15) apontam que “(...) existe uma terceira acepção do conceito de cidadania, elaborada a partir de grupos organizados da sociedade civil, através de movimentos”. Os autores tratam da acepção da “cidadania coletiva”, em que o cidadão coletivo, a partir dos movimentos sociais, reivindica a consolidação e efetivação dos direitos, ou seja, que a acepção

formal do conceito se solidifique em acepção material. Assim, a cidadania coletiva é constituída de novos sujeitos, que são as massas urbanas excluídas.

Porque tratamos desses conceitos ao falar do hip hop? Porque, como discutido ao longo do texto, o hip hop tem um potencial de organização na intenção de questionar a realidade vigente e exigir melhores condições de vida, de exigir o direito de ser cidadão, de participar do mercado de trabalho, o fim da violência e da discriminação.

O caráter educativo do hip hop pode, de fato, contribuir nos processos de implementação da cidadania e, inclusive, de construção de políticas públicas na cidade, principalmente para a juventude negra da periferia – isso tudo ancorado no que o hip hop tem propiciado no município, entre outras coisas, o fortalecimento do sentimento de pertencimento à cidade e, no limite, da identidade municipal. A identificação dos munícipes com o seu local de moradia tende a fortalecer a participação política, cultural, social e contribui para o desenvolvimento econômico do município.

O Brasil tem um histórico nesse sentido quando, a partir da década de 1990, os grupos de Rap alcançaram visibilidade ao serem caracterizados por ações coletivas bem definidas de conscientização política e de exercício da cidadania. O hip hop em Neves não é homogêneo, e espera-se que não tenha o propósito de ser. Porém, dadas às características da cultura hip hop, assim como as características da cidade de Ribeirão das Neves, é possível vislumbrar a contribuição dessa cultura na consolidação da identidade municipal e no desenvolvimento do município a partir da consolidação da cidadania coletiva.

Para tanto, é igualmente importante que outros fatores estejam em consonância com essa expectativa: a disposição dos

movimentos e grupos locais que atuam no setor cultural em somar-se às reivindicações do movimento hip hop no município; a disposição do poder público municipal em preservar e dialogar com as diversas formas de expressão cultural, principalmente àquelas contra-hegemônicas que questionam a ordem e o conservadorismo vigente, justamente onde se encaixa a cultura hip hop; a disposição em desenvolver políticas públicas de caráter participativo, protagonizada por sujeitos historicamente excluídos (jovens, negros, periféricos), que prezem pelo desenvolvimento da autonomia, do empoderamento e do direito à cidade; a abertura nas diversas políticas já existentes no município em dialogar com formas dissidentes de expressão e manifestação dos jovens (por exemplo, a política de educação).

Todas essas questões são primordiais para identificar a disposição de sujeitos (individuais e coletivos) externos à cultura hip hop em apoiá-la enquanto forma de expressão e, porque não, de inclusão de atores sociais excluídos em nossa cidade e na sociedade de forma geral. É claro que, em que pese todo o potencial levantado em torno do hip hop, e também a possibilidade de “apoio” externo, é primordial e elementar o interesse e a disposição dos protagonistas da cultura hip hop na cidade. Porém, acredita-se que o apoio externo e a disposição interna do movimento hip hop devem caminhar juntos para definir possíveis lugares comuns a que se busca perseguir e chegar.

A disposição do hip hop em se organizar em torno da consolidação da cidadania coletiva por si só pode alcançar conquistas importantes, porém limitadas, dadas a complexidade e extensão da cidade de Ribeirão das Neves. Ao que indica a pesquisa realizada, há interesse em setores do movimento hip hop local de ampliar sua atuação e contribuição no desenvolvimento da cidade.

Referências:

BARBIO, L. Jovens (sub)urbanos: o impacto do hip hop na produção de identidades sociais. *Forum Sociológico [Online]*, 21 | 2011, publicado em 05/11/2012. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/sociologico/450#quotation>>; Acesso em: 10 jul. 2016.

CAMPOS, R. *Porque Pintamos a Cidade? Uma Abordagem Etnográfica do Graffiti Urbano*. Lisboa: Fim de Século, 2010.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro, 10. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBGE. IBGE Cidades, Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ribeirao-das-neves/panorama>>. Acesso em: 25 out. 2018.

NEGRAXA, T. *As danças da cultura Hip hop e Funnk styles*. 1ª Edição. São Paulo: All Print Editora, 2015.

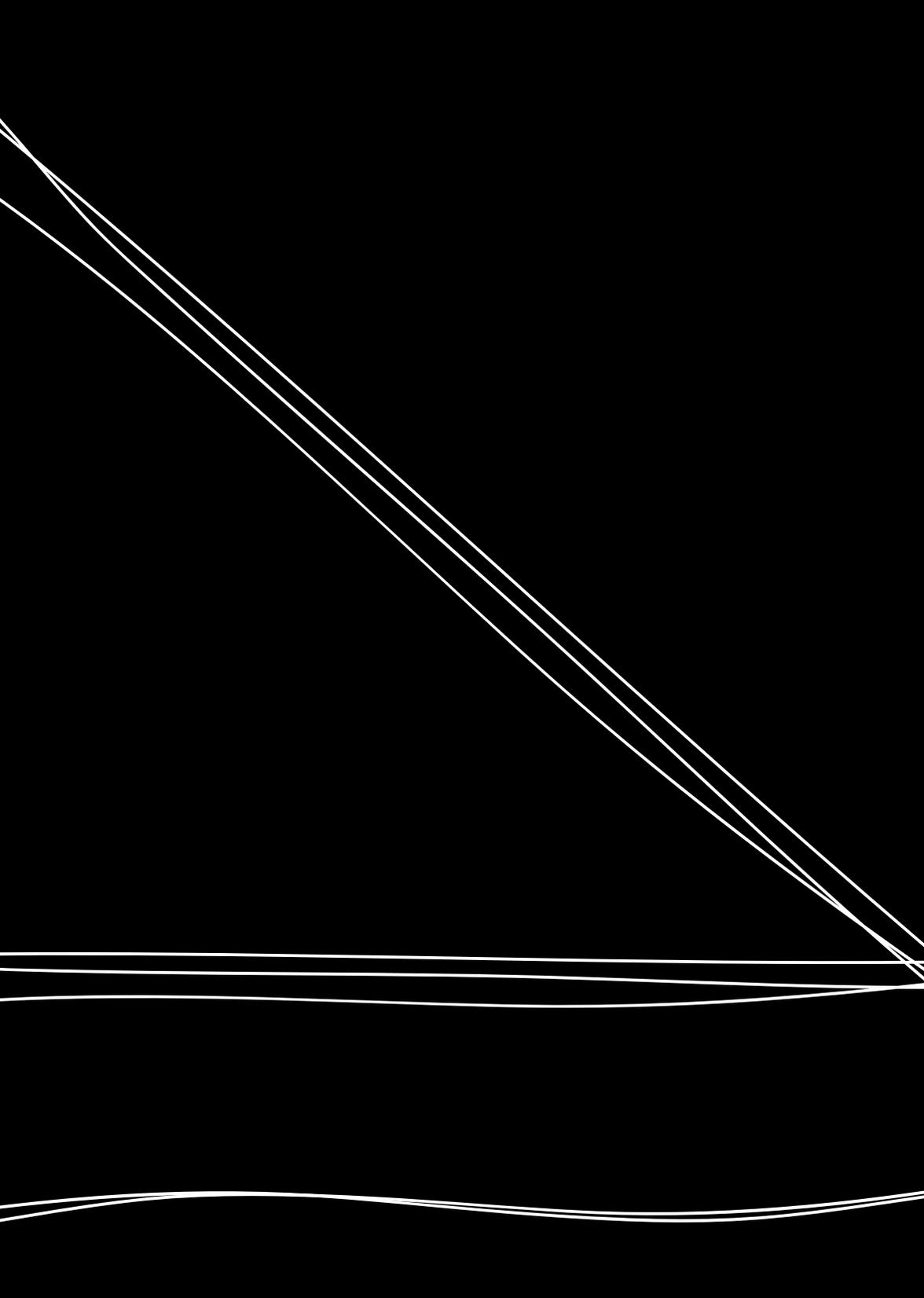
OLIVEIRA, P. D.; SILVA, A. M. Para Além do Hip Hop: juventude cidadania e movimento social. *Motrivivência*, Florianópolis, Ano XVI, nº 23, P.61-80, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2023>>. Acesso em: 25 out. 2018.

PAIS, J. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV(105-106),1990(1.º,2.º),139-165. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>>. Acesso: 10 nov. 2018.

PALLAMIM, V. *Arte, cultura e cidade: aspectos estético-políticos contemporâneos*. São Paulo: Annablume, 2015.

SOUZA, A. L. *Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento Hip Hop*. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

SOUZA, A. L. *Letramentos de resistência: poesia, grafite, música, dança: Hip hop*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.



MAPEAMENTO DA IDENTIDADE CULTURAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE E A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO LUMES NA CONSTITUIÇÃO DE UMA CIDADANIA METROPOLITANA

*Alessandra Rocha, Ana Lares, Júlia Lazzarini
e Matheus Santos Soares*

Resumo: A Região Metropolitana de Belo Horizonte é aqui analisada como objeto de estudo e trabalho de diversos pesquisadores e representantes do Estado, bem como território de vivência e observação de fenômenos sociais, culturais e econômicos de sua população. O presente artigo tem por objetivo mostrar o resultado do trabalho de Mapeamento da Identidade Cultural da RMBH, analisando suas características, tendo como base os aspectos de formação histórica dos municípios e suas principais manifestações artísticas e culturais. Pretende entender se há uma identidade cultural (ou um conjunto delas) na região e vislumbrar, sob a ótica das experiências do Programa Lumes (Lugares de Urbanidade Metropolitana), as perspectivas de constituição de um sentimento de cidadania metropolitana neste território. O Lumes insere-se no contexto de estudos da RMBH, sendo um dos Programas propostos no contexto do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), elaborado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da Universidade Federal de Minas Gerais. As experiências e produtos realizados pelo Programa serviram de base para elaboração do artigo e das perspectivas para os futuros projetos a serem desenvolvidos e que, essencialmente, farão parte de ações voltadas para promoção e fortalecimento da identidade cultural e da cidadania metropolitana.

Palavras-chave: RMBH; Lumes; PDDI; identidade cultural; cidadania metropolitana.

1 Introdução

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), hoje terceiro maior aglomerado urbano do país, foi criada em 1973 e engloba, atualmente, 34 municípios: Belo Horizonte, Betim, Caeté, Contagem, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé, Mateus Leme, Juatuba, São José da Lapa, Florestal, Rio Manso, Confin, Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Sarzedo, Baldim, Capim Branco, Jaboticatubas, Taquaraçu de Minas, Itaguara, Matozinhos, Nova União e Itatiaiuçu. Esse vasto território abriga cerca de cinco milhões de pessoas, que “compartilham serviços, equipamentos, oportunidades, mas também problemas que extravasam as fronteiras municipais” (Macrozoneamento RMBH, 2014).

Visto isso, é possível afirmar que isoladamente nenhuma prefeitura ou agente social é capaz de solucionar os problemas que se apresentam de forma interligada e coletiva na região. Foi pensando na criação de “soluções compartilhadas” (Macrozoneamento RMBH, 2014), que em 2009 foi determinada, pelo Governo do Estado, a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI), que tem como objetivo servir de base de planejamento para a RMBH e orientar a implementação, em diversas escalas, de políticas, programas e projetos integrados pelos múltiplos agentes federativos presentes em seu território.

A partir das orientações constantes do PDDI, iniciou-se a elaboração do Macrozoneamento Metropolitano, um dos principais instrumentos para planejar o “uso e ocupação do solo nas regiões metropolitanas” (PDDI, 2010), “através de parâmetros que poderão se transformar em legislação” (Macrozoneamento RMBH, 2014). Além disso, o zoneamento é uma forma de colocar limites aos interesses individuais, visando o bem-estar coletivo.

Visto que o Macrozoneamento é um desdobramento do PDDI, carrega em si diretrizes desse plano, tais como o estabelecimento de centralidades em rede, a intensificação do uso das áreas urbanizadas e ociosas, o melhoramento da distribuição das atividades no território, reduzindo deslocamentos, e a garantia de um marco legal construído coletivamente (Macrozoneamento RMBH, 2014). O estabelecimento de centralidades em redes se destaca no âmbito do macrozoneamento e ganha força dentro dos seus objetivos, que aparecem como o desejo de fortalecer uma rede de centralidades POLICÊNTRICA, com vários núcleos e centralidades distribuídas pelo território.

É nesse sentido que surge o Programa Lumes, inserido no contexto da Política de Democratização dos Espaços Públicos, que entende a cultura como um dos fatores primordiais de desenvolvimento regional e de constituição de um sentimento compartilhado de cidadania metropolitana. Nessa perspectiva, o Programa busca implantar espaços descentralizados nos municípios da região, cuja organização pretende se dar de maneira compartilhada, a partir da junção de sociedade civil, universidade, prefeituras e agentes políticos.

Seu objetivo é a busca pelo fortalecimento e pela ampliação da rede estabelecida durante as discussões do Macrozoneamento, além de “estimular a autonomia dos cidadãos e, ao mesmo tempo, o sentimento de pertencimento à metrópole” (Macrozoneamento

RMBH, 2014). Também são objetivos dos Lumes:

- Identificar os traços identitários comuns aos municípios da região, contribuindo assim para promover e difundir o sentimento de pertencimento à RMBH e o conceito de cidadania metropolitana;
- Servir como uma importante ferramenta de planejamento metropolitano;
- Implantar espaços físicos e/ou virtuais de troca de informações e produção de dados nos territórios, bem como de divulgação do conhecimento produzido;
- Aumentar o volume de informações disponíveis no portal do projeto (rmbh.org.br), através do levantamento de dados junto às prefeituras dos municípios;
- Envolver os diversos agentes públicos e privados num processo de planejamento urbano que atendas às necessidades da população;
- Estabelecer uma rede de troca de informações e ampliação da participação nos municípios e implantar sedes físicas e virtuais nos diferentes territórios da RMBH;
- Ampliar e fortalecer a participação da universidade e da sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para cada território;
- Implantar uma extensão acadêmica, destinada aos alunos da UFMG, como uma espécie de ‘internato metropolitano’.

Para atingir tais objetivos, foi formada uma equipe Lumes dentro da UFMG, que vem desenvolvendo ações no sentido de levantar dados e incrementar o banco de dados sobre a região; estabelecer parcerias, encontros, trocas e ações conjuntas com representantes da sociedade civil e dos poderes públicos da região; e implantar projetos pilotos de Lumes físicos.

Durante 2015 a equipe dos Lumes iniciou o projeto de

Mapeamento da identidade cultural da RMBH, através de diversas pesquisas – com destaque especial para as de campo – nos municípios da RMBH. Nesse processo, ainda em andamento, conseguiu aumentar o contingente de informações acerca do território metropolitano e suas principais características sociais e culturais. A metodologia utilizada consistiu na aplicação de questionários e realização de entrevistas semi-estruturadas com gestores públicos e secretarias dos municípios, com foco nos equipamentos municipais de auxílio ao desenvolvimento social, educacional, cultural, esportivo e no que tange à saúde e ao lazer, além de mapear as ONGs, associações, lideranças sociais e as características e peculiaridades culturais.

Em seis meses foi possível contatar e visitar 28 municípios (82% dos municípios da RMBH), levantando-se dados como equipamentos, instituições e serviços existentes no município, principais lideranças, listagem dos conselhos municipais, projetos, programas e associações atuantes, calendário de festas locais, aspectos importantes da região, cadastro de grupos e artistas individuais (por modalidade artística estabelecida no questionário), além da coleta de diagnósticos e planos municipais em formato digital.

No total foram entrevistados 85 gestores e lideranças, identificados 926 equipamentos públicos, associações, mídias locais e projetos nos municípios (nas diversas áreas mencionadas), recolhidos 15 planos municipais, mapeadas mais de 120 festas, 113 grupos artísticos e 224 artistas individuais, em variadas modalidades artísticas. Também foi realizado levantamento de artigos e teses publicados relacionados ao tema PDDI e RMBH.

Os resultados obtidos apontam alguns desafios e próximos passos, entre eles o de se georreferenciar os dados coletados, com o intuito de criar um mapa colaborativo com as informações sobre

a região, disponibilizado no portal virtual rmbh.org.br. Também são propostos alguns produtos, como a confecção de mapas temáticos, guias culturais e de patrimônio, calendário de festas, etc., que serão as próximas etapas do trabalho. A partir dessas pesquisas, foi possível também elaborar uma matriz de análise do perfil dos municípios da RMBH, que conta com três pilares: Cultura e Patrimônio Histórico; Cultura e Turismo; e Organização Social, Esporte e Lazer. Desta forma, o presente trabalho pretende, com base nessa matriz, traçar o perfil de formação histórica e principalmente a identidade cultural da Região Metropolitana de Belo Horizonte, sem a pretensão de esgotá-lo em sua diversidade e multiplicidade.

2 Formação histórica da RMBH

A cultura de uma localidade é constituída por diversos elementos, dentre os quais se destaca sua formação histórica. Ainda que apresente fatores comuns em seu processo de povoamento e expansão, a RMBH apresenta histórico diverso, uma vez que o desenvolvimento de suas cidades não se deu de forma homogênea. Cada município e/ou conjunto de municípios apresentou singularidades em suas raízes históricas, bem como em seu desenvolvimento, em geral relacionado à disponibilidade de recursos de cada local, tanto no âmbito cultural quanto no âmbito geográfico e econômico. Belo Horizonte, por exemplo, é um município de pouco mais de 100 anos, mas que por ter sido escolhida (desde seu projeto inicial) como a capital do estado, passou por processos de urbanização mais acelerados e complexos, enquanto outros municípios, vilas e comunidades, possuem uma história mais extensa, mas que só passaram por

grandes transformações a partir do próprio desenvolvimento da RMBH, em função da expansão urbana provocada a partir de Belo Horizonte.

Na estrutura histórica da RMBH encontram-se traços culturais de comunidades de origens indígenas e africanas, devido ao uso da mão de obra dessas nas minas, forte fator de povoamento da região. Além da população africana e indígena, existe também uma significativa presença de migração estrangeira, como italiana, portuguesa, espanhola e síria. Essa mistura de povos resulta nas culturas e tradições hoje existentes.

Os municípios começaram a se formar no século XVII. O primeiro povoamento de Minas Gerais teve início em 1674, com a chegada dos Bandeirantes onde hoje se encontra a cidade de Sabará, que em 1711 foi elevada a vila. Da mesma forma que outras cidades mais antigas da RMBH, a história de Sabará é marcada pela ação dos bandeirantes. Assim, ouro e pedras preciosas foram fatores decisivos para o povoamento de Minas Gerais.

Gradativamente, terras antes ocupadas por comunidades indígenas foram ocupadas pelas ações dos bandeirantes e suas buscas por ouro e pedras preciosas. A cidade de Raposos, por exemplo, é fruto deste fato, onde inicialmente se encontravam terras habitadas pelos índios Cataguases, e em 1690 viram o surgimento de um povoado voltado para a busca do ouro. Ressalta-se, assim, que desde então a mineração teve, de um modo geral, grande influência no desenvolvimento populacional, social, econômico e cultural da região. Exemplos de cidades desenvolvidas com base na exploração mineral são Nova Lima, Santa Luzia, Sarzedo e Rio Acima, entre outras.

Ainda sob influência da extração de metais, outro fator importante na ocupação da RMBH foi a atividade dos tropeiros, responsáveis pelo transporte de víveres, artigos de subsistência

e o abastecimento das zonas de mineração. Um exemplo da ocupação relacionada à atividade dos tropeiros é a cidade de Nova União, local de paragem e posterior fixação de tropeiros. De acordo com a historiografia local, sua primeira denominação ocorreu em virtude de uma estalagem, administrada por uma viúva, que recebia as tropas que passavam pelo local. Além de Nova União, as cidades de Igarapé, Capim Branco e Confins também tiveram sua formação e/ou crescimento ligados às rotas de comércio dos tropeiros.

A agricultura e a pecuária são outras atividades muito importantes na formação e no desenvolvimento dos municípios da RMBH, como foi o caso, por exemplo, das cidades de Taquaruçu de Minas e Baldim. No caso da primeira, inicialmente teve sua ocupação ligada ao garimpo, mas o que, de fato, favoreceu o desenvolvimento do município até os dias de hoje foram a agricultura e a pecuária. Quanto a Baldim, até os dias atuais desenvolve sua economia com base na agricultura, em geral voltada ao fornecimento para a CEASAMINAS-BH, com destaque para a produção de produtos hortifrutigranjeiros, pecuária leiteira e produção de doces artesanais e industriais.

As linhas ferroviárias, mesmo que ainda interrelacionadas ao fator de exploração mineral e ao Ciclo do Ouro, foram outro fator de ocupação populacional da RMBH. As ferrovias estimulavam o desenvolvimento de povoados, tanto pela utilização de mão de obra para sua própria construção e execução, criando vínculos e pontos de fixação no território, quanto por propiciar o acesso a determinadas regiões. Com isso se deu a urbanização extensiva, caracterizada por Monte-Mór (1994) como a extensão do “tecido urbano” pelo espaço regional, visto que as relações de produção e forças produtivas criam condições para a acumulação, neste caso através da ferrovia.

Cidades como Sarzedo, Brumadinho e Juatuba, no limite, nasceram com a introdução da ferrovia. Brumadinho, por exemplo, teve sua Estação Ferroviária inaugurada em 1917, o que trouxe ao município impulso econômico e crescimento demográfico, com a vinda dos operários que vieram trabalhar na linha ferroviária. A ocupação inicial de Sarzedo foi resultado da ocupação do entorno da Estação Ferroviária, construída no início da segunda década do século XX e inaugurada no final da mesma década. E Juatuba teve seu núcleo urbano incrementado em torno da estação ferroviária da antiga Rede Minas de Viação.

A urbanização extensiva parece ter sido a forma como a RMBH se desenvolveu. Monte-Mór afirma que “a área metropolitana é a expressão mais óbvia (...) da urbanização extensiva na sua forma mais visível e imediata. Ali, a antiga cidade industrial, implodida sobre o centro metropolitano ‘concentrou o poder’ e a trama extensiva da cidade industrial explodida, equipada para a produção e para a reprodução coletiva, sob a forma do tecido urbano: distritos industriais, indústrias isoladas, comércio, serviços, bairros residenciais, cinturões agrícolas, áreas de lazer, etc. (MONTE-MÓR, 1994, p.170).

Nota-se que o poder está concentrado em algumas regiões de Belo Horizonte, e que cidades como Lagoa Santa, por exemplo, se tornaram tecido urbano para concentração de áreas de lazer e de segundas residências (de fins de semana). O município, já no nome, traz o poder das águas, atrativo que explica a crescente concentração de sítio e condomínios, com o objetivo de proporcionar lazer em sua grande maioria à parcela rica, principalmente, de Belo Horizonte. Nova Lima, com seus condomínios, por outro lado, pode ser apelidada de “bairro residencial de BH”, por ser um dos vetores de crescimento da capital na direção sul.

A urbanização extensiva, nos termos de Monte-Mór (1994), fez com que algumas cidades da RMBH tivessem suas características

mais tradicionais transformadas a partir da implantação da atividade industrial. Nesse escopo cita-se principalmente Contagem e Betim, municípios que tiveram seu desenvolvimento totalmente alterado com a implantação de distritos e centros de produção industrial.

No caso de Betim, ainda que tenha raízes nos primórdios da colonização e desbravamento das regiões de fronteiras dos sertões brasileiros, a partir da década de 1940 começa a surgir uma nova identidade para a cidade, a partir da instalação das primeiras indústrias, ligadas à constituição do Parque Siderúrgico Nacional. Com isso, Betim passou a ser um polo de atração de indústrias e, desde 1970, sua base econômica principal é a indústria de refinaria e automobilística.

Quanto ao município de Contagem, tem sua origem na região das Abóboras, em 1716, com um posto de registro em torno do qual surgiu o povoado “Arraial de São Gonçalo da Contagem das Abóboras”. Nesse local se fazia a contagem de cabeças de gado, escravos e mercadorias que eram taxadas no posto de fiscalização. Mesmo por trás de uma história rica e que representa particularidades de outras cidades mineiras, Contagem, atualmente, se caracteriza por ser um polo industrial.

É importante ainda citar que algumas das cidades da região, em especial aquelas conurbadas ou mais próximas à Capital, tiveram seu crescimento demográfico decorrente da expansão do mercado imobiliário de Belo Horizonte. Resultado do fenômeno de explosão do polo administrativo e de serviços (Belo Horizonte) apresentam uma intensa e desordenada urbanização, com todos os impactos que tal fator traz consigo, carregando uma série de problemas sociais (como habitação, transporte, segurança) e uma precariedade de serviços públicos. Um exemplo dessas cidades é Ribeirão das Neves, onde, além da implantação de vários presídios

estaduais, houve a criação de diversos loteamentos populares que incentivaram a ocupação da região, e que trouxeram ao município, assim como a várias outras cidades da periferia da RMBH, a marca de cidade dormitório.

Embora a expansão urbana tenha acelerado o ritmo de vida não só da capital como também das cidades no seu entorno, é importante ressaltar que, assim como o estado de Minas Gerais é conhecido pela sua riqueza em história, cultura e tradições, é possível identificar nas cidades da RMBH traços que caracterizam essa riqueza cultural do estado de um modo geral. É importante destacar que grande parte dos municípios da região foi emancipada tardiamente, já no século XX, o que pode ter contribuído para que vários deles conservassem suas características tradicionais.

3 Patrimônio cultural e identidade na RMBH

O conceito de identidade vem sendo bastante discutido em vários âmbitos dentro das Ciências Sociais. Entende-se por identidade algo que tenha a ver com identificação, encontre alguma semelhança no outro e que desperte nas comunidades, “tribos urbanas”, etc., o sentimento de pertencimento. Porém, conforme Bauman (2001), são raros os indivíduos que ficam expostos somente a uma única ideia e princípios por vez. Assim: “As identidades flutuam no ar, algumas de nossas próprias escolhas, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas” (BAUMAN, 2001, p.19).

De acordo com o Dicionário Etimológico, o termo cultura, originário do latim *culturae*, significa “ação de tratar”, “cultivar” ou “cultivar a mente e os conhecimentos”. No decorrer do tempo,

foi feita uma analogia entre o cuidado na construção e tratamento do plantio, com o desenvolvimento das capacidades intelectuais e educacionais das pessoas. Com isso podemos compreender os aspectos aprendidos que o indivíduo adquire através do contato social, aspectos esses que são partilhados entre os indivíduos do mesmo grupo, ou que fazem parte do mesmo convívio social. Laraia aponta que Tylor definiu a cultura como “um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. (LARAIA, 1986, p.25).

Nesse sentido, a identidade cultural pode ser vista como uma qualidade de um grupo social, de pessoas que partilham os mesmos costumes, hábitos, crenças e arsenal simbólico. Assim, as formas de ser, agir e ver o mundo seriam intrínsecas à identidade cultural de cada povo ou grupo. Os valores e as normas pertencentes à cultura inserida na comunidade podem ser conflitantes e variados, pois cada indivíduo tem suas crenças e costumes. Para além das diferenças, fala-se em identidade cultural ao se referir a grupos que compartilhem uma cultura em comum, influenciada por elementos de raça, gênero, orientação sexual, etnia, crença religiosa, nacionalidade, entre outros.

Dado esse breve resgate dos conceitos de Cultura, Identidade e Identidade Cultural, pode-se partir para a análise do perfil cultural da RMBH, com base nas pesquisas do grupo de trabalho Lumes. Como antes mencionado, foi realizado o mapeamento das identidades culturais na região, gerando matrizes de análise cultural e a elaboração, em processo constante, de um guia cultural e de um mapa colaborativo, georreferenciado, com as informações obtidas⁸⁷.

A RMBH está no seio de Minas Gerais, um estado que possui grandes manifestações e expressões culturais, riquezas patrimoniais e forte diversidade cultural, e, como já mencionado, importantes e tradicionais manifestações religiosas. É possível identificar essa diversidade através de três importantes regiões que integram a RMBH, sendo elas o Quadrilátero Ferrífero, uma vasta área de Cerrado (em direção ao Planalto Central) e a região dos mares de morro, em direção ao sul de Minas e ao estado de São Paulo. Assim, é possível encontrar nos municípios da região importantes características da cultura mineira e de seu rico patrimônio histórico e cultural.

A região reúne um expressivo acervo arquitetônico e artístico do período colonial, como por exemplo, os casarões tombados que são remanescentes do século XIX e XX, entre os quais: a) Casa Azul, Casa Rosa e Casa Amarela, em Contagem, que compõem o conjunto arquitetônico do Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho; b) e construções antigas do século XVIII em estilo barroco, como, por exemplo, o Conjunto Arquitetônico da Fazenda Cipó (Casa, Capela e Senzala), em Jaboticatubas.

Também o patrimônio imaterial é relevante na região. As manifestações folclóricas da RMBH, por exemplo, assim como em Minas Gerais, têm suas origens nas tradições, usos e costumes dos colonizadores portugueses, hibridizadas e com grandes influências das culturas indígena e africana – como especificado na sessão anterior – influências essas que podem ser notadas desde a produção artesanal até as diversas festas, folguedos e manifestações populares.

No que é relativo à produção artesanal, encontra-se na região grande diversidade, que vai desde trabalhos com madeira até o bordado. A cidade de Sarzedo, por exemplo, conta com oficinas promovidas pela Prefeitura que procuram desenvolver

habilidades e apresentar uma fonte de renda aos cidadãos. Em Nova União, por outro lado, o artesanato está conectado ao principal produto municipal: a banana. Esses exemplos noticiam muito bem o que parece ser uma regra para o artesanato da região metropolitana que, ou é promovido pela prefeitura, ou nasce das características regionais, como em Nova União. Os produtos dessa atividade são, em geral, expostos durante Feiras Agro-econômicas e de Artesanato que ocorrem em alguns municípios, como Jaboticatubas e Igarapé. Essas Feiras tem como objetivo complementar, e muitas vezes garantir, uma fonte de renda para os moradores.

Ainda neste campo pode-se notar que há tradições cultivadas e repassadas de geração a geração. Algumas manifestações de origem africana e folclóricas presentes em toda a RMBH são a Folia de Reis, Candombes, Guardas de Moçambique e Congados, que são manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras que simbolizam a esperança e a fé do povo negro e que estão enraizadas na nossa cultura. Essas manifestações são importantes tradições que, mesmo descaracterizadas ou enfraquecidas em alguns municípios, permanecem como referências culturais importantes em outros, como é o caso de Contagem.

Nessa cidade encontra-se a Comunidade dos Arturos, de origem quilombola e que conserva viva a identidade cultural e a tradição herdadas dos ancestrais, negros africanos que vieram para o Brasil e aqui tiveram sua cultura mesclada com a portuguesa. Os Arturos, com sua identidade cultural e costumes sempre presentes, possuem um importante papel como patrimônio histórico e cultural para o município de Contagem, tendo sido reconhecidos como Patrimônio Imaterial pelo IEPHA em 2014.

Também na culinária a RMBH apresenta expressão e diversidade. São encontrados nos municípios diversos pratos

típicos de Minas Gerais e suas variações, como é o caso do pão de queijo na folha de bananeira, característico do município de Esmeraldas; o doce de leite em Baldim, que faz com que a cidade seja reconhecida como a “Cidade do Doce”, dentre outros. Um dos destaques na culinária da RMBH é o Festival Gastronômico Igarapé Bem Temperado, um evento que visa preservar, conservar e promover a culinária através das mestras cozinheiras, senhoras com idade acima de 60 anos que conhecem e mantém vivo o universo da gastronomia tradicional na região.

Em resumo, a pesquisa do mapeamento da identidade cultural permitiu vislumbrar uma série de costumes, valores e tradições presentes na RMBH, que permitem afirmar que a região possui um patrimônio cultural importante, que se localiza para além da capital mineira.

É nessa perspectiva que o Programa Lumes busca atuar: voltando suas ações para contribuir na articulação entre os municípios da RMBH, conhecendo suas potencialidades, mapeando e disseminando informações sobre sua identidade cultural, gerando espaços de discussão e compartilhamento, propiciando acesso ao seu rico patrimônio cultural, fortalecendo as centralidades em rede e, ao final, contribuindo para a formação de um sentimento de pertencimento e de cidadania metropolitana.

4 Considerações finais: identidade, cidadania metropolitana e a contribuição dos Lumes

As pesquisas de campo indicaram que é notória a relação da cultura na RMBH com os aspectos de sua formação histórica, social e econômica. Não há como dissociar, por exemplo, as tradicionais festas religiosas (eventos de maior predominância no território metropolitano) do contexto de formação e desenvolvimento dos municípios em todo o estado de Minas Gerais, com forte influência religiosa.

Entretanto, se, por um lado, as festas religiosas, manifestações das tradicionais folias de reis e forte culinária local fortalecem um vínculo e a constituição de uma identidade cultural compartilhada entre os municípios da RMBH, por outro o próprio desenvolvimento econômico e social desigual no território metropolitano trata de enfraquecer essa ligação, sobretudo em função das disparidades internas à região.

A grande diferença observada entre os vetores de expansão metropolitana de Belo Horizonte dá o tom a uma região extremamente heterogênea, marcada por grandes disparidades socioeconômicas, que se refletem diretamente nos aspectos culturais. Ainda que tenham sido observados vários aspectos em comum ao longo do território metropolitano (por exemplo, no artesanato, na culinária, nas festas religiosas, na presença da agricultura para abastecimento da região) muitos dos fatores do desenvolvimento urbano acabam por determinar o enfraquecimento e mesmo a supressão das manifestações culturais regionais, fazendo com que suas características culturais se manifestem em escalas, com intensidades e de formas diferentes no território.

Tendo como base dois vetores importantes da RMBH, Oeste e Sul, é nítida a diferença de formação histórica entre os

mesmos e, conseqüentemente, os impactos sobre a cultura nessas regiões. Enquanto o vetor Oeste encontra sua expansão no desenvolvimento industrial e uma intensa concentração populacional, sobretudo nos municípios de Contagem, Betim e Ribeirão das Neves, o vetor Sul caracteriza-se, primordialmente, pela ainda baixa concentração populacional e um setor econômico altamente dependente da atividade minerária.

O vetor Oeste desenvolve um tecido urbano de grande complexidade e marcado por heterogeneidades, mas também apresenta uma grande concentração de recursos, tendo grande relevância econômica na RMBH. Essa complexidade e heterogeneidade se refletem no território através dos agentes culturais, por exemplo, encontrados em larga escala e grande diversidade nessa região, e uma tendência à supressão de valores ditos tradicionais, como as manifestações culturais mais antigas, sobretudo nas áreas onde o processo de industrialização e urbanização é mais avançado. Em Contagem, por exemplo, encontra-se uma gama extremamente diversificada de artistas (da música, literatura, teatro, etc.) e uma tendência (ressalta-se essa condição) de maior destinação de recursos aos setores culturais.

Já no vetor Sul, a expansão metropolitana voltada, principalmente, para o setor minerário e os condomínios fechados, conformou um espaço caracterizado pela alta concentração de terra por esses dois agentes e uma densidade populacional baixa em relação a outros vetores da RMBH. Esse processo deu origem a uma região também marcada pelas desigualdades socioeconômicas, mas concentradas em um tecido urbano de menor complexidade e efeitos sob a cultura local.

No município de Rio Acima, por exemplo, é perceptível esse processo de contraste entre os territórios minerários, os

condomínios fechados de alto padrão e um centro urbano de baixa densidade e que ainda preserva características históricas e uma cultura local voltada, principalmente, para a culinária, a agricultura, as manifestações religiosas e de preservação e uso consciente do meio ambiente, em um cenário de extrema beleza cênica.

Por fim, é possível dizer que a RMBH possui identidades culturais de certa forma até bem definidas, mas é essencial ponderar sobre as diferentes formas e escalas de manifestação dessas identidades. Alguns fatores e agentes sociais de representatividade cultural possuem mais espaço em determinados municípios, enquanto outros se manifestam em escala menor, ou sob diferentes formas. O grande desafio dessa questão é trazer à tona movimentos atualmente enfraquecidos ou sem o devido destaque, e proporcionar ao cidadão o conhecimento e o acesso ao patrimônio cultural da região onde vive, o sentimento de pertencimento a esta cultura e às potencialidades, não só culturais, que se encontram por todo o território do qual ele faz parte, contribuindo, assim, para que possa se reconhecer e se sentir um cidadão metropolitano.

Enfim, entende-se que a identidade cultural é relevante na relação do indivíduo com a sociedade, devido ao fato de que é através dela que o indivíduo irá adaptar-se e reconhecer seu ambiente. Através da identidade cultural os agentes preservam e fomentam a diversidade nas mais distintas manifestações. Porém, de acordo com Hall, é importante lembrar que as identidades também estão sendo deslocadas pela globalização, sendo esse fenômeno o contribuinte para o deslocamento das identidades culturais, fragmentando-as e igualando-as, levando ao enfraquecimento. Para ele, “à medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que

elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (Hall, 1999: 74).

É pensando neste contexto, e associando-o ao desejo que surge junto ao macrozoneamento da RMBH de criar centralidades acessíveis, principalmente no que tange aos equipamentos de cultura e lazer, que o Programa Lumes ganha cor. Para tanto, o primeiro passo da equipe foi realizar pesquisas para levantar informações que caracterizam os municípios e sua identidade cultural. O principal produto desses trabalhos é a matriz do perfil dos municípios metropolitanos, que permitiu que esse artigo traçasse o patrimônio cultural da região e chegasse à conclusão de que a RMBH possui uma identidade cultural, no limite, bem definida.

Os próximos passos para a equipe Lumes incluem a exposição dos dados levantados em pesquisa em um mapa colaborativo georreferenciado e a criação de um guia cultural que referencie rotas e eventos de relevância metropolitana. Esses produtos ofertarão aos cidadãos a possibilidade de participar e viver mais intensamente a metrópole, e aproximarão o Lumes do seu objetivo de implantação e difusão de um conceito cada vez mais necessário, o de cidadão metropolitano.

Referências:

COSTA, H.S.M; COSTA, G.M; MENDONÇA, J.G; MONTE-MÓR, R.L.M. *Novas periferias metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades do Eixo Sul*. Editora C/Arte; Belo Horizonte, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Título Original: Liquid Modernity. Tradução: Plínio Dentzien, autorizada da edição inglesa publicada em 2000 por Polity Press, Oxford, Inglaterra. Jorge Zahar Editor, 2001. 258p.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Zahar. Rio de Janeiro, 1986.

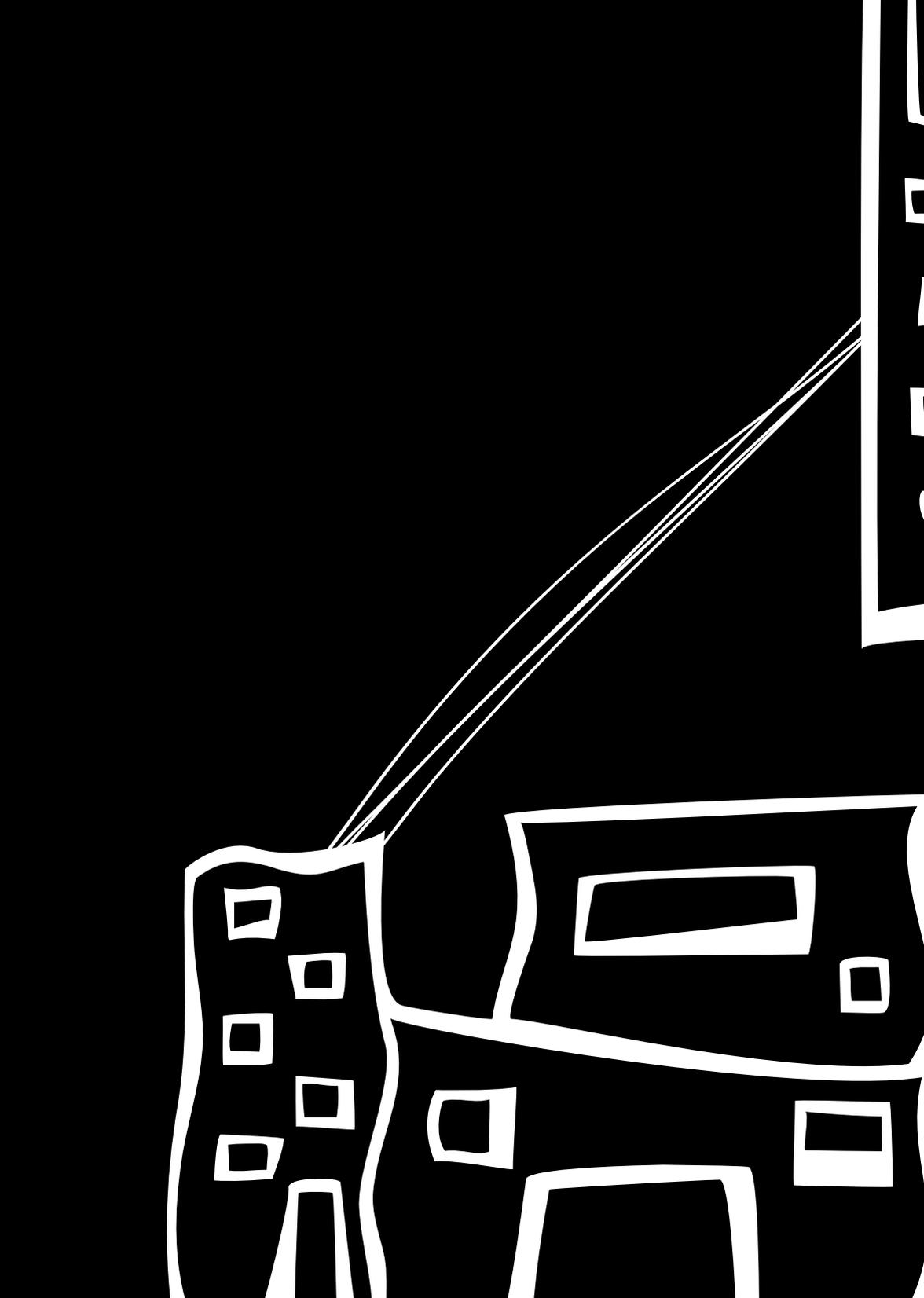
HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

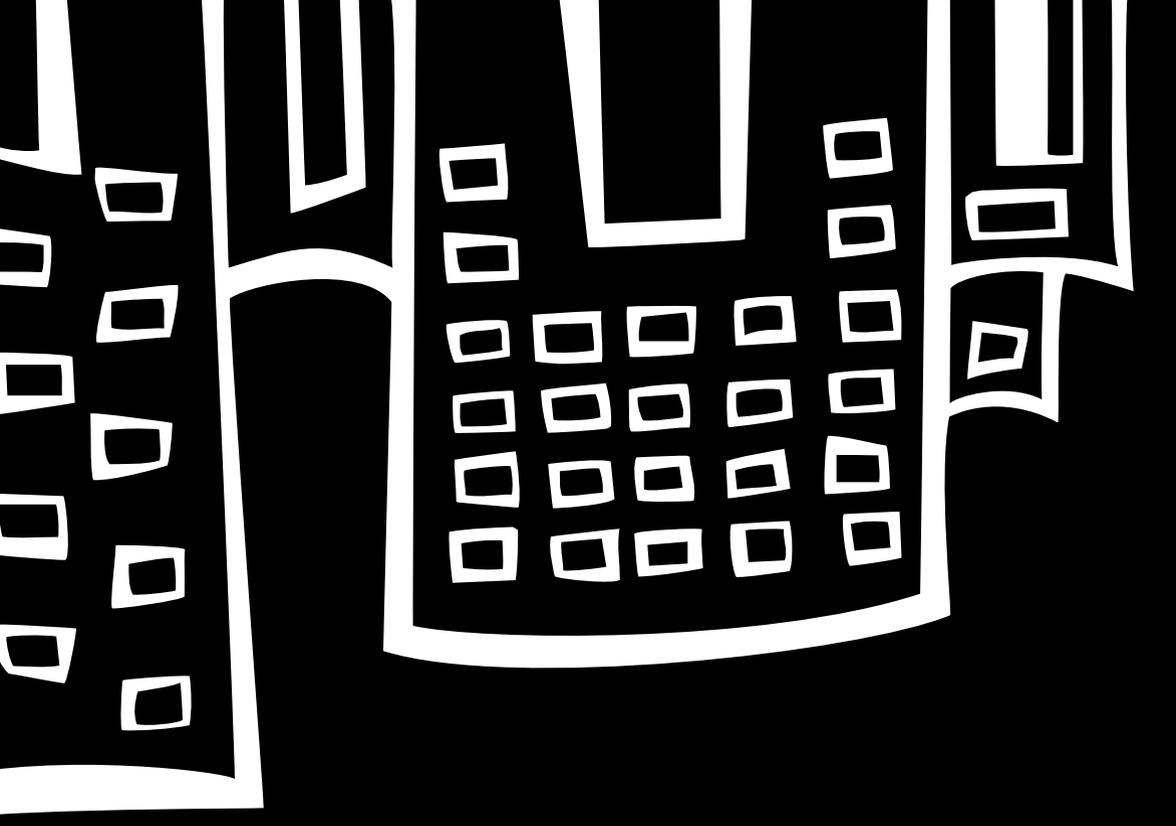
PDDI. *Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários*. PDDI-RMBH; v.1; Belo Horizonte, 2011. Disponível em <<http://www.rmbh.org.br>>. Acesso em: 18/12/2015.

Macrozoneamento RMBH. *Construindo o Macrozoneamento Metropolitano (2013/2014)*. Disponível em <<http://www.rmbh.org.br>>. Acesso em: 18/12/2015.

Dicionário etimológico. Disponível em <http://www.dicionarioetimologico.com.br>. Acessado em: 18/12/2015.

MONTE-MÓR, Roberto L. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton et. al. (orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Haucitec/Anpur, 1994, P.169-181.

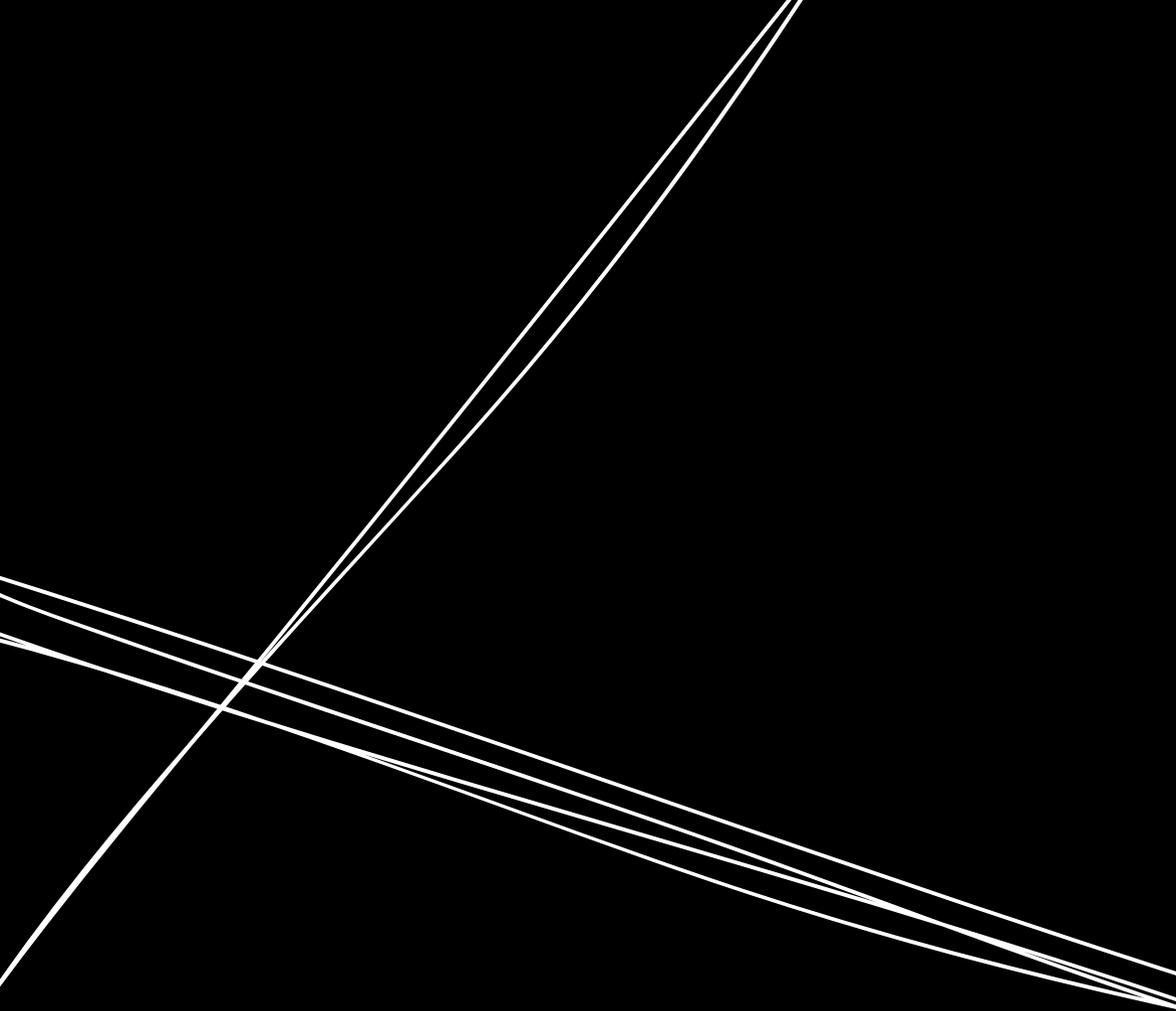




ANEXO I

CARTA DA MARÉ





CARTA DA MARÉ, RIO DE JANEIRO - MANIFESTO DAS PERIFERIAS: AS PERIFERIAS E SEU LUGAR NA CIDADE

Instituto Maria e João Aleixo

Em março de 2017, a Internacional das Periferias realizou seu primeiro Seminário Internacional, na Maré, Rio de Janeiro. O evento teve como seu objetivo central a construção de uma visão convergente – aberta a adesões e contribuições – entre as organizações, movimentos, coletivos e pessoas que dele participaram sobre as periferias e seu lugar no mundo contemporâneo.

Esse esforço de construção não é trivial. De fato, como é sabido, vivemos em um mundo social dominado por representações das periferias – e de seus moradores – baseadas em estigmas que impedem uma apreensão global e complexa sobre as realidades sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais desses territórios. E, como o imaginário é um elemento fundamental na instituição do real, as representações estereotipadas sobre as periferias onde residem os grupos sociais mais empobrecidos da cidade orientam, muitas vezes, políticas públicas e investimentos sociais privados. Estes, além de não efetivarem as reais demandas dos seus moradores, contribuem para reforçar processos de expropriação material e apropriação simbólica que fragilizam estratégias coletivas construídas pelos grupos dos territórios periféricos para exercerem o seu direito à cidade.

A dinâmica de estigmatização acontece tanto nos países dominantes (hegemônicos) como nos países subalternizados (não hegemônicos) na ordem econômica e sociopolítica vigente. Seus pressupostos são sociocêntricos: os padrões utilizados para qualificar as periferias, em geral, são referenciados em teorias

urbanísticas e pressupostos culturais/estéticos vinculados a determinadas classes e grupos sociais hegemônicos (dominantes). Eles consagram o que é um ambiente saudável, agradável e adequado às funções que uma cidade deve exercer no âmbito do modelo civilizatório em curso. Na mesma linha, definem um determinado conceito de ordem e as formas pretensamente adequadas de comportamento social e de agir no mundo.

Com isso, temos o fortalecimento das noções de ausência, carência e homogeneidade como elementos de percepções reducionistas e de classificações hierárquicas das periferias em relação aos demais espaços da cidade. Toma-se como significante aquilo que a periferia não seria em comparação a um modelo idealizado de cidade, baseado em padrões culturais e educativos colonizadores construídos, em geral, pelas parcelas mais enriquecidas da população. Nessa compreensão, as periferias são concebidas como espaços precarizados, com sujeitos que têm a sua historicidade negada, seus territórios não reconhecidos como legítimos e seus moradores, não raramente, tratados de forma exotizada (a não civilização, por excelência).

As periferias, todavia, existem na relação com as instituições do mundo social, especialmente o Estado e o Mercado formal. Nessa tensão, elas são constituídas, em geral, por tipos de ocupação que não seguem os padrões hegemônicos que o Estado e o Mercado definem ou, quando construídos por esses entes, elas são materializadas a partir de uma perspectiva de subalternidade e precariedade que destituem as identidades, as inventividades práticas e os saberes ali construídos. Logo, ao longo dos anos e do processo de regulação da vida social estabelecido pelo Estado, os assentamentos em periferias, por suas características morfológicas e também por sua composição social, foram sendo considerados como expressões de ilegalidade e/ou em desconformidade às

referências estéticas e morais afirmadas pelos grupos hegemônicos que exercem o poder político e econômico nas cidades.

Os proponentes e as proponentes dessa carta recusam a visão reducionista, estereotipada e desqualificadora dos territórios periféricos. Com efeito, a pluralidade das formas e das dinâmicas sociais, econômicas e culturais se coloca como um desafio na compreensão do que é uma periferia e, por conseguinte, na definição de parâmetros abrangentes que orientem leituras mais precisa. Apesar da consciência sobre a condição heterogênea e as distintas formas-funções das periferias do mundo, podemos afirmar vários elementos que são comuns entre elas. Afirmamos que cada periferia constitui uma morada no conjunto da cidade, compondo seu tecido urbano e estando, portanto, integrada a este. Logo, periferias são elementos centrais da cidade, lhe dão identidade, sentido e humanidade.

Deste modo, a definição de periferia não deve ser construída em torno do que ela não possuiaria em relação ao modelo dominante na dinâmica socioterritorial ou da distância física em relação a um centro hegemônico. Ela deve ser reconhecida pelo conjunto de práticas cotidianas que materializam uma organização genuína do tecido social com suas potências inventivas, formas diferenciadas de ocupação do espaço e arranjos comunicativos contra-hegemônicos e próprios de cada território.

Assim, é a partir da concretude da sua morfologia; do reconhecimento das práticas estabelecidas por seus moradores e das condições objetivas de sua vida social que devem se estabelecer as referências possíveis do que é uma habitação digna, dotada das condições necessárias para o bem-estar e bem-viver. Um lugar pleno e complexo, onde grupos se aproximam por valores, práticas, vivências, memórias e posição social, afirmando sua identidade como força de realização de suas vidas.

Os(as) proponentes desta Carta consideram, portanto, que as Periferias são territórios constituintes da cidade, caracterizadas, em parte ou em sua totalidade, pelos seguintes desafios que têm sido enfrentados pelos seus moradores:

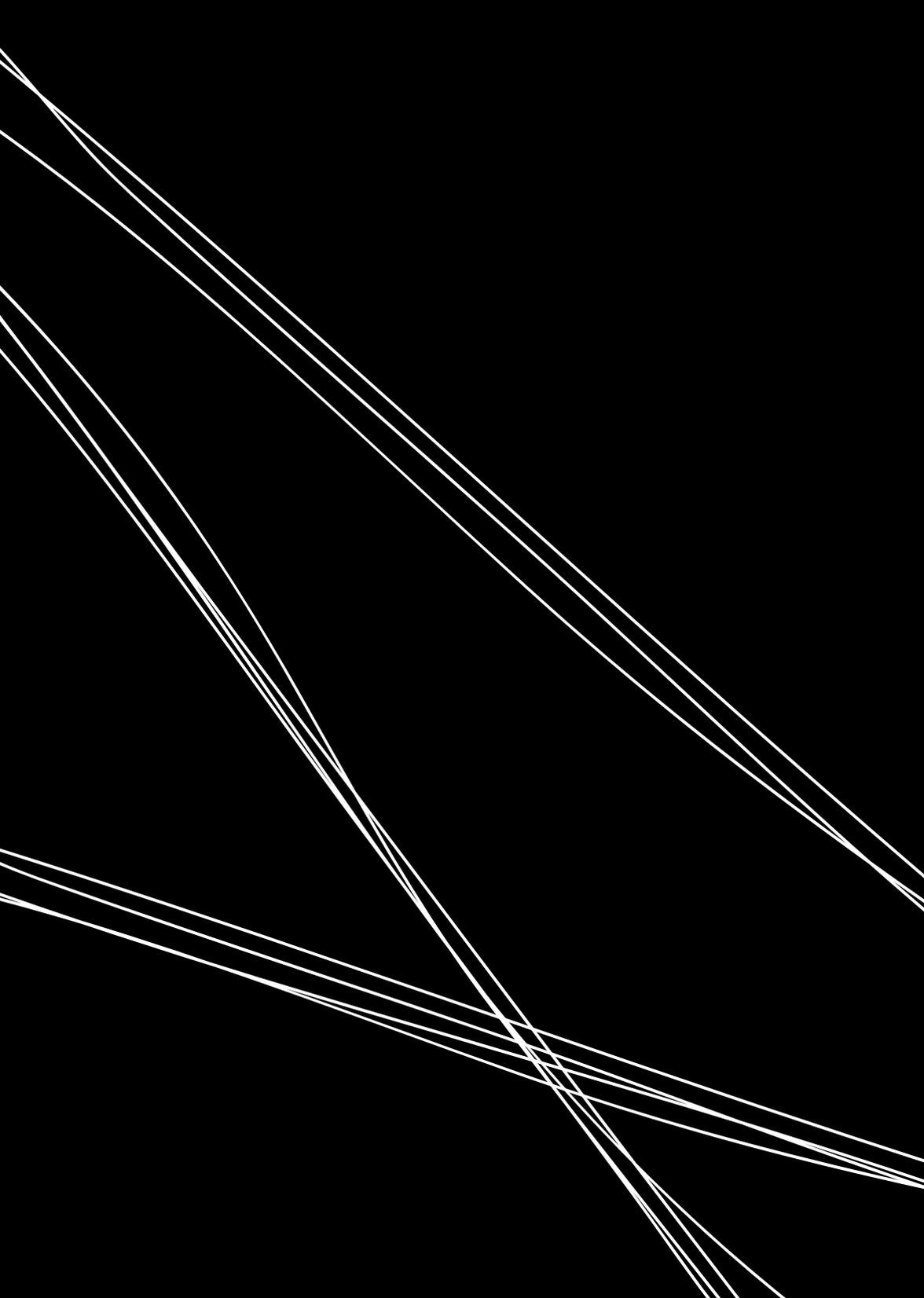
- A inserção de trabalhadores\trabalhadoras em funções profissionais subalternizadas no mercado;
- Os índices elevados de desemprego, subemprego e informalidade nas relações de trabalho, especialmente dos(das) jovens;
- A concentração de grupos em condição de exploração e opressão – negros e negras, indígenas, imigrantes, ciganos(as), refugiados(as), minorias religiosas e étnicas, outros grupos discriminados etc – que buscam manter, em maior ou menor medida, as suas práticas culturais identitárias;
- Alta Incidência de situações de violência nos espaços públicos – em parte decorrente da estratégia de Guerra às Drogas do Estado – oriunda de práticas bélicas tanto das forças de segurança do Estado como de grupos criminosos;
- Presença de relações desiguais de gênero que se traduzem em violências no cotidiano das mulheres;
- Grande incidência de violações de direitos e preconceito contra a população LGBT, especialmente a população trans, que culmina em homicídios deste segmento;
- Alta incidência de violência letal contra jovens, com forte recorte étnico e racial;
- Índices de educação formal dos(das) moradores(moradoras) abaixo da média do conjunto da cidade; e
- Territórios marcados por processos de degradação e expropriação ambiental impostos por ações de entes públicos e privados.

Afirmamos também que estes territórios se caracterizam por um conjunto de potências, tais como:

- Presença de população jovem e infantil como fonte de inventividade, ampliando referências de demandas e de ações públicas em torno da garantia de direitos;
- Relações de vizinhança e parentesco marcadas por intensa sociabilidade e vínculos de solidariedade e reciprocidade, com forte valorização dos espaços comuns como lugar de convivências socioculturais;
- Multiplicidade de formas, meios e modos culturais, artísticos e performáticos que inventam, renovam e atualizam as narrativas estéticas urbanas;
- Significativa presença de iniciativas econômicas domésticas, solidárias e populares;
- Presença de formas alternativas de serviços e equipamentos urbanísticos, educacionais, econômicos e imobiliários, dentre outros, como resposta à insuficiência, ausência e/ou inadequação dos investimentos do Estado e do mercado formal nesses campos;
- Elevado grau de autorregulação do espaço público por parte dos seus(suas) moradores(moradoras), afirmando experiências e exercícios de autonomia;
- Criatividade na proposição de soluções urbanísticas solidárias em termos de habitação, provisão de serviços públicos e equipamentos de uso comuns, que devem ser considerados como referência para a cidade como um todo;
- A construção de experiências de convivências entre grupos de nacionalidades, etnias e religiosidades distintas, fazendo das periferias recurso e abrigo para aproximações de práticas pluriculturais e multiétnicas, sem desconsiderar a

- existência de situações de conflito e intolerância;
- Forte protagonismo feminino em questões fundamentais como propagação de saberes ancestrais, condução de ações educativas, políticas, culturais e econômicas;
 - Territórios de invenção de conhecimentos cuja complexidade deve ser amplamente reconhecida e valorizada pelo conjunto da sociedade;
 - A presença de modelos participativos, coletivos, movimentos e organizações sociais de luta pela afirmação e invenção direitos, ampliando as referências de demandas e de ações públicas de democratização da cidade.

Compreender a cidade em sua pluralidade é reconhecer a especificidade de cada território e, igualmente, afirmar a condição cidadã e o protagonismo de todos os seus moradores e moradoras. Para tal, é necessário reconhecer que os mesmos são os principais sujeitos aptos a narrarem suas práticas sociais e culturais, símbolos de resistência e reinvenção, formas concretas de afirmação e invenção de direitos, que necessitam serem amplamente garantidos na forma de políticas públicas. Trata-se de um princípio de validação plena da vida social, democraticamente orientada e configurada nos usos legítimos do território por grupos populares. A garantia deste princípio só será possível a partir da construção de uma radical experiência democrática de Direito à Cidade.



CRÉDITOS E EQUIPE

SOBRE A REALIZADORA

Favela é Isso Aí é uma organização não governamental fundada em 2004 a partir dos resultados do Guia Cultural das Vilas e Favelas de Belo Horizonte. A organização foi criada com o objetivo de proporcionar a construção da cidadania a partir do apoio e divulgação das ações de arte e cultura da periferia. Busca também contribuir para a redução da discriminação em relação aos moradores de vilas e favelas, promover geração de renda para os grupos culturais, melhorar as condições do fazer artístico e fomentar os processos de transformação social através da arte e da cultura.

Veja: favelaeissoai.com.br

SOBRE OS AUTORES

Alessandra Rocha, Ana Lares, Júlia Lazzarini e Matheus Santos Soares foram bolsistas do Programa Lumes em 2015, quando ainda eram graduandos na UFMG.

Bruno Márcio de Castro Reis - Psicólogo e mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas. Educador Popular. Atua junto às juventudes bem como aos coletivos culturais e movimentos sociais na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Clarice de Assis Libânio - Antropóloga, doutora em arquitetura e urbanismo pela Escola de Arquitetura / UFMG e coordenadora-executiva da ONG Favela é Isso Aí.

Claudia Elizabete dos Santos Augusto - Professora da RME-BH, Especialista e Mestre em Educação e Referência da Articulação Intersetorial Diretoria Regional Centro Sul.

Denise Morado Nascimento - Arquiteta, professora associada da Escola de Arquitetura / UFMG e coordenadora do grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG.

Josemeire Alves Pereira - Historiadora, Doutoranda em História Social (Unicamp). Integra a equipe da Casa do Beco como Gestora e Assessora Institucional.

Juliana Batista dos Reis - Socióloga e doutora em educação. É professora na Faculdade de Educação/UFMG e atualmente coordena o Observatório da Juventude da UFMG.

Juliana de Faria Linhares - Arquiteta, mestre em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG) e pesquisadora do grupo PRAXIS-EA/UFMG.

Lisandra Mara Silva - Arquiteta e urbanista, mestre em arquitetura e urbanismo pela Escola de Arquitetura / UFMG e técnica da Divisão de Regularização Fundiária da Cia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel

Luísa Nonato - Graduanda em Geografia pelo IGC-UFMG, pesquisadora no Projeto Periferias em Rede e vinculada ao Observatório da Juventude da UFMG.

Marcela Menezes Costa - Gestora pública, pós graduanda em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (IFMG - Ribeirão das Neves). Moradora de Ribeirão das Neves, onde é membra do Conselho de Juventude. Está assessora parlamentar na ALMG.

Marcos Antônio Silva - Sociólogo, Mestre em Educação (FAE/UFMG), professor de sociologia da rede estadual de Minas Gerais e Membro do Instituto Cultural Semifusa .

Mariana Gonçalves Pereira de Oliveira de Freitas - Professora da RME-BH, especialista em Alfabetização e Letramento e coordenadora da Escola Integrada E.M Senador Levindo Coelho

Nayara de Amorim Salgado - Graduada em Ciências Sociais pela PUC MG, mestre e doutoranda pelo Programa de pós-graduação em Sociologia da UFMG. Professora da rede pública de educação de Minas Gerais.

Ricardo Evangelista - Poeta, sociólogo e saciólogo. Trabalhador do serviço público da FMC/PBH - Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional Lagoa do Nado.

Vanessa Camilo da Silva - Graduada em Comunicação Social - Gestão da Comunicação Integrada com habilitação em jornalismo e mestre em Estudos de Linguagens pelo CEFET/MG.

EQUIPE PERIFERIAS EM REDE 2018

Coordenação geral:

Clarice Libânio

Equipe audiovisual:

César Maurício, Fernando Libânio e Roberth Michael

Articulação comunitária:

Nil César e Rodolfo Ataíde

Arte gráfica:

Carol D'Alessandro

Comunicação:

Cristiano Silva

Pesquisa:

Josemeire Alves Pereira, Luísa Nonato e Thales Santos

Bolsistas:

Alexsandro Claudio (Trigger), César Zanandreis, Dandara Aimée dos Santos, Maria Clara Ribeiro e Tiphany Gomes

Produção:

Jeane Moreira

Gestão financeira:

Janete Pinheiro

Técnico de luz e som:

Aparecido Donizete Oliveira

1ª edição: Favela é Isso Aí, 2018
288 páginas
Impressão: Gráfica e editora O Lutador
Projeto gráfico: Carol D'Alessandro
Capa: Triplex 250g
Miolo: Pólen Bold 90g

